GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

RELATÓRIO



Foto: Parede do Centro de Referência das Juventudes de Terra Vermelha
Arte Grafite: Moska |Fonte: Arquivo da Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs

CENTRO DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES

Estado Presente EM DEFESA DA VIDA

ijsn Instituto Jones dos Santos Neves

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pesquisa de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJS) Terra Vermelha e Feu Rosa

Junho de 2023

Instituto Jones dos Santos Neves

Pesquisa monitoramento e avaliação dos centros de referência das juventudes.

Relatório. Vitória, ES, 2023.

275; il. Tab.

1. Juventudes 2. Desigualdade Social. 3. Vulnerabilidade. 4. Políticas Públicas. 5. CRJ 6. Serra/ES. 7. Vila Vella/ES.

I.Pereira, Sandra Mara. II. Macedo, Adriana Elisa de Alencar. III. Henriques, Catarina Gordiano Paes. IV. Ribeiro, Rovana Patrocinio. V. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espirito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande
VICE-GOVERNADOR
Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Rogério Duboc Fajardo
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SEDH
Nara Borgo Cypriano Machado
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI
Bruno Lamas Arantes
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES
Denio Rebello Arantes

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS JUVENTUDES (SEDH)
Subsecretário de Política para as Juventudes
Jiberlandio Miranda

Gerente de Juventude
Fabricia Barbosa

Assessoria Especial
Raiana Rangel

Apoio - Equipe da SEDH
Mônica Patrícia Gomes Machado (Consultora/BID)
Hingridy Fassarela Caliari (Consultora/BID)
Danielly Campos (Consultora/BID)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretor Presidente
Pablo Silva Lira
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Pablo Medeiros Jabor
Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Diretoria de Gestão Administrativa
Katia Cesconeto de Paula

Coordenação-Geral
Sandra Mara Pereira

Elaboração
Sandra Mara Pereira
Adriana Elisa de Alencar Macedo
Catarina Gordiano Paes Henriques
Rovana Patrocinio Ribeiro

Colaboração
Carolina Coelho Ferreira (Bolsista Fapes)
Elisa Fabris de Oliveira (Bolsista Fapes)
Mariana Luz Patez (Bolsista Fapes)
Thalita Matias Gonçalves (CES)

Apoio
João Pedro Rigoni Dantas Baldi (Estagiário CES)
Luara Silva Pereira (Estagiária CES)

Bibliotecária
Rosana Mariano Chagas
Fotografia Capa
Moska

Me falaram que era assim
e assim que ia ser
ia ser caminho
céu pra voar...

A necessidade era de Mar
era de barco pra navegar
foi preciso tá perto
olhar de perto
falar com o bobo e o esperto
ver o que tava errado e o que tava certo

Era gente querendo ser gente
que não era tratado como gente
agente da transformação
avaliar e beijar o mundo com o coração

Carlos Abelhão

Poesia criada em 14 de outubro de 2021, pelo Poeta Carlos Abelhão, na época também Educador Social do CRJ Feu Rosa, durante a Oficina de Alinhamento para o Monitoramento, realizada pelo IJSN junto às Equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha e da SEDH.

Instituto Jones dos Santos Neves

Sumário

1 PESQUISA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS CRJS: PARCERIA SEDH, FAPES E IJSN 18

2 POR QUE MONITORAR E AVALIAR? 22

3 PERCURSO METODOLÓGICO 24

4 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS 35

4.1 TERRA VERMELHA E FEU ROSA: PRIMEIROS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA ... 37

4.2 JUVENTUDES, RACISMO E VIOLÊNCIA 41

4.3 DESIGUALDADE ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS DOS CRJS 47

4.3.1 Vila Velha 49

4.3.2 Feu Rosa 51

4.4 ALOCAÇÃO DO TEMPO E MERCADO DE TRABALHO 53

4.5 POBREZA E EXTREMA POBREZA 56

4.6 SAÚDE, SAÚDE MENTAL E JUVENTUDES NEGRAS 57

4.7 JUVENTUDES BRASILEIRAS: UMA AGENDA POLÍTICA 60

4.8 A POLÍTICA DE JUVENTUDES NO ESPÍRITO SANTO 63

5 RESULTADOS 65

5.1 ANÁLISE DO BANCO DE DADOS ADMINISTRATIVOS: FORMULÁRIO INICIAL E DE ACOMPANHAMENTO 66

5.1.1 Resultados do Formulário Inicial 66

5.1.2 Análise e discussão dos resultados do Formulário Inicial 91

5.1.3. Resultados do Formulário de Acompanhamento 93

5.1.4 Análise e discussão dos resultados do Formulário de Acompanhamento . 116

5.2 A AVALIAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS) FEU ROSA E TERRA VERMELHA PELOS(AS) JOVENS FREQUENTADORES(AS) 118

5.2.1 Atividades, modalidades de acompanhamento e encaminhamentos 125

5.2.2 Avaliação dos CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa 130

5.3 ENTREVISTAS COM AS EQUIPES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ 144

5.3.1 Classe 7 (11,54%) - Características pessoais e trajetórias profissionais..... 146

5.3.2 Classe 4 (14,74%): público prioritário e demanda espontânea 150

5.3.3 Classe 1 (12,19%) - Dificuldades e despreparo: um relato..... 153

5.3.4 Classe 3 (15,5%) - Processos e construção do trabalho: equipe, tarefas e percepções..... 154

5.3.5 Classe 2 (15,84%): em foco as relações nos CRJs 158

5.3.6 Classe 5 (17,63%): críticas e sugestões..... 161

5.3.7 Classe 6 (12,57%) - Direitos Humanos e seus desafios: teoria versus prática 163

5.4 ENTREVISTAS COM JOVENS, FAMILIARES E MEMBROS DO GRUPO GESTOR DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ.. 165

5.4.1 Classe 5 (16%): Direitos Humanos..... 169

5.4.2 Classe 4 (21,5%): relação com a polícia..... 171

5.4.3 Classe 2 (16,6%): atividades e convivência nos CRJs..... 173

5.4.4 Classe 3 (24,1%) - O lugar: o (des)conhecimento do bairro..... 174

5.4.5 Classe 1 (21,8%): contexto dos(as) moradores(as) 175

5.5 ENTREVISTAS COM A EQUIPE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ. 177

5.5.1 Classe 2: Política de juventude do governo do Estado: entre trajetórias individuais e coletivas. 181

5.5.2 Classe 3: A construção da metodologia CRJ: o desenvolvimento de um trabalho coletivo 186

5.5.3 Classe 1: Interação entre CRJs e equipe da SEDH e centralidade da equipe gestora 189

5.5.4 Classe 4: A centralidade da equipe gestora para o processo de produção de vida 192

5.6 GRUPO FOCAL 196

5.6.1 Classe 4: Desafios para a execução: notas sobre a experiência 198

5.6.2 Classe 3 - Entre o espaço físico e o acolhimento: o pertencimento 201

5.6.3 Classe 1: Vínculos e Conexões 203

5.6.4 Classe 2: Entre limites e potencialidades: a apreensão do trabalho, sentimentos múltiplos e a prática do possível 206

5.7 ANÁLISES A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES DO CAMPO 209

5.7.1 Percepção do CRJ em sua totalidade 211

5.7.2 Percepções gerais a partir das juventudes 212

5.7.3 Percepções gerais a partir das equipes 213

5.7.4 Metodologia 214

5.7.5 Dimensão dos Direitos Humanos e fazer ético 215

5.8 O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS MENSAIS DOS CRJS FEU ROSA E TERRA VERMELHA 217

5.8.1 Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa 218

5.8.2 Centro de Referência das Juventudes Terra Vermelha 229

5.8.3 Alguns apontamentos sobre os relatórios mensais: Feu Rosa e Terra Vermelha 240

6 CONSIDERAÇÕES 241

7 REFERÊNCIAS 248

APÊNDICE A – ABANDONO ESCOLAR E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM TERRA VERMELHA 252

APÊNDICE B – ABANDONO ESCOLAR E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM FEU ROSA..... 260

ANEXO I – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE ALGUMAS ATIVIDADES REALIZADAS NO CRJ TERRA VERMELHA, DISPONIBILIZADOS PELA COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO.... 269

ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE ALGUMAS ATIVIDADES REALIZADAS NO CRJ FEU ROSA, DISPONIBILIZADOS PELA COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO..... 272

Equipe de pesquisa..... 275

Lista de Figuras

Figura 1 – Nuvem de palavras – Fase 1: "O CRJ mudou sua vida? Se sim, em quê?"..... 141
Figura 2 – Nuvem de palavras – Fase 02: "O CRJ mudou sua vida? Se sim, em quê?"..... 142
Figura 3 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com as equipes dos CRJs 145
Figura 4 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência 146
Figura 5 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com o público direta ou indiretamente relacionado aos CRJs. 168
Figura 6 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência 169
Figura 7 – Nuvem de palavras – entrevistas dos(as) gestores(as) da SEDH 177
Figura 8 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com gestores(as) da SEDH 179
Figura 9 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência 180
Figura 10 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência 181
Figura 11 – Representação gráfica da Análise de Similitude equipe SEDH 195
Figura 12 – Nuvens de Palavras – Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha. ... 196
Figura 13 – Dendrograma com o resultado da CHD do Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha. 197
Figura 14 – Representação Gráfica da análise de Similitude do Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha. 209

Lista de Mapas

Mapa 1 – Bairros de referência de atuação do CRJ Terra Vermelha - Vila Velha 75
Mapa 2 – Bairros de referência de atuação do CRJ Feu Rosa – Serra 87

Lista de Quadros

Quadro 1 – Escolas Municipais localizadas nos bairros do território do CRJ Terra Vermelha 49
Quadro 2 – Escolas Estaduais localizadas nos bairros do território do CRJ Terra Vermelha 50
Quadro 3 – Escolas Municipais de Ensino Fundamental localizadas nos bairros do território do CRJ Feu Rosa (1º ao 9º ano) 51
Quadro 4 – Escolas Estaduais localizadas nos bairros do território do CRJ Feu Rosa 52
Quadro 5 – Serviços ofertados classificados em participação, atendimento e acompanhamento - CRJ Feu Rosa 218
Quadro 6 – Temas do Circuito Formativo em Direitos Humanos do CRJ Feu Rosa, por mês, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 222
Quadro 7 – Serviços ofertados classificados em participação, atendimento e acompanhamento - CRJ Terra Vermelha 230

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Total de entrevistas por CRJ e segmentos. 29
Tabela 2 – Número de jovens que responderam ao questionário, por CRJ e tipo de vínculo de participação 32
Tabela 3 – Jovens que não estão no CRJ Terra Vermelha, por faixa etária 94
Tabela 4 – Jovens por faixa etária e escolaridade no CRJ Terra Vermelha 94
Tabela 5 – Idade e escolaridade dos(as) jovens que pararam de estudar no CRJ Terra Vermelha 95
Tabela 6 – Arranjos Familiares entre os(as) jovens do CRJ Terra Vermelha 102
Tabela 7 – Arranjos familiares entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa 113
Tabela 8 – Fase 1 – Quantidade de alternativas positivas e negativas assinaladas na primeira fase - % e números absolutos 139
Tabela 9 – Fase 2 – Quantidade de alternativas positivas e negativas assinaladas na segunda fase - % e números absolutos 140
Tabela 10 – Perguntas relacionadas à temática de Direitos Humanos (total de respondentes = 19) 170

Instituto Jones dos Santos Neves

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Jovens de 15 a 24 anos, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%) 36
Gráfico 2 – Jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES e RMGV, 2021 (%) 37
Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Homicídios por cem mil habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009 a 2019 42
Gráfico 4 – Taxa de Homicídios de Negros(as) e de Não Negros(as) a cada 100 mil Habitantes, Espírito Santo e Brasil, 2009 a 2019 43
Gráfico 5 – Distribuição percentual de óbitos por motivos violentos por faixa etária, Espírito Santo 2020 44
Gráfico 6 – Tipo de ato infracional cometido por jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Espírito Santo em 2020 46
Gráfico 7 – Alocação do tempo, jovens de 15 a 24 anos, ES e RMGV, 2021 (%) 53
Gráfico 8 – Alocação do tempo, jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES, 2021 (%) 54
Gráfico 9 – Desocupação, jovens de 15 a 24 anos, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%) 55
Gráfico 10 – Desocupação, jovens de 15 a 24 anos, segundo raça/cor, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%) 55
Gráfico 11 – Pobreza, jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES, 2021 56
Gráfico 12 – Extrema pobreza, jovens de 15 a 24 anos, segundo raça/cor, ES, 2012-2021 (%) 57
Gráfico 13 – Idade dos(as) jovens Frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 68
Gráfico 14 – Raça/Cor dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 69
Gráfico 15 – Identidade de gênero dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 70
Gráfico 16 – Orientação Sexual dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 71
Gráfico 17 – Jovens com Deficiência no CRJ Terra Vermelha 72
Gráfico 18 – Etapa de Ensino entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 73
Gráfico 19 – Bairro de residência entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 74
Gráfico 20 – Renda familiar entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 76
Gráfico 21 – Atividades ofertadas pelo CRJ que despertam interesse nos(as) jovens de Terra Vermelha 77
Gráfico 22 – Como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ Terra Vermelha 78
Gráfico 23 – Disponibilidade de horário dos(as) jovens do CRJ Terra Vermelha 79
Gráfico 24 – Idade dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 80
Gráfico 25 – Cor/Raça dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 81
Gráfico 26 – Identidade de gênero dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 82
Gráfico 27 – Orientação Sexual dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 83
Gráfico 28 – Jovens com deficiência no CRJ Feu Rosa 84

Gráfico 29 – Etapa de ensino entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 85
Gráfico 30 – Jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa, por bairros de residência 86
Gráfico 31 – Renda Familiar dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 88
Gráfico 32 – Atividades ofertadas pelo CRJ que despertam interesse nos(as) jovens de Feu Rosa 89
Gráfico 33 – Como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ Feu Rosa 90
Gráfico 34 – Disponibilidade de horário dos(as) jovens do CRJ Feu Rosa 91
Gráfico 35 – Comparação de escolaridade entre as mães e os(as) filhos(as) frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 98
Gráfico 36 – Desempenho de afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 100
Gráfico 37 – Duração dos afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 101
Gráfico 38 – Arranjos Familiares entre os(as) jovens do CRJ Terra Vermelha 103
Gráfico 39 – Coabitantes por família entre os(as) jovens(as) frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 105
Gráfico 40 – Exercício de atividade remunerada entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 106
Gráfico 41 – Benefícios recebidos pelas famílias dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha. 107
Gráfico 42 – Encaminhamentos internos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 108
Gráfico 43 – Encaminhamentos internos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha 108
Gráfico 44 – Comparação de escolaridade entre as mães e os(as) filhos(as) frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 110
Gráfico 45 – Duração dos afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 112
Gráfico 46 – Coabitantes entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa 113
Gráfico 47 – Coabitantes por família entre os(as) jovens(as) frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 114
Gráfico 48 – Exercício de atividade remunerada entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa 115
Gráfico 49 – Encaminhamentos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa 116
Gráfico 50 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por gênero e CRJ 120
Gráfico 51 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por orientação sexual e CRJ 121
Gráfico 52 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por raça/cor e CRJ 122

Gráfico 53 – Frequência ao CRJ durante os dias da semana assinalados pelos(as) jovens por localidade (%) 123
Gráfico 54 – Turnos de frequência assinalados pelos(as) jovens, por CRJ (%) 124
Gráfico 55 – Distribuição percentual das respostas dos(as) jovens sobre o tempo de frequência aos CRJs, por localidade 125
Gráfico 56 – Participação dos(as) jovens nas atividades ofertadas pelos CRJs, por localidade 126
Gráfico 57 – Participação dos(as) jovens, por modalidades de acompanhamento, por CRJ 129
Gráfico 58 – Avaliação geral, por CRJ 131
Gráfico 59 – Avaliação de pontos específicos no CRJ Feu Rosa 133
Gráfico 60 – Avaliação de pontos específicos no CRJ Terra Vermelha 134
Gráfico 61 – Frequência das respostas dos(as) jovens quando perguntados(as) o que consideram positivo no CRJ, por localidade 136
Gráfico 62 – Frequência das respostas dos(as) jovens quando perguntados(as) o que considera negativo no CRJ, por localidade 138
Gráfico 63 – Distribuição das atividades do CRJ Feu Rosa, por Núcleos, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 (%) 219
Gráfico 64 – Distribuição das atividades do CRJ Feu Rosa, por Eixos, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 (%) 220
Gráfico 65 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22(%) 225
Gráfico 66 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22 (%) 226
Gráfico 67 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22(%) 227
Gráfico 68 – Distribuição das atividades do CRJ Terra Vermelha, por Núcleos, entre jul. de 2021 e dez. de 2022(%) 231
Gráfico 69 – Distribuição das atividades do CRJ Terra Vermelha, por Eixos, entre jul. de 2021 e dez. de 2022(%) 232
Gráfico 70 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22 236
Gráfico 71 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22 237
Gráfico 72 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22 238

Instituto Jones dos Santos Neves

Lista de Gráficos do Apêndice

Gráfico 1 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental-Total (anos iniciais e anos finais), dependência administrativa municipal, 2021.....253

Gráfico 2 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental - anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021 253

Gráfico 3 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021 254

Gráfico 4 – Taxa de abandono, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021.....254

Gráfico 5 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), dependência administrativa municipal, 2021.....255

Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental- anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021.....255

Gráfico 7 – Taxa de distorção idade-série, dependência administrativa estadual, ensino médio, 2021 .256

Gráfico 8 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021.....257

Gráfico 9 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021 258

Gráfico 10 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-Total, dependência administrativa municipal, 2021 259

Gráfico 11 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-anos iniciais, dependência administrativa estadual, 2021 259

Gráfico 12 – Taxa de reprovação, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021.....260

Gráfico 13 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- total, Dependência Administrativa Municipal, 2021 261

Gráfico 14 – Taxa de abandono, Ensino Médio, Dependência Administrativa Estadual, 2021 261

Gráfico 15 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- Anos Finais, Dependência Administrativa Estadual, 2021 262

Gráfico 16 – Distorção idade-série, ensino fundamental- anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021.....263

Gráfico 17 – Taxa de distorção idade-série, ensino fundamental total, dependência administrativa municipal, 2021.....264

Gráfico 18 – Taxa de distorção idade-série, ensino fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021.....265

Gráfico 19 – Distorção idade-série, ensino médio, dependência administrativa estadual, 2021 266

Gráfico 20 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-Anos Finais, dependência administrativa estadual, 2021 267
Gráfico 21 – Taxa de reprovação, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021 267
Gráfico 22 – Média de anos de estudos de jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%) 268

Instituto Jones dos Santos Neves

LISTA DE SIGLAS

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CEET - O Centro Estadual de Educação Técnica

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a população em situação de rua

CES - Coordenação de Estudos Sociais

CFDH - Circuito Formativo em Direitos Humanos

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

COVID-19 - Coronavirus Disease 2019

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRC - Central Nacional de Informações do Registro Civil

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRJ - Centro de Referência das Juventudes

EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

ES - Espírito Santo

FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

GF - Grupo Focal

IASES - Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IT - Instrumentos Técnicos

LABpoca - Laboratório de Potencialidades Capixabas

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais

M&A - Monitoramento e Avaliação

MS - Movimento Social

NEJUP - Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo

NEPO - Núcleo de Estudos de População

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas.

ONG - Organização não-governamental

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PCD - Pessoa com Deficiência

PNAD - C - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

PNR - Preferiu não Responder à Pergunta

PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PPJ - Plano Estadual de Políticas das Juventudes

PTrampo - Planejamento de Possibilidade de Trabalho

PVida - Planejamento de Possibilidade de Vida

RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RMGV- Região Metropolitana Grande Vitória

SCFV - Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDH - Secretaria de Estado de Direitos Humanos

SEDU - Secretaria da Educação

SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social

SiMAPP - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

SIC - Segundo Informa Consulente

SPSS - Software para Análise de Dados Estatísticos em Pesquisas Sociais

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UMEF - Unidade Municipal de Ensino Fundamental

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

1 PESQUISA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS CRJS: PARCERIA SEDH, FAPES E IJSN

Este relatório evidencia os resultados finais da pesquisa Monitoramento e Avaliação (M&A) dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), cujo objetivo foi acompanhar de modo sistemático a implementação e o funcionamento inicial dos dois primeiros CRJs implantados nos municípios de Serra e Vila Velha, nos territórios de Feu Rosa e Terra Vermelha, respectivamente.

Desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a pesquisa se insere no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (Simapp)[1] e é resultado de uma demanda da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), que culminou na parceria firmada entre esta Secretaria, o IJSN e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), por meio da Resolução N°279/2020 do Conselho científico-administrativo da FAPES de 03 de dezembro de 2020 e do Termo de Cooperação N°001/2021 (registrado no E-docs em 06/04/2021). Trata-se de mais uma pesquisa inédita no estado do Espírito Santo sob a coordenação do IJSN, desta vez com o foco na política de juventude.

Os Centros de Referência das Juventudes (CRJs) estão sob a gestão da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e são parte do Programa Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo. O objetivo principal da política é a garantia de direitos das juventudes, com o incremento das oportunidades de inclusão social, com foco em jovens de 15 a 24 anos, que residem em áreas de maior vulnerabilidade social.

Os(as) jovens representam aproximadamente quase um quarto da população brasileira e capixaba[2]. Trata-se de uma parcela significativa da população que enfrenta inúmeras dificuldades no que diz respeito à efetivação de direitos sociais, o que denota a

[1] O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP), foi instituído por meio da Lei n.º 10.744, de 5 de outubro de 2017 e tem por objetivo instituir o monitoramento e a avaliação das políticas públicas no ciclo orçamentário do Espírito Santo, de forma ordenada e articulada, aprimorando as políticas e melhorando a qualidade do gasto público (ESPÍRITO SANTO, 2017).

[2] Em 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C), a população de 15 a 29 anos somava em relação à população brasileira, cerca de 23,2% (49.374.909) da população nacional e 21,7% (889.866) do Espírito Santo.

importância de investimento público em políticas que atendam às necessidades específicas desse segmento.

Historicamente, o estado do Espírito Santo tem apresentado altos índices de mortes violentas envolvendo as juventudes, em especial, os jovens negros. Embora haja tendência de redução nas taxas de homicídios de maneira geral, as taxas são bem diferentes entre indivíduos negros (pretos e pardos) e não negros. No Espírito Santo, enquanto a taxa de homicídio de pessoas negras em 2019 era de 35,7 a cada 100 mil habitantes, a mesma taxa para pessoas não negras era de 6,6 para cada 100 mil habitantes.

Nesse sentido, a política foi estruturada para que os CRJs impactassem em diferentes indicadores relativos às juventudes, desde abandono escolar, acesso ao primeiro emprego ou desemprego jovem, acesso a serviços, assim como os índices de violência sofrida e cometida por jovens. Entretanto, mensurar o impacto, no sentido econométrico, do CRJ sobre esses indicadores não se colocou como um caminho possível pelo próprio desenho da política, que inviabilizava a propositura de grupo controle e grupo tratamento[3].

Os resultados que serão apresentados, portanto, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, vão desde a caracterização do público atendido e acompanhado – registrada por meio de instrumentos de coleta de dados de uso diário – até a percepção dos diferentes sujeitos envolvidos na execução da política (jovens, trabalhadores(as) e gestores(as)) captada por meio de entrevistas. Adiante serão detalhados todos os recursos metodológicos propostos.

Entende-se que, neste primeiro momento, é fundamental verificar quem está acessando a política, que tipo de demanda está sendo suprida e como este acesso tem sido percebido pelos(as) jovens que frequentam o CRJ. Ademais, considera-se também

[3]Os termos grupo controle e grupo tratamento são utilizados em metodologia de avaliação de impacto de caráter experimental. Possibilitam a comparação entre um grupo que acessou a política (que recebeu tratamento) e outro que não acessou (grupo com características semelhantes que serve de parâmetro comparativo – grupo controle).

importante captar a compreensão dos diferentes sujeitos acerca da metodologia de trabalho proposta para o CRJ, afinal, esta depende desses sujeitos para sua efetivação.

A equipe de pesquisa observou os processos de implementação e funcionamento dos CRJs, por meio de diferentes estratégias, com o compromisso de registrar e traduzir da melhor forma as principais evidências. Espera-se que os resultados finais apresentados contribuam para o aprimoramento da política, em especial, porque sabemos tratar-se de um projeto coletivo, histórico e desejado pelas juventudes.

O resultado que é apresentado neste relatório é fruto de intenso trabalho de estudo, de pesquisa de campo e de diálogo com as equipes dos CRJs e da SEDH. Espera-se, com ele, auxiliar os(as) técnicos(as) da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) nas tomadas de decisão e realização de possíveis ajustes metodológicos que se mostrem necessários, que possa de fato ser útil para gestores(as), para as juventudes e para todos(as) que desejam se aproximar e compreender um pouco mais as políticas de juventude ainda em construção no estado, que contribua para a produção de vida para as juventudes.

Neste sentido, este relatório está estruturado em 05 partes, além desta breve introdução que sintetiza os objetivos dos CRJs e da pesquisa realizada. No item "**2 Por que monitorar e avaliar**?", é feita uma breve caracterização do conceito de política pública e da importância de se monitorar e avaliar uma política, a título de justificativa da pesquisa. No item "**3 Percurso Metodológico**" apresentam-se as estratégias de pesquisa construídas para a efetivação do M&A dos CRJs. Na sequência, o item "**4 Juventudes e políticas públicas**" traz uma caracterização ampla das juventudes no estado, a partir de alguns temas importantes como violência, acesso à educação, ao mercado de trabalho, alocação do tempo, pobreza e extrema pobreza e saúde mental, por meio de alguns indicadores, assim como contextualiza da construção da política de juventudes no ES. A descrição das desigualdades vivenciadas pelas juventudes, em especial, a juventude negra, possibilita uma melhor compreensão dos significados associados ao CRJ enquanto uma política pública de extrema importância para este segmento.

O item "**5 Resultados**", por sua vez, está dividido em vários subitens. O primeiro, "5.1 Análise do banco de dados administrativos: Formulário Inicial e de Acompanhamento", apresenta dados quantitativo-descritivos do período de aproximadamente um ano de funcionamento inicial dos Centros de Referência das Juventudes, em especial o perfil do público que frequenta e é atendido no CRJ. O segundo subitem "5.2 A avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Feu Rosa e Terra Vermelha pelos (as) jovens frequentadores (as)", além de avaliar o CRJ, seus serviços, instalações e profissionais, pela perspectiva dos jovens atendidos, indica dias e horários preferidos, pontos positivos e negativos listados. A avaliação, a partir basicamente de escalas de satisfação, realizada em dois momentos distintos, buscou evidenciar como o jovem percebe o serviço ofertado, o espaço vivenciado e as interações produzidas no CRJ, elemento fundamental para o monitoramento e avaliação realizados.

O terceiro subitem da seção resultados "5.3 Entrevistas", sintetiza os grupos de entrevistas realizadas com diferentes sujeitos (profissionais CRJs; jovens, familiares e membros do grupo gestor; equipe SEDH) sobre o processo de implementação e o dia-a-dia dos CRJs, a partir da análise realizada por meio do software Iramuteq. Cabe ressaltar que as entrevistas constituem uma parte densa do relatório por trazer as diferentes percepções dos envolvidos no processo, captadas a partir de uma escuta cuidadosa das entrevistas em profundidade. Ainda dentro de Resultados são apresentadas algumas "Observações de campo" (subitem 5.4) onde a equipe relata parte das análises derivadas do contato com o cotidiano do CRJ ao longo da pesquisa.

No último subitem do tópico "Resultados", o foco são os relatórios enviados mensalmente pelos CRJs à SEDH, registros documentais importantes, cuja análise ficou registrada sob o título, "4.6 Análises a partir dos relatórios mensais dos Centros de Referências das Juventudes Feu Rosa e Terra Vermelha".

Por fim, o item "**6 Considerações**" traz algumas ponderações sobre o processo de implementação da política, uma tentativa de síntese que se reconhece como parcial e precária, uma vez que ressaltar determinados aspectos implica necessariamente em encobrir outros não menos relevantes. Dificilmente a riqueza de tudo que foi visto, observado, vivido e registrado, caberia a contento em algumas páginas finais. Fica o

convite para que os(as) leitores(as) não abram mão da leitura completa - a riqueza e complexidade da política monitorada merece um olhar atento.

2 POR QUE MONITORAR E AVALIAR?

O conceito de política pública deriva da relação entre Estado e sociedade, sendo ambos marcados por relações de poder – portanto, a noção de tensionamento é inerente à política. De um modo geral, entretanto, as políticas públicas são compreendidas como diretamente ligadas à garantia de direitos e bem-estar à população ou a segmentos desta. Mesmo que as políticas públicas não sejam vistas por um viés meramente tecnicista, mas admitam a ideia de disputas, e independente da concepção de Estado que se defenda, há um consenso que elas são fundamentais para a realização de melhorias para a sociedade.

Assim, o ciclo da política pública se inicia com a identificação de **problemas e demandas** em uma sociedade. Estes, ao se configurarem como problemas coletivos, entram na agenda de **questões públicas** que demandam ação governamental para serem mitigadas. O próximo passo, subsequente à compreensão do problema (diagnóstico), é a **formulação** (desenho de soluções possíveis) e **implementação das políticas** (que pressupõem decisões e operacionalizações). **Avaliar** os resultados e impactos de uma política deve ser parte deste ciclo e é, portanto, uma tarefa fundamental (JANUZZI, 2011).

Se a efetivação de políticas públicas pressupõe a gestão e coordenação administrativa de ações e programas desenvolvidos pelos governos com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou do terceiro setor, o objetivo central do monitoramento e avaliação (M&A) é aprimorar o desenho dessas políticas, com foco nas potencialidades, limites, melhorias e readequações necessárias. Entende-se que monitorar e avaliar as políticas é essencial para constatar se elas são ou foram capazes de promover mudanças na vida dos(as) cidadãos(ãs).

Ademais, como forma de responder à expectativa/cobrança por políticas mais eficientes e que de fato alcancem seus objetivos, observa-se no Brasil a ampliação paulatina de iniciativas voltadas ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas. Nesse sentido,

o Espírito Santo tem sido pioneiro no fomento a uma cultura de M&A. A instituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP), por meio da Lei n.º 10.744 em 2017, certamente foi uma iniciativa importante para o aprimoramento das políticas e melhoria da qualidade do gasto público. O monitoramento, então, corresponde à coleta e análise sistematizada e contínua de dados sobre uma política para gerar informações sobre seu desenvolvimento e sua implementação. Esta análise sistemática permite comparar os resultados alcançados com as metas planejadas, assim como dar insumo para ajustes e correções à sua implementação. Duas perguntas são chaves num processo de monitoramento: A política está sendo implementada como planejada? As metas estão sendo atingidas?

A avaliação, por sua vez, produz informações que permitem identificar falhas lógicas, redundâncias, atividades inconsistentes e expectativas irrealistas. A partir de critérios racionais, a avaliação deve tentar responder perguntas acerca da percepção dos(as) beneficiários(as) sobre a eficiência da política; se estes pertencem ao público prioritário definido; quais os pontos fortes e fracos e, em especial, quais os resultados observados da política.

Neste sentido, a pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs tem como objetivo contribuir para o aprimoramento do desenho dessa política, se propondo a entender e explicitar tanto as potencialidades quanto os limites e ajustes necessários. A pesquisa buscou produzir evidências sobre a efetividade dos CRJs por meio de diversos instrumentos, construídos a partir de abordagens metodológicas quanti e qualitativas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão dos(as) gestores(as).

Este relatório, portanto, traz o registro da compreensão e sistematização de diferentes aspectos observados no processo de implementação dos CRJs – tanto dimensões objetivas, quanto a percepção dos sujeitos envolvidos, informações extremamente relevantes para o acompanhamento de gestores(as) e equipes CRJs.

Não se trata apenas de investigar se os objetivos e metas estabelecidos na metodologia proposta para os CRJs foram alcançados – o que sem dúvida é muito relevante - mas, principalmente, de compreender os caminhos percorridos nesse processo complexo de

implementação da política e pensar “métricas” potenciais para “mensurar” os efeitos da política na vida dos(as) diferentes jovens que acessam os CRJs.

Este é o ponto central: Como os CRJs têm se inserido na vida concreta dos(as) jovens dos territórios onde estão situados(as) e quais efeitos têm produzido? Contribuir com a resposta a esta questão é a que este relatório se propõe. Ele resulta de um trabalho coletivo e dialogado, que se beneficiou dos saberes e vivências de muitos sujeitos: Jovens, equipe SEDH, equipes CRJs e pesquisadoras do IJSN. É este amálgama que buscamos traduzir aqui.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Monitorar uma política pública implica acompanhar de perto seu funcionamento, com o objetivo de produzir informações sobre o seu desempenho. O que se preconiza é que esse monitoramento ocorra desde a sua implementação e possa se transformar numa tarefa de rotina constante.

A seleção de indicadores que possibilitem enxergar os aspectos em que a política está ou não funcionando adequadamente é uma tarefa importante tanto do processo de monitoramento quanto de avaliação. São essas informações sistematizadas que podem subsidiar a definição de medidas corretivas imediatas ou avaliações mais detalhadas. Os indicadores a serem acompanhados devem estar em consonância com o desenho da política e as metas estabelecidas por esta.

Neste sentido, a primeira tarefa realizada no projeto de monitoramento e avaliação do CRJ foi o estudo criterioso do desenho da política para entender seus objetivos e metas e ter parâmetros para observação de seu funcionamento. O documento denominado **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**, elaborado pela Equipe Gestora da SEDH, à época ainda em sua formulação provisória[4], foi uma referência importante nesta análise por parte da equipe de pesquisa.

[4] Uma primeira versão da Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo, que ainda estava em construção, foi entregue à equipe de pesquisa em 18 de novembro de 2020, antes do início da pesquisa, que ocorreu em maio de 2021. Esta versão foi objeto de

A metodologia dos CRJs, enquanto documento base da política, estabelece os objetivos, as diretrizes, o público, as equipes mínimas de trabalho, a organização dos serviços previstos e dos espaços dos CRJs. A proposta está estruturada em três Núcleos e, dentro deles, Eixos de intervenção, que congregam a oferta de várias atividades direcionadas aos(às) jovens.

Os Núcleos e respectivos Eixos propostos na Metodologia dos CRJs são: **1. Núcleo socioafirmativo e de acesso**: eixos Cola Aê, Fortalece Família e #FicaaDica; **2. Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda**: eixos Tô no Topo, Trampo coletivo e LABPoca; e **3. Núcleo Parcerias**: eixo #TamoJunto. Observa-se a partir desta descrição a complexidade da política. Não estamos falando de uma única forma de participação ou da oferta de uma única atividade, mas, ao contrário, de um serviço que tem a tarefa de ser atrativo para os(as) jovens, ampliando as possibilidades de atendimento, de acesso a direitos e a diferentes manifestações de profissionalização, cultura, esporte e lazer.

Neste sentido, a compreensão da política a ser monitorada e avaliada nos levou a buscar diferentes estratégias metodológicas, a partir de uma perspectiva quanti e qualitativa desenhada na elaboração do projeto de pesquisa. Entendemos que o registro cuidadoso dos atendimentos realizados e do perfil dos(as) jovens que acessam a política é fundamental para mensurarmos se os objetivos desta estão sendo alcançados ou não. Para isto foram elaborados diversos **instrumentos técnicos (ITs)** de registros administrativos cotidianos, quais sejam:

1. Formulário Inicial
2. Formulário Lista de Presença e Contato
3. Formulário Acompanhamento
4. Formulário PVida
5. Formulário Outras Demandas
6. Formulário PTrampo
7. Formulário de Avaliação das Atividades

análise atenta da equipe de pesquisa e fruto de vários debates junto à SEDH, que culminaram em algumas contribuições significativas do IJSN ao documento. Em 19 de agosto de 2021 foi entregue uma segunda formulação, também objeto de análise, e em 24 de maio de 2022 foi entregue a versão final do documento, este incorporando o fruto dos debates conjuntos empreendidos, inclusive trazendo em seu anexo os Instrumentos técnicos de coleta de dados já com as proposições do IJSN. Vale destacar que uma primeira versão de um glossário da Metodologia foi elaborada ainda em março de 2022 e, após sua entrega, a equipe de pesquisa fez algumas observações que culminaram em uma reformulação que passou a integrar a última versão da Metodologia.

8. Formulário Relatório de Mobilização
9. Formulário Empréstimo
10. Formulário Empréstimo (Canhoto)
11. Formulário CFDH Planejamento
12. Formulário Avaliação Jovens
13. Formulário CFDH Avaliação Educadores(as) e Oficineiros(as)

Vale lembrar que grande parte dos ITs propostos contaram com uma formulação embrionária da SEDH e a equipe de pesquisa focou principalmente em rever a formulação, reorganizando, agrupando ou mesmo eliminando algumas perguntas, com o objetivo de dar mais objetividade e de garantir um fluxo adequado de entrada de informações, sem sobreposições ou lacunas. Além disso, foi proposto o formato de captação via *Google Forms*, face à ausência do sistema de informações ainda em fase de elaboração.

A proposição inicial da SEDH, constante na primeira versão da Metodologia do CRJ acessada, contava com dez (10) formulários, quais seja: Formulário Inicial; Formulário de avaliação de empréstimo; Formulário de Inscrição em Oficina; Formulário de pré-inscrição em Oficina; Planejamento do Circuito Formativo em Direitos Humanos; Avaliação Geral do Circuito Formativo em Direitos Humanos (a ser preenchido pelas Juventudes); Avaliação Geral do Circuito Formativo em Direitos Humanos (Educadores(as)/Oficineiros(as)); Planejamento de Possibilidade de Vida e de Trabalho (PVida e PTrampo); Apêndice 9 - Formulário de Uso do Trampo Coletivo; Apêndice 10 - Formulário de Agendamento do LABpoca.

Nesse sentido, embora o número inicial de formulários propostos pela SEDH tenha se ampliado de 10 para 13, após a análise criteriosa do IJSN sobre o material enviado, a comparação entre as formulações iniciais dos ITs e a formulação final explicita um ganho expressivo de objetividade e também em relação à formatação, conforme validação atestada nas reuniões conjuntas entre IJSN e SEDH. A busca pela validação paulatina e contínua dos ITs propostos ou reformulados, por meio de reuniões periódicas com a SEDH, foi um cuidado constante da equipe de pesquisa do IJSN, isto porque entendem-se a relevância do papel desses instrumentos no processo de trabalho dos CRJs.

Quem a política está atendendo de fato? O público prioritário definido para a política está chegando e sendo acolhido pelo CRJ? Identificar faixa etária, raça/etnia, identidade

de gênero, renda familiar, escolaridade, interesses iniciais, formas de conhecimento do CRJ, se frequenta a escola ou se já passou pelo sistema socioeducativo, entre outras informações, é fundamental para sabermos de fato como a política está sendo implementada. Todas estas informações têm relação direta com o desenho da política. Criar mecanismos que permitissem captar tais informações foi uma etapa importante.

Optou-se pela construção de alguns formulários (IT) no *Google Forms* para facilitar a captação das informações cotidianas dos CRJs. Após o preenchimento diário, as equipes, durante a pesquisa de M&A, enviam mensalmente para o IJSN uma planilha em Excel, gerada automaticamente pelo *Google Forms* com as respostas relativas ao preenchimento dos instrumentos técnicos propostos. Esta planilha encaminhada alimenta um banco de dados específico para cada um dos CRJs acompanhados. Os dados recebidos têm sido inseridos pelo IJSN no SPSS – software para análise de dados estatísticos em pesquisas sociais – para facilitar a tabulação e os cruzamentos necessários à pesquisa.

Cabe ressaltar que, para qualificar o preenchimento dos ITs, todos os(as) profissionais que atuavam nos dois CRJs participaram de uma **oficina de alinhamento**, cujo objetivo foi a apresentação dos instrumentos propostos e a sensibilização para o processo de monitoramento, que pressupõe a compreensão e envolvimento de todos(as) na captação dos dados.

Além da oficina de alinhamento sobre o processo de monitoramento, foi elaborado um documento denominado **Diretrizes para o Monitoramento dos CRJs**, onde cada IT foi detalhado em termos de objetivo, forma de preenchimento, responsável pelo preenchimento e quem deveria responder ao formulário proposto. Visitas aos CRJs, reuniões online e orientações diversas por telefone também foram realizadas ao longo do processo.

Os registros administrativos, entretanto, trazem um tipo de informação importante e específica, e não captam a percepção dos diferentes sujeitos envolvidos no processo. Nesse sentido, foram realizadas inicialmente 25 entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, com gestores(as) e funcionários(as) do CRJ [gestores(as) das

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) responsáveis pelos CRJs; coordenadores(as) gerais e coordenadores(as) de articulação, profissionais da equipe técnica – psicólogos(as), terapeutas ocupacionais e assistentes sociais -; educadores(as) sociais; técnicos administrativos e jovens articuladores(as)], no mês de dezembro de 2021.

O projeto de pesquisa apresentado à FAPES previa também a realização de grupos focais, no início do funcionamento dos CRJs, com os segmentos jovens frequentadores(as), jovens do território que não utilizam o CRJ e familiares/comunidade. Contudo, o cenário de pandemia por COVID-19 ainda vigente no início de 2022 nos fez repensar esta estratégia. Vários(as) integrantes das equipes CRJs ficaram afastados(as) por motivo de estarem com COVID-19 e as atividades do CRJ chegaram a ser suspensas em janeiro do referido ano, período previsto para a realização dos grupos focais. Considerou-se que o quadro de pandemia seria um fator dificultador a mais para a mobilização dos sujeitos que iriam participar dos grupos focais.

Assim, optou-se por também realizarmos entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, com estes segmentos citados (jovens frequentadores(as), jovens do território que não utilizam o CRJ e familiares/comunidade), por medida de segurança sanitária e também da equipe pesquisadora. As entrevistas possibilitaram acessar, alternativamente aos grupos focais previstos, parte desta dimensão mais qualitativa do acompanhamento da implementação dos CRJs, evitando criar mais uma situação de aglomeração de pessoas, assim como contornar as dificuldades de mobilização intensificadas pelo quadro pandêmico, naquele momento.

Foram realizadas vinte (20) entrevistas, nos meses de março e abril de 2022, sendo quatro (04) Jovens frequentadores(as) dos CRJs; quatro (04) Jovens acompanhados(as) pelos CRJs; quatro (04) Jovens que não frequentam os CRJs; quatro (04) Familiares de Jovens frequentadores(as) do CRJ/Comunidade e quatro (04) integrantes do Grupo Gestor. A tabela 01 traz informações sobre o número de entrevistas realizadas, por segmento e CRJs.

Tabela 1 – Total de entrevistas por CRJ e segmentos.

Segmento	N° de entrevistas		
	CRJ Terra Vermelha	CRJ Feu Rosa	Total
Gestores(as) (coordenação geral, coordenação de articulação e representantes da OSC)	4	3	7
Equipe técnica	3	3	6
Educador(a) social	3	3	6
Jovens articuladores(as)	3	3	6
Total de entrevistas Gestores(as) e Profissionais			**25**
Jovens frequentadores(as) do CRJ	2	2	4
Jovens acompanhados(as) pelo CRJ	2	2	4
Jovens que não frequentam o CRJ	2	2	4
Familiares de Jovens frequentadores(as) do CRJ/ Comunidade	2	2	4
Grupo Gestor	2	2	4
Total de entrevistas jovens e familiares/comunidade			20
Total de entrevistas			45

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Também foram realizadas entrevistas individuais com a equipe da SEDH responsável pela elaboração, implementação e acompanhamento da política. Foram realizadas em agosto de 2022 quatro entrevistas, com duração média de uma hora e meia, cada.

A entrevista, como técnica de coleta de declarações, permite que o(a) pesquisador(a) tenha uma conexão mais direta com a pessoa, buscando apreender sua opinião sobre um tópico. O uso da entrevista com roteiro semiestruturado, como foi o caso nesta pesquisa, embora se assemelhe a uma conversa amigável, exige cuidado em sua

formulação, desenvolvimento e aplicação. As perguntas da pesquisa são o parâmetro para a construção do roteiro de entrevista, cujos objetivos devem ser bem delineados para que se obtenham os resultados desejados (LAKATOS & MARCONI, 2007).

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, com algumas perguntas geradoras que tinham a função de levantar uma temática a ser discorrida pelos(as) entrevistados(as). A intenção era que estes(as) pudessem falar de forma mais livre sobre o tema proposto, com um mínimo possível de intervenção das pesquisadoras de campo. Além de uma identificação inicial, apenas para registro do perfil dos sujeitos entrevistados (como idade, raça/cor, orientação sexual, identidade de gênero e local de residência), os temas abordados foram: expectativas sobre o CRJ; percepções sobre o atendimento no CRJ; relações com o território; violência e trabalho e renda. Ao final das entrevistas, era solicitado que a pessoa entrevistada comentasse sobre outros temas que considerasse relevantes, que não tivessem sido abordados no decorrer da entrevista.

As entrevistas realizadas foram transcritas e analisadas com auxílio do software de análise lexical Iramuteq. Esta ferramenta possibilita a sistematização da análise empregada ao conjunto de dados textuais gerado pelas entrevistas - denominado de *corpus* -, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que viabiliza a compreensão do conteúdo a partir não só do processo de categorização, mas também de análise dos contextos em que os segmentos de textos e as palavras mais representativas se inserem. Além disso, o programa gera classes que reúnem conteúdos-chave que orientam a interpretação e a análise do *corpus* como um todo. Como poderá ser observado adiante, o Iramuteq permite a apresentação dos resultados obtidos com a CHD da análise de maneira gráfica (um dendrograma) que demonstra a) a porcentagem do conteúdo reunido em cada uma das classes, b) a ligação que essas classes apresentam entre si e c) algumas das palavras mais representativas e ilustrativas de seus conteúdos (CAMARGO & JUSTO, 2013). Este exercício analítico exige para sua efetividade, a complementação das observações de campo realizadas ao longo da pesquisa.

As entrevistas realizadas foram agrupadas em três *corpus* de análise distintos: um agrupando as primeiras entrevistas realizadas com os(as) gestores(as) e profissionais do CRJ, outro agrupando as entrevistas com os(as) jovens e familiares/comunidade e outro agrupando as entrevistas com a equipe da SEDH.

Além das entrevistas citadas acima, também foram aplicados questionários fechados aos(as) jovens que são acompanhados(as) ou que apenas frequentam os CRJs, a fim de captar a percepção sobre o CRJ e dados acerca da participação.

O questionário fechado também se configura como um tipo de entrevista. A diferença está na formulação das perguntas que podem ser de múltipla escolha e/ou de classificação, onde os(as) entrevistados(as) selecionam uma das opções pré-selecionadas exibidas. Entretanto, como ressalta Seidman (1991), é preciso ter cuidado para que não haja nenhuma forma do(a) entrevistado(a) se sentir coagido(a) a responder de uma forma determinada. Por este motivo, mesmo sendo um questionário relativamente simples e curto, fizemos questão que o mesmo fosse aplicado apenas pela equipe de pesquisadoras.

No questionário aplicado aos(às) jovens, foram perguntadas questões sobre dias, horários, tipos de participação, encaminhamentos e, em especial, avaliação sobre o atendimento e diferentes aspectos do CRJ – desde espaço físico, programação à interação entre jovens e com as equipes. A intenção dessa ferramenta era captar especificamente a avaliação a partir do olhar das juventudes que acessaram a política. Os dados coletados foram analisados a partir do SPSS, para fins de tabulação e cruzamentos pertinentes à pesquisa.

O questionário foi aplicado, numa primeira etapa, a um total de 126 jovens, sendo 72 do CRJ Feu Rosa e 54 do CRJ Terra Vermelha, nos meses de junho e julho de 2022. O período inicial de aplicação previsto foi estendido uma vez que a equipe encontrou dificuldade para localizar um número expressivo de jovens acompanhados(as). Tínhamos especial interesse em ouvir estes(as) jovens acompanhados(as) porque eles/elas nos dariam notícias com mais precisão sobre como o acompanhamento

dos(as) jovens tem sido percebido por estes(as). O acompanhamento é uma das atividades centrais da Metodologia proposta para o CRJ.

Numa segunda etapa, esse mesmo questionário foi reaplicado a um total de 126 jovens, sendo 65 do CRJ Feu Rosa e 61 do CRJ Terra Vermelha, nos meses de novembro de 2022 a fevereiro de 2023. A intenção da pesquisa foi captar a avaliação e informações da participação dos(as) jovens em dois momentos distintos - um no primeiro semestre de funcionamento do CRJ, logo no início da participação nas atividades, e outro, no segundo semestre de funcionamento do CRJ, para captar uma percepção, em tese, mais amadurecida dos jovens sobre o equipamento e a política ofertada. Os resultados das duas etapas serão descritos comparativamente.

Tabela 2 – Número de jovens que responderam ao questionário, por CRJ e tipo de vínculo de participação

	CRJ	Número de Jovens que frequentam o CRJ	Número de Jovens acompanhados(as) pelas equipes técnicas dos CRJ	Total de jovens que responderam ao questionário
1° fase	Feu Rosa	37	35	72
	Terra Vermelha	23	31	54
Total 1° fase				126
2° fase	Feu Rosa	20	45	65
	Terra Vermelha	26	35	61
Total 2° fase				126
Total fases 1 e 2				252

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Para finalizar a pesquisa, considerou-se importante retornar a campo para ouvir as equipes dos CRJs para captar suas percepções sobre o primeiro ano de implementação

da política, os desafios e potencialidades observados. Com a diminuição considerável de casos de COVID-19, foi possível retomar parcialmente a proposta de realização de grupos focais (GF), como uma técnica complementar às escutas realizadas anteriormente. Os(as) mesmos(as) profissionais que participaram do GF já haviam sido entrevistados(as), porém no início da implementação dos CRJs. Face à exiguidade do tempo optou-se por ouvir diferentes segmentos profissionais em um mesmo GF, por entendermos, que neste caso, pelo nível de integração das equipes e pelo propósito do GF não haveria perdas metodológicas significativas.

Foram realizados dois grupos focais, respectivamente, nos CRJs de Feu Rosa e Terra Vermelha em janeiro e fevereiro de 2023. Definiu-se como critério de participação o tempo de exercício profissional no Centro. Ou seja, participaram desta etapa da pesquisa, trabalhadores(as) que tinham o mínimo de 6 meses de trabalho no referido CRJ. Em Terra Vermelha participaram 9 profissionais e, em Feu Rosa, foram 6 profissionais, de diversos cargos.

Trabalhou-se também com a observação participante, um método de pesquisa cuja aproximação do(a) pesquisador(a) à realidade em análise deve ser feita com muita cautela. Esse é um trabalho longo e difícil, pois o(a) observador(a) precisa trabalhar com as expectativas do grupo, além de se preocupar em desconstruir alguns bloqueios, como a desconfiança e a reticência do grupo. O objetivo principal é tentar diminuir a distância que separa os(as) pesquisadores(as) do grupo social com o qual pretende trabalhar. Essa abordagem, que exige paciência e honestidade, é uma condição inicial necessária para que o processo de pesquisa ocorra de fato dentro do grupo, com seus membros participando como protagonistas e não apenas objetos. É importante que, numa segunda fase, os(as) pesquisadores(as) se esforcem para ter uma visão holística da realidade em estudo.

Neste sentido, cada visita aos CRJs, cada contato com os diferentes atores do processo de implementação da política, por motivos diversos, era entendida como uma aproximação com um desejo de escuta, o que possibilitou a percepção de diferentes dimensões que compõem um quadro mais amplo que se deseja compreender.

O estudo minucioso da Metodologia dos CRJs, à luz da observação cuidadosa das rotinas, assim como o diálogo e a interação constante com as equipes CRJs e equipe SEDH, no sentido de melhor entender a realidade da política, foram fundamentais para o processo de monitoramento. Esta observação entremeada com interação com as equipes e com a tentativa de estar presente em algumas atividades dos CRJs foram sistematizadas no item 5 – "Análise a partir das observações do campo" deste relatório, que busca traçar com cuidado a percepção das pesquisadoras sobre a implementação da política, não como meras agentes externas, mas como sujeitos que vivenciaram uma parte significativa da construção da política de juventude do estado.

Vale ressaltar aqui a composição multidisciplinar da equipe. O projeto é coordenado por uma cientista social, portanto, seu desenho foi construído a partir do campo da sociologia, área de atuação da coordenadora. Entretanto, ao longo de sua execução contou com a participação preciosa de bolsistas com diferentes formações em sua trajetória. Integraram o processo de pesquisa - desde o seu início, com entradas e saídas diferenciadas - profissionais/bolsistas de campos de estudo como a economia, a terapia ocupacional, a antropologia, a educação, a comunicação social, a psicologia e a própria sociologia. Esta diversidade de saberes produziu e tem produzido, sem dúvida, uma riqueza analítica incomensurável, da qual toda equipe usufrui e é grata pela sinergia produzida.

Observa-se, pelo que foi descrito até aqui, a confluência de diferentes instrumentos e estratégias metodológicas, para responder a diferentes perguntas desta pesquisa de monitoramento e avaliação da política CRJ. O conjunto de linhas de observação e análise que será apresentado de forma mais detalhada a seguir, é parte do esforço de pesquisa empreendido que partiu da concepção de que era necessário articular perspectivas quanti e qualitativa na consecução do projeto, para que o mesmo alcançasse êxito.

Este relatório final tem a pretensão - ao circular entre os pares pesquisadores e pesquisadoras, diferentes sujeitos da pesquisa, gestores(as) e sociedade em geral - de ser mais uma ferramenta nesta construção analítica que necessariamente pressupõe um amplo diálogo com todos(as) os(as) envolvidos(as). Espera-se que outros olhares e observações a partir da leitura se somem aos resultados apresentados, produzindo um

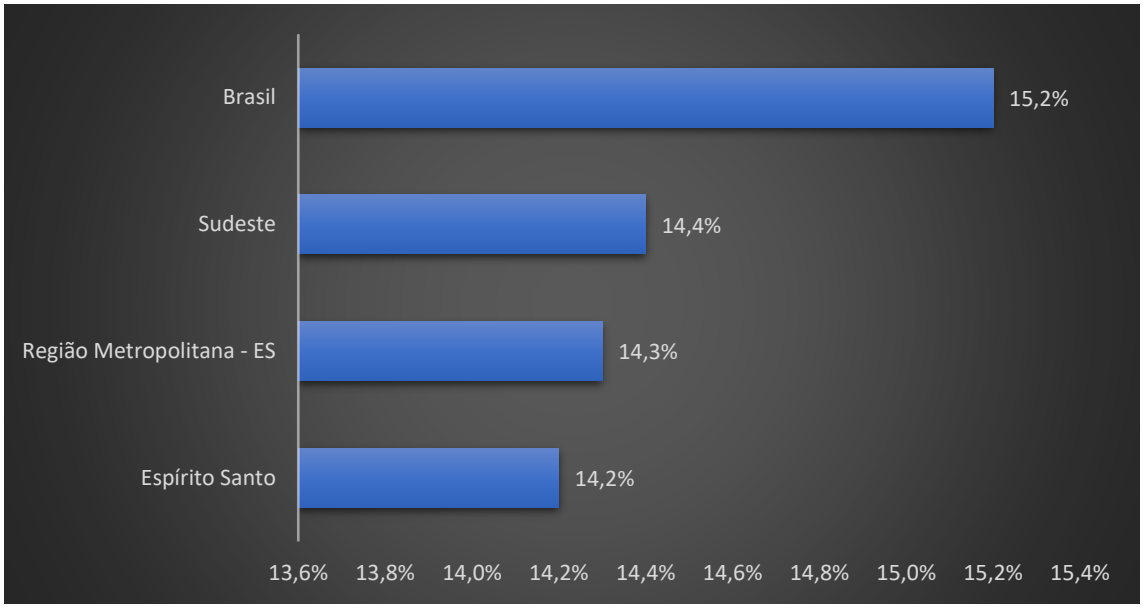
debate qualificado. Esta perspectiva colaborativa configura-se como um pressuposto epistemológico e é uma tônica presente desde a construção do projeto de pesquisa em execução.

4 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Olhar para as juventudes e os territórios onde estão situados os dois CRJs, neste momento inicial da implementação da política, a partir de dados e indicadores permite o registro de um quadro amplo que serve como um parâmetro importante para o acompanhamento da política, assim como para análises futuras. Nesse sentido, trataremos da caracterização das juventudes presentes nos territórios de abrangência de ambos os CRJs apresentando-se dados referentes a escolaridade, raça/cor, renda e territorialidade, ampliando-se a compreensão da política em tela serão evocadas, ainda, discussões sobre saúde mental, temática presente no cotidiano dos CRJs e da implementação das PPJ nos níveis Estadual e Federal.

No plano nacional, de acordo com as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C), em 2021, as juventudes de 15 a 29 anos somavam cerca de 23,2% (49.374.909) da população nacional, 22,0% (19.674.808) da parcela populacional da região Sudeste, 21,7% (889.866) do Espírito Santo e 22,2% (450.670) da composição da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Em relação aos jovens de 15 a 24 anos, faixa etária do público prioritário do CRJ, a PNAD-C estimou que, no ano de 2021, essa população somava cerca de 15,2% (32.416.907) da população do país, 14,4% (12.908.454) da região Sudeste, 14,2% (584.464) do segmento populacional do ES e 14,3% (290.482) do total de pessoas da RMGV (Gráfico 01).

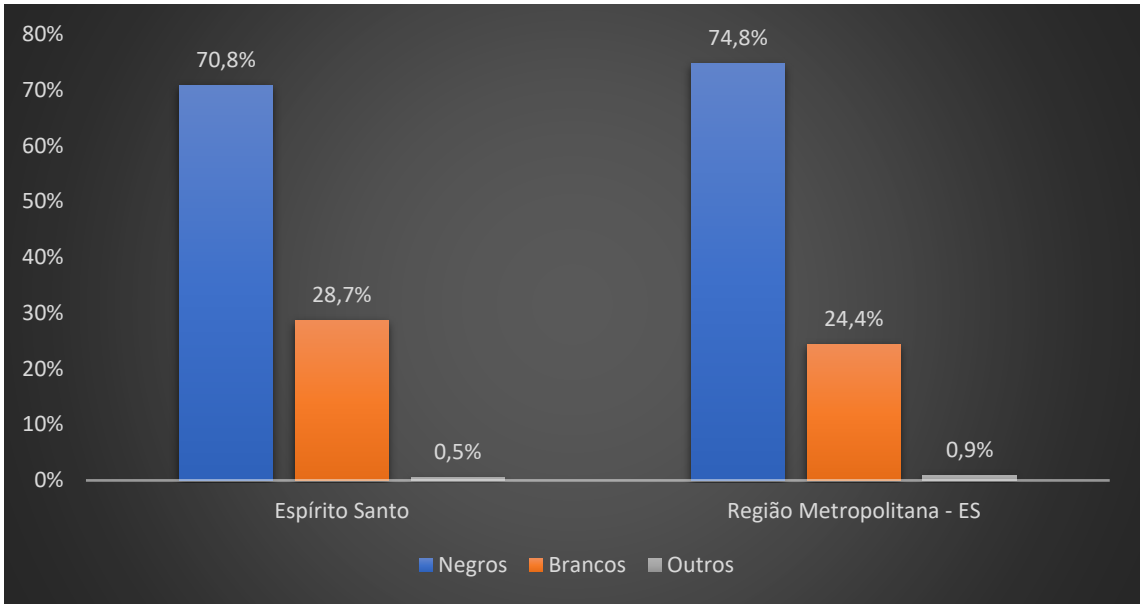
Gráfico 1 – Jovens de 15 a 24 anos, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua). Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

De acordo com a PNAD-C, no ano de 2021, cerca de 28,7% (167.981) da população de 15 a 24 anos do ES identificava-se como branca e 70,8% (584.464) como negra (soma de pardos e pretos). Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no ano de 2021, o percentual de jovens brancos de 15 a 24 anos foi de 24,4% (70.840) e de negros foi de 74,8% (290.482) (Gráfico 02).

Gráfico 2 – Jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES e RMGV, 2021 (%)[5]



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Observa-se que a maior parte dos(as) jovens no Espírito Santo se autodeclara negro(a). De maneira geral, as juventudes representam um segmento populacional que enfrenta questões de origem histórica com relação à efetivação de direitos sociais básicos, tais como o acesso às atividades de cultura e lazer, acesso ao mercado de trabalho e acesso e permanência a educação escolar de qualidade, isto se intensifica à medida que cruzamos os marcadores sociais da diferença, principalmente raça/cor e gênero.

4.1 TERRA VERMELHA E FEU ROSA: PRIMEIROS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA

Conforme apresentado anteriormente[6], os territórios abrangidos pelos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha são geograficamente diferentes. Enquanto em Terra Vermelha existe uma faixa extensa de bairros adjacentes ao espaço físico do CRJ, em Feu Rosa existem

[5] Outros equivalem aos que se identificam como amarelos e indígenas.

[6] O mapa com a disposição dos bairros encontra-se no tópico 4.1 CRJ Terra Vermelha e 4.1.1.2 CRJ Feu Rosa.

bairros mais distantes. Partindo-se do princípio de que o território é tecido pelas relações, a localização geográfica que se apresenta de maneiras distintas para ambos, os CRJs interferem diretamente na oferta/cobertura de serviços, na característica das relações e na configuração das redes formais e informais de suporte. Ou seja, as informações apresentadas a seguir são diretamente produzidas e influenciadas pela disposição física e simbólica dos espaços.

As políticas sociais, de maneira geral, são instituídas e sustentadas a partir de informações e dados quanti e qualitativos que afirmam sua necessidade. No caso das políticas públicas de juventude, especialmente as capilarizadas no território - os CRJs, por exemplo -, sua implementação se justifica a partir de dados territoriais que demonstram elevados índices de violência aos quais jovens entre 15 e 24 anos estão submetidos. Neste sentido, é importante ressaltar que índices de violência são produzidos por fatores multicausais que se forjam em meio a marcadores sociais da diferença, tais como raça, cor, territorialidade e fatores múltiplos que se interseccionam.

Embora se comprove, a partir de dados quantitativos, as desigualdades às quais as juventudes negras, pobres e periféricas estão expostas, é importante ressaltar que não existe um tipo ideal de "jovem negro" ou um tipo ideal de "jovem". Existem pluralidades e diversas formas de ser/existir enquanto jovem, mulher, homem, negro(a) e demais segmentos da sociedade.

Portanto, na perspectiva de construir uma rede de apoio para o público prioritário e de afirmar a necessidade de uma rede formal de suporte ampliada, o CRJ integra ações em parceria com as instituições já existentes no território de implementação, com uma oferta de serviços voltada especificamente para as juventudes. Neste sentido, o CRJ opera como fundamental componente da rede de serviços, cujo trabalho deve ser operacionalizado, sobretudo, em rede.

Naquilo que se refere às demandas das juventudes nos territórios de Feu Rosa e Terra Vermelha, equipamentos de saúde, educação, trabalho, cultura, e outros, oferecem

diversos serviços específicos às juventudes. No território de **Feu Rosa**, por exemplo, foram mapeados:

a) Serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS): três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), quatro Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a população em situação de rua (Centro Pop), nove Abrigos Institucionais, uma república para jovens, um Albergue Noturno, duas Casas Lares e uma Residência Inclusiva;

b) Serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS): 3 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que se dividem em infanto-juvenil, Tipo II e Álcool e drogas[7];

c) Serviços da área da educação: oito escolas de ensino fundamental e médio, uma Faculdade particular;

d) Outros serviços (situados em diversas áreas de atuação): um Centro de Aperfeiçoamento Técnico do Espírito Santo[8], Grupo Mente Sustentável[9], Projeto Territórios em Rede[10] e um Conselho Tutelar;

Já no território de abrangência do **CRJ Terra Vermelha** existem:

Serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, tais como dois Cras e um Creas;

[7] Os CAPS são serviços de saúde cuja finalidade é atender pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Neste sentido, o CAPS AD é especializado em atender pessoas com transtornos pelo uso de álcool e outras drogas e o CAPS IJ especializado em atender crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes e também transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.

[8] Centro de aperfeiçoamento focado em medidas de proteção para trabalhos em altura.

[9] Grupo voltado para o público de jovens e mães com atividades diversas.

[10] Iniciativa da Fundação Vale para identificar crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos em situação de evasão escolar.

Serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde: 5 UBS e 3 CAPS, sendo um do tipo II, um infanto-juvenil e um Álcool e outras drogas

Serviços da área da educação, como oito escolas municipais e duas estaduais[11];

Outros serviços representados por ONGs, redes informais e outros.

Ressalta-se que, embora existam serviços pertencentes às mesmas políticas sociais, a rede se estrutura a partir de relações complexas e diferenciadas, uma vez que a territorialidade se coloca como fator fundamental para a qualidade dessas redes e relações. As equipes de ambos os CRJs relataram diversas situações com relação às disposições e disponibilidades da rede de serviço durante o processo de monitoramento e avaliação; observou-se que há uma diferença evidente com relação às redes, haja vista o processo de territorialidade ao qual estão expostos ambos os CRJs.

No território do CRJ Terra Vermelha, por exemplo, existem duas redes instituídas, quais sejam, a rede Ressoar - composta por vários serviços e equipamentos – e o Grupo de Trabalho de Serviços de Fortalecimento de Vínculo da Região 5, pertencentes à Política de Assistência Social. A equipe deste CRJ se divide para participar de reuniões de rede e de outras atividades determinadas pelas organizações. Já o território de Feu Rosa enfrenta outras especificidades com relação às redes: por um lado há uma rede instituída e organizada, ainda que com fragilidades relacionadas aos processos de trabalho e sucateamento de políticas sociais (fenômeno macrossocial).

Por outro lado, percebe-se, a partir das falas e idas à campo, que, embora os serviços estejam localizados no território, as relações entre CRJ e rede de serviços enfrentam alguns limites. Tais limites existem não por falta de desejo ou investimento de ambas as partes, mas por processos de trabalho diferenciados.

A rede apresentada, que engloba, inclusive, os CRJs, objetiva, também o combate às desigualdades às quais estão expostas as juventudes prioritárias no atendimento proposto pela metodologia, a partir de suas políticas específicas. Cabe ressaltar que,

[11] Para esse quantitativo de escolas, consideramos as informações dos sites da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria da Educação (SEDU).

cada política supracitada possui programas específicos, os quais têm desde plano de ações a cartilhas que especificam o atendimento à população negra na perspectiva de garantia de direitos e de equidade no atendimento.

Serão apresentados dados e discussões referentes às demandas que surgiram no cotidiano do serviço e na coleta de dados durante o processo de pesquisa: inicialmente, os dados concernentes às violências que acometem as juventudes negras e, em seguida, dados históricos sobre da tentativa de reparação de questões sociais a partir da criação da agenda política e políticas públicas no Brasil e no Espírito Santo (ES), e de discussões nas áreas da saúde, educação, empregabilidade e renda, indicadores fundamentais para a criação e manutenção das políticas sociais.

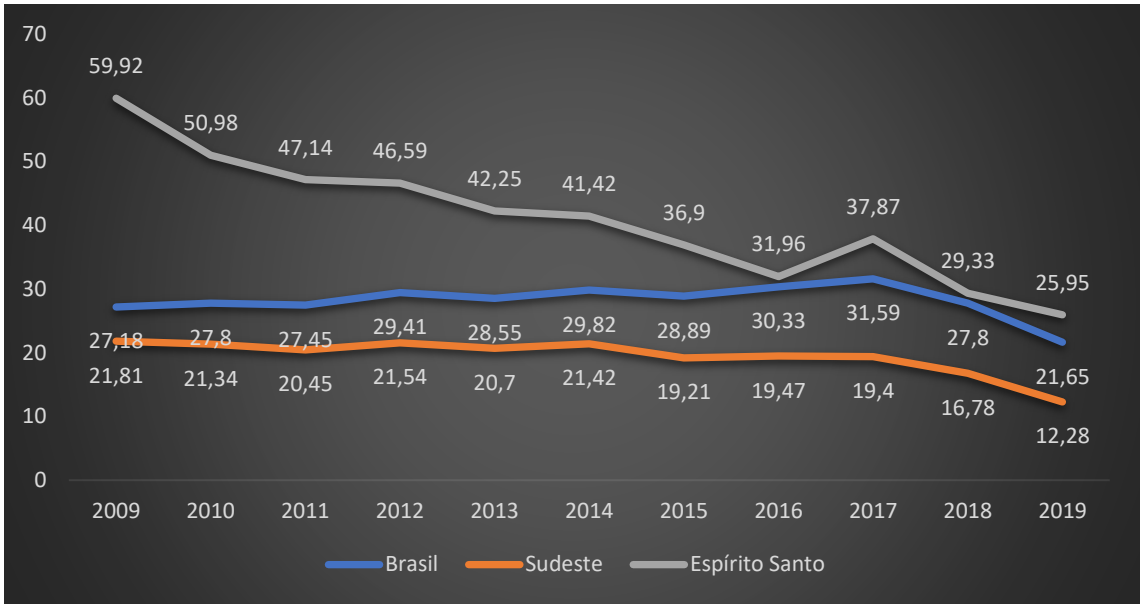
4.2 JUVENTUDES, RACISMO E VIOLÊNCIA

As juventudes estão entre as maiores vítimas de violência letal no país, de modo que o homicídio é o principal motivo de mortalidade entre essa parcela populacional. Evidências comprovam que as juventudes que são mortas têm classe social, cor e endereço, uma vez que são, majoritariamente, jovens pretos e pardos, pobres e moradores de periferia. O alto índice de letalidade entre as juventudes negras está intrinsecamente vinculado ao racismo estrutural e estruturante, que preconiza que as relações sociais, políticas, econômicas, familiares, jurídicas, entre outras, são atravessadas e produzidas a partir da raça.

Segundo dados apresentados pelo Atlas da Violência (IPEA, 2021), as taxas de homicídio[12] verificadas entre 2009 e 2019 apresentaram redução acentuada para o Espírito Santo, em consonância com as reduções ocorridas regional e nacionalmente.

[12] A classificação “homicídios” não se refere à tipologia do Código Penal brasileiro, mas à Classificação Internacional de Doenças adaptada à realidade brasileira (CID-BR-10), atualizada pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade/Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde (SIM/SVS/MS). Nesta categoria, são agrupadas mortes por agressões e intervenções legais (IPEA, 2021).

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Homicídios por cem mil habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2009 a 2019

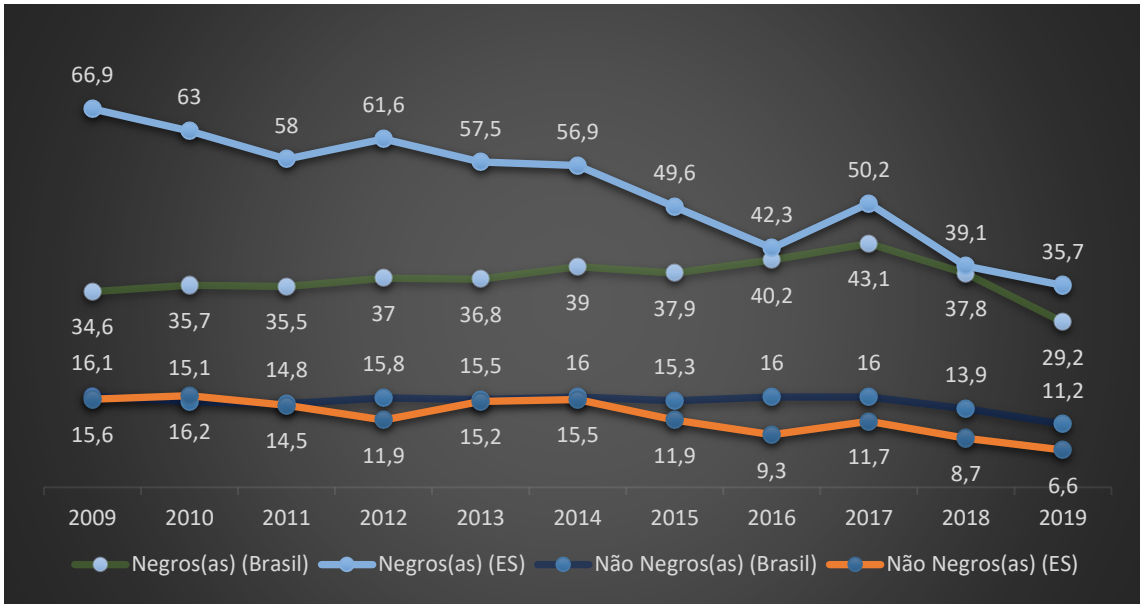


Fonte: IPEA, Atlas da Violência 2021.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Embora haja tendência de redução nas taxas de homicídios de maneira geral, destaca-se que as taxas são bem diferentes entre pessoas negras e não negras[13]. No Espírito Santo, enquanto a taxa de homicídio de pessoas negras em 2019 era de 35,7 a cada 100 mil habitantes, a mesma taxa para pessoas não negras era de 6,6 para cada 100 mil habitantes.

[13] Brancos(as), amarelos(as) e indígenas.

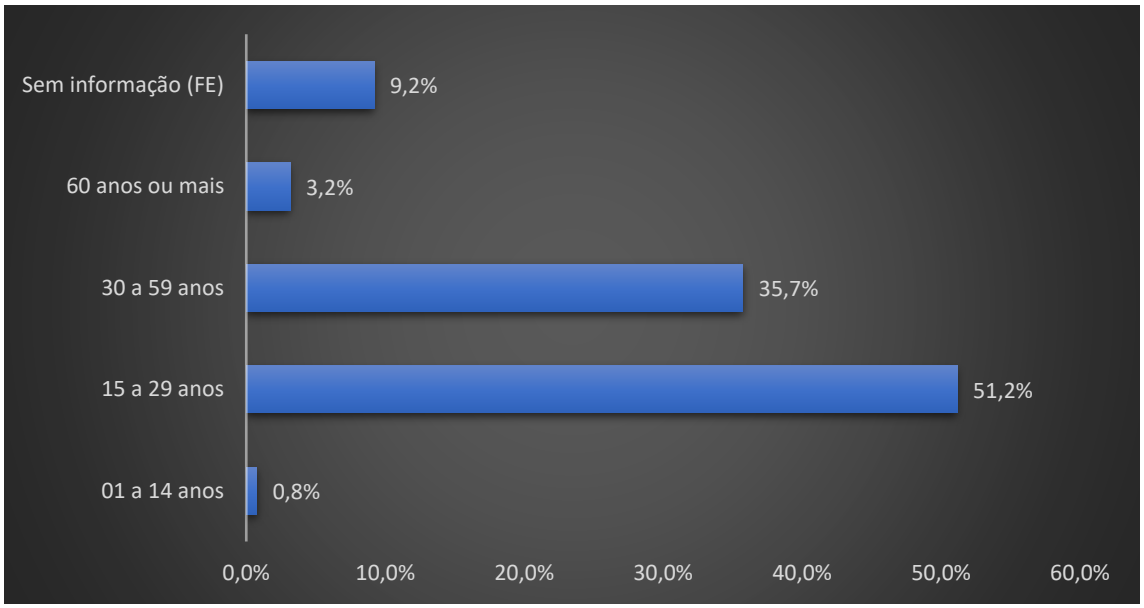
Gráfico 4 – Taxa de Homicídios de Negros(as) e de Não Negros(as) a cada 100 mil Habitantes, Espírito Santo e Brasil, 2009 a 2019



Fonte: IPEA, Atlas da Violência 2021.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Além da significativa diferença nos números de óbitos de pessoas negras e não-negras, destaca-se que a maior parte das vítimas de violência letal no Espírito Santo são homens e jovens. Apenas em 2020, dos 1.206 óbitos por motivos violentos registrados, aproximadamente 91% foram de homens e mais da metade das vítimas está compreendida na faixa etária de 15 a 29 anos. O gráfico 05 apresenta os dados sobre as vítimas de violência no estado por idade.

Gráfico 5 – Distribuição percentual de óbitos por motivos violentos por faixa etária, Espírito Santo 2020



Fonte: IJSN (2021), Observatório da Segurança Cidadã, Ocorrências Letais, 2020.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Estas evidências, que comparecem em todo Estado do Espírito Santo, também se repetem quando observamos isoladamente os dados específicos dos territórios atendidos pelos CRJs de Feu Rosa e Terra Vermelha.

Dados do Boletim de Homicídios gerado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) mostram, por exemplo, que o município de Serra somou de 2016 a 2021, 1.198 homicídios, e que os treze bairros atendidos pelo CRJ - Feu Rosa, somam 258 (21,53%) homicídios. Os bairros atendidos são Vila Nova de Colares, Conjunto Feu Rosa, Sitio Esmeralda (Ourimar), Bairro das Laranjeiras, podendo chegar a Jacaraípe, São Patrício, Enseada de Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe, São Francisco, Costa Dourada, Estância Monazítica, Jardim Atlântico e Parque Jacaraípe. Destes, destaca-se que 217 (93,9%) foram contra homens, 14 (6,1%), contra as mulheres, 84 (40,2%) homicídios foram contra jovens entre 15 e 24 anos. Ressalta-se ainda que 178 foram contra pessoas negras, somando 82,03% do total de homicídios de homens dentro dos bairros.

Ainda em relação a homicídios, o território atendido pelo CRJ Terra Vermelha soma 146 mortes; entre os bairros atendidos estão Cidade da Barra, Riviera da Barra, 23 de Maio, Brunela, Estrela, Jabaeté, João Goulart, Morada da Barra, Normília da Cunha Azeredo, São Conrado e Ulisses Guimarães. Entre as 146 mortes, 136 (93,2%) ocorreram contra homens, 61(44,2%) contra jovens entre 15 e 24 anos. Do total de homicídios contra homens, 120 (88,2%) foram contra pessoas negras.

Todas estas informações evidenciam que jovens homens e negros seguem há anos sendo as principais vítimas da violência a partir da união entre racismo, pobreza e diferentes condições de gênero, situação que que é construída no processo político de extermínio das juventudes negras.

Para além das estatísticas relacionadas aos óbitos destes jovens negros, destaca-se também o número daqueles que estão encarcerados no sistema prisional ou em cumprimento de medida socioeducativa. O aprisionamento em massa é outra dimensão de como o racismo estrutural afeta a vida das juventudes negras. Sobre essa realidade, Lemos et al (2017, p.166) assinala que "[...] um lugar criado para esse grupo social recorrente é a cadeia ou o caixão".

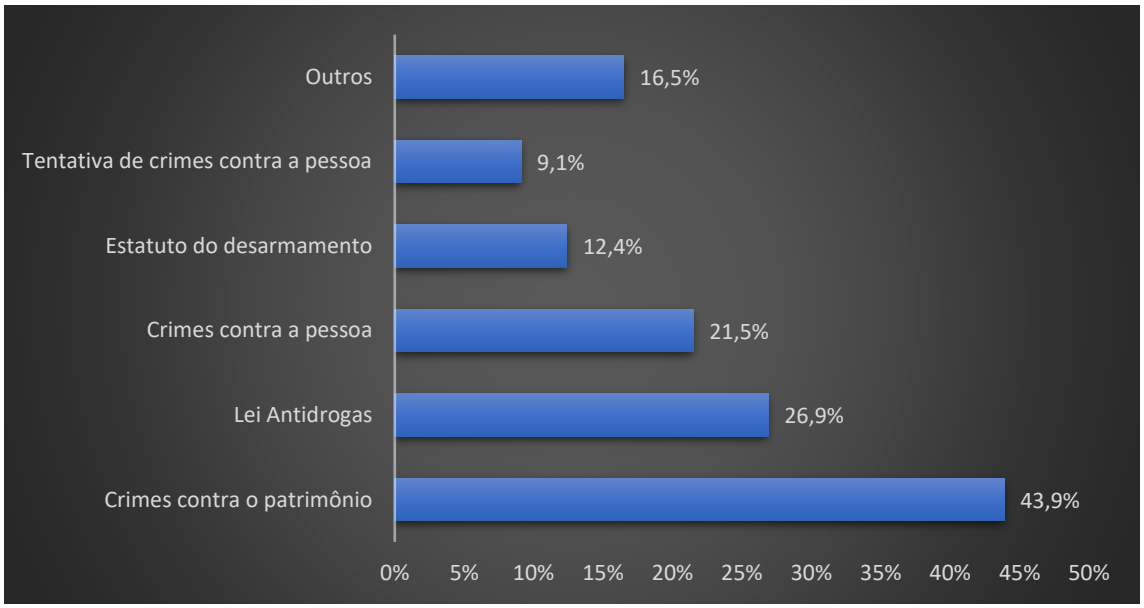
Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (2021), no Espírito Santo até dezembro de 2020 havia um total de 23.216 pessoas encarceradas. Dos indivíduos presos para os quais há informações disponíveis[14], nota-se que aproximadamente 57% estão na faixa etária entre 18 e 29 anos e aproximadamente 81% são negros.

Além de jovens presentes no sistema penitenciário, segundo o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES), a quantidade de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas também apresenta números elevados no estado, acima da média nacional. Os principais atos infracionais cometidos por estes(as) jovens são análogos aos crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) e aos crimes tipificados na Lei Antidrogas. No Espírito Santo em 2020, aproximadamente 44% dos(as) jovens foram

[14] As análises desta seção são empregadas apenas à parcela da população carcerária para a qual existem dados detalhados (aproximadamente 55% do total de pessoas presas). Ademais, consideram-se apenas prisões estaduais.

encarcerados(as) por prática de crimes patrimoniais e aproximadamente 30% por infração da lei antidrogas[15].

Gráfico 6 – Tipo de ato infracional cometido por jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Espírito Santo em 2020



Fonte: IASES, 2021. Em cumprimento de Programa/MSE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais.

Para que essa realidade seja combatida, é fundamental a elaboração e implementação de políticas públicas que garantam o efetivo acesso aos direitos sociais básicos e que contemplem perspectivas antirracistas. No contexto da violência, torna-se evidente a necessidade da implantação de uma política que posicione as juventudes no centro da análise. No entanto, ressalta-se que, evitar que estas vidas sejam perdidas não pode ser o único horizonte de políticas desta natureza. Assim, o que se pretende é a viabilização de oportunidades a estes(as) jovens, em consonância com os direitos delineados no Estatuto da Juventude[16], quais sejam:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

[15] LEI Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

[16] Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

> II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
> III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
> IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
> V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
> VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
> VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
> VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Inserido no contexto do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, os Centros de Referência das Juventudes compõem o eixo de proteção social da política e buscam ampliar o acesso a oportunidades de vida de jovens entre 15 e 24 anos que residem em áreas de maior vulnerabilidade social. De forma ampla, as ações do Estado Presente partem do reconhecimento de que a violência é um fenômeno multicausal e, como tal, as ações para sua redução exigem um arcabouço de políticas intersetoriais com ações direcionadas às múltiplas dimensões da vida do indivíduo.

Neste sentido, os Centros de Referência das Juventudes dispõem de um conjunto de serviços direcionados à promoção de cultura, lazer e formação pessoal e profissional, que buscam oportunizar ao(a) jovem o acesso a melhores condições de vida. Em outras palavras, estes espaços de vivência buscam propiciar às juventudes o direito ao acesso a uma vida digna, tanto no presente quanto no futuro. Importante destacar que, embora o direito à dignidade seja um princípio basilar da nossa sociedade, ele é, em grande medida, negado às populações mais vulneráveis como consequência das desigualdades sociais e dos demais elementos aos quais ela se associa, em especial a violência.

4.3 DESIGUALDADE ESCOLAR NOS TERRITÓRIOS DOS CRJS

Compõem o quadro da desigualdade social os dados relativos à educação. Neste sentido, buscou-se também caracterizar as escolas existentes nos territórios dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha. Informações adicionais sobre taxas de rendimento escolar

(reprovação e abandono) e de distorção idade-série das escolas municipais e estaduais localizadas nesses bairros estão disponibilizadas no anexo I.

De acordo com o dicionário de indicadores educacionais (2004) do INEP, as taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) expressam o percentual de alunos(as) aprovados(as), reprovados(as) e afastados(as) por abandono. Vale salientar que se caracteriza como abandono quando o(a) aluno(a) deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a transferência.

O contexto socioeconômico e cultural em que vivem as crianças e os(as) adolescentes, pode impactar o desempenho escolar deles(as). A reprovação, a distorção idade-série e o abandono escolar são aspectos correlacionados que, para evitar uma análise rasa do fenômeno do rendimento escolar, precisam ser compreendidos a partir de uma perspectiva social e não meramente individual. Entender o rendimento escolar a partir da lógica social evita que incida um processo injusto de culpabilização sobre os(as) alunos(as), a família ou os(as) professores(as).

Bourdieu (2003) destaca que existe uma distribuição desigual das possibilidades de sucesso escolar de acordo com o contexto social e cultural em que vivem os(as) alunos(as), atravessados por marcadores sociais da diferença, tais como, raça, gênero e territorialidade. Especificidades culturais se cristalizam em *habitus* que, nas relações cotidianas, podem gerar posições diferentes, assimetrias e que se expressam também em vantagens ou desvantagens intelectuais. No caso das crianças e jovens da periferia, o não domínio do *habitus* dominante gera desvantagens significativas que se acumulam ao longo de suas trajetórias.

> A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito de "aptidões" naturais, quanto às teorias do "capital humano" (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Sendo assim, a compreensão acerca do rendimento escolar deve considerar o contexto sociocultural ao qual o(a) aluno(a) está inserido(a). A probabilidade de incidência de altas taxas de reprovação, abandono ou distorção idade-série em algumas escolas dos territórios tendem a decorrer da desigualdade social que afeta estes(as) estudantes. A garantia de políticas sociais voltadas para atender às diversas demandas das juventudes contribui para o fortalecimento do acesso e permanência na educação escolar. Essa perspectiva reforça a importância da implementação de equipamentos como o CRJ, que visam promover mais oportunidades para os(as) adolescentes, por meio de acesso à direitos básicos.

4.3.1 Vila Velha

Esta parte do texto traz os dados de rendimento das escolas municipais e estaduais localizadas nos bairros do território de Terra Vermelha. O quadro 01 aponta as escolas de dependência administrativa municipal e os bairros onde estão localizadas. Ao todo são oito escolas que ofertam o ensino fundamental, sendo que cinco ofertam os anos iniciais e os anos finais, enquanto três ofertam somente os anos iniciais. O quadro 02 sinaliza as duas escolas de dependência administrativa estaduais situadas nos bairros que compõem o território do CRJ. A EEEFM Terra Vermelha oferta apenas os anos finais do Ensino Fundamental e a EEEM Mario Gurgel oferta somente a etapa do Ensino Médio.

Quadro 1 – Escolas Municipais localizadas nos bairros do território do CRJ Terra Vermelha

Escolas	Bairros
UMEF Alger Ribeiro Bossois	Cidade da barra
UMEF Deolindo Perim	Ulisses Guimarães
UMEF Dep. Paulo Sérgio Borges	Morada da Barra
UMEF Dijayro Gonçalves Lima	Barramares
UMEF Ilha da Jussara	Ulisses Guimarães
UMEF Prof. Aylton de Almeida	Terra Vermelha

UMEF Prof. Darcy Ribeiro	Morada da Barra
UMEF Prof. Paulo César Vinha	Terra Vermelha

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Quadro 2 – Escolas Estaduais localizadas nos bairros do território do CRJ Terra Vermelha

Escolas	Bairros
EEEFM TERRA VERMELHA	Terra Vermelha
EEEM MARIO GURGEL	Jabaeté

Fonte: Site da Secretaria de Estado da Educação (SEDU).
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Os dados de abandono escolar ilustram parte da discussão anterior. No ano de 2021, as taxas de abandono (gráfico 01 do anexo I) das UMEF Ilha da Jussara (6,5%) e UMEF Prof. Aylton de Almeida (3,1%) foram mais elevadas em comparação a taxa de abandono do município de Vila Velha (0,7%) e do Estado do ES (0,8%)17. Em contrapartida, nas Unidades Municipais de Ensino Fundamental Alger Ribeiro Bossois e Deputado Paulo Sergio Borges, não houve abandono de alunos(as) no ano de 2021. Em relação às escolas municipais, localizadas nos bairros que compõem o território do CRJ que ofertam apenas os anos iniciais do ensino fundamental, observa-se que a UMEF Dijayro Gonçalves Lima (1,9%) e UMEF Prof Paulo Cesar Vinha (2,2%) apresentaram, no ano de 2021, taxa de abandono maior em referência a taxa de abandono do ES (1,8%) e de Vila Velha (0,5%) (gráfico 02 do anexo I).

Em linhas gerais, do total das 08 (oito) escolas municipais, 04 (quatro) apresentaram taxas de abandono superior em relação à média do município de Vila Velha e do ES no ano de 2021. Já entre as 02 (duas) escolas estaduais do território, a EEEFM Terra Vermelha tinha a taxa de abandono maior em comparação com as regiões (Vila Velha e

[17]Todas as taxas de rendimento escolar e distorção idade série dos municípios (Vila Velha e Serra) e do ES sinalizadas nos gráficos irão considerar, para fins de análise, as escolas que fazem parte da mesma dependência administrativa e etapa educacional das escolas indicadas nos gráficos.

ES), enquanto a EEEFM Mario Gurgel possuía a taxa de menor quando feita a mesma comparação, no ano de 2021 (gráficos 03 do anexo I).

4.3.2 Feu Rosa

Esta parte do texto visa elucidar os dados de rendimento das escolas municipais e estaduais localizadas nos bairros do território do CRJ Feu Rosa. O quadro 03 aponta as escolas de dependência administrativa municipal e os bairros onde estão localizadas.

Ao todo são treze (13) escolas que ofertam o ensino fundamental, sendo que seis (06) ofertam os anos iniciais e os anos finais enquanto sete (07) ofertam somente os anos iniciais. O quadro 04 sinaliza as quatro (04) escolas de dependência administrativa estaduais localizadas nos bairros. Entre essas, duas ofertam o ensino médio e os anos finais do ensino fundamental e duas ofertam apenas os anos finais do ensino fundamental.

Quadro 3 – Escolas Municipais de Ensino Fundamental localizadas nos bairros do território do CRJ Feu Rosa (1º ao 9º ano)

Escolas Municipais	Bairros
EMEF ABEL BEZERRA	Feu Rosa
EMEF DE TEMPO INTEGRAL PROF EULALIA FALQUETTO GUSMANN	Vila Nova de Colares
EMEF RUBEM ALVES	Bairro das laranjeiras - Jacaraípe
EMEF NEUSA MARIA PEYNEAU	Jardim Atlantico - Jacaraípe
EMEF FLOR DE CACTUS	Feu Rosa
EMEF CENTRO DE JACARAIPE	Jacaraípe
EMEF LEONEL DE MOURA BRIZOLA	Bairro das laranjeiras
EMEF PROF NALY DA ENCARNAÇÃO MIRANDA	Feu Rosa
EMEF DOM HELDER PESSOA CAMARA	Parque Jacaraípe
EMEF PROF MARIA ISTELA MODENESI	Bairro das Laranjeiras - Jacaraípe
EMEF. PROFª. AMÉLIA LOUREIRO BARROSO	Enseada de Jacaraípe

EMEF FEU ROSA	Feu Rosa
EMEF PROF VALERIA MARIA MIRANDA	Vila Nova de Colares

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação da Serra.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Quadro 4 – Escolas Estaduais localizadas nos bairros do território do CRJ Feu Rosa

Escolas	**Bairros**
EEEFM MARINETE DE SOUZA LIRA	Feu Rosa
EEEFM VILA NOVA DE COLARES	Vila Nova de Colares
EEEFM ANTONIO ENGRACIO DA SILVA	Feu Rosa
EEEFM GERMANO ANDRE LUBE	Bairro das Laranjeiras

Fonte: Site da Secretaria de Estado da Educação (SEDU).
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Entre as 07 (sete) escolas municipais, localizadas nos bairros que englobam o território do CRJ Feu Rosa e que ofertam somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas 01 (uma), a EMEF Leonel de Moura Brizola (0,9%), apresentava a taxa de abandono superior ao município de Serra (0,4%) e ao ES (0,3%) no ano de 2021. Em contrapartida, todas as demais 06 (seis) escolas tiveram taxa de abandono igual a zero no mesmo ano.

No total das 06 (seis) escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental completo (séries iniciais e séries finais), 04 (quatro) apresentavam taxas de abandono mais elevadas em referência à média de Vila Velha e do ES, no ano de 2021 (gráfico 13 do anexo I).

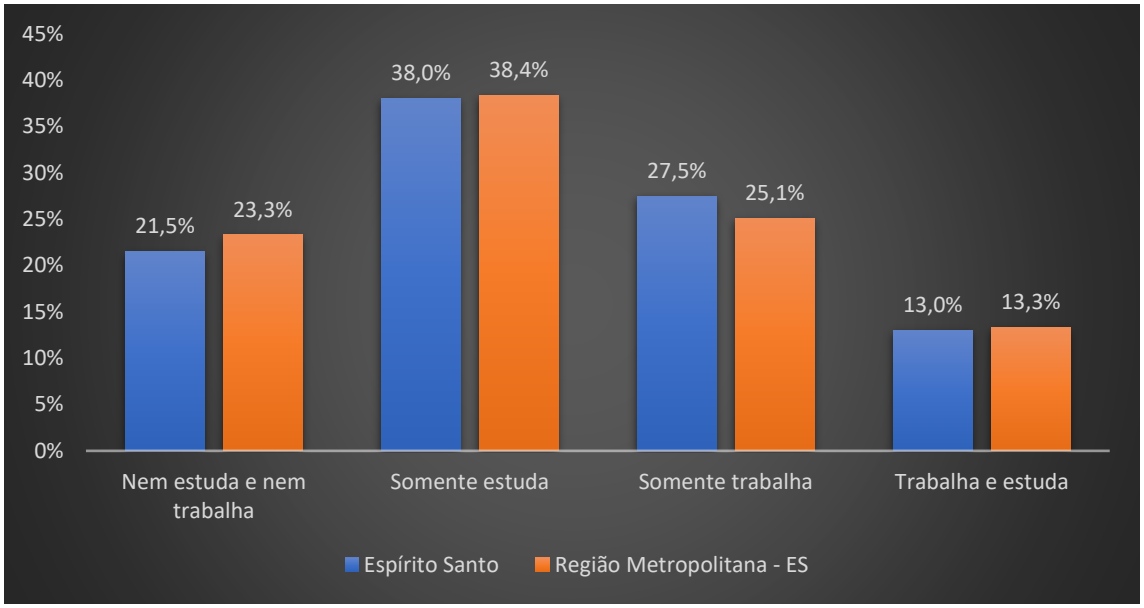
Diante do exposto acima, a literatura sobre a temática do abandono escolar evidencia que existem muitos fatores intrínsecos ou extrínsecos à escola que contribuem para o fenômeno, de modo que a desigualdade social e a pobreza impactam a vida escolar do(a) estudante. Entre os fatores externos que contribuem para que os(as) adolescentes deixem de frequentar a escola são: entrada precoce no mercado de trabalho, gravidez na adolescência, necessidade de cuidar dos(as) familiares, falta de interesse pela escola, etc. (ARROYO, 1993). Ademais, a reprovação e a distorção idade-série são indutores que contribuem para que os(as) estudantes deixem de frequentar a escola (UNICEF, 2021).

4.4 ALOCAÇÃO DO TEMPO E MERCADO DE TRABALHO

Esta subseção apresenta dados relativos à alocação do tempo e mercado de trabalho dos(as) jovens na faixa etária de 15 a 24 anos no estado do ES e RMGV.

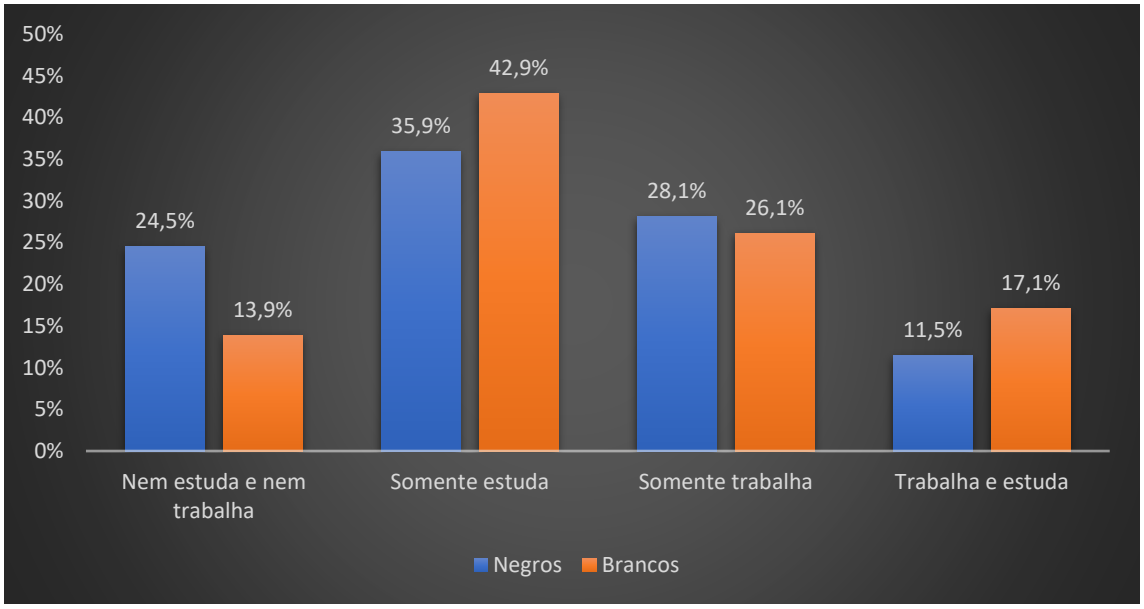
O gráfico 07 indica a alocação do tempo das juventudes de 15 a 24 anos no ES e na RMGV no ano de 2021. No que diz respeito a alocação do tempo por raça/cor (gráfico 08), um dado que chama atenção é que, entre os(as) jovens negros(as) de 15 a 24 anos do estado do ES, no ano de 2021, cerca de 24,5% não trabalhavam e nem estudavam, enquanto os(as) jovens brancos(as) que estavam nessa mesma condição representavam 13,9%.

Gráfico 7 – Alocação do tempo, jovens de 15 a 24 anos, ES e RMGV, 2021 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Gráfico 8 – Alocação do tempo, jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES, 2021 (%)

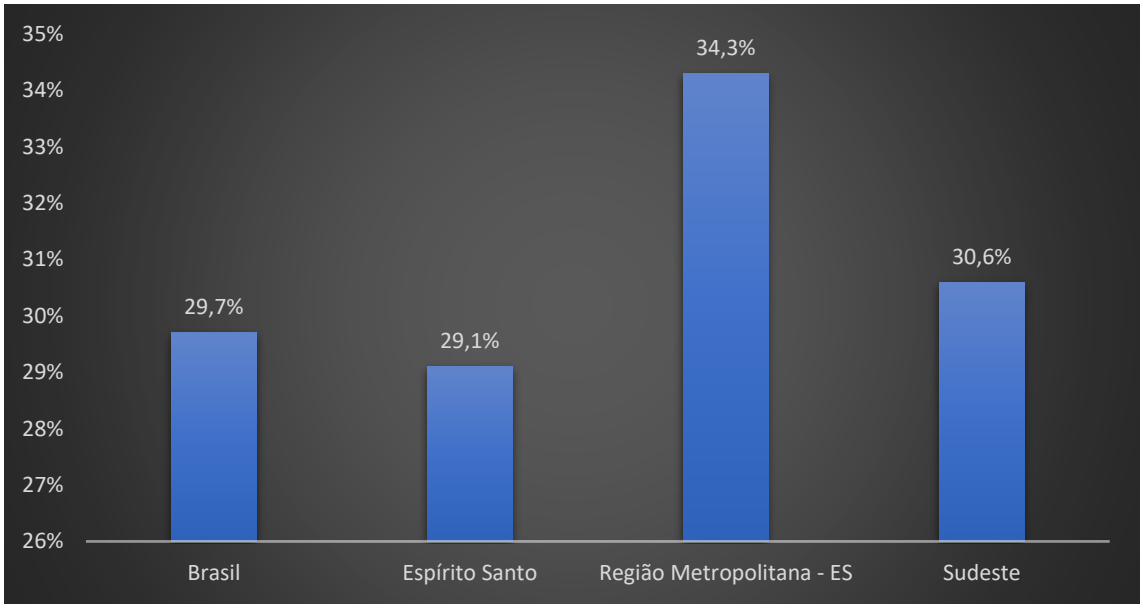


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Em relação aos dados referente ao mercado de trabalho, o gráfico 09 mostra que no ES, no ano de 2021, a ocupação dos(as) jovens de 15 a 24 anos correspondeu a 70,9% enquanto a desocupação[18] foi de 29,1% (97.265). Chama atenção que na RMGV a taxa de desocupação entre os(as) jovens foi 34,3% (58.076), uma taxa superior em comparação ao Brasil, Sudeste e ES. Quando se considera o recorte racial para a análise da desocupação no estado observa-se que a taxa de desocupação das juventudes negras é maior quando comparada com a das juventudes brancas, chegando a 32,2% (77.663) e 21,3% (19.602), respectivamente, no ano de 2021 (gráfico 10).

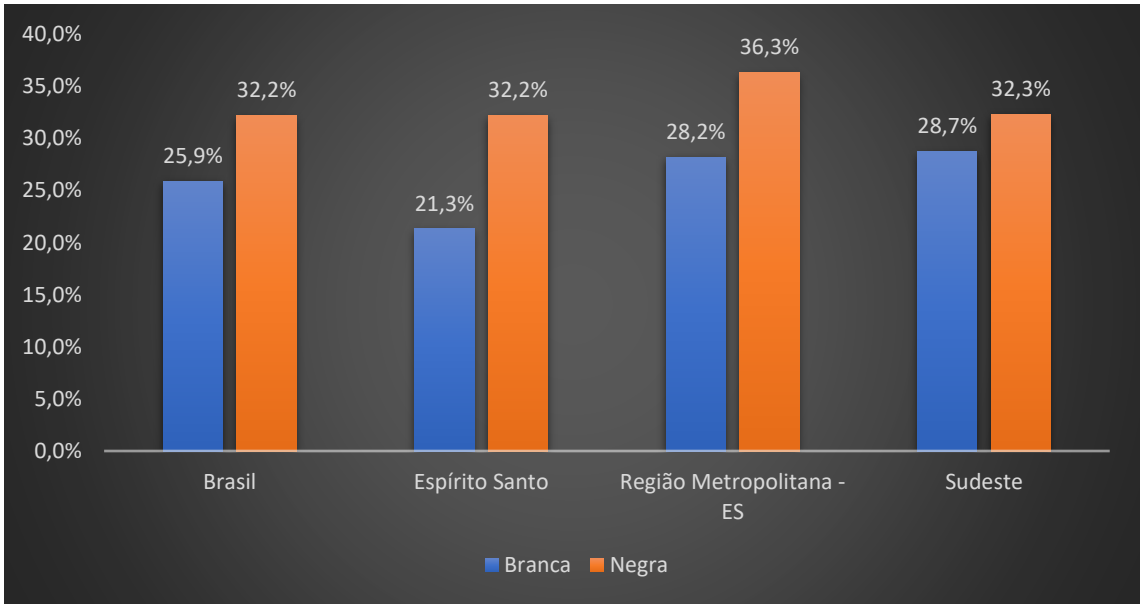
[18] A população desocupada abrange aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.)

Gráfico 9 – Desocupação, jovens de 15 a 24 anos, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Gráfico 10 – Desocupação, jovens de 15 a 24 anos, segundo raça/cor, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%)

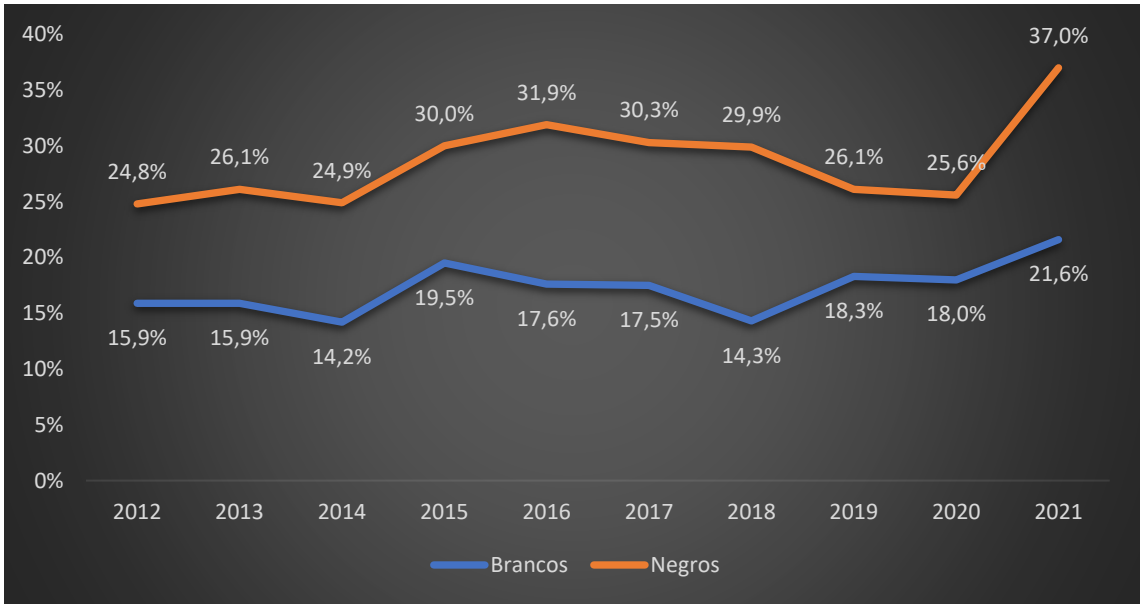


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

4.5 POBREZA E EXTREMA POBREZA

Estimativas dos dados da PNAD-C sinalizam que a taxa de pobreza das juventudes negras é superior em relação a das juventudes brancas. Considerando o período de 2012 a 2021, observa-se que a pobreza entre os(as) jovens apresentou um crescimento. Entre os(as) jovens negros(as) de 15 a 24 anos passou de 24,8% no ano de 2012 para 37% no ano de 2021. Entre os(as) jovens brancos(as) passou de 15,9% no ano de 2012 para 21,6% em 2021, como ilustra o gráfico 11.

Gráfico 11 – Pobreza[19], jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, ES, 2021



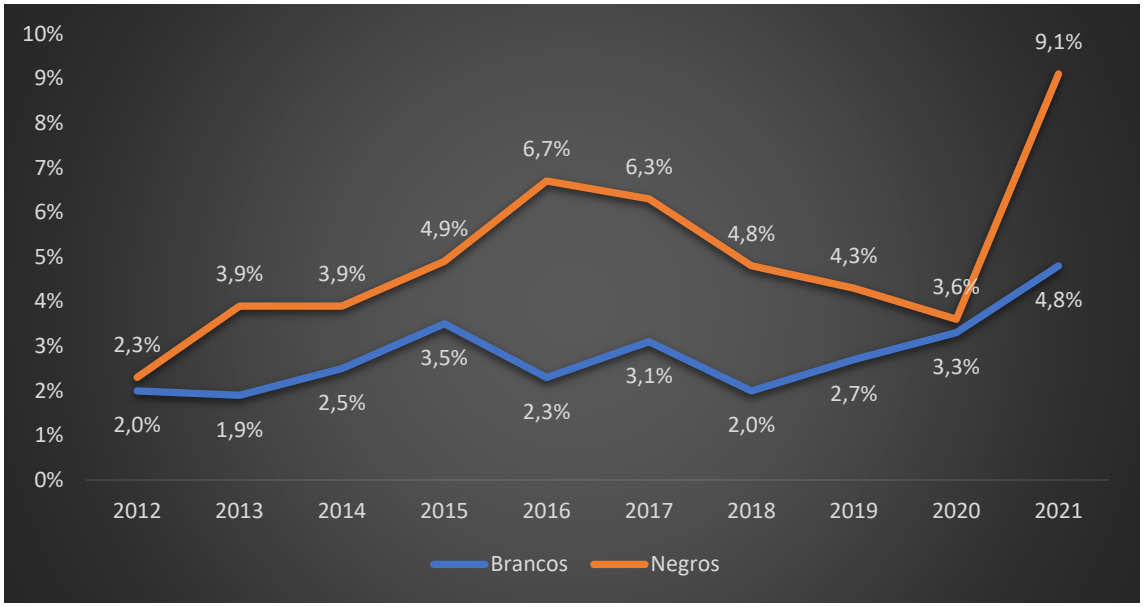
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de extrema pobreza entre os(as) jovens negros(as) de 15 a 24 anos apresentou uma tendência crescente no período de 2012 a 2021, chegando ao ápice no ano de 2021 com uma taxa de 9,1%. Levando em consideração todo o período mencionado (2012 a 2021) a taxa de extrema pobreza passou de 2,3% para 9,1% (+6,8 pp). Entre os(as) jovens brancos(as) também houve um aumento da taxa de extrema pobreza, considerando o

[19] A linha de pobreza utilizada pelo IBGE é de US$ 5,50 per capita dia (que em 2021 equivalia a R$ 486,70 per capita mensal) indicada pelo Banco Mundial como corte abaixo do qual as pessoas não conseguem obter os recursos necessários para sobreviver em países de renda média alta.

período de 2012 a 2021, no entanto com uma variação menor (+2,8 pp) e ainda permanece menor em relação às juventudes negras (gráfico 12).

Gráfico 12 – Extrema pobreza[20], jovens de 15 a 24 anos, segundo raça/cor, ES, 2012-2021 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Indicadores como renda, ocupação, escolaridade e outros explicitados acima, atravessam, produzem e influenciam diretamente a vida e a saúde mental das juventudes prioritárias desta política. No tópico a seguir serão suscitadas questões que afirmam que saúde não é produzida apenas a partir de determinantes biológicos, mas que os sociais, como os já expostos, influenciam diretamente sua produção.

4.6 SAÚDE, SAÚDE MENTAL E JUVENTUDES NEGRAS

Identificar o racismo e as diferenças étnico-raciais como determinantes sociais, culturais e políticos para as condições de saúde da população jovem negra no Brasil é de fundamental importância para se pensar em políticas públicas relacionadas ao sistema público de saúde. Dentro da discussão sobre saúde de maneira ampla, há ainda a necessidade de discutirmos especificamente a questão da saúde mental das juventudes,

[20] A linha de extrema pobreza estabelecida pelo Banco Mundial é de US$1,90 per capita dia (que em 2021 equivalia a R$168,13) tomando como base os países extremamente pobres.

sobretudo das juventudes negras. A necessidade de discutir saúde mental compareceu, neste relatório, a partir do que foi apresentado pelas idas à campo, pelos relatórios mensais e pela literatura, que apresenta uma série de discussões importantes e pertinentes voltadas à temática.

Quando mencionamos a saúde mental da população negra e, neste caso, das juventudes negras, é essencial recuperarmos a história deste campo, cujo ideário e pano de fundo fundamental foi a ideia de eugenia, baseada no racismo científico entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, o racismo científico foi aquele que creditou às pessoas negras a inclinação essencial à violência, à alienação (loucura) e à inferioridade intelectual e moral. No campo do sofrimento psíquico, a Psiquiatria interpretava este sofrimento não como produzido pelas péssimas condições sociais às quais a população negra estava exposta, mas como algo intrinsecamente biológico, cuja cura seria por meio de intervenções violentas (lobotomia, manicômios, etc).

Conforme esse histórico, as políticas públicas voltadas à população negra, especificamente às de saúde mental, se basearam, em grande medida, nas ideias de patologização, encarceramento e morte. No entanto, existiram alguns marcos importantes, a partir de movimentos de resistência, sobretudo do movimento negro, para que a saúde da população negra fosse considerada em sua integralidade. Um marco imprescindível foi a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), em 2009, pelo Ministério da Saúde, tendo em vista que saúde, adoecimento e morte da população negra são efeitos de um processo histórico de precarização das vidas desta população.

A PNSIPN está inserida no Sistema Único de Saúde (SUS), reafirmando que ter saúde é um direito básico e fundamental de qualquer pessoa, sobretudo da população negra, uma vez que produzir equidade racial é produzir saúde. Isso quer dizer que há diferentes formas de adoecimento da população negra que se distinguem de outras populações como a branca, por exemplo, não só ao que tange às questões biológicas, mas também às questões sociais.

Há várias pesquisas que apontam para esta realidade. Uma delas é do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que diz que há diferentes condutas ao atendimento e tratamento à saúde da população negra por conta da discriminação racial.

De acordo com a Cartilha de Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros[21] (BRASIL, 2018), entendido aqui o suicídio como uma questão de saúde pública, a cada 10 suicídios em adolescentes e jovens, em 2016, 06 ocorreram em negros(as).

Em se tratando de risco de suicídio em adolescentes e jovens negros comparados aos brancos, a mesma Cartilha detectou que, em 2016, a cada 100 suicídios em adolescentes e jovens brancos(as), ocorreram 145 suicídios em negros(as); em outras palavras, o risco de suicídio foi 45% maior em adolescentes e jovens negros(as) em comparação com os(as) brancos(as). Os dados mostram que esse risco se acentuou, pois, em 2012, a cada 100 suicídios entre adolescentes e jovens brancos(as), ocorreram 134 suicídios entre adolescentes e jovens negros(as).

Sob o enfoque de gênero, especificamente entre os adolescentes identificados pela referida Cartilha como sendo do “sexo masculino”, o número de suicídios entre os negros foi maior em todo os anos monitorados (2012 a 2016) e se mostrou em ascensão com o passar do tempo. Em 2012, a cada 100 suicídios entre adolescentes brancos do sexo masculino, ocorreram 134 suicídios entre os negros. Em 2016 houve aumento dessa diferença: a cada 100 suicídios em adolescentes e jovens brancos do sexo masculino, ocorreram 150 suicídios em negros. Em resumo, no ano de 2016, o risco de suicídio entre os adolescentes e jovens do sexo masculino negros foi 50% maior do que entre os brancos. Dessa forma, os impactos de uma sociedade racialmente organizada afetam diretamente as vidas de adolescentes e jovens negros do sexo masculino.

Em entrevista ao fundo para equidade racial "BAOBÁ", a psicóloga Jeanne Tavares é incisiva ao afirmar que:

> O racismo também é um fator que vulnerabiliza os jovens negros em nossa sociedade e associa esta vulnerabilização como fator para o

[21]https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf.

> suicídio, pois ele impede o acesso aos direitos de cidadania, expõe as pessoas negras a múltiplas violências cotidianas que envolvem desde situações continuadas de humilhação pública, até a possibilidade de sua própria morte e encarceramento ou encarceramento de conhecidos e familiares. Essas experiências comprometem significativamente a saúde mental da maioria das pessoas negras, pois relacionam-se com a baixa qualidade de vida e impossibilidade de receber apoio social em diferentes contextos (BAOBÁ, 2021, n.p).

Colocar em análise estes fatores é fundamental para se pensar em ações afirmativas que garantam direitos que são constitucionais, rompendo com a lógica biologizante, patologizante e medicalizante que transforma e reduz problemas sociais em problemas exclusivamente individuais. Os direitos à moradia, ao saneamento básico, à educação, à segurança, ao trabalho, à vida, dizem respeito à prevenção e promoção de saúde e de saúde mental, por outro lado, a não garantia destes direitos, colabora para um largo processo de adoecimento e quem são as pessoas que possuem acesso negado ou possuem acesso precarizado a estes direitos?

Por estes motivos se faz necessário ter uma política de saúde mental que entenda que o racismo gera sofrimento psíquico, rompendo com a herança eugenista, do final do século XIX, que afirmava que as pessoas negras eram mais propícias a desenvolverem algum tipo de sofrimento psíquico unicamente por conta da sua raça, excluindo qualquer causa advinda de fatores sociais. Neste sentido, fica evidente a importância de cuidar de jovens negros(as) compreendendo o que impacta suas vivências, atentando para os fatores sociais que afetam diretamente sua saúde mental.

4.7 JUVENTUDES BRASILEIRAS: UMA AGENDA POLÍTICA

O cenário de desigualdade social evidenciado acima é um dos fatores que motivam a construção de políticas públicas focada nas juventudes. Dito isto, será abordada de forma mais abrangente a categoria juventudes[22], bem como suas construções de ordem histórica, social, cultural e relacional. Portanto, é importante afirmarmos que reconhecemos a categoria juventudes, no plural, uma vez que ela se produz a partir de

[22] Conforme as diretrizes do Estatuto da Juventude considera-se jovem toda pessoa com idade entre 15 a 29 anos. Por causa da amplitude da faixa etária, esse grupo pode ser subdividido da seguinte forma: 15 a 17 anos (jovens-adolescentes); 18 a 24 (jovens-jovens) e 25 a 29 (jovens-adultos).

uma diversidade étnica, de gênero, social e geográfica que atravessam o referido grupo social (ABRAMO, 2005).

Assim, corrobora-se à perspectiva que considera a categoria “juventudes” heterogênea, não linear e que é permeada de significados e significantes. Isto é, compreende-se a importância de se desnaturalizar o entendimento sobre o que é ser jovem no Brasil, uma vez que não há uma forma única de ser e existir no mundo, pois como ser histórico, cultural e social, os(as) jovens são constituídos(as) por diversos atravessamentos, tais como: gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, geração e território.

Nestas constituições, especificamente ao que tange os jovens negros e periféricos, os papeis sociais que lhe são atribuídos estão permeados de estigmas e preconceitos, facilitando e mantendo um processo de exclusão e de subalternização destes sujeitos. Os impactos deste processo possuem dimensões que afetam toda a vida destes jovens, incluindo sua subjetividade e sua condição psíquica.

O quantitativo de jovens no ES é majoritariamente constituído por jovens negros(as), portanto, compreende-se que a discussão a respeito das relações étnico-raciais e seus atravessamentos deve estar na base da constituição de qualquer política pública para estas juventudes. Ainda que a consolidação dos direitos civis voltados especificamente para as juventudes, por meio de agendas políticas, venha crescendo nos últimos anos, isto não significa dizer que não há violações de direitos para este público, pelo contrário, as políticas públicas têm justamente o desafio de garantir direitos e conter estas violações.

> Um problema de extrema gravidade para o qual a sociedade brasileira parece pouco atenta é o processo crescente de segregação social que se está vivendo. A despeito dos avanços assinalados em termos do debate sobre cidadania e direitos, os mundos e as realidades nos quais vivem os pobres e os ricos parecem cada vez mais distantes. As cidades vão se tornando mais segregadas, com espaços de lazer, recreação, cultura, educação etc., diferentes para pobres e ricos. A questão é ainda mais complexa ao envolver a população jovem. Crianças e adolescentes têm cada vez menos oportunidades de encontro, convivência e interação (RIZZINI, BARKER E CASSANIGA, 1999).

As autoras supracitadas chamam atenção para um problema histórico que se mantém em relação às juventudes, a saber, sua crescente vulnerabilização. Isto se dá pelo fato

de como a sociedade brasileira as enxerga, reflexo do racismo estrutural e institucional que as forjam como vidas que possuem menos valor, colaborando não só para a manutenção da desigualdade social, mas também para a prática de uma necropolítica[23] (MBEMBE, 2018), que determina quem (e como) deve morrer e viver e sob quais condições.

É este o cenário que marca a virada do século, cenário de afirmação dos índices alarmantes de morte, violências diversas, desemprego e altos índices de evasão escolar. Como consequência, tem-se a criação de agenda política focada na especificidade das juventudes brasileiras, cuja criação esteve relacionada ao desenlace formal dos processos já atribuídos às políticas públicas relacionadas às infâncias e adolescências, sobretudo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Até a virada do século, os discursos que direcionaram o entendimento sobre a juventude giravam em torno da ideia de "delinquência juvenil" e as mudanças nesse paradigma aconteceram à medida que foram apresentadas e identificadas outras especificidades para os(as) maiores de 18 anos. Como exemplo, cita-se o acesso e permanência no ensino superior, o acesso ao mundo do trabalho (e os altos índices de desemprego), entre outras demandas. A apreensão desta realidade ocorreu, sobretudo, a partir dos movimentos sociais protagonizados pelas juventudes, responsáveis fundamentais por disseminar a ideia de que existiam assuntos até então invisibilizados acerca de suas múltiplas demandas.

Em meio a disputa narrativa acerca das juventudes brasileiras, o tema se insere nos projetos do Estado à medida que foram identificados problemas como, por exemplo, os relacionados à segurança pública, aos altos índices de desemprego, ao alto nível de evasão escolar, sobretudo no ensino médio que ainda sustentam a necessidade de investimentos em Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Neste sentido, no início dos anos 2000, o Governo Federal se comprometeu a formular e promover políticas públicas de juventudes a partir de diversas ações, tais como: a criação do Projeto Juventude (2003),

[23]Formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte. Reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror (MBEMBE, 2018, p.71).

o grupo interministerial de juventude para identificar políticas públicas, programas ou ações voltadas para as juventudes em todos os Ministérios (2004), a Conferência Nacional de Juventude (2004), a criação da Secretaria Nacional de Juventude (2005) e outras propostas focadas em enfrentar as expressivas desigualdades estruturais (classe, raça e gênero, por exemplo) as quais as juventudes estavam expostas (RIBEIRO, 2021).

Este campo de proposição e execução de PPJ do início dos anos 2000 foi composto pela agência de diferentes atores de movimentos sociais organizados, organizações não governamentais e agentes do governo que, entre tensionamentos diversos, compreendiam que o(a) jovem era um sujeito de direito e deveria ser afirmado(a) como tal. Este entendimento, de que as juventudes são sujeitos de direitos e que suas experiências são diversas, logrou protagonismo fundamental na proposição e na conformação do que se convencionou chamar de Política Nacional de Juventude.

4.8 A POLÍTICA DE JUVENTUDES NO ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo, a construção de uma PPJ não se desvincula do cenário nacional e ganha força também a partir de diversos atores, como juventudes organizadas, movimentos sociais diversos, profissionais que atuam com as juventudes. Estes atores, a partir de diferentes mobilizações, inserem no cenário estadual marcos importantes como a criação de conselhos municipais e estaduais de juventudes, e a Gerência Estadual de Políticas de Juventude, criada por meio do Decreto Nº 3067, de 31 de julho de 2012, com o objetivo de

> [...] planejar, coordenar e deliberar as atividades que envolvam os projetos estratégicos e prioritários nas diversas políticas voltadas para juventude; integrar, coordenar e monitorar a necessária intersetorialidade, interseccionalidade e transversalidade dos organismos, programas e ações do governo estadual para PPJ; coordenar, elaborar e monitorar programas, projetos e ações em âmbito estadual que digam respeito à PPJ; executar ações definidas no Estatuto da Juventude, Plano Nacional de Juventude e Plano Estadual de Políticas para a Juventude (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Observa-se o aumento das ações voltadas para as juventudes em vários âmbitos e, nesse sentido, o governo do Estado, em parceria com outros atores, têm empreendido esforços para o desenvolvimento de políticas para este público, por meio da Secretaria

de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e da Gerência de Políticas para a Juventude, vinculada a esta pasta. Em 2007, instituiu-se a Política Estadual de Juventude[24] destinada aos(às) jovens do Estado do Espírito Santo com idades entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Em seu artigo 1°, inciso II diz que se faz salutar "tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais - Estadual e Municipal".

Em 2021 foi finalizado o primeiro Plano Estadual de Políticas das Juventudes[25] voltado para o protagonismo jovem e para a promoção do sistema de garantia de direitos. Construído coletivamente por diversos atores governamentais e não governamentais, principalmente pelas juventudes, este plano decenal vem como forma de enfrentamento às desigualdades sociais que impactam as juventudes.

Anteriormente a isto, em 2011, o governo do estado criou o Projeto "Estado Presente: em defesa da vida". Entre seus vários objetivos, um deles é diminuir a condição de vulnerabilização que as juventudes são colocadas, além de enfrentar e prevenir as diversas violências, na qual, os(as) jovens negros(as) são os(as) mais atingidos(as).

Isto significa que há uma preocupação em garantir acesso e oportunidades a estes(as) jovens para que eles(as) possam ter contato com equipamentos públicos que anteriormente eram difíceis de serem alcançados. Além disso, essas ações contribuem para o enfrentamento do fenômeno complexo que é a violência.

O projeto "Estado Presente: em defesa da vida" desdobra-se em dois eixos de atuação: 1 - Proteção Policial, sob gerência da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e 2 - Proteção Social, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Neste contexto, situa-se a proposta de implementar equipamentos que vão atuar diretamente nas vidas destas juventudes.

[24] Lei Estadual 8.594/07, publicada no Diário Oficial no dia 13 de Julho de 2007.

[25] https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/Documentos2022/Plano%20Estadual%20das%20Juventudes%202022-2032.pdf.

Dentro do eixo Proteção Social, propõe-se os Centros de Referência das Juventudes (CRJ) como garantia de direitos das juventudes capixabas. Ao todo serão 14 Centros distribuídos em 10 municípios pelo estado. Neste sentido, Rizzini, Barker e Cassaniga (1999) nos convida a pensar que,

> [...] a identificação de onde e como atuar pode ser facilitada com a participação de grupos nas próprias comunidades. A ideia é incentivar as estruturas de apoio já estabelecidas ou então criar estruturas de apoio onde não existirem. É importante estabelecer parcerias com instituições e grupos que vêm desenvolvendo ações de apoio nas comunidades, como as escolas, igrejas, associações de moradores, ONGs etc. Seria interessante a implementação de projetos que servissem de piloto em comunidades [...] esta seria na prática uma proposta de mudança de enfoque, enfatizando-se a dimensão preventiva (RIZZINI, BARKER E CASSANIGA, 1999).

Após ter sido realizada uma pesquisa que apontou as regiões mais afetadas pelas desigualdades sociais no estado, 2 municípios foram escolhidos para serem o plano piloto da implementação dos CRJs. O primeiro foi Vila Velha, bairro Terra Vermelha, e o segundo, Serra, bairro Feu Rosa. Ambos os CRJs foram pensados para desenvolverem ações em parceria com as instituições locais, constituindo uma rede de apoio para o público prioritário, ou seja, jovens, homens, negros que farão uso deste serviço.

Ressalta-se que, a partir do momento em que serviços específicos são criados, sobretudo no âmbito dos direitos humanos, uma série de questões comparecem e se entrelaçam. Como exemplo, pode-se citar as desigualdades escolares e as questões concernentes à saúde mental e à empregabilidade e renda destes(as) jovens, bem como outras aqui brevemente mencionadas.

5 RESULTADOS

Serão apresentados nesta seção os resultados finais desta pesquisa. Inicialmente são apresentados os dados quantitativos: a caracterização do público que tem sido atendido(a) pelos CRJs, seus interesses iniciais e encaminhamentos recebidos, a partir do banco de dados alimentado pelos formulários Inicial e Acompanhamento, assim como dados relativos à avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Feu Rosa e Terra Vermelha pelos(as) jovens, realizada por meio da aplicação de um questionário específico para este fim. Adicionalmente, será apresentada também uma

análise qualitativa a partir das entrevistas realizadas com diferentes segmentos dos CRJs e as observações de campo.

Para fechar a apresentação dos resultados, os relatórios mensais encaminhados pelos CRJ foram compilados, evidenciando as atividades realizadas, os principais temas trabalhados e a participação dos(as) jovens.

5.1 ANÁLISE DO BANCO DE DADOS ADMINISTRATIVOS: FORMULÁRIO INICIAL E DE ACOMPANHAMENTO

Esta seção tem como propósito apresentar dados quantitativo-descritivos do período de aproximadamente 1 ano do funcionamento inicial dos Centros de Referência das Juventudes (CRJ) Terra Vermelha e Feu Rosa, ou seja, de novembro de 2021 a dezembro de 2022[26]. Os dados contemplados referem-se àqueles coletados nos formulários Inicial e de acompanhamento. As aplicações destes instrumentos técnicos de registro foram realizadas pelas próprias equipes dos CRJs, que compartilharam mensalmente com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), responsável pelo monitoramento e avaliação dos CRJs, parte integrante do Programa Estado Presente.

Os resultados de cada CRJ serão apresentados de forma independente, com algumas discussões comparativas, a fim de contribuir para melhor compreensão da política pública em questão. Também serão mapeadas as especificidades advindas do contexto e do território em que se insere cada um dos CRJs.

5.1.1 Resultados do Formulário Inicial

Primeiramente serão apresentados os dados obtidos com o Formulário Inicial, que consiste em um documento a ser preenchido pelos(as) jovens, com acompanhamento de um(a) profissional do CRJ, que participam das atividades propostas pelos CRJs ou que

[26] Sobre o período de recorte dos dados em análise, salienta-se que a inauguração do CRJ Terra Vermelha ocorreu no mês de setembro de 2021, mas a efetiva coleta dos dados administrativos iniciou-se, apenas, no final de outubro. Dados esses que também estão contemplados no presente relatório. Sobre Feu Rosa, pontua-se que sua inauguração oficial aconteceu em dezembro de 2021, mas que seu funcionamento começou anteriormente a essa data, de modo que alguns dados foram coletados a partir de novembro de 2021.

usufruam de suas instalações e equipamentos. Esse instrumento de coleta de dados traz informações de identificação pessoal e sociodemográfica, assim como questões relacionadas ao CRJ, tais como: atividades pelas quais os(as) jovens apresentam interesse, horário que têm disponibilidade para frequentar o espaço, como ficaram sabendo do CRJ. Em resumo, tratam-se de dados que possibilitam o mapeamento dos(das) participantes, bem como pontos de adequação e eventuais melhorias para execução e aprimoramento da política.

5.1.1.1 CRJ Terra Vermelha: panorama dos resultados

No CRJ Terra Vermelha, do período de meados de outubro de 2021 ao final de dezembro de 2022, foram preenchidos **1.030 Formulários Iniciais**, número que sugere uma estimativa da quantidade de jovens frequentadores(as) do local. Não se pode afirmar com precisão o número de atendidos(as), pois, primeiramente, sabe-se que nem todos(as) os(as) jovens que passam pelo CRJ preenchem o formulário e, em segundo lugar, eventualmente um(a) mesmo(a) jovem pode responder o instrumento de pesquisa mais de uma vez. Contudo, como esses casos costumam ser exceções, os números indicam que a política pública tem obtido êxito na atração de jovens para o equipamento em questão.

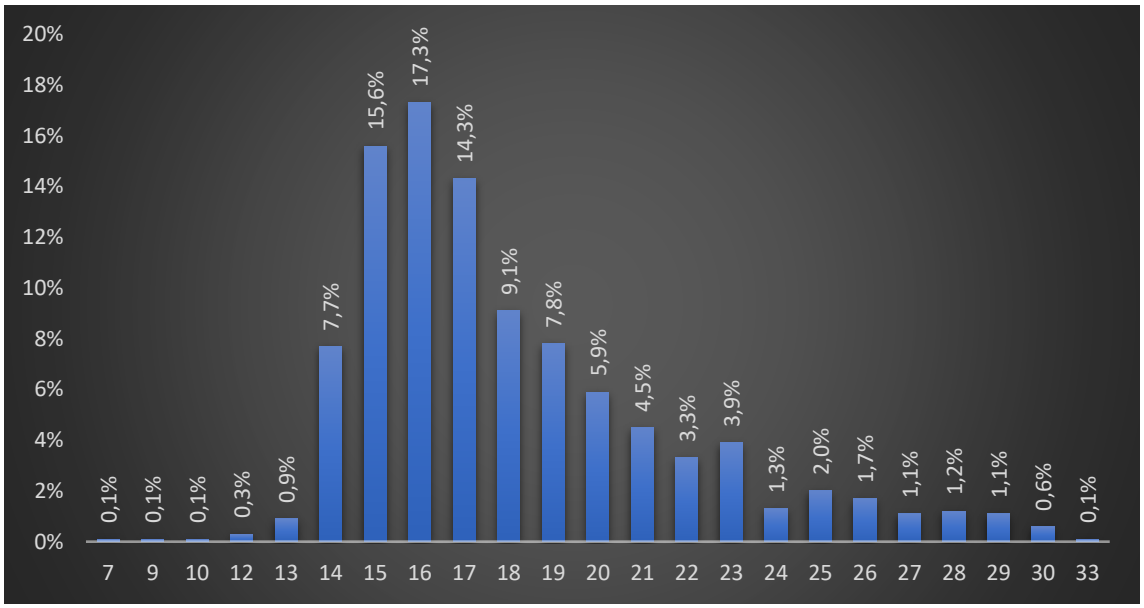
Entre os(as) respondentes da questão sobre idade (997), observa-se uma idade média de 18,08 anos (DP=3,66)[27], com idade mínima de 7 e máxima de 33. Portanto, verifica-se que o objetivo de se atuar diretamente com jovens tem sido alcançado, especialmente quando se constata que o público majoritário frequentador do espaço se insere na faixa etária de 14 a 19 anos, conforme demonstra o gráfico 13. Importante salientar o menor alcance dos(as) jovens de 20 a 24 anos, uma vez que eles/elas também se inserem no público prioritário traçado pela política, mas que, na prática, não se configuram ainda como os(as) principais frequentadores(as) do espaço.

A pouca frequência dos(as) jovens entre 20 e 24 anos pode estar relacionada a fatores diversos, entretanto, não podemos afirmar que seja por um motivo específico, haja vista

[27] O desvio padrão é uma medida estatística usada para demonstrar a variabilidade dos valores, no caso, a idade dos(as) participantes, estimando o grau em que o valor de determinada variável se desvia da média. Quanto menor o desvio padrão, mais homogênea é a amostra.

a ausência de dados que explicitem a referida situação. Além disso, a maior razão pode residir na incompatibilidade de horários, uma vez que, muitos(as) jovens trabalham no horário comercial e por isso possuem apenas o turno da noite para frequentar os CRJs.

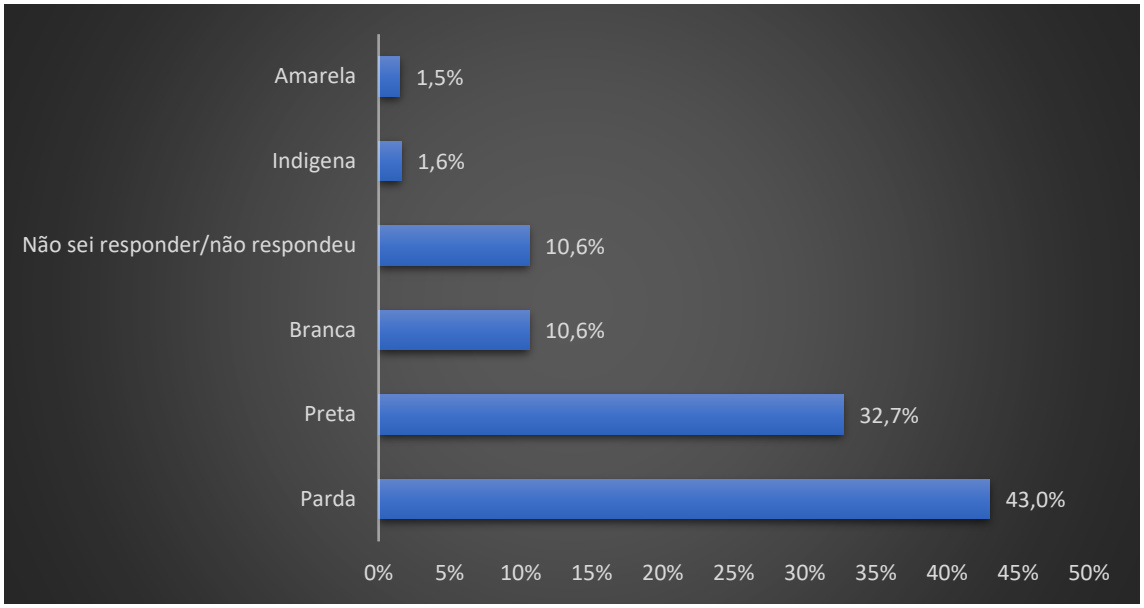
Gráfico 13 – Idade dos(as) jovens Frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação à raça/cor dos(as) jovens, considerando todos os participantes, (1030), observou-se que a maioria se autodeclara parda (43%;443) e preta (32,7%;336), portanto, negros(as) somam 75,7% (779) do total. Ademais, 10,6% (109) se autodeclarou branco(a), 1,6% (17) indígena e 1,5 (16) amarelo. Ressalta-se que 10,6% (109) não informou raça/cor, seja por desconhecimento ou por opção.

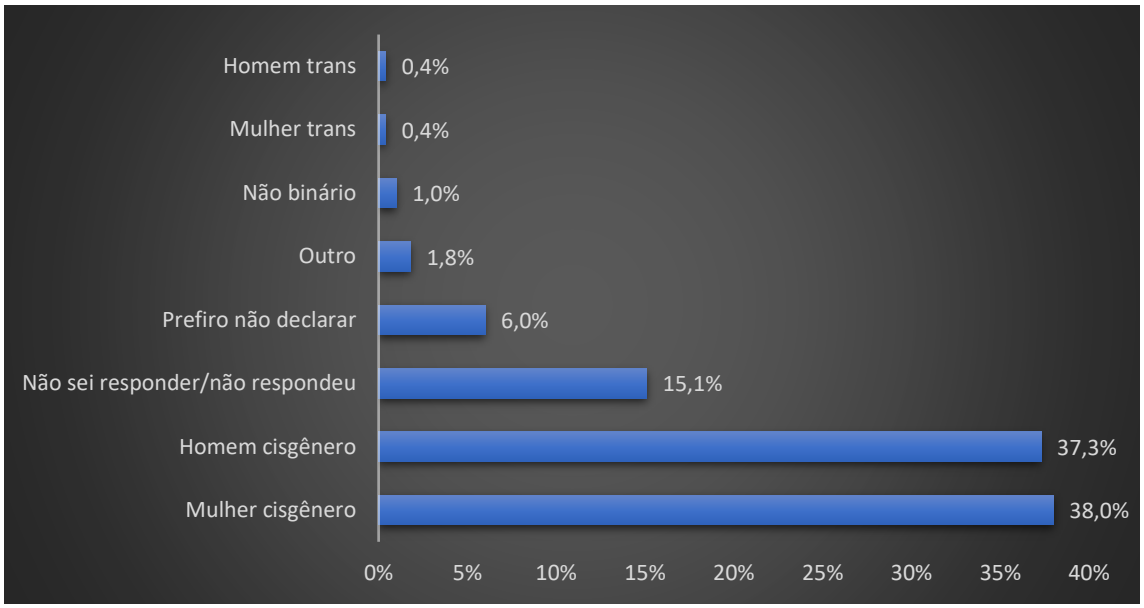
Gráfico 14 – Raça/Cor dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração própria.

Em relação à identidade de gênero, conforme apresentado no gráfico 15, entre os(as) 1.030 participantes, verifica-se que o número de homens e mulheres cis é muito próximo, sendo que as mulheres cis representaram 38% (391) da amostra e os homens cis, 37,3% (384). Ressalta-se que houve apenas 04 (0,4%) respondentes homens e mulheres trans, respectivamente, e 1% (10) não binários(as). Destaca-se que 15,1% (156) da amostra não respondeu, por opção ou desconhecimento dos conceitos sobre gênero e que 6% (62) preferiu não respondê-la.

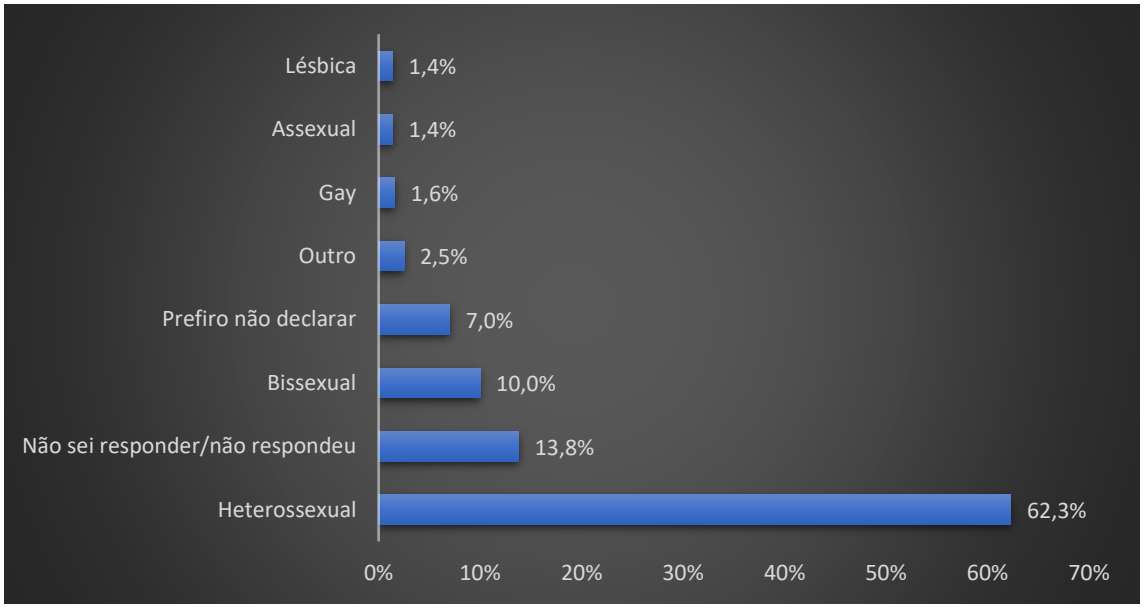
Gráfico 15 – Identidade de gênero dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Sobre a orientação sexual dos(as) jovens participantes, levando-se em consideração todos(as) os(as) participantes (1030), o público heterossexual se apresenta como grande maioria, representando 62,3% (642) da amostra; bissexuais são 10% (103); gays representam 1,6% (16); lésbicas 1,4% (14) e assexuais 1,4% (14). Destaca-se que 7% (73) preferiu não declarar sua orientação sexual e que 13,8% (142) não respondeu, por opção ou por desconhecimento, o que sugere que o CRJ precisa estar atento à temática.

Gráfico 16 – Orientação Sexual dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha

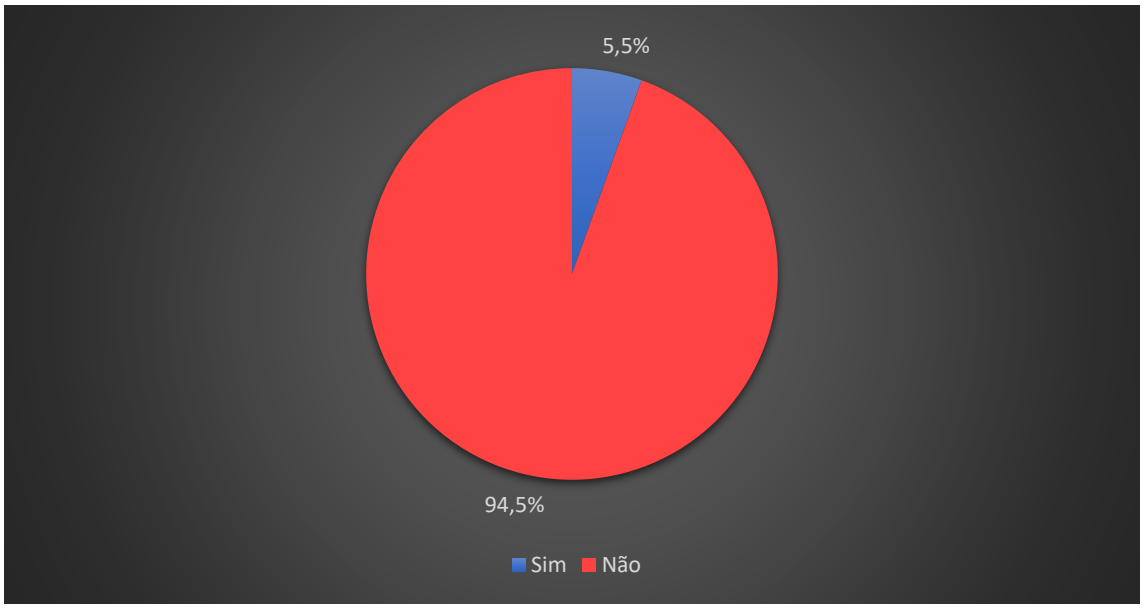


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Outro público que ainda aparece pouco no CRJ Terra Vermelha é aquele formado por pessoas com deficiência, se comparado à estimativa do percentual de pessoas com deficiência na população total do Brasil[28]. Entre as 848 respostas válidas da questão, apenas 47 jovens (5,5%) afirmaram possuir alguma deficiência, como demonstra o Gráfico 17. Os(as) participantes foram convidados(as) a responder uma questão aberta indicando qual deficiência possuíam, quando foram elencadas as seguintes: Esquizofrenia, TDAH, sequelas de hanseníase, deficiência visual, deficiência auditiva, epilepsia e autismo. Entretanto, frisa-se que nem todas as respostas desta pergunta podem ser classificadas como deficiência, mas foram aqui trazidas por se tratar de uma questão aberta de livre preenchimento.

[28] Segundo o informativo Pessoas com Deficiência e Desigualdades sociais (IBGE, 2022), baseado nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, realizada pelo IBGE, estima-se que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos possui alguma deficiência. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em 12/04/2023.

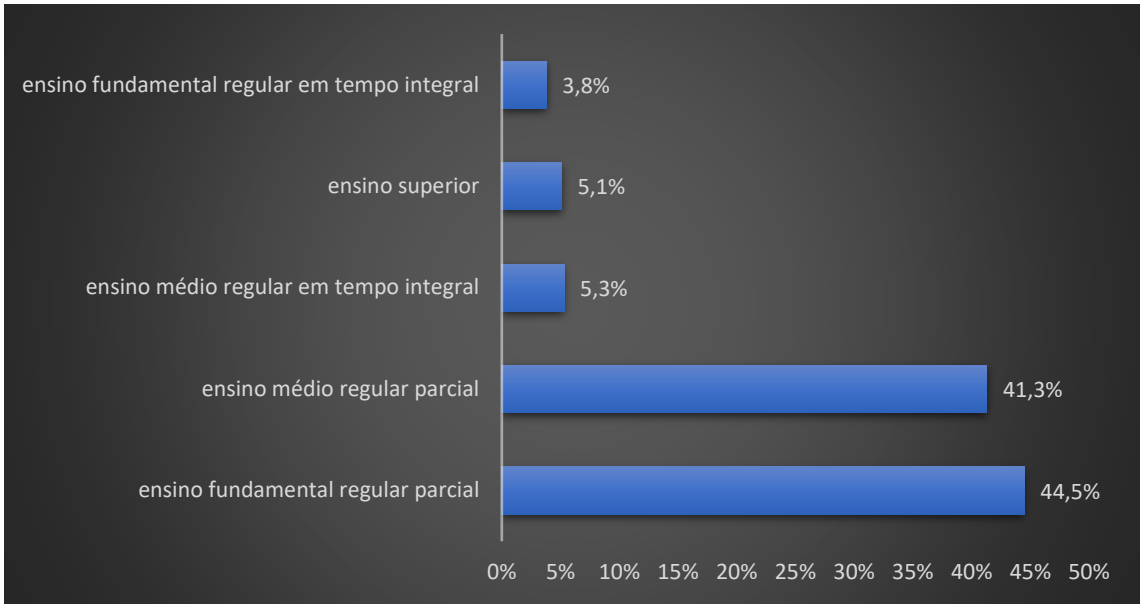
Gráfico 17 – Jovens com Deficiência no CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Ainda em relação ao perfil dos(as) jovens, entre as 964 respostas válidas da questão sobre escolaridade, 60,8% (586) dos jovens do CRJ Terra Vermelha disseram estar estudando. Considerando-se a faixa etária do público em questão, ressalta-se que já era esperado tal resultado. Apenas 606 jovens informaram a etapa de ensino em que se encontram, dos(as) quais, 48,4% (293) deles(as) estavam cursando o Ensino Fundamental, 46,5% (282) o Ensino Médio e apenas 5,1% (31), o Ensino Superior. Tendo em vista a faixa etária dos(as) jovens participantes da pesquisa é possível inferir que alguns(mas) deles(as) encontram-se em defasagem escolar.

Gráfico 18 – Etapa de Ensino entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



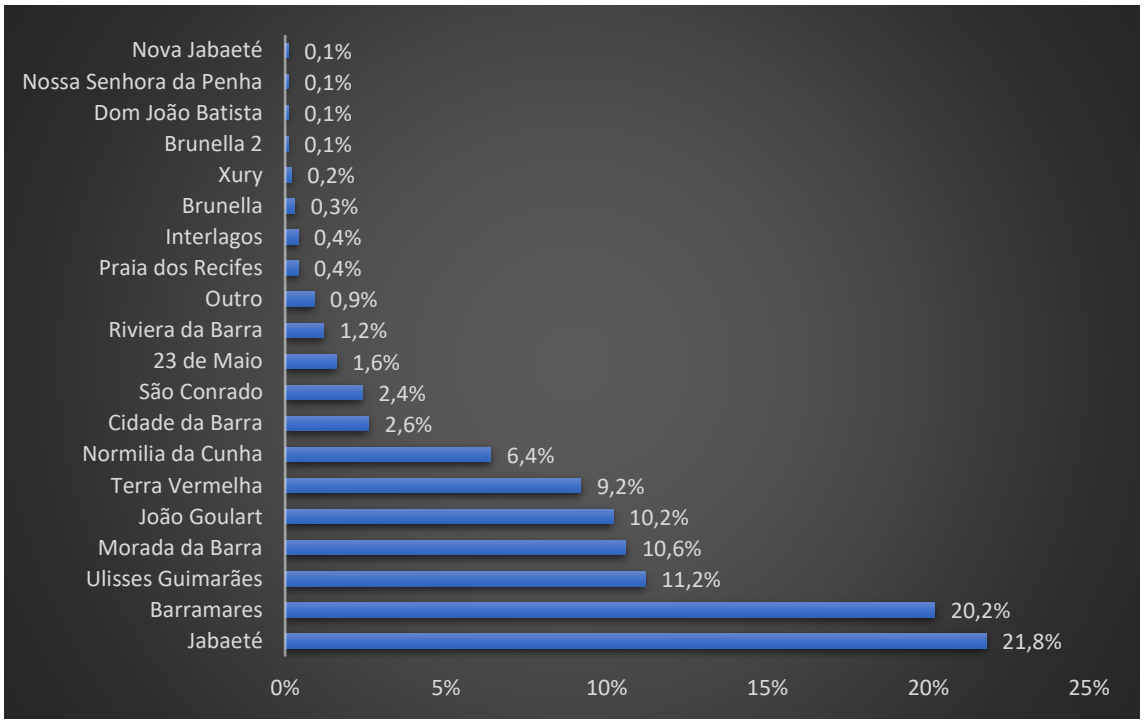
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Para avaliar a origem dos(as) jovens e o alcance do CRJ no território em questão, questionou-se sobre o bairro em que eles(as) residiam. Entre as 978 respostas válidas, foram citados, ao menos, 19 bairros, sendo que Jabaeté (21,8%; 213), Barramares (20,2%; 198), Ulisses Guimarães (11,2%; 110), Morada da Barra (10,6%; 104), João Goulart (10,2%; 100), Terra Vermelha (9,2%; 90) e Normília da Cunha (6,4%; 62), juntos, correspondem a 89,6% dos bairros indicados.

O bairro Terra Vermelha não foi o mais mencionado pelos(as) jovens e aparece como o sexto mais indicado, conforme o gráfico 19. Tal informação pode ser analisada sob uma perspectiva positiva, uma vez que demonstra a capacidade do Centro de romper as fronteiras do bairro e alcançar públicos do território como um todo e não só do bairro em que se encontra localizado. Além disso, todas essas localidades estão incluídas na abrangência sugerida pela metodologia, que compreende os bairros: Cidade da Barra, Riviera da Barra, 23 de Maio, Brunela, Estrela (Barramares), Jabaeté, João Goulart, Morada da Barra, Normília da Cunha Azeredo, São Conrado e Ulisses Guimarães.

Entretanto, os resultados mostram que, além dos bairros já previstos, o CRJ Terra Vermelha mobilizou juventudes de outros bairros, tais como, Xury, Praia dos Recifes, Nossa Senhora da Penha e Interlagos. Esta abrangência pode estar relacionada com as dimensões territoriais dos bairros que compõem a Grande Terra Vermelha, bem como pela localização do CRJ que facilita o acesso dos diferentes bairros. O mapa 01 indica o posicionamento dos bairros de referência.

Gráfico 19 – Bairro de residência entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

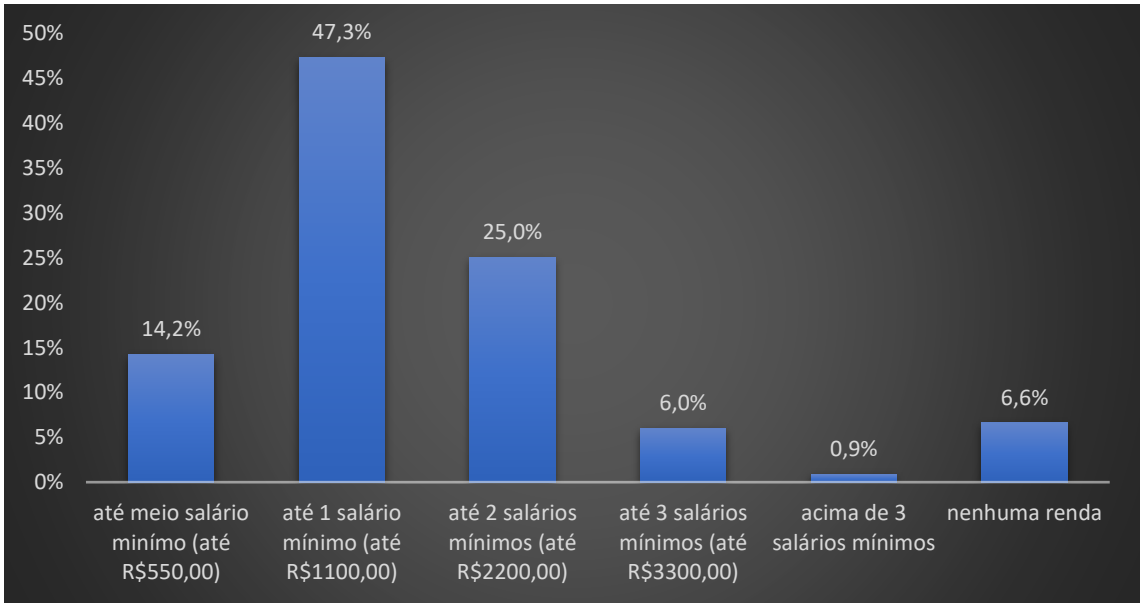
Mapa 1 – Bairros de referência de atuação do CRJ Terra Vermelha - Vila Velha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Para finalizar a caracterização do perfil dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha, apresentam-se os dados sobre renda familiar (gráfico 20). Entre as 705 respostas válidas para esta pergunta, a maioria dos(as) participantes (61,5%; 433) disse ter renda de até um salário mínimo, 25% (176) informaram ter renda de até 02 salários mínimos, 6% (43) disseram ter renda de até 3 salários mínimos e apenas 0,9% (6) informaram renda maior que 3 salários mínimos. Salienta-se que 6,6% (47) não possuíam renda alguma no momento em que responderam ao formulário. Esses dados demonstram que o público com maior vulnerabilidade econômica e social, vem sendo alcançado. A assistência e oportunidades promovidas pelos CRJs, nesse cenário, apresenta-se, portanto, como algo de fundamental importância.

Gráfico 20 – Renda familiar entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha

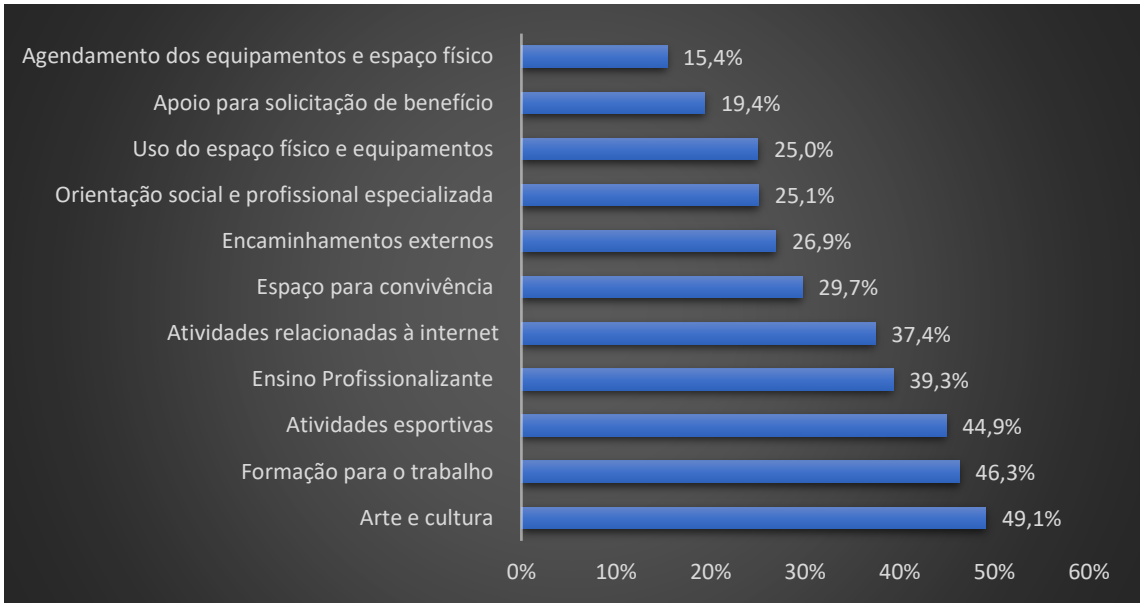


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Foi perguntado também acerca das atividades que despertam interesse nos(as) jovens. A questão "Quais ofertas realizadas pelo CRJ despertam o seu interesse?" possibilitava que os(as) jovens assinalassem quantas alternativas desejassem. Observa-se que todas as 11 alternativas foram elencadas, o que leva a crer que a oferta promovida pelo CRJ tem sido compatível com as demandas dos(as) usuários(as) e que há interesses múltiplos pelas atividades do Centro. Entre as opções mais mencionadas, destacam-se

as atividades de arte e cultura, formação para o trabalho e atividades esportivas, conforme o gráfico 21, considerando-se as 923 respostas válidas.

Gráfico 21 – Atividades ofertadas pelo CRJ que despertam interesse nos(as) jovens de Terra Vermelha



*Cada respondente poderia escolher mais de uma opção.

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

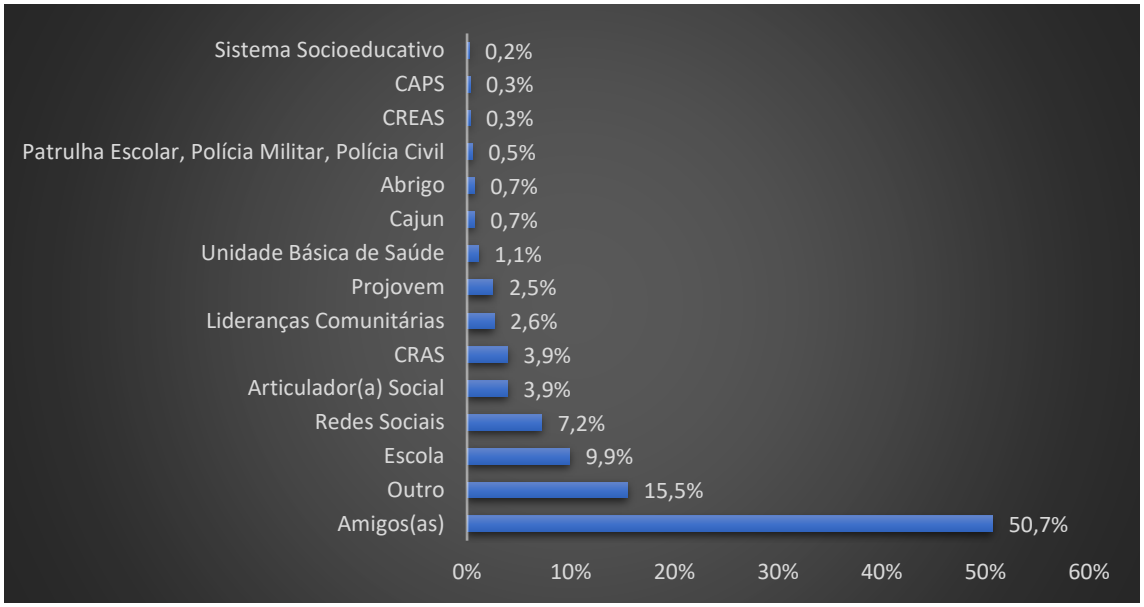
O Formulário Inicial também trouxe uma questão sobre a forma como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ que frequentam. A pergunta "Como você soube do CRJ?" também possibilitava mais de uma resposta e tem seus resultados descritos no gráfico 22. É possível observar que houve uma concentração de respostas em apenas 01 alternativa, qual seja, conhecimento pelos(as) "amigos(as)". Esta opção obteve mais da metade das indicações (50,7%; 463), entre as 913 respostas válidas sobre como os(as) jovens conheceram o CRJ. O conhecimento via "amigos(as)" pode englobar o trabalho da articulação/jovem mobilizador(a), além do convite de amigos(as) propriamente ditos.

As demais alternativas obtiveram menos de 10% de indicações, cada, com exceção da segunda opção "outro" (15,5%; 141); a terceira e a quarta opções mais assinaladas foram, respectivamente, "escola" (9,9%; 90) e "redes sociais" (7,2%; 65). É possível que este tipo de questão receba respostas menos efetivas, uma vez que o(a) participante

pode esquecer a forma como conheceu o objeto/local, além disso, ele(a) também pode ser influenciado(a) por várias plataformas/divulgações, sem que tenha lembrança ou percepção imediata delas.

De qualquer forma, esses dados são importantes para que as equipes do CRJ, em especial a Coordenação de Articulação, avalie o seu trabalho e mapeie frentes de atuação. De início, a mobilização no território foi realizada, principalmente, de maneira informal, sem envolver as redes e as instituições que executam trabalhos complementares ao do CRJ e que podiam se mostrar como importantes parceiras para o sucesso da política.

Gráfico 22 – Como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ Terra Vermelha

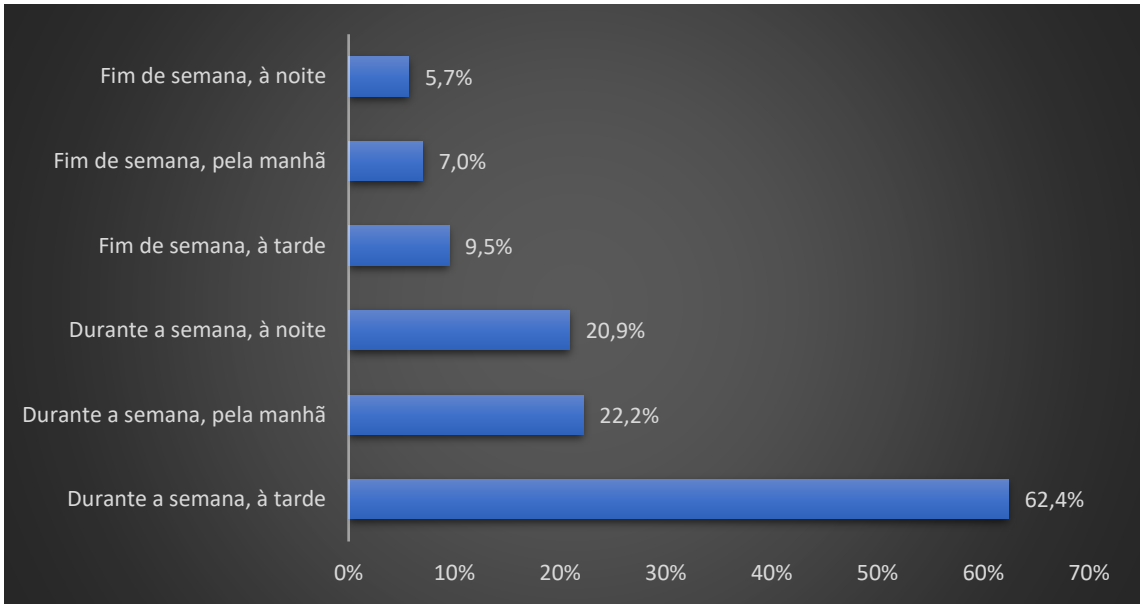


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Com o objetivo de aperfeiçoar o horário da programação ofertada pelo CRJ de acordo com a demanda de horário do público em questão, questionou-se a seguinte pergunta, que também possibilitou mais de uma resposta: “em qual turno pretende frequentar o CRJ?”. Foram disponibilizadas 06 alternativas, que consideravam dia da semana e final de semana e os turnos da manhã, da tarde e da noite, conforme apresentado no gráfico 23. Entre as 923 respostas válidas, a alternativa majoritariamente mencionada pelos(as) jovens foi durante a semana, no turno vespertino, assinalada por 62,4% (576) entre

os(as) participantes; em seguida, apareceram as opções durante a semana, no turno matutino, mencionada por 22,2% dos(as) jovens (205); e, durante a semana, no turno da noite que alcançou 20,9% (193) de respostas afirmativas. Observa-se que as alternativas referentes aos finais de semana foram exatamente aquelas que receberam menos sinalização por parte dos(as) jovens, indicando, portanto, um dado importante a ser considerado pelas programações do CRJ Terra Vermelha.

Gráfico 23 – Disponibilidade de horário dos(as) jovens do CRJ Terra Vermelha



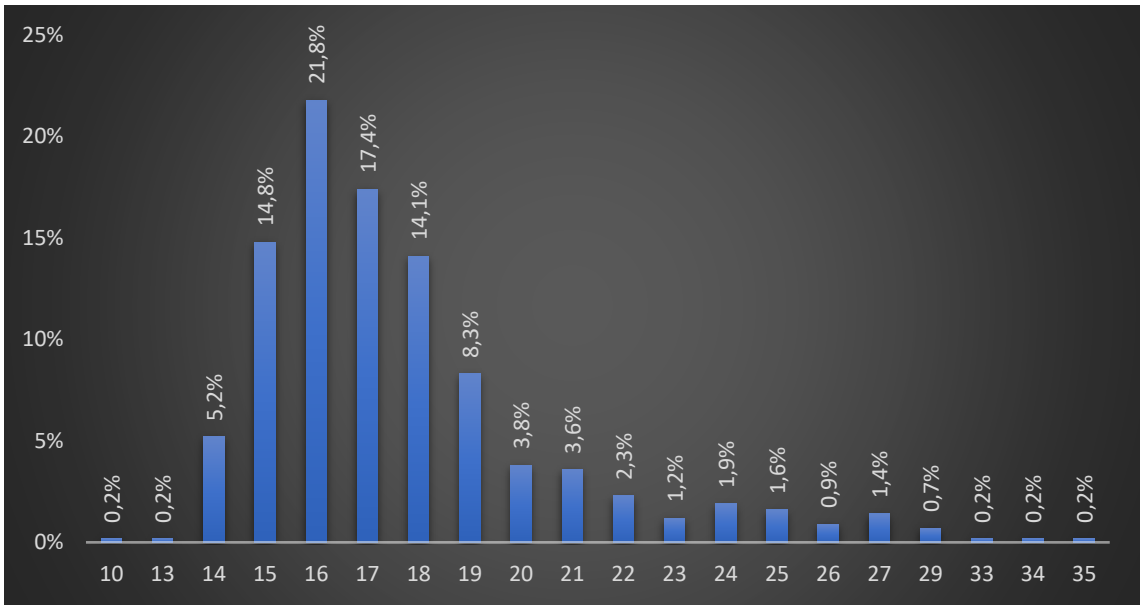
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

5.1.1.2 CRJ Feu Rosa: panorama dos resultados

No CRJ Feu Rosa, do período de novembro de 2022 a final de dezembro de de 2022, foram preenchidos **426 formulários iniciais**, dando uma estimativa do número de jovens frequentadores(as) do local. Não se pode afirmar com precisão o número de atendidos(as), tendo em vista que nem todos(as) os(as) jovens que passam pelo local preenchem o formulário, e que eventualmente um(a) mesmo(a) jovem possa ter respondido o instrumento de pesquisa mais de uma vez. Contudo, como esses casos costumam ser exceção, os números indicam que a política tem obtido êxito na atração de jovens para o equipamento em questão.

Entre os(as) respondentes do instrumento (426), observa-se uma idade média de 17,7 anos (DP= 3,2), com variação entre 10 e 35 anos. Portanto, verifica-se que o objetivo de se atuar diretamente com jovens tem sido alcançado, especialmente quando se constata que o público majoritário frequentador(a) do espaço está na faixa etária de 15 a 19 anos, conforme demonstra o Gráfico 24. Contudo, é importante salientar que o objetivo de se alcançar com maior ênfase também os(as) jovens de maior idade, chegando aos 24 anos, ainda precisa ser trabalhado, uma vez que eles(as) se constituem no público prioritário traçado pela política, mas, na prática, esses(as) jovens ainda não frequentam o espaço em número expressivo.

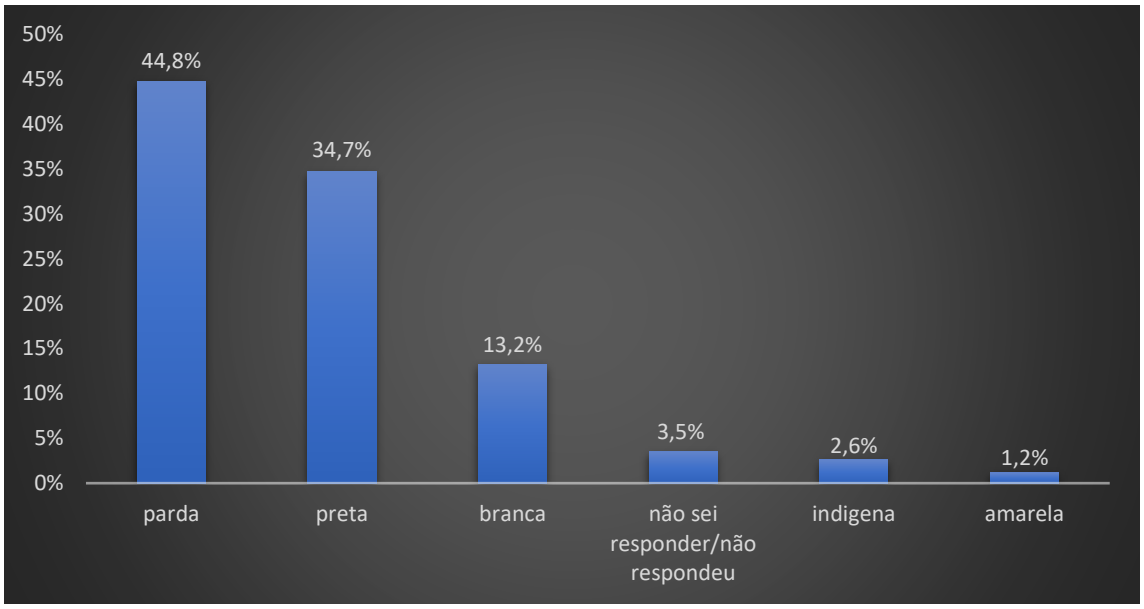
Gráfico 24 – Idade dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração própria.

Quanto à raça/cor dos(as) jovens, considerando-se todos(as) os(as) participantes, 44,8% (191) se autodeclara parda e 34,7% (148) pretos(as). Portanto, os(as) negros(as) somam 79,5% (339), os(as) brancos(as) 13,2% (56), indígenas 2,6% (11) e amarelos(as) 1,2% (5). Ressalta-se, ainda, que 3,5% (15) informaram não saber sua cor/raça.

Gráfico 25 – Cor/Raça dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa

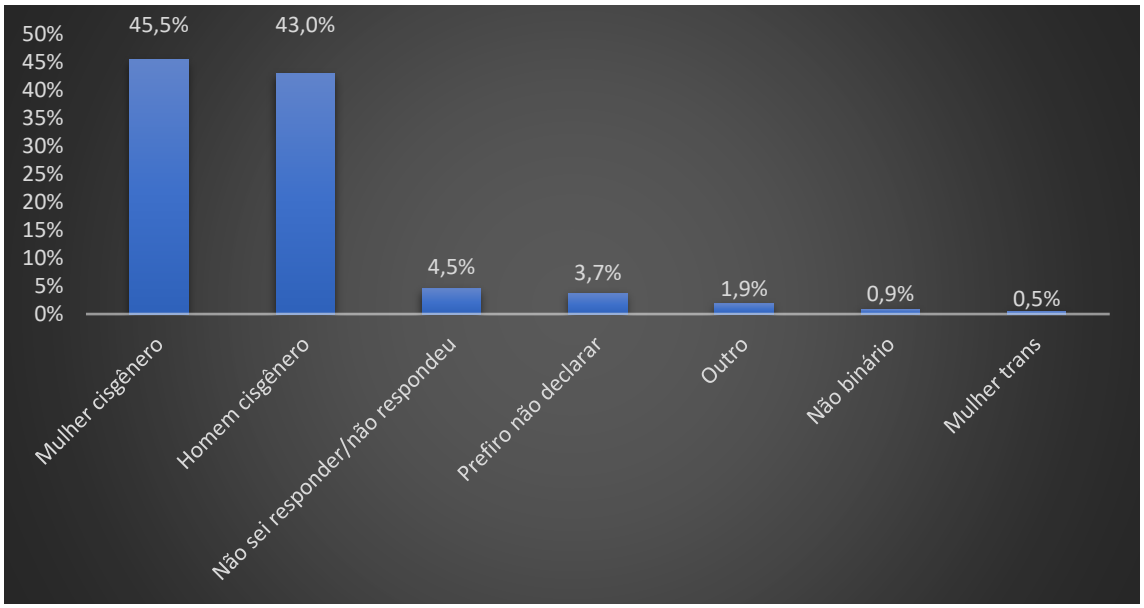


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação à identidade de gênero, dos(as) 426 participantes ouvidos(as), verifica-se que a maioria dos(as) jovens se considera mulher cis (45,5%; 194), seguida de homens cis (43%; 183). Faz-se necessário pontuar que, entre o público prioritário da política, estão os homens, assim como grupos mais vulneráveis como as pessoas trans. Considerando-se os dados apresentados em detalhe no Gráfico 26, embora observe-se a presença do público trans e LGBTI+[29] de um modo geral, entende-se que é possível ampliar este atendimento, uma vez que as pessoas trans só representam 0,5% (5) da amostra, e as pessoas não binárias somaram apenas 04 (0,9%) jovens. Destaca-se, ainda, que 19 jovens (4,5%) informaram não saber responder à questão e 16 (3,7%) preferiram não declarar seu gênero.

29 A sigla LGBTI+ é um termo guarda-chuva que se refere as diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Ao longo dos anos, esta sigla mudou, se expandiu e possivelmente continuará a mudar. No Brasil, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT) que reúne mais de 300 organizações LGBTI+ (a maior associação do gênero na América Latina) adota o acrônimo LGBTI+. Ainda, diversos documentos utilizam esta sigla, como exemplo, o manual de comunicação LGBTI+.

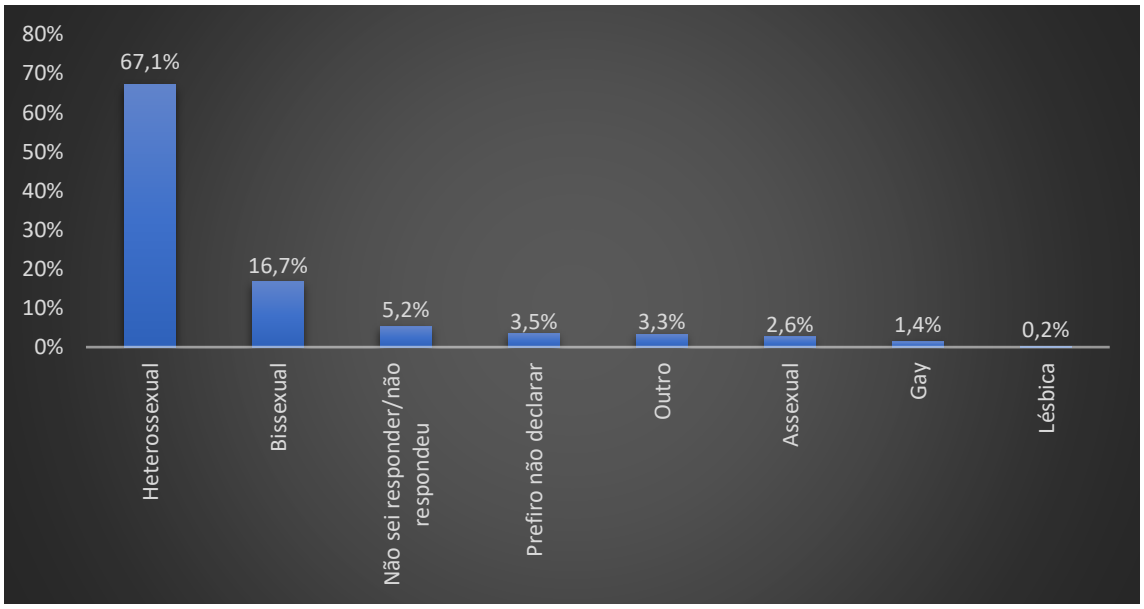
Gráfico 26 – Identidade de gênero dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Sobre a orientação sexual dos(as) jovens, entre os(as) 426 respondentes, o público heterossexual se apresenta como grande maioria, representando 67,1% (286) da amostra; bissexuais são 16,7% (71); assexuais 2,6% (11), gays somam 1,4% (6) e lésbicas 0,2% (01). Destaca-se que 3,5% (15) preferiram não declarar sua orientação sexual e que 5,2% (22) se abstiveram de responder à questão, dados que indicam a necessidade de que o CRJ esteja atento a essa temática e a importância de se trabalhar a questão. No Gráfico 27 pode-se obter informações mais detalhadas sobre orientação sexual.

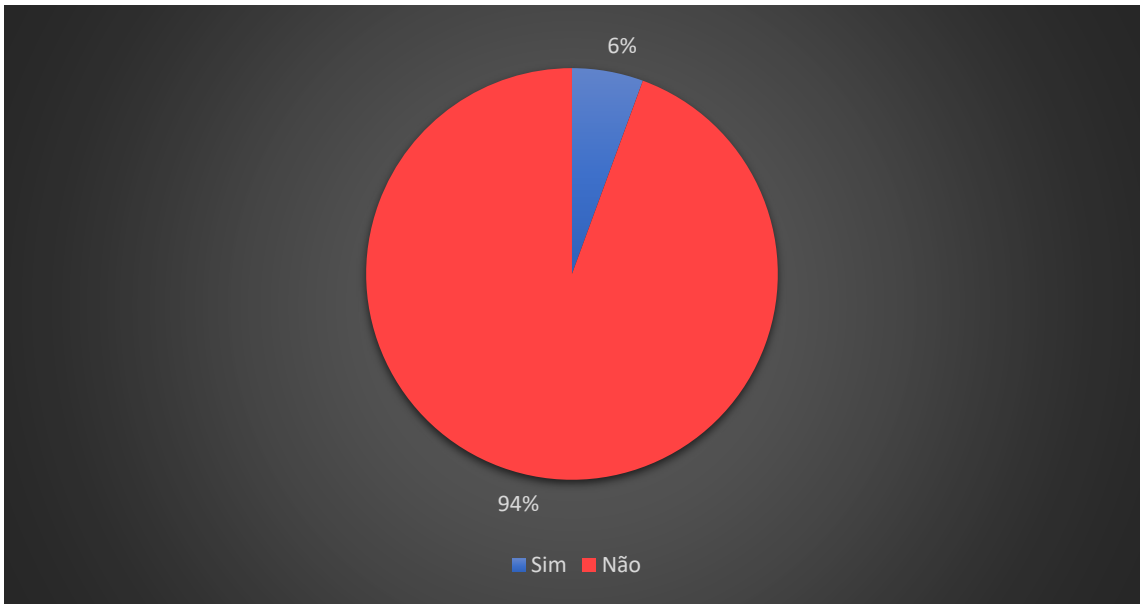
Gráfico 27 – Orientação Sexual dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Outro público que participa do CRJ Feu Rosa de forma minoritária é aquele formado por pessoas com deficiência. Entre os(as) 426 respondentes, apenas 5,6% (24) deles(as) afirmaram possuir alguma deficiência, como demonstra o Gráfico 28. Os(as) participantes poderiam responder à questão aberta, indicando qual deficiência possuíam e, entre as respostas, estão deficiência visual, autismo, déficit de atenção, dificuldade motora nos joelhos e braços, distúrbio mental, hiperatividade, TDAH e esquizofrenia. Frisa-se que nem todas as respostas desta pergunta podem ser classificadas como deficiência, mas foram aqui trazidas por se tratar de uma questão aberta de livre preenchimento.

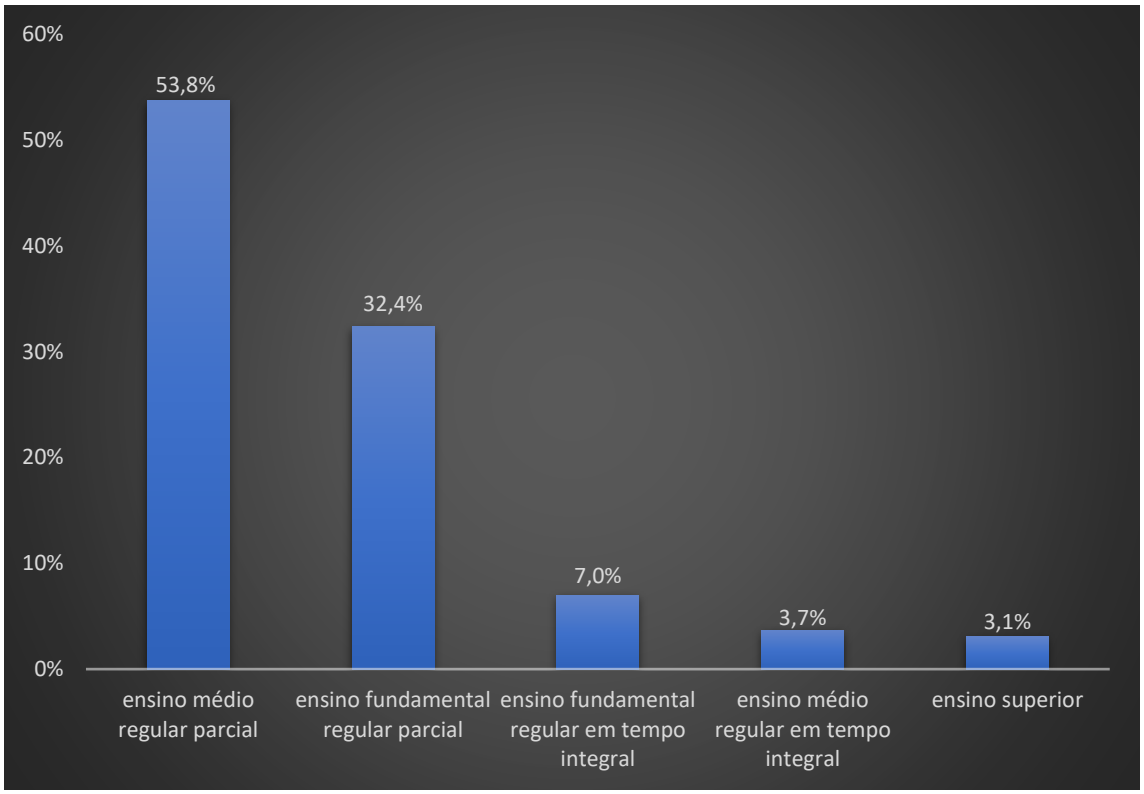
Gráfico 28 – Jovens com deficiência no CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Ainda em relação ao perfil dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa (426), observa-se que a maioria, 78,9% (336), estava estudando no momento da aplicação do questionário. Quanto à etapa de ensino, entre os 327 respondentes desta questão, observa-se que a maioria, 57,5% (188), estava cursando o Ensino Médio, 39,4% (129), o Ensino Fundamental e apenas 3,1% (10) estava cursando o Ensino Superior.

Gráfico 29 – Etapa de ensino entre os(as) estudantes frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



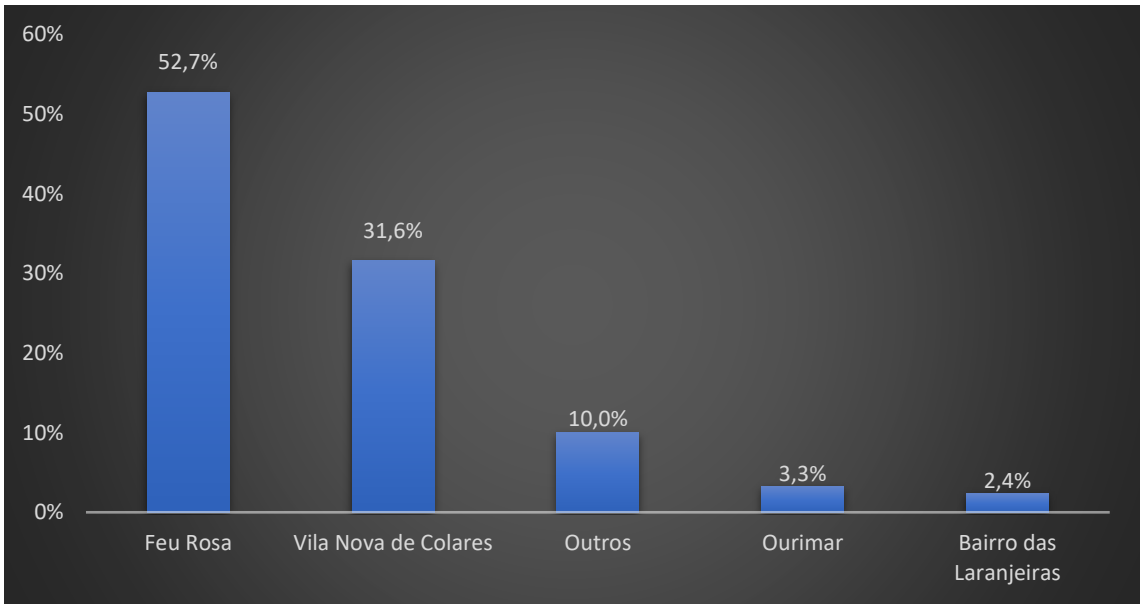
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração própria.

Para avaliar o alcance do CRJ no território dos(as) jovens, questionou-se sobre o bairro onde eles(as) viviam. Entre as 421 respostas válidas, foram citados 04 bairros, havendo maior concentração de moradores(as) em Feu Rosa (52,7%, 222), onde se localiza o CRJ, e Vila Nova de Colares (31,6%; 133), conforme descrito no Gráfico 30. O Bairro das Laranjeiras e Ourimar possuem, juntos, 5,7% (24) e a opção "outros bairros" foi selecionada por 10% (42) dos(as) participantes.

Esses dados sinalizam a boa inserção do Centro no contexto em que se localiza, mas também pode indicar eventual dificuldade em transpor a fronteira do bairro a fim de alcançar de forma mais geral a região que foi designado a atender, uma vez que o território de abrangência previsto na metodologia compreende os bairros Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Conjunto Feu Rosa, Sítio Esmeralda (Ourimar), Bairro das Laranjeiras, podendo chegar a Jacaraípe, São Patrício, Enseada de Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe, São Francisco, Costa Dourada, Estância Monazítica, Jardim Atlântico e Parque Jacaraípe.

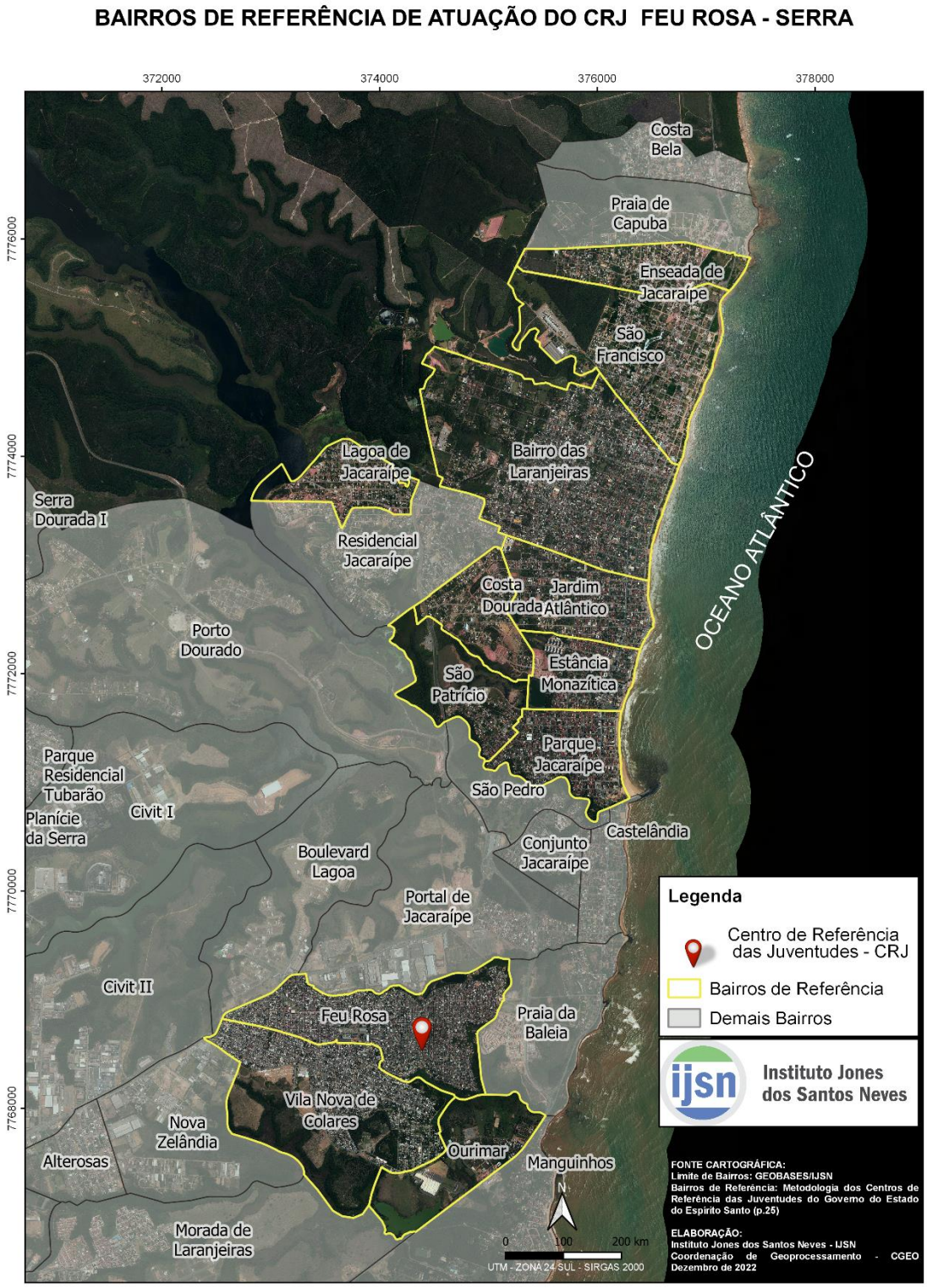
O fato de o referido equipamento não ter apresentado jovens de todos os bairros previstos na metodologia pode estar relacionado a diversos fatores, inclusive à extensa dimensão territorial do bairro Feu Rosa, conforme apontado no mapa 02. Outros elementos, como as relações de conflito que fazem parte da dinâmica sócio-territorial entre os bairros, que podem impedir ou dificultar certos deslocamentos, ou a própria atuação da equipe de articulação são fatores que também devem ser levados em consideração. Portanto, não se pode concluir de antemão que a ausência de jovens de outros bairros se dê única e exclusivamente pela operacionalização da política no CRJ Feu Rosa, mas sim possivelmente pela soma de múltiplos fatores, sobretudo, a dimensão territorial tanto do município de Serra, quanto da localização específica do equipamento.

Gráfico 30 – Jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa, por bairros de residência



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

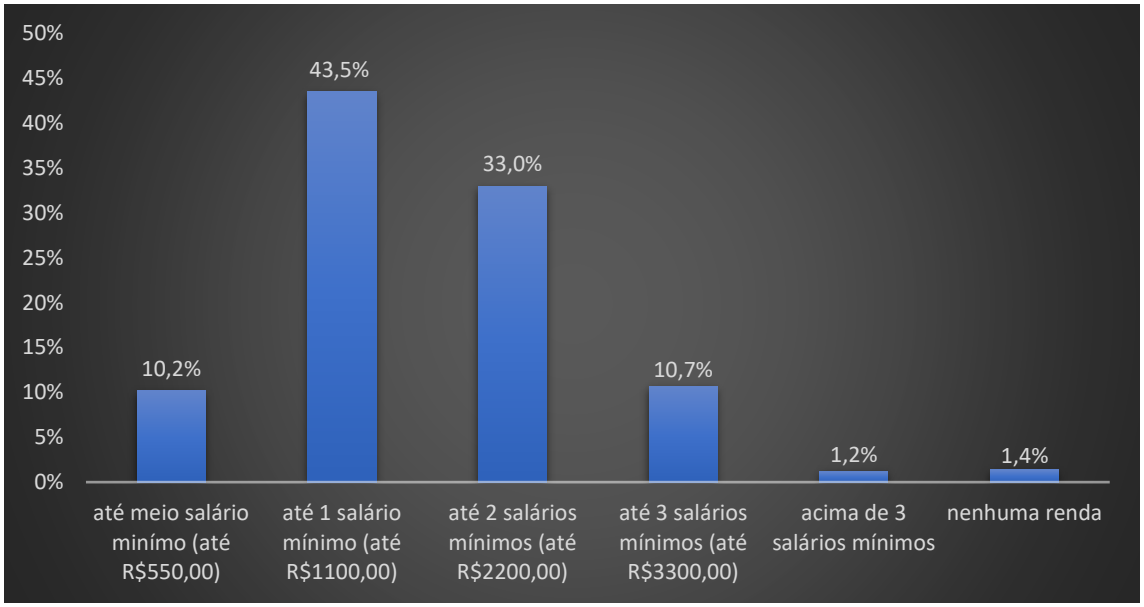
Mapa 2 – Bairros de referência de atuação do CRJ Feu Rosa – Serra



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Para finalizar a caracterização do perfil dos(as) jovens frequentadores(as) de Feu Rosa, apresentam-se os dados sobre renda familiar. Dos(as) 354 respondentes da questão, a maioria, 53,7% (190), afirmou ter renda familiar de até 01 salário mínimo e 33% (117) informou renda de até 2 salários mínimos. Esses dados demonstram que o público com maior vulnerabilidade econômica e social vem sendo alcançado. A assistência e oportunidades promovidas pelos CRJs, nesse cenário, apresentam-se, portanto, como algo de fundamental importância. No gráfico 31, pode-se observar as informações detalhadas sobre renda familiar entre os(as) frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa.

Gráfico 31 – Renda Familiar dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa

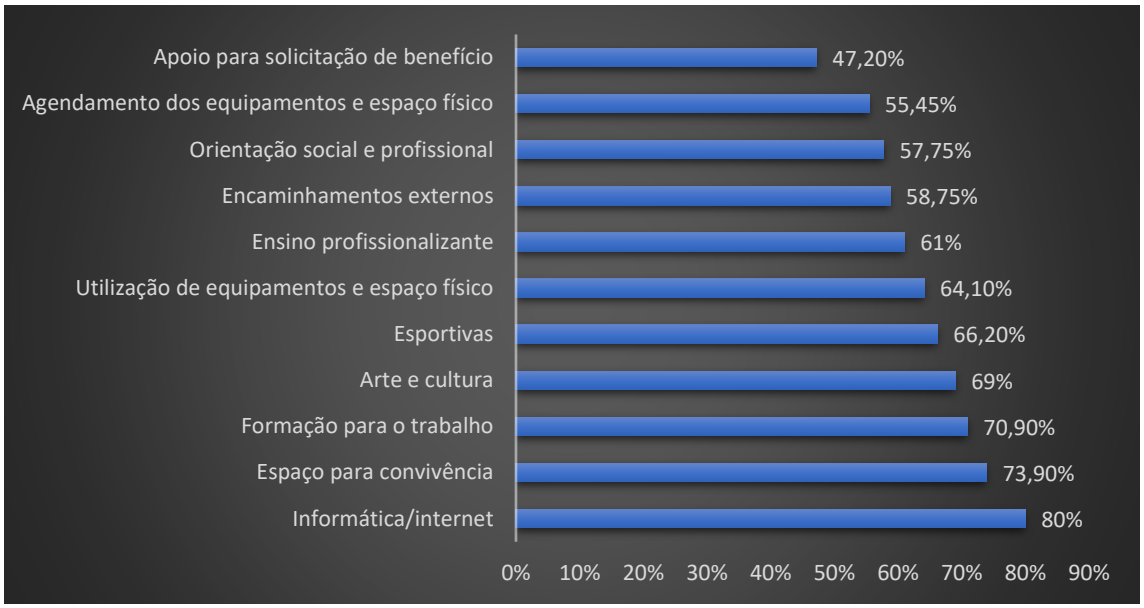


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os(as) jovens foram perguntados(as) também sobre o interesse nas atividades ofertadas, por meio da questão "Quais ofertas realizadas pelo CRJ despertam o seu interesse?", quando todos(as) os(as) 462 responderam-na. Eles/elas puderam assinalar quantas alternativas desejassem. Observa-se que praticamente todas as alternativas foram marcadas por pelo menos metade dos(as) participantes. Este dado sugere que a oferta promovida pelo CRJ tem sido compatível com as demandas e os interesses dos(as) jovens, que possuem interesses múltiplos pelas atividades do Centro.

Entre as opções mais mencionadas, destacam-se as atividades relacionadas à "informática/internet" (80%; 341), "espaço para convivência - fazer ou encontrar amigos(as)" (73,9%; 315), formação para o trabalho (70,9%; 302) e atividades de "arte e cultura" (69%; 294). O gráfico 32 mostra o resultado detalhado das atividades que despertam o interesse dos(as) jovens do CRJ Feu Rosa.

Gráfico 32 – Atividades ofertadas pelo CRJ que despertam interesse nos(as) jovens de Feu Rosa



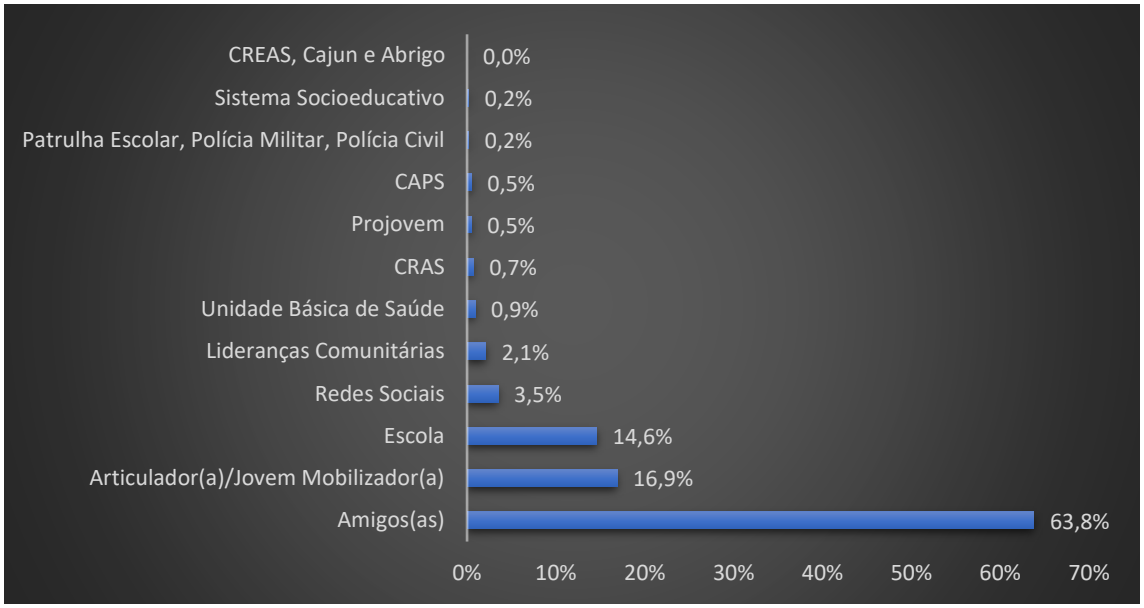
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

O Formulário Inicial também trouxe questões sobre a forma como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ que frequentam, quando todos(as) (426) responderam à pergunta. A questão "Como você soube do CRJ?" também possibilitava mais de uma resposta e tem seus resultados descritos no Gráfico 33. É possível observar que houve grande concentração de resposta em apenas 3 alternativas: o conhecimento pelos "amigos(as)", que obteve 59,8% (149) de respostas afirmativas (249); o conhecimento através da "escola", que obteve 18,5% (46) de marcação; e o conhecimento via "articulador(a)/jovem mobilizador(a)", que são jovens que compõem a equipe de articulação do CRJ, somou 17,3% (43).

Como mencionado anteriormente, sabe-se que esse tipo de questão, muitas vezes, recebe respostas menos efetivas, uma vez que é comum que o(a) participante esqueça a forma como conheceu o objeto/local em questão, bem como tenha sido influenciado por várias plataformas/divulgação sem que haja lembrança ou percepção racional delas. Ademais, o conhecimento via "amigos(a)" pode englobar o trabalho da articulação/jovem mobilizador(a).

De qualquer forma, esses dados são importantes para que as equipes do CRJ, em especial a Coordenação de Articulação, avalie o seu trabalho e mapeie frentes de atuação. De início, a mobilização no território foi realizada, principalmente, de maneira informal, sem envolver as demais instituições que executam trabalhos complementares ao do CRJ e que poderiam se mostrar como importantes parceiros para o sucesso da política, a partir de uma perspectiva de atuação em rede.

Gráfico 33 – Como os(as) jovens tomaram conhecimento do CRJ Feu Rosa

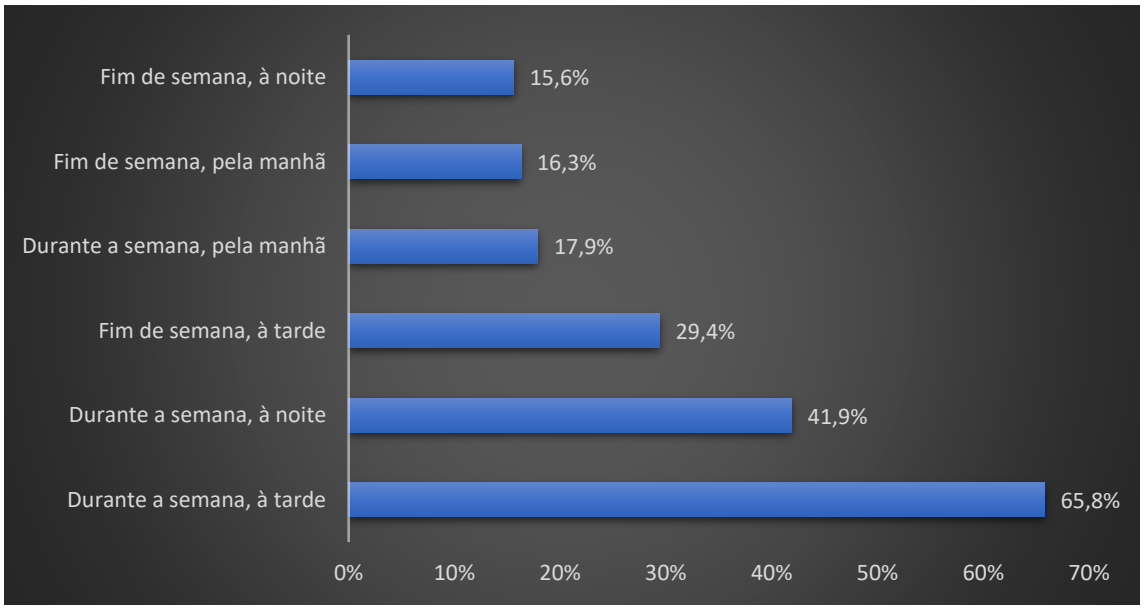


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Com o objetivo de conhecer a disponibilidade de horário dos(as) jovens, buscando aperfeiçoar o horário da programação ofertada pelo CRJ, fez-se a seguinte pergunta, que foi respondida por 418 jovens: "Em qual turno pretende frequentar o CRJ?". Ressalta-se que esta questão possibilitou mais de uma resposta. Foram disponibilizadas

06 alternativas, que consideravam dia da semana e final de semana e os turnos da manhã, da tarde e da noite, conforme apresentado no gráfico 34. As alternativas mais mencionadas pelos(as) jovens foram: durante a semana, no turno vespertino, assinalada por 65,8% (275) dos(as) participantes; seguida da opção durante a semana, no turno noturno, mencionada por 41,9% (175) dos(as) jovens e, com menos destaque, a alternativa fim de semana no turno vespertino, que alcançou 29,4% (123) de respostas afirmativas.

Gráfico 34 – Disponibilidade de horário dos(as) jovens do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

5.1.2 Análise e discussão dos resultados do Formulário Inicial

Considerando os dados apresentados anteriormente, alguns pontos merecem ser destacados. O primeiro é que, de modo geral, o perfil dos(as) jovens participantes dos CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa é muito semelhante: ambos apresentam maioria de negros(as), estudantes, sem deficiência e com renda familiar de até 01 salário mínimo. No entanto, algumas particularidades também são evidenciadas. A primeira delas refere-se ao número de respondentes. Enquanto a pesquisa contou com 1.030 jovens de Terra Vermelha, em Feu Rosa, por outro lado, foram ouvidos(as) 426 jovens. Essa diferença se deve, primeiramente, ao tempo de funcionamento de cada equipamento.

Em Vila Velha, a inauguração se deu com 2 meses de antecedência, e com início da coleta de dados antes mesmo do questionário e da plataforma de organização do material estarem completamente prontos. Fato que repercutiu, inclusive no número de questões em branco, não respondidas e nos resultados observados em Terra Vermelha.

Por outro lado, há certas diferenças territoriais que devem ser levadas em consideração. Além disso, aspectos relativos à mobilização de jovens e o perfil da coordenação de articulação também podem ter sido fatores de influência na quantidade de jovens inicialmente atendidos(as) em cada CRJ.

A maioria dos(as) respondentes dos dois locais estavam, no ato da coleta, estudando, porém, percebe-se certa diferença referente à escolaridade entre os(as) jovens de Terra Vermelha (60,8%) e de Feu Rosa (78,9%). Além disso, boa parcela (48,3%) dos(as) respondentes de Terra Vermelha, cursava o ensino fundamental (293 entre as 606 respostas válidas). Esse nível de ensino foi mencionado por 39,4% de frequentadores(as) de Feu Rosa (129 entre as 327 respostas válidas).

Por outro lado, 57,5% dos(as) respondentes de Feu Rosa informaram que estavam cursando o ensino médio (188 entre as 327 respostas válidas), e em Terra Vermelha a porcentagem foi um pouco menor, de 46,6% (282 entre as 606 respostas válidas). Por fim, não se pode deixar de ressaltar que a política pública pensada através dos CRJs está alcançando o público economicamente vulnerável em ambos os equipamentos.

A renda familiar dos(as) jovens frequentadores(as) de Terra Vermelha e de Feu Rosa apresenta níveis baixos. Em ambos os territórios, a maioria dos(as) respondentes afirmou ter renda familiar de até 1 salário mínimo, sendo que uma parte considerável vive com até ½ salário mínimo – 14% em Terra Vermelha e 10,2% em Feu Rosa. Também chama atenção quão pouco é o número de jovens cuja renda familiar ultrapassa os 3 salários mínimos. Em Terra Vermelha apenas 06 jovens (entre os(as) 705 que responderam à questão sobre renda), assinalaram essa alternativa; em Feu Rosa, apenas 04 jovens (entre os(as) 354 jovens que responderam à questão sobre renda) se enquadraram nessa realidade.

Por fim, ressaltamos que os dados apresentados não pretendem evocar uma comparação entre os CRJs, uma vez que, conforme apontado em vários momentos neste relatório, trata-se de territórios diferentes em suas dimensões culturais, físicas e simbólicas.

5.1.3. Resultados do Formulário de Acompanhamento

Após a apresentação dos resultados obtidos com o Formulário Inicial, parte-se para a análise dos dados dos(as) jovens Acompanhados(as). Trata-se de jovens que têm um contato direto com a equipe multiprofissional em virtude de demandas específicas que exigem maior proximidade, seja com os(as) profissionais de Psicologia, Assistência Social e/ou Terapia Ocupacional ou que demandam encaminhamento externo, ainda assim, supervisionados(as) pelos CRJs.

Conforme a metodologia proposta para os CRJs, em geral, esses(as) jovens são amparados(as) por meio dos acompanhamentos relacionados ao PVida e ao PTrampo e, eventualmente, recebem também atenção e direcionamentos específicos a partir de demandas específicas categorizadas como “Outras Demandas”.

Devido à proximidade requerida entre os(as) jovens e os(as) profissionais envolvidos(as) no acompanhamento, o formulário em questão apresenta maior detalhamento e perguntas relacionadas não apenas ao perfil sociodemográfico do(a) jovem, mas à sua composição e estrutura familiar, assim como ao seu histórico escolar e a eventuais passagens pelos sistemas de justiça e prisional.

5.1.3.1 CRJ Terra Vermelha: panorama dos resultados

A partir dos dados coletados pelo formulário de Acompanhamento, preenchido por 139 jovens, é possível ter uma ideia do perfil e da realidade dos(as) jovens que são acompanhados(as) em cada um dos dois Centros de Referência das Juventudes. Participaram da pesquisa, 139 jovens de Terra Vermelha, com idades entre 11 e 30 anos, com idade média de 18,3 anos (DP=3,71)[30]. Entre todos os(as) participantes, ao

[30] Dados referentes às 137 respostas válidas sobre idade.

responderem sobre escolaridade, 65,5% (91) disse estar estudando e 34,5% (48) disse não estar estudando no momento da aplicação do questionário.

Tabela 3 – Jovens que não estão estudando no CRJ Terra Vermelha, por faixa etária

Faixa Etária	Jovens que não estão estudando[31]
até 14 anos	2
15 a 18	10
19 a 24	33
Acima de 25	2

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Entre os(as) que informaram o nível de escolaridade (109), 47,7% (52) estavam cursando/haviam cursado o Ensino Fundamental, 48,7% (53) cursavam/haviam cursado o Ensino Médio, 1,8% (2) afirmou cursar/ter cursado o Ensino Técnico e 1,8% (2) disse cursar/ter cursado o Ensino Superior. Ressalta-se que 02 participantes não informaram a idade, logo não foram incluídos na tabela 04.

Tabela 4 – Jovens por faixa etária e escolaridade no CRJ Terra Vermelha

Faixa Etária	Escolaridade e quantitativo de jovens
11 a 14 anos	Ensino Fundamental (10) Ensino Médio (01)
15 a 18	Ensino fundamental (35) Ensino Médio (29)
19 a 24	Ensino Fundamental (05) Ensino Médio (19) Ensino Técnico (01)

[31] 01 jovem que não estava estudando não informou a idade, logo não pôde ser incluído (a) nesta tabela.

	Ensino Superior (01)
Acima de 25	Ensino Fundamental (01) Ensino Médio (03) Ensino Técnico (01) Ensino Superior (01)

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Também com base no total de participantes, 54,9% (56) deles afirmaram estar em defasagem escolar (considerando-se os(as) 102 participantes que responderam à questão). Quando perguntados(as) sobre a série ou o ano em que interromperam os estudos, apenas 50 pessoas responderam, das quais, 40% (20) não soube dizer série/ano, 34% (17) apontou ser a interrupção entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental, 12% (6) durante o Ensino Médio, 12% (6) após término do Ensino Médio e apenas 2% (01), durante o Ensino Fundamental entre a 1ª e a 4ª série (antigo primário). A tabela 05 informa a escolaridade dos(as) jovens que pararam de estudar, também por faixa etária. Ressalta-se que duas pessoas não informaram a idade, de modo que não se pôde incluí-las na tabela 05, por não se saber a qual faixa etária pertencem.

Tabela 5 – Idade e escolaridade dos(as) jovens que pararam de estudar no CRJ Terra Vermelha

Faixa Etária	Escolaridade em que parou de estudar
até 14 anos	Ensino Fundamental (01) Não sabe (03)
15 a 18	Ensino fundamental (07) Ensino Médio incompleto (01) Não sabe (05)
19 a 24	Ensino Fundamental (10) Ensino Médio incompleto (03)

	Ensino Médio Completo (05) Não sabe (11)
Acima de 25	Ensino Médio Completo (01) Não sabe (01)

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quando perguntados(as) sobre religião, 51% (71) disse não possuir vínculos religiosos e 37,4% (52) se declarou protestante ou evangélico. Respectivamente 2,9% (4) afirmou ser da Umbanda ou do Candomblé e da religião Católica. Todos os 139 responderam à questão. Entre os(as) participantes apenas 1 (1,1%) declarou não ter CPF (entre os(as) 92 que responderam à questão sobre CPF).

No que se refere ao Sistema de Justiça, entre todos(as) os(as) participantes (139), apenas 08 participantes (5,7%) afirmaram ter passado pelo sistema de justiça, quando 7 cumpriram medida socioeducativa e 1, internação provisória. Quando perguntados(as) se já haviam passado pelo sistema prisional, entre as 114 respostas válidas, apenas 06 jovens (5,3%) responderam afirmativamente.

No que se refere à escolaridade da mãe, 20,1% (28) afirmou que a mãe cursou da 5ª a 8ª do Ensino Fundamental; 15,8% (22) disse que a mãe concluiu o Ensino Médio; 10,1% (14) informou que a mãe cursou da 1ª a 4ª do ensino fundamental; 7,9% (11) disse que a mãe não concluiu o Ensino Médio; 20% (16) informou que ela concluiu o Ensino Médio e apenas 2,2% (3) informou que a mãe possuía Ensino Superior incompleto. Salienta-se que um número significativo de jovens não soube informar a escolaridade da mãe, 43,9% (61).

Entre os(as) que souberam responder à questão anterior, a escolaridade da mãe se concentrou basicamente em Ensino Fundamental completo e Ensino Médio Completo. Pode-se esboçar uma comparação entre as informações de escolaridade que os(as) jovens disseram estar cursando e já ter cursado, com os níveis escolares concluídos pelas mães.

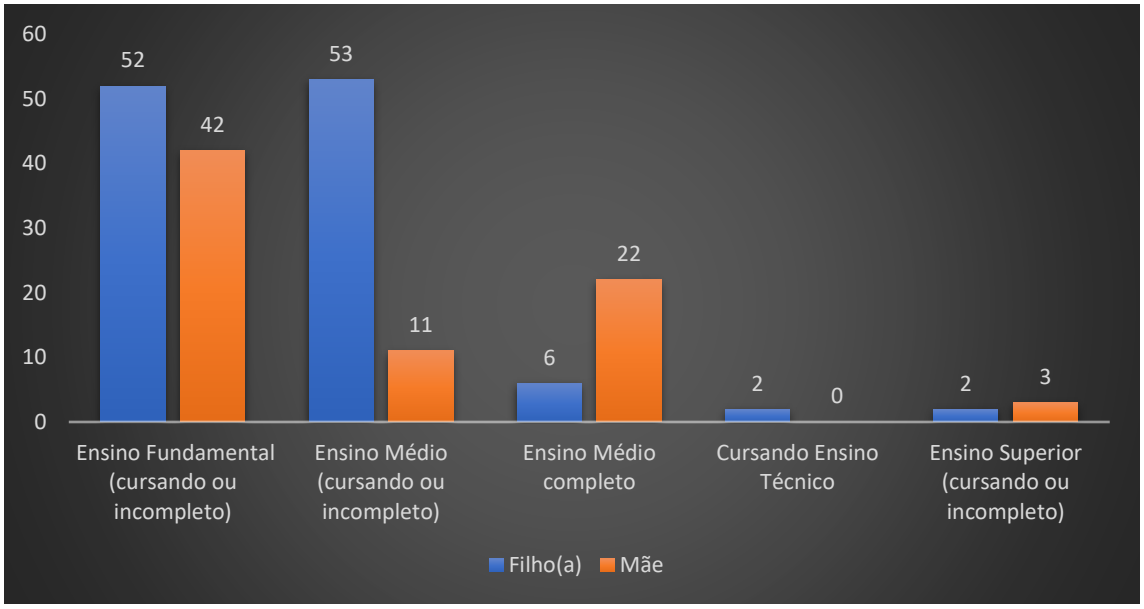
Pela idade informada dos(as) participantes, 54 possuem idade superior a 18 anos, pelo que já poderiam ter finalizado o ensino médio, entretanto, apenas 6 participantes disseram ter concluído esta etapa. Por esta perspectiva, as mães possuiriam maior escolaridade, pois 22 jovens informaram que elas haviam concluído o ensino médio. Entretanto, muitos(as) jovens ainda estão cursando os ensinos médio e fundamental, o que indica uma potencialidade de mobilidade ascendente de escolaridade, pois, a curto prazo, mais jovens podem concluir o ensino médio, superando a escolaridade de suas mães.

Ocorre a mobilidade educacional intergeracional ascendente quando os(as) filhos(as) superam a escolaridade de seus pais. Segundo Longo e Vieira (2017), a mobilidade educacional e a superação do *status* educacional entre as gerações de uma mesma família decorre de fatores macrossociais, como a conjuntura político-econômica e a sistematização das redes de ensino escolar ou profissionalizante; e de fatores microssociais, a exemplo das características individuais e da família de origem.

Outro dado que corrobora indícios de ascensão educacional reside na quantidade superior de jovens que estão cursando o Ensino Médio, se comparados às mães. Ainda que todos(as) eles/elas interrompessem os estudos, mais jovens teriam tido acesso ao ensino médio (mesmo que incompleto) em comparação às suas mães[32].

[32] O gráfico mostra os números absolutos e não a porcentagem. Esta decisão se justifica porque os dados selecionados se referem a questões diferentes do questionário, o que, justamente por isso, faz com que o universo de respostas válidas também seja diferente, a depender da questão.

Gráfico 35 – Comparação de escolaridade entre as mães e os(as) filhos(as) frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Longo e Vieira (2017) entendem pela melhora do nível educacional da população adolescente, sendo que o número de jovens que superaram a escolaridade materna aumentou, entretanto, apontam que é preciso, ainda, aumentar a taxa na conclusão desse nível de ensino, assim como demonstrado no gráfico 35. São necessárias, portanto, políticas de expansão do ensino médio, que dependam do fluxo de saída do ensino fundamental, assim como citado pelas autoras, bem como políticas públicas que possibilitem o acolhimento, o direcionamento e o desenvolvimento de projetos de vida relacionados à juventude.

O desconhecimento foi ainda maior em relação à escolaridade do pai, quando 73,4% (102) dos(as) participantes não souberam informá-la, dado que sugere um alto índice de abandono paterno. O abandono paterno é uma realidade de grandes proporções no Brasil, de acordo com levantamento da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), em 2020, das 1.280.514 crianças que nasceram, 6,31% foram registradas apenas com o nome das mães nas certidões de nascimento.

Entre as respostas mais representativas, verificou-se que 12,3% (17) afirmou que o pai cursou da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental; 6,5% (9) disse que o pai concluiu o Ensino

Médio e 3,6% (5) disse que o pai cursou da 1ª a 4ª do ensino fundamental. Ensino superior completo, Ensino superior incompleto, Ensino médio incompleto e a opção "Não estudou" correspondem, juntas a 4,2% da amostra.

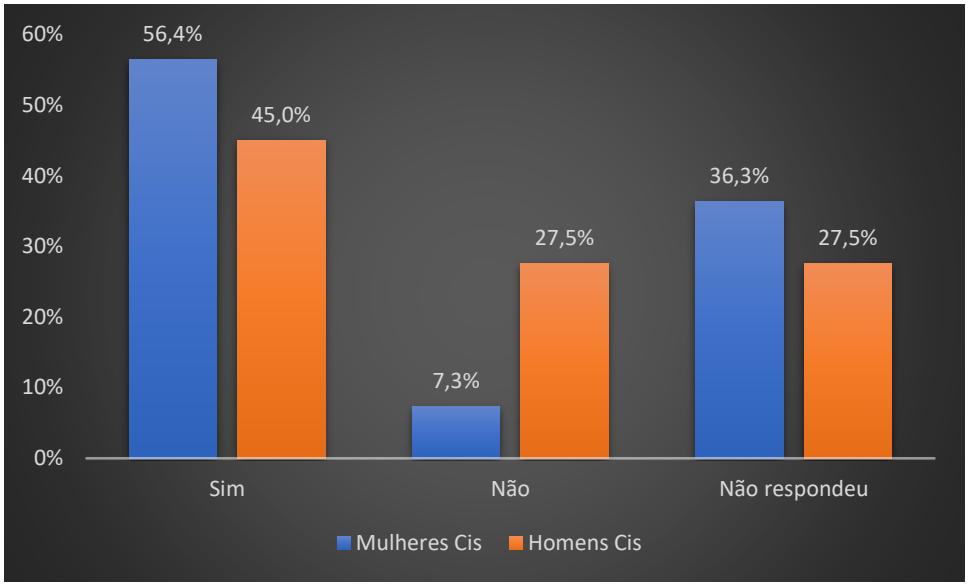
Em relação à residência dos(as) jovens, apenas 1,4% (2) afirmou não possuir banheiro dentro de suas casas. Em se tratando da quantidade de cômodos, 77,7% (108) afirmou que o domicílio era composto por 4 a 6 cômodos; 15,1% (21) afirmou que a residência em que viviam apresentava de 1 a 3 cômodos e 6,5% (9) disse que a residência tinha entre 7 e 9 cômodos. Apenas 1 jovem (0,7%) informou que a casa possuía 10 ou mais cômodos.

A questão que perguntou sobre a dedicação dos(as) jovens aos afazeres domésticos foi respondida por 96 jovens. Entre eles(as), 75% (72) afirmaram realizar tal atividade, ao passo que 25% (24) informaram não realizar esta tarefa. Em relação ao tempo dedicado aos afazeres domésticos, entre as 78 respostas válidas, a maioria dos(as) jovens, 71,8% (56), disseram dispensar entre 1 e 2 horas para aquela atividade e 14,1% (11) disseram dedicar de 2 a 3 horas à tarefa.

No gráfico 36, foi realizada uma comparação do tempo dispensado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres cis[33] que participaram desta pesquisa, com vistas a compreender se houve reprodução de moldes históricos patriarcalistas em que a mulher cis é considerada a única responsável pela conservação do lar e pelo desempenho de afazeres domésticos. Em se tratando de pessoas trans, um(a) participante se identificou como homem trans e um(a) como mulher trans, sendo que ambos(as) disseram que realizam atividades domésticas. No que se refere ao tempo dispensado para este tipo de atividade, apenas a participante que se identificou como mulher trans respondeu, informando dispensa de 1 a 2 horas por dia.

[33] 69 homens cis e 55 mulheres cis informaram o gênero.

Gráfico 36 – Desempenho de afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



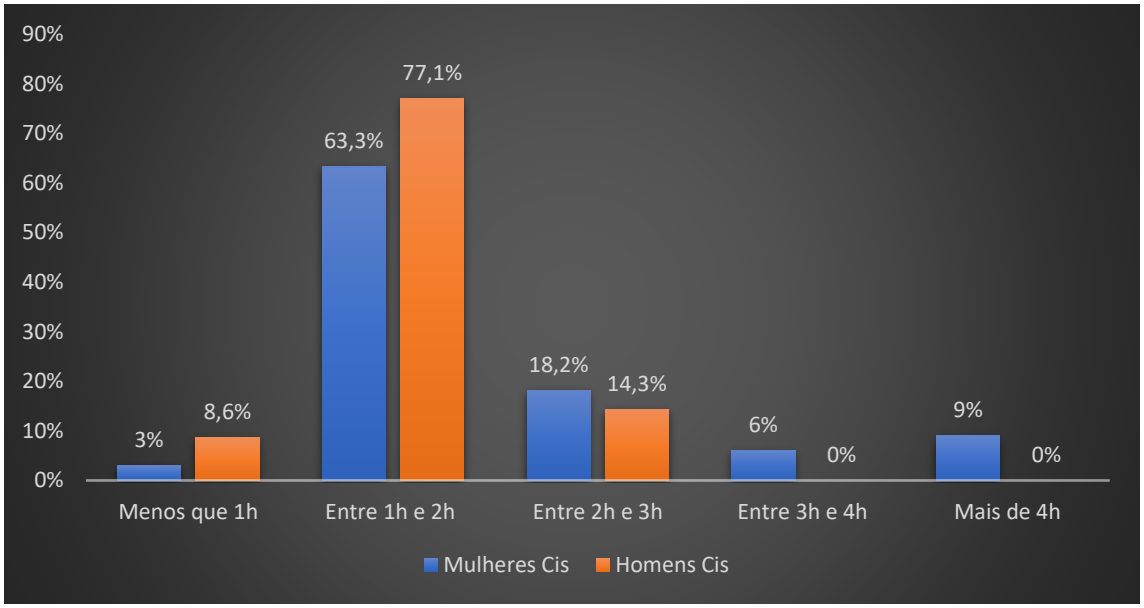
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Ao serem perguntados(as) se colaboravam com os afazeres domésticos, 56% (31) das mulheres cis, responderam que sim, enquanto que 45% (31) dos homens responderam afirmativamente à mesma pergunta. Comparativamente, mais mulheres do que homens deixaram de responder à pergunta, entretanto, uma quantidade superior de homens (27,5%; 19) disse expressamente que não desempenhavam os afazeres domésticos. A diferença percentual entre homens e mulheres que desempenham afazeres domésticos não é tão grande quando lança-se olhar às pessoas que responderam que não desempenham essas atividades, uma vez que homens cis foram mais diretos ao responderem que não. Tais dados podem sugerir que, mesmo que mulheres não colaborem com os afazeres domésticos, talvez tenha havido alguma resistência em dizer isso expressamente em razão dessa atividade ser historicamente feminina.

Quando perguntados(as) sobre o tempo despendido para a realização das atividades, as mulheres informaram maior duração da atividade em comparação com os homens. Conforme gráfico 37, entre as 33 mulheres que informaram quanto tempo gastam com as atividades, a maioria (75,5%; 27) indicou duração de 1 a 3 horas diárias. Quanto aos homens, entre os(as) 35 que responderam a esta pergunta, a maioria (77,1%; 27) informou duração entre 1 e 2 horas diárias. Ressalta-se que, quanto maior a duração

dos afazeres domésticos, menor a participação dos homens; o gráfico 37, informa, por exemplo, nenhuma participação masculina quando os afazeres domésticos que ultrapassam 3 horas diárias.

Gráfico 37 – Duração dos afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação às pessoas que habitam a casa em que vivem os(as) jovens e aos arranjos familiares, ou seja, como as famílias se organizam, verificou-se a presença de uma pluralidade de famílias. Foram consideradas as 139 respostas válidas.

As famílias foram classificadas para melhor sistematização e elucidação dos dados, mas é importante salientar que os arranjos familiares não são estanques. As múltiplas composições familiares atuais é um reflexo da ruptura de cenários político-sociais hegemônicos anteriores, o que permitiu caracterizar uma realidade familiar sem muitas formalidades prescritas na lei, bastando a união socioafetiva dos seus membros.

Vale ressaltar que família “nuclear primária” e “família nuclear secundária” foram desmembradas e analisadas em separado, o que se justifica pelas especificidades do público participante da pesquisa. Entendemos que há relevância nessa separação, tendo em vista as diferenças que podem ocorrer quando se tem, de um lado, um(a) jovem que

mora com seus pais e, do outro, um(a) jovem formador(a) do seu próprio núcleo familiar, ou seja, o(a) jovem como pai ou mãe, tendo descendentes ou não.

Também em virtude do tipo de público trabalhado nesta pesquisa, foi criada a categoria "família de avós/avôs e netos(as)", porquanto morar com avós/avôs sem os(as) pais/mães ou outras pessoas da família, pode ter algum impacto específico no curso de vida dos(as) jovens.

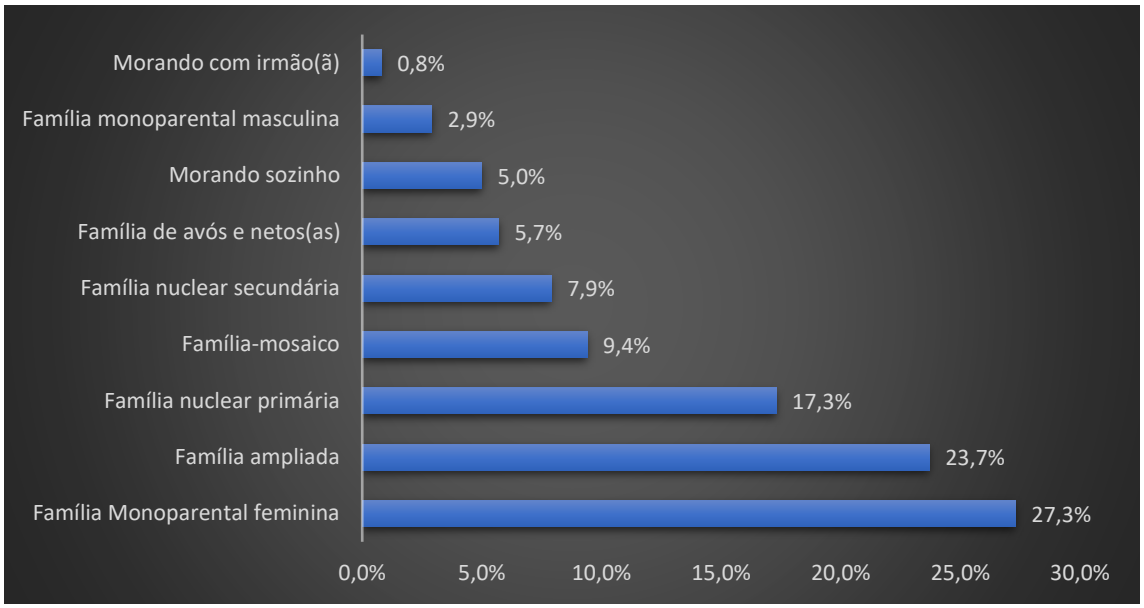
Tabela 6 – Arranjos Familiares entre os(as) jovens do CRJ Terra Vermelha

Arranjo Familiar	Composição	Quantidade	%
Família Monoparental feminina	Mães e filhos(as)	38	27,3
Família ampliada	Família nuclear que abriga parentes.	33	23,7
Família nuclear primária	Pai, mãe e filhos(as), quando os(as) jovens são filhos(as) do casal.	24	17,3
Família nuclear secundária	Pai, mãe e filhos(as), quando os(as) jovens formam o casal.	11	7,9
Família-mosaico	Inclusão de madrasta ou padrasto ao núcleo familiar por nova união de mãe ou pai.	13	9,4
Família monoparental masculina	Pai e filhos(as)	4	2,9
Família de avós e netos(as)	Avô e/ou avó e netos(as).	8	5,7
Morando sozinho(a)	O(a) jovem morando sozinho(a)	7	5
Morando com irmão(ã)	Jovem morando com irmão(ã)	1	0,8

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os arranjos familiares descritos na tabela 06 podem ser visualizados de forma resumida do gráfico abaixo.

Gráfico 38 – Arranjos Familiares entre os(as) jovens do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quanto aos arranjos familiares que prevaleceram entre os(as) jovens, temos, em primeiro plano, as famílias monoparentais femininas (27,3%; 38), ou seja, as compostas por mães e filhos(as). Diferentemente, famílias monoparentais masculinas perfizeram apenas 2,9% (4) dos casos entre os(as) jovens do CRJ Terra Vermelha.

Estes dados trazem à discussão o papel econômico das mulheres nas famílias, inclusive no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho, bem como o recebimento de auxílios governamentais. Conforme Alves e Cavenaghi (2012), as famílias monoparentais femininas, especialmente aquelas com filhos(as) pequenos(as), são as mais afetadas pelas vulnerabilizações sociais e pela não inserção integral no mercado de trabalho, de forma que a maioria dos(as) beneficiados(as) do Programa Bolsa Família é constituída por esse tipo de arranjo familiar.

Importante frisar que a monoparentalidade é diferenciada por alguns/algumas autores(as) em simples ou ampla, abrangendo não só os casos em que um(a) adulto(a) coabita com filhos(as) ou crianças e adolescentes de quem tem a guarda (forma simples), mas também os casos em que o(a) adulto(a) possui sob sua guarda crianças ou adolescentes, mas coabita com outros(as) adultos(as), parentes ou não (forma ampla)

(MOREIRA, 2013). Entretanto, comumente, o termo monoparentalidade é usado para designar as famílias chefiadas por um pai ou por uma mãe e seus filhos(as), sendo dessa forma que será utilizada neste relatório.

Os dados também mostram a presença de famílias ampliadas (23,7%; 33), que são aquelas formadas pelas famílias nucleares (ou monoparentais), mas que se ampliaram para abrigar parentes ascendentes, descendentes ou amigos(as) (BILAC, 1995). Para além de ascendentes e descendentes, observou-se a presença recorrente de companheiros(as) que se agregaram ao núcleo familiar original, bem como tios(as), primos(as) e avós/avôs.

Na sequência, observou-se as famílias nucleares primárias (17,3%; 24), ou seja, as formadas pela união de mães, pais e seus/suas descendentes, sendo os(as) jovens(as) respondentes, filhos(as) destes casais que coabitam.

As respostas dos(as) participantes também apontaram para a existência de famílias-mosaico (9,4%; 13). Este tipo de arranjo familiar surge pela nova união de pai ou mãe que constituíam núcleo monoparental, ou seja, um(a) dos(as) genitores(as) casa-se novamente, trazendo para o núcleo familiar a figura da madrasta, do padrasto e/ou de filhos(as) anteriores.

A família-mosaico é um exemplo de como o aumento das separações e dos divórcios interfere nas dinâmicas familiares, sendo apenas mais um tipo de arranjo familiar entre os possíveis numa sociedade cada vez mais para além do padrão, como as famílias homoafetivas e as famílias poliafetivas (ALVES E CAVENAGHI, 2012).

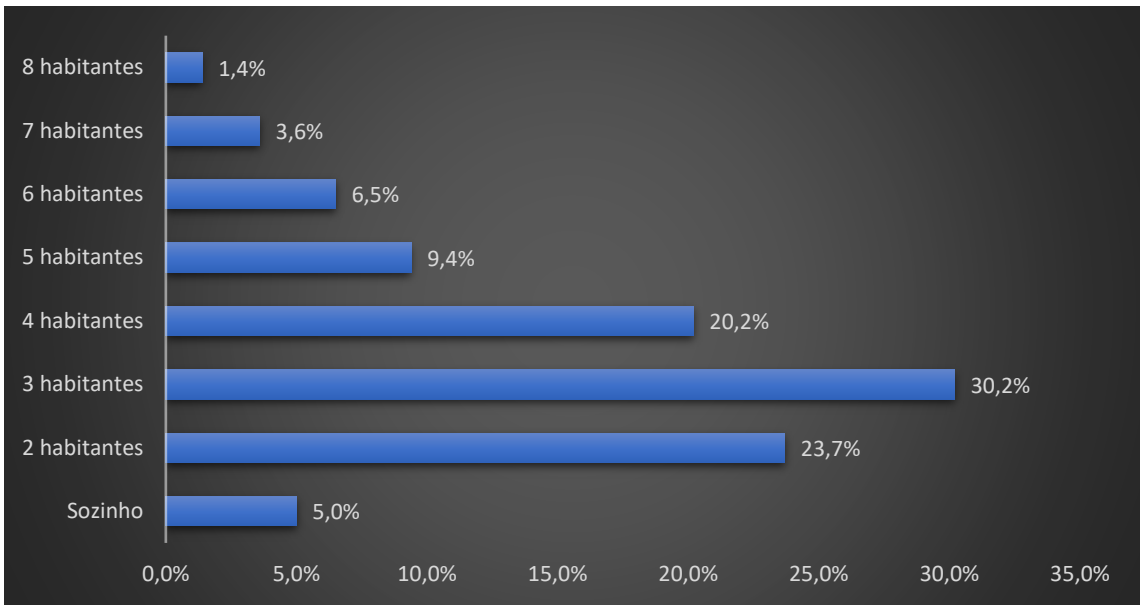
Também foi verificada a família nuclear secundária (7,9%; 11), ou seja, formada por mães, pais e filhos(as), só que, neste caso, o(a) jovem participante do CRJ figurava como pai ou mãe, e não como filho(a), podendo ter seus/suas próprios(as) descendentes, ou não. Alguns(mas) jovens também disseram morar com avós/avôs (5,7%;8), sozinhos(as) (5%; 7) e com irmãos(ãs) (0,8%;1).

Em relação do número de habitantes em cada casa, os dados mostram:

- 7 jovens morando sozinhos(as) (5%);
- 33 famílias com 2 habitantes (23,7%);

- 42 famílias com 3 habitantes (30,2%);
- 28 famílias com 4 habitantes (20,2%);
- 13 famílias com 5 habitantes (9,4%);
- 9 famílias com 6 habitantes (6,5%);
- 5 famílias com 7 habitantes (3,6%);
- 2 famílias com 8 habitantes (1,4%).

Gráfico 39 – Coabitantes por família entre os(as) jovens(as) frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



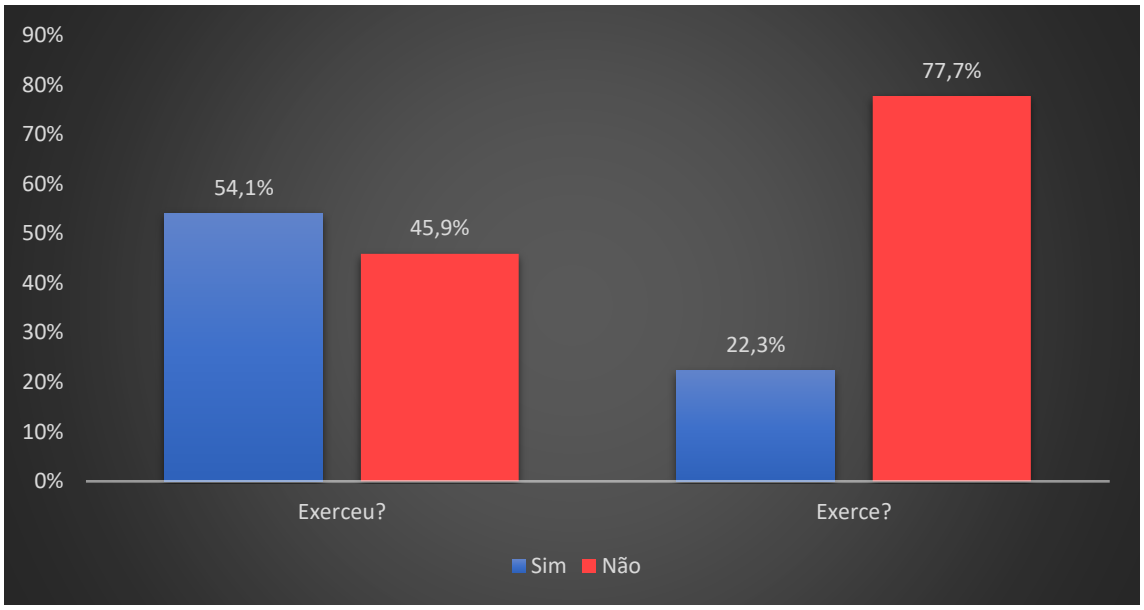
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

A maioria dos(as) participantes (79,1%; 110) morava numa família de até 4 pessoas, o que corrobora a mudança na dinâmica familiar pela qual o Brasil passa, conjuntamente com as transições urbana, demográfica e na estrutura etária. As famílias estão ficando menores, mas, principalmente, estão ficando mais plurais e diversificadas (ALVES, CAVENAGHI, 2012). Essa pluralidade é também exemplificada pelos arranjos familiares encontrados, com famílias compostas não apenas por genitores(as) e filhos(as), mas também por primos(as), tios(as), avós/avôs, padrastos e madrastas.

Além disso, apenas 7 jovens (1,3%) afirmaram morar sozinhos(as) e 7,2% (10) informaram morar com pessoas diferentes das categorias apresentadas pela questão. Não havia quem habitasse com amigo(a).

Quando perguntados(as) se já haviam exercido alguma atividade remunerada, 54,1% (72) dos(as) jovens, entre os(as) 133 respondentes da questão, disseram ter desempenhado esta atividade no passado. Entretanto, quando perguntados(as) se estariam exercendo atividade remunerada no momento da aplicação do questionário, apenas 22,3% (31) dos(as) jovens, entre os(as) 139 respondentes da questão, disseram estar exercendo este tipo de atividade.

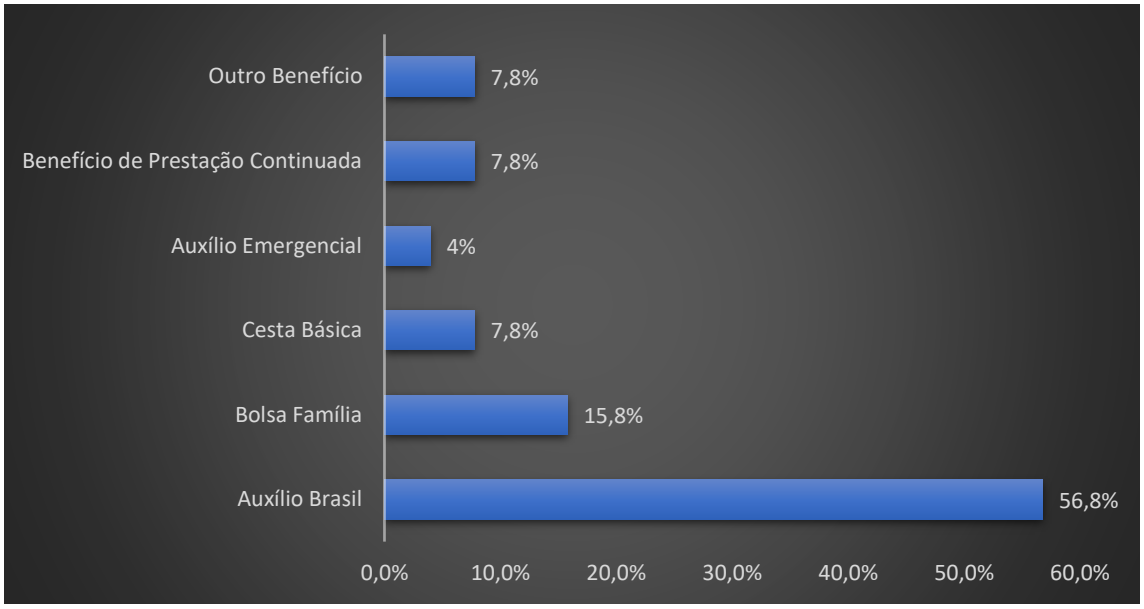
Gráfico 40 – Exercício de atividade remunerada entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração própria.

Em relação ao exercício de atividades remuneradas pelos(as) coabitantes, 73,4% (102) exerciam alguma atividade remunerada, segundo os(as) 139 jovens que responderam à questão. Entre essas 102 famílias que possuía algum coabitante trabalhando remuneradamente, mães (31,4%;32), pais (16,7%; 17) e irmãos(ãs) (10,8%; 11) foram os(as) principais apontados(as). Ademais, entre os(as) 139 participantes 36,7% (51) disse que a família recebia algum benefício do governo, como mostra o gráfico 41.

Gráfico 41 – Benefícios recebidos pelas famílias dos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha.

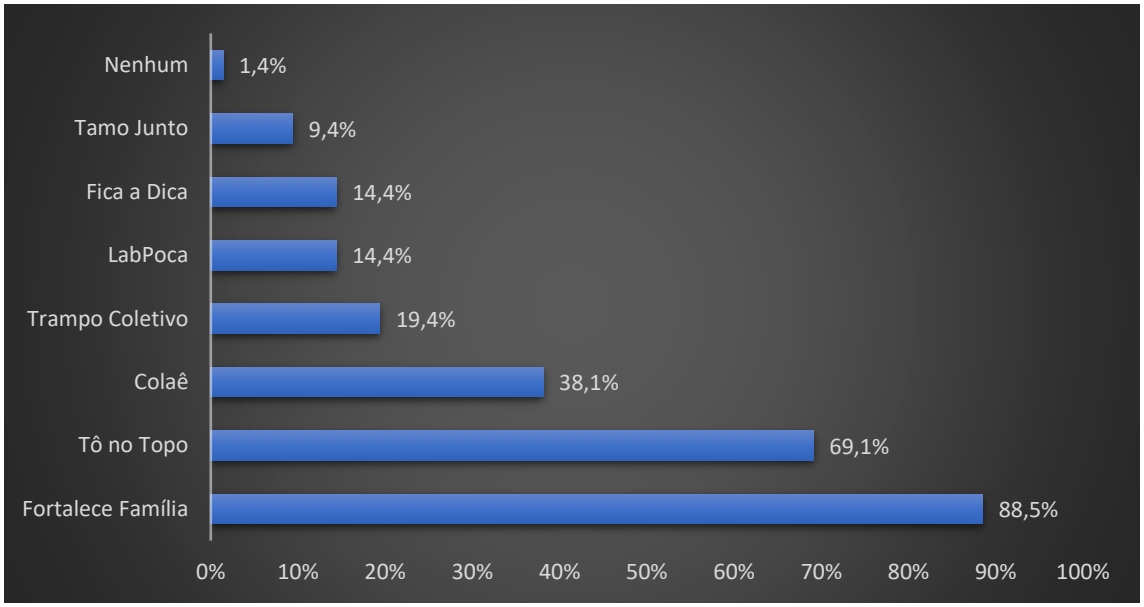


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação aos encaminhamentos internos ocorridos no CRJ, há um total de 352 registros. Vale lembrar que um(a) mesmo(a) jovem pode receber mais de um encaminhamento. Nesse caso, considerando que o número total de participantes que respondeu à questão foi de 139, a média de número de encaminhamentos recebidos por jovem foi de 2,53. Apenas dois(duas) respondentes (1,4%) afirmaram não ter recebido qualquer encaminhamento.

Em se tratando de eixos, destaca-se o Fortalece Família, Tô no Topo e Cola aê, que foram os mais indicados pelos(as) jovens. Em seguida, Trampo Coletivo, LABpoca, Fica a Dica e Tamo Junto, conforme gráfico 42.

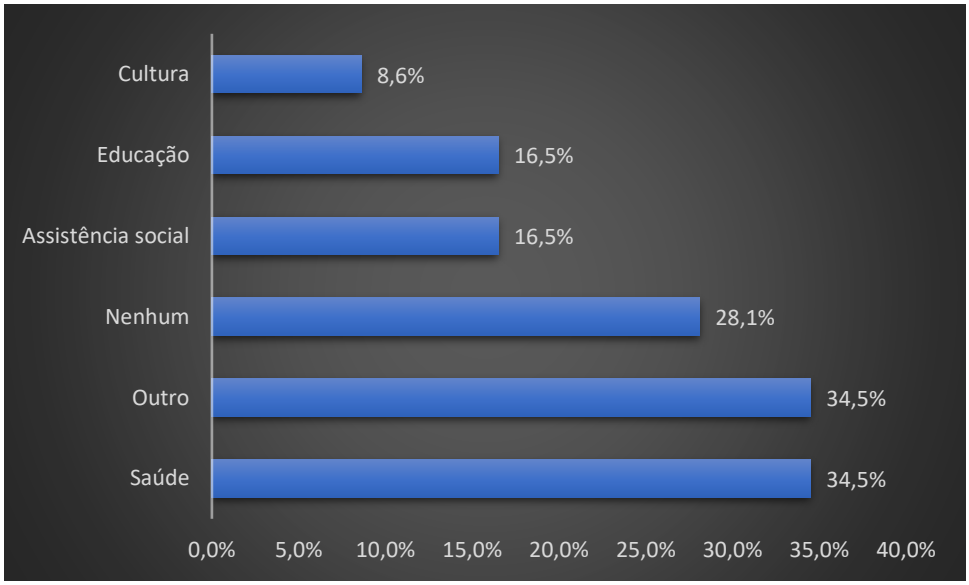
Gráfico 42 – Encaminhamentos internos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quando perguntados(as) sobre os encaminhamentos a outros serviços, entre todos(as) os(as) 139 jovens acompanhados(as), 48 (34,5%) disseram ter sido encaminhados(as) para os serviços de saúde, 23 (16,5%) para os serviços de educação, 23 (16,5%) para os serviços de assistência social e 12 (8,6%) para os serviços de cultura.

Gráfico 43 – Encaminhamentos internos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Por fim, quando questionados(as) se havia alguma demanda que não havia sido atendida, entre os(as) 118 jovens respondentes, apenas 2 (2,5%) informaram que sim, ou seja, quase a totalidade dos(as) participantes afirmaram que tiveram todas as suas demandas atendidas no CRJ Terra Vermelha.

5.1.3.2 CRJ Feu Rosa: panorama dos resultados

A partir dos dados coletados pelo formulário de Acompanhamento é possível ter uma ideia do perfil e da realidade dos(as) jovens que são acompanhados(as) em cada um dos dois Centros de Referência das Juventudes.

Participaram da pesquisa, 36 frequentadores(as) de Feu Rosa, com idades entre 14 e 26 anos[34] (M_{idade} = 17,2 anos; DP= 2,28). Entre o total de participantes (36), 25% (9) não estava estudando e 75% (27) estava estudando no momento da aplicação do questionário; entre os que estavam estudando, 85,2% (23) estava cursando o Ensino Médio, 11,1% (3) cursava o Ensino Fundamental, e 3,7% (1) disse não saber informar qual etapa de ensino estava cursando.

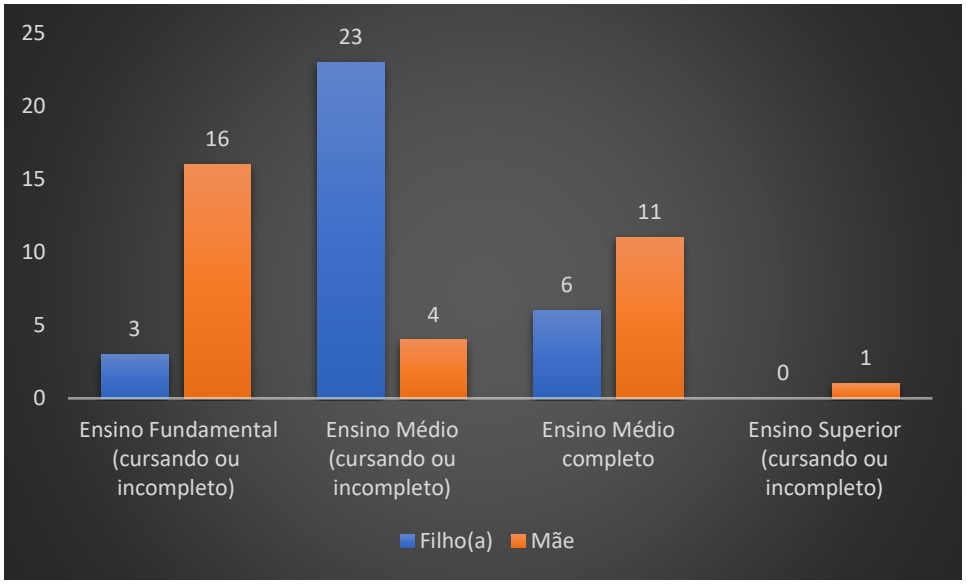
Entre os(as) 32 participantes que responderam à pergunta sobre defasagem, apenas 6 (18,7%) disseram estar em defasagem escolar. Quando perguntados(as) sobre a etapa de ensino em que estavam ao interromperem os estudos, entre 09 jovens respondentes, 06 disseram ter parado de estudar após concluir o Ensino Médio, 02 interromperam os estudos no ensino fundamental e 01 não concluiu o Ensino Médio antes de parar de estudar. Em se tratando de religião, 47,2% (17) disse não possuir vínculos religiosos, 41,7% (15) se declarou protestante ou evangélico(a), 5,6% (2) afirmou ser espírita e 2,8% (1), respectivamente, afirmou ser católica e de outra religião. No que se refere ao Sistema de Justiça, nenhum participante disse ter sido sentenciado ou cumprido medida socioeducativa. Declararam ter CPF, 69,5% (25) dos(as) participantes.

[34] Entre os(as) 35 participantes que informaram a idade.

No que se refere à escolaridade da mãe, 30,6% (11) afirmou que a mãe concluiu o Ensino Médio e 33,3% (12) disse que a mãe cursou entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental. As opções "da 1ª a 4ª do ensino fundamental" e "ensino médio incompleto" receberam 4 (11,1%) indicações cada e "Ensino Superior completo", uma (2,8%). Quatro participantes não souberam responder à questão.

Comparando a escolaridade entre mães e filhos(as), assim como em Terra Vermelha, percebe-se indícios de ascensão educacional em razão da quantidade superior de jovens que estão cursando o Ensino Médio, em comparação às mães. Ainda que todos(as) eles(as) interrompessem os estudos nesta etapa, mais jovens teriam tido acesso ao ensino médio (mesmo que incompleto), quando comparados(as) às suas mães. A tendência é que a segunda coluna azul do gráfico (filho(a) que cursa ensino médio) diminua, fazendo que a terceira coluna azul aumente, ou seja, mais jovens, com o passar do tempo, vão conseguir concluir o Ensino Médio, ultrapassando as mães no que se refere ao patamar educacional finalizado[35].

Gráfico 44 – Comparação de escolaridade entre as mães e os(as) filhos(as) frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



[35] O gráfico mostra os números absolutos e não a porcentagem. Esta decisão se justifica porque os dados selecionados se referem a questões diferentes do questionário, o que, justamente por isso, faz com que o universo de respostas válidas também seja diferente, a depender da questão.

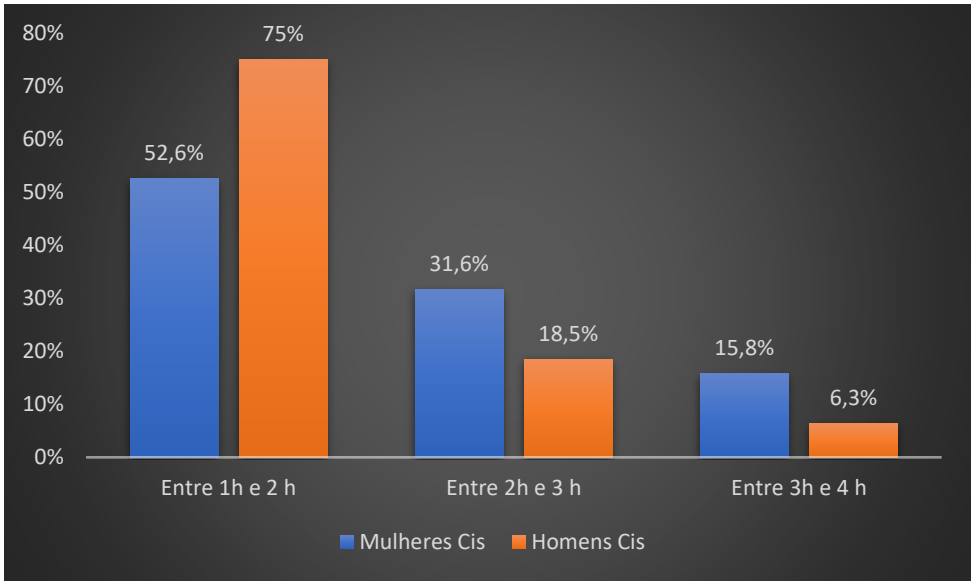
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração própria.

A escolaridade do pai era desconhecida por 41,7% (15) dos(as) participantes, o que também sugere um alto índice de abandono paterno, assim como em Terra Vermelha. As opções de escolaridade mais selecionadas foram “Ensino Médio completo” (19,4%; 7), “da 1ª a 4ª do ensino fundamental” (16,7%; 6) e “da 5ª a 8ª do ensino fundamental” (11,1%; 4). Três participantes (8,3%) disseram que o pai havia cursado o Ensino Médio incompleto e 01 (2,8%) disse que o pai não havia estudado.

Em relação às residências dos(as) participantes, estas dispõem de banheiro interno, em casa de geralmente com 4 a 6 (69,4%; 25) ou 7 a 9 (19,4%; 7) cômodos. Todos os(as) 36 participantes afirmaram contribuir com os afazeres domésticos, dispensando para tanto, entre 1 e 2 horas (63,9%; 23), entre 2 e 3 horas (25%; 9) ou entre 3 e 4 horas (11,1%; 4).

Comparando-se a duração dos afazeres domésticos entre homens (16) e mulheres cis (19), o gráfico 45 mostra que em Feu Rosa, apesar de todos os homens cis contribuírem com as atividades domésticas, a duração deste trabalho ainda é superior quando desempenhado por mulheres cis. Ademais, um(a) participante não binário(a) informou que realiza atividades domésticas entre 1 e 2 horas por dia.

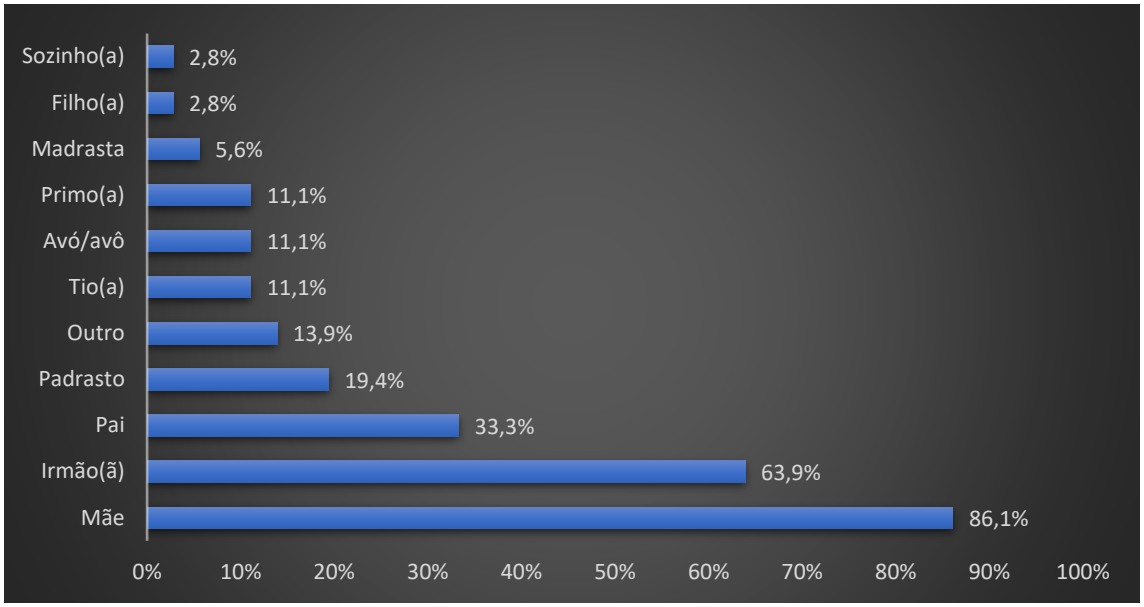
Gráfico 45 – Duração dos afazeres domésticos por gênero entre os(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Entre os(as) 36 participantes, apenas 01 disse residir sozinho(a) ou possuir filhos(as) e nenhuma disse estar gestante (nas questões que lhes aplicavam). Mãe (86,1%; 31), irmão (63,9%; 23) e pai (33,3%; 12), nesta ordem, foram os(as) mais citados(as) como coabitantes entre os(as) jovens de ambos os CRJs. Evidencia-se, contudo, a presença de cônjuge e filhos(as) apenas entre os(as) coabitantes dos(as) jovens do CRJ Terra Vermelha, o que pode ser explicado pela maior amplitude de idade neste CRJ, alcançando jovens com idade superior aos de Feu Rosa.

Gráfico 46 – Coabitantes entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os arranjos familiares que prevaleceram entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa, foram a família monoparental feminina (27,8%; 10), bem como a família ampliada, com a mesma porcentagem. Não houve indicação de família monoparental masculina. Também foram encontradas família-mosaico (25%; 9) e família nuclear primária (19,4%;7). Foram consideradas as 36 respostas válidas.

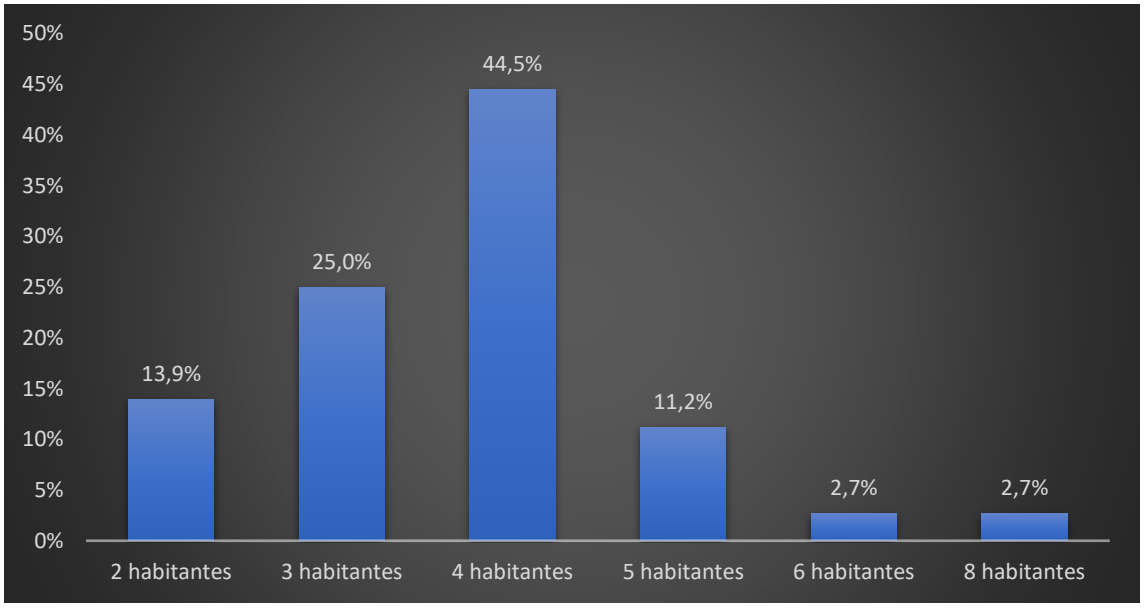
Tabela 7 – Arranjos familiares entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa

Arranjo Familiar	Composição	Quantidade	%
Família Monoparental feminina	Mães e filhos(as)	10	27,8
Família ampliada	Família nuclear que abriga parentes.	10	27,8
Família nuclear primária	Pai, mãe e filhos(as), quando os(as) jovens são filhos(as) do casal.	7	19,4
Família-mosaico	Inclusão de madrasta ou padrasto ao núcleo familiar por nova união de mãe ou pai.	9	25

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação ao número de habitantes em cada casa, os dados retratam que a maioria dos(as) participantes (83,4%; 30) mora numa família de até 04 pessoas, com algumas ocorrências de famílias maiores. O gráfico 47 apresenta a porcentagem do número de habitantes por família entre os(as) acompanhados(as) do CRJ Feu Rosa.

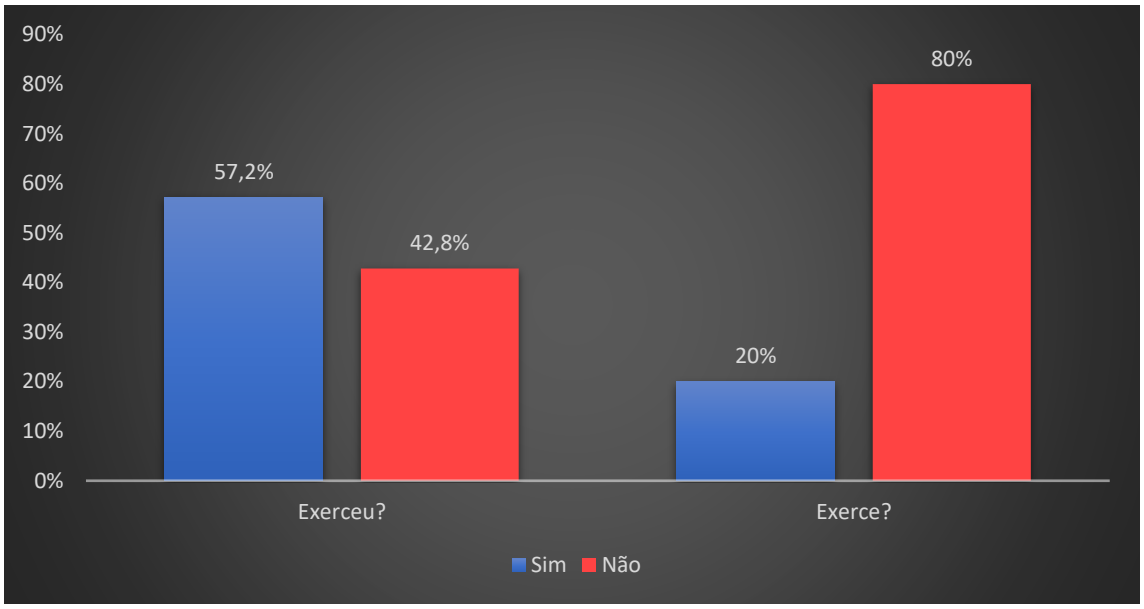
Gráfico 47 – Coabitantes por família entre os(as) jovens(as) frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Com relação ao exercício de atividade remunerada, considerando-se 35 respondentes desta questão, 57,2% (20) dos(as) jovens disseram ter desempenhado alguma atividade remunerada no passado, entretanto, apenas 20% (7) deles(as) estavam exercendo este tipo de atividade no momento da aplicação do questionário.

Gráfico 48 – Exercício de atividade remunerada entre os(as) jovens do CRJ Feu Rosa



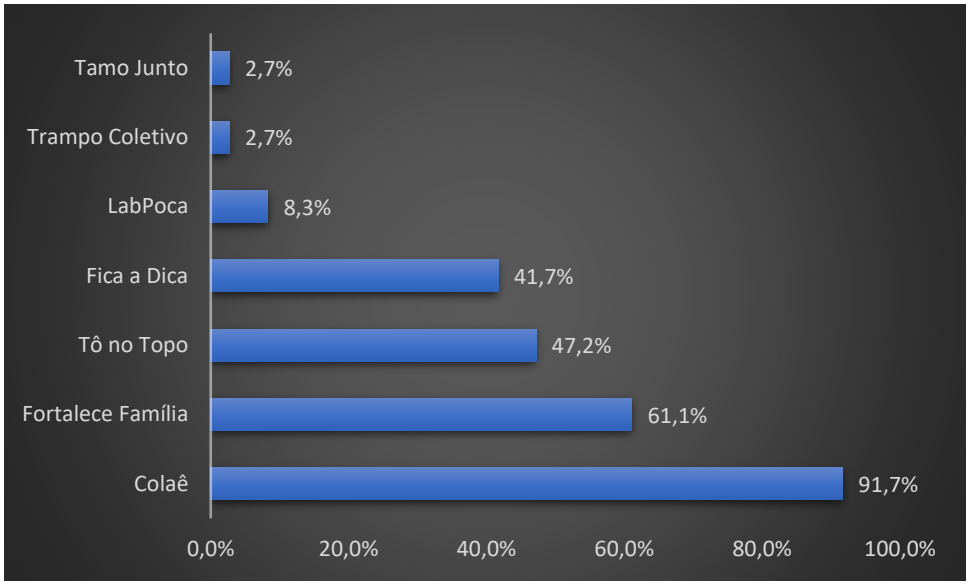
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em se tratando de coabitantes, 86,1% (31) deles(as) exerciam alguma atividade remunerada, sendo que mães (61,1%; 22), pais (25%; 9) e padrastos (16,7%; 6) foram os(as) principais apontados(as). Demais coabitantes, como irmão(ã), primo(a), tio(a) obtiveram 11,1% (4) de indicações, respectivamente; madrasta obteve duas indicações (5,6%). Vale ressaltar que cada participante poderia indicar mais de um coabitante.

Ademais, metade (18) dos participantes disse que a família recebia algum benefício do governo, como Bolsa Família (8), Benefício de Prestação Continuada (7), Auxílio Brasil (2) e aposentadoria (1).

Em relação aos encaminhamentos internos ocorridos no CRJ, há um total de 92 registros, sendo que a média de encaminhamentos recebidos por jovem foi de 2,5. Vale lembrar que um(a) mesmo(a) jovem pode receber mais de um encaminhamento. Entre os eixos que obtiveram maior destaque estão: Cola Aê, Fortalece Família e Tô no Topo foram os mais indicados, seguidos de LABpoca, Fica a Dica e Tamo Junto, conforme gráfico 49.

Gráfico 49 – Encaminhamentos recebidos pelos(as) jovens frequentadores(as) do CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quando perguntados(as) sobre os encaminhamentos a outros serviços, 10 jovens disseram ter sido encaminhados(as) para os serviços de saúde, entre eles(as), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Saúde Mental e Unidade Regional de Saúde, bem como para serviços de educação e "outros serviços".

Por fim, questionados(as) se havia alguma demanda que não havia sido atendida, apenas 01 jovem afirmou positivamente, quando citou demanda relacionada a estágio.

5.1.4 Análise e discussão dos resultados do Formulário de Acompanhamento

Entre os(as) frequentadores(as) acompanhados(as), foram registrados(as) 175 jovens (139 no CRJ Terra Vermelha e 36 no CRJ Feu Rosa). Abaixo serão expostas algumas impressões acerca do perfil desses(as) jovens e de suas famílias e sobre o funcionamento da política, ressalvando-se, em todos os casos, as limitações das análises devido à discrepância numérica entre os(as) acompanhados(as) nos dois CRJs.

A média de idade entre os(as) acompanhados(as) em ambos os CRJs foi em torno de 17 anos, apesar da idade ter variado mais em Terra Vermelha (de 11 a 30 anos) do que em Feu Rosa (de 14 a 26 anos). Em sua maioria, 69,9%, dos(as) jovens de ambos os CRJs

estavam estudando, cursando o ensino fundamental ou médio e possuíam CPF. Em relação aos vínculos religiosos, a religião mais citada foi a “protestante ou evangélica”, entretanto, muitos respondentes de ambos os CRJs também afirmaram não ter vínculos religiosos.

A defasagem escolar entre os(as) jovens de Terra Vermelha (54,9%) foi superior do que entre os(as) jovens de Feu Rosa (18,7%). A defasagem, nessa perspectiva, engloba tanto os(as) estudantes que estão em níveis mais atrasados do que deveriam estar, em relação à idade, bem como os(as) participantes que estão em situação de evasão escolar, ou seja, que abandonaram a escola.

Quanto à escolaridade dos(as) genitores(as), entre os(as) participantes que souberam responder à pergunta, a maioria indicou que cursaram o ensino fundamental ou médio. Em Terra Vermelha, quase a metade dos(as) participantes não soube informar o grau de escolaridade da mãe e pouco mais de dois terços não soube identificar a escolaridade do pai. Em Feu Rosa, a maioria soube informar a escolaridade da mãe, sendo que quase a metade não soube informar a do pai.

Outro ponto a ressaltar é o atendimento a jovens com passagem pelo sistema de justiça (8) e pelo sistema prisional (6) entre os(as) acompanhados(as) no CRJ Terra Vermelha, o que denota que o público prioritário tem tido acesso a este equipamento. Este é um ponto de atenção em relação ao CRJ Feu Rosa, que ainda não atende jovens com este perfil, tornando-se necessário a reflexão sobre as possíveis estratégias para se alcançar o referido público. A troca de experiências entre os CRJs neste caso pode ser muito profícua, dada as dificuldades relativas à inclusão de jovens com o perfil relatado.

Os(as) jovens disseram residir em moradias que tinham de 4 a 6 cômodos, com banheiro interno, dispondo, em média, de 1 a 2 horas para os afazeres domésticos. Enquanto todos(as) os(as) jovens de Feu Rosa dispunham de banheiro interno, dois/duas de Terra Vermelha disseram não possuir este cômodo dentro de casa, informação que pode indicar uma maior vulnerabilidade desses(as) jovens em relação aos(às) de Feu Rosa.

Mais da metade dos(as) acompanhados(as) de Terra Vermelha e de Feu Rosa exerceram alguma atividade remunerada anteriormente e poucos(as) jovens estava exercendo este

tipo de atividade no momento do preenchimento do formulário, o que denota uma instabilidade da participação desses(as) jovens no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Em se tratando dos(as) coabitantes, mais de dois terços deles(as) exerciam alguma atividade remunerada e a mãe foi a principal indicada como responsável pela família neste quesito.

No CRJ Terra Vermelha, irmão e pai também desempenharam papel de contribuir economicamente e, no CRJ Feu Rosa, pai e padrasto também obtiveram significativas indicações, dados que corroboram as ocorrências de famílias-mosaico[36] em número superior em Feu Rosa do que em Terra Vermelha. Parte das famílias, aproximadamente um terço em Terra Vermelha e metade em Feu Rosa, recebia algum benefício do governo, sendo este o Auxílio Brasil / Bolsa Família.

Por fim, percebeu-se que os(as) acompanhados(as) foram encaminhados(as), prioritariamente, para os eixos Fortalece Família, Tô no Topo e Cola Aê. Em se tratando de outros serviços, os(as) jovens foram encaminhados(as), majoritariamente, para os serviços de saúde, dado que ratifica a necessidade de um olhar mais apurado para questões de saúde e a importância do CRJ na articulação da rede frente às carências anteriores, especialmente no tocante à saúde mental, tema levantado pelos(as) jovens em diversos momentos e trazido em diversas oportunidades ao longo deste Relatório. Quase a totalidade deles(as) afirmou ter tido as demandas atendidas.

5.2 A AVALIAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS) FEU ROSA E TERRA VERMELHA PELOS(AS) JOVENS FREQUENTADORES(AS)

Este tópico tem como objetivo traçar o panorama da avaliação da política pública a partir da experiência vivenciada pelos(as) jovens que frequentam os Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Terra Vermelha e Feu Rosa, realizada em dois momentos. Para tanto buscou-se identificar:

O perfil desses(as) jovens;

[36] A família-mosaico é composta pela inclusão de madrasta ou padrasto ao núcleo familiar por nova união de mãe ou pai.

Dias e horários mais frequentados;

Os tipos de participações em atividades e encaminhamentos;

A avaliação dos(as) jovens acerca do atendimento nos CRJs: pontos positivos e negativos.

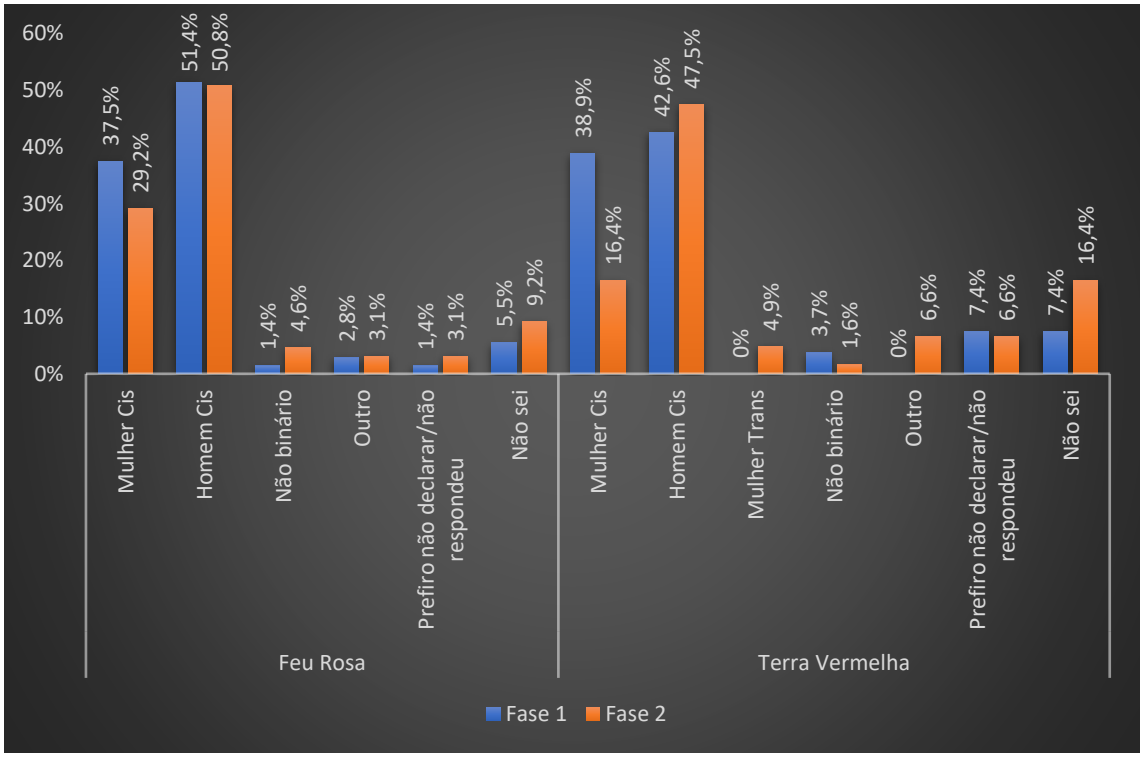
Num primeiro momento, que será denominado Fase 1, os dados foram coletados por meio de questionários online e questionários físicos aplicados pelas pesquisadoras da pesquisa de monitoramento, junto aos(às) jovens no CRJ Terra Vermelha, entre os meses de março e julho de 2022. Num segundo momento, denominado Fase 2, as pesquisadoras aplicaram os questionários físicos entre os meses de novembro de 2022 a dezembro de 2022. As análises foram realizadas com auxílio do SPSS (versão 2.2); utilizou-se análises descritivas de frequência, média (*M*) e desvio padrão (DP). As respostas dissertativas foram analisadas a partir da técnica de nuvem de palavras com auxílio do Software Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2).

Na Fase 1, participaram da pesquisa 126 jovens frequentadores(as) dos CRJs Feu Rosa (72; 57,1%) e Terra Vermelha (54; 42,9%), com idades entre 10 e 42 anos (M_{idade} = 17,28 e *DP* = 3,99*)*. A média de idade de Feu Rosa foi de 16,4 anos e a de Terra Vermelha foi de 18,5 anos. Na Fase 2, também participaram 126 jovens frequentadores(as) dos CRJ Feu Rosa (65; 51,6%) e Terra Vermelha (61; 48,4%), com idades entre 13 e 26 anos (M_{idade} = 16,91 e *DP* = 2,26*)*, sendo que a idade média de Feu Rosa foi de 16,78 anos e a de Terra Vermelha foi de 17,05 anos.

Entre o total de participantes de ambos os CRJs (126), na Fase 1, 38,1% (48) se identificou como mulher cisgênero, 47,6% (60) como homem cisgênero e 2,4% (3), como não binário. Ademais, 4% (5) preferiu não declarar o gênero, 6,3% (8) não soube responder à pergunta e 1,6% (2) se identificou com o gênero “outro”. Na Fase 2, 23% (29) se identificou como mulher cisgênero, 49,2% (62) como homem cisgênero, 2,4% (3) como mulher transgênero e 3,2% (4), como não binário. Ademais, 3,2% (4) preferiu não declarar o gênero, 12,7% (16) não soube responder à pergunta, 4,8% (6) se identificou com o gênero “outro” e 1,6% (2) não respondeu à pergunta. O gráfico 50 traz as frequências do gênero por CRJ nos dois momentos da pesquisa.

Entre as fases 1 e 2, houve ampliação do número de respostas que sinalizam desconhecimento acerca do gênero nos dois CRJs, diferentemente das expectativas, tendo em vista a existência de ações afirmativas nesse sentido, como, por exemplo, o Circuito Formativo em Direitos Humanos. Levar esses temas ao conhecimento do público do CRJ é duplamente necessário; primeiro porque a informação possibilita que os(as) jovens se identifiquem e se reconheçam como parte na sociedade e desconstruam a sensação de serem incompreendidos(as) ou diferentes dos seus pares. Além disso, também, a partir do momento em que os(as) jovens conseguem verbalizar o gênero ou mesmo a orientação sexual, surge a possibilidade mais concreta de que seja ofertada assistência integral a eles(as), objetivo importante desta política pública.

Gráfico 50 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por gênero e CRJ

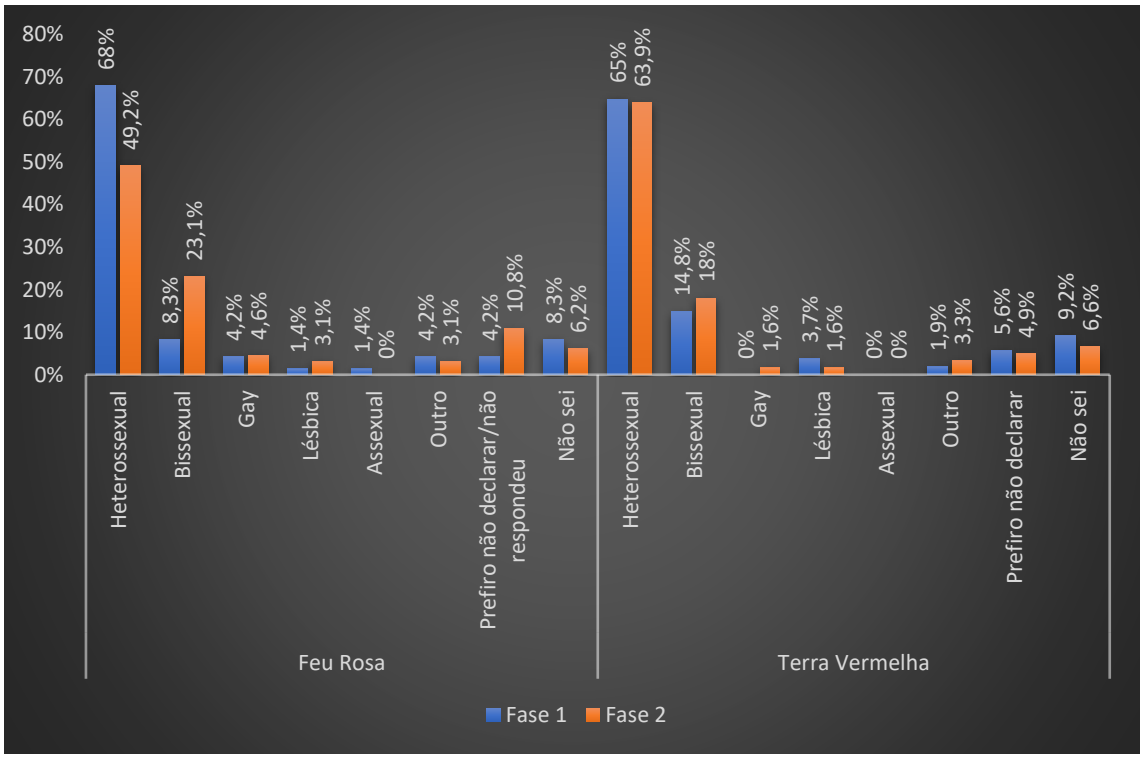


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quanto à orientação sexual, entre o total de 126 participantes, na Fase 1, 66,7% (84) declararam-se heterossexuais, 11,1% (14) bissexuais, 2,4% (3) lésbicas, 2,4% (3) gays e 0,8 (1) assexual; 3,2% (4) disse ter outra orientação sexual, 4,8% (6) preferiu não declarar

e 8,7% (11) não soube responder à questão. Na Fase 2, 56,3% (71) dos(as) participantes declararam-se heterossexuais, 20,6% (26) bissexuais, 2,4% (3) lésbicas, 3,2% (4) gays; 3,2% (4) disse ter outra orientação sexual, 7,1% (9) preferiu não declarar, 6,3% (8) não soube responder à questão e 0,8% (1) não respondeu à pergunta. Segue abaixo o gráfico com as frequências de orientação sexual nas duas fases da pesquisa, por CRJ.

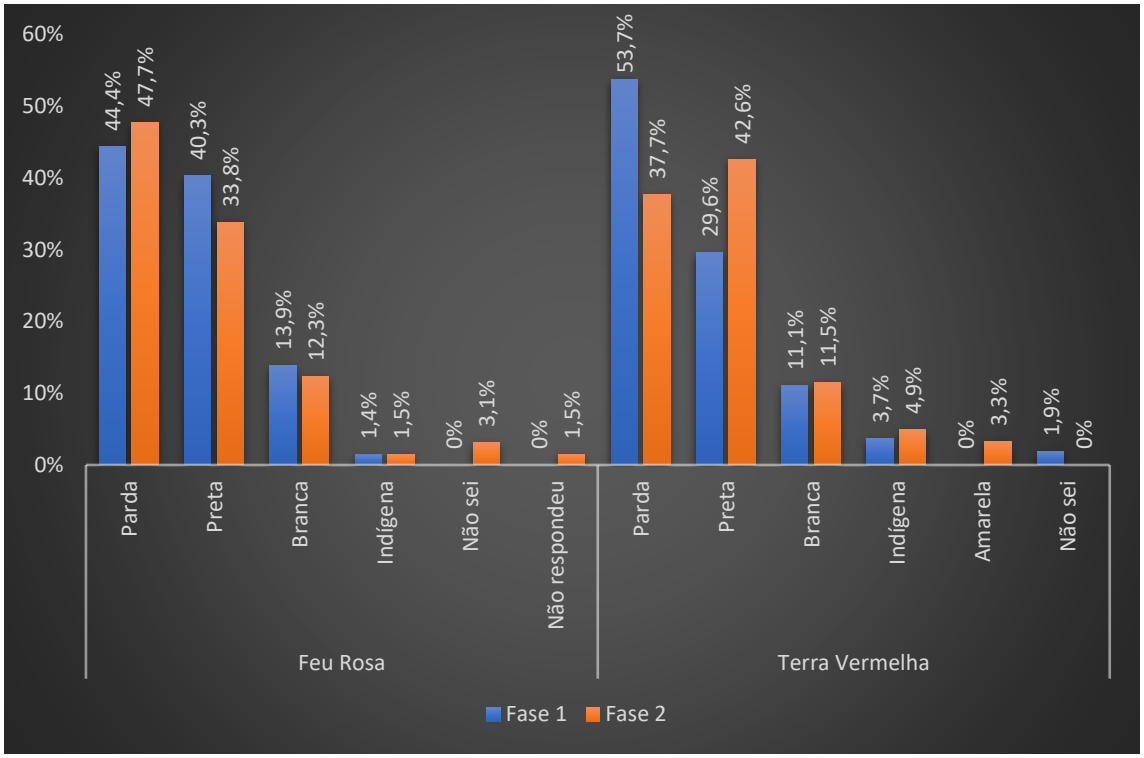
Gráfico 51 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por orientação sexual e CRJ



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Na Fase 1, com relação à raça/cor, 84,1% (106) dos(as) participantes de ambos os CRJs (126) se declararam como pretos(as) ou pardos(as), 12,7% (16) como brancos(as) e 2,4% (3) como indígenas. Apenas 01 participante não soube responder à pergunta. Na Fase 2, 81% (102) dos(as) participantes de ambos os CRJs (126) se declararam como pretos(as) ou pardos(as), 11,9% (15) como brancos(as), 3,2% (4) como indígenas e 1,6% (2) como amarelos(as). Do total, 1,6% (2) não soube responder e 0,8% (1) não respondeu à pergunta. O gráfico 52 traz as frequências das Fases 1 e 2, por CRJ.

Gráfico 52 – Distribuição dos(as) jovens que responderam ao questionário de avaliação, por raça/cor e CRJ



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

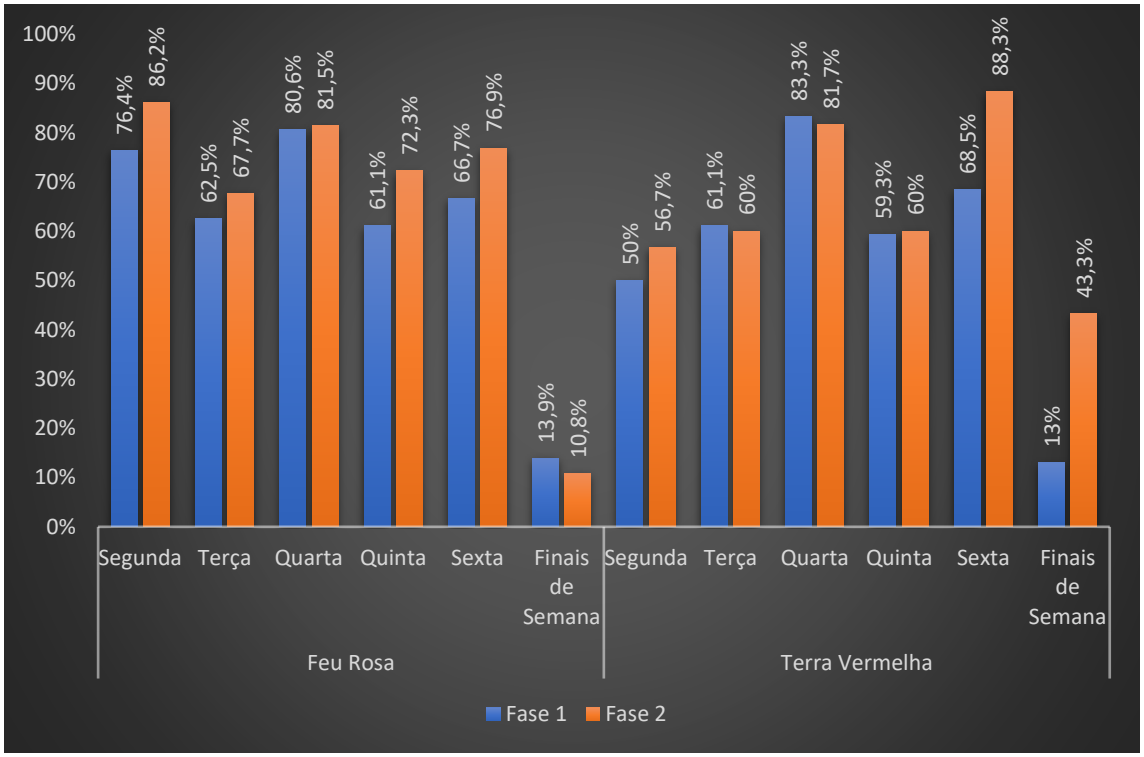
Considerando a totalidade dos(as) respondentes (126), no que se refere à participação dos(as) jovens nas atividades do CRJ[37], na Fase 1, os dados indicaram que tanto os(as) jovens de Feu Rosa quanto de Terra Vermelha parecem frequentar mais os CRJ durante a semana do que aos finais de semana: 81,7% (103) dos(as) participantes disseram frequentar os CRJs às quarta-feira; 67,5% (85) às sextas, 65,1% (82) às segundas, 61,9% (78) às terças e 60,3% (76) às quintas-feiras. Apenas 13,5% (17) deles(as) disseram ter frequentado os CRJs durante os fins de semana.

Na Fase 2, a frequência dos(as) jovens nos CRJs também foi superior durante a semana em relação ao fim de semana (26,4%; 33). Entre os(as) participantes que responderam à pergunta (125), 72% (90) deles(as) disseram frequentar os Centros às segundas, 64% (80) às terças, 81,6% (102) às quartas, 66,4% (83) às quintas e 82,4% (103) às sextas.

[37] Ressalta-se que, para essas questões, foi permitida mais de uma resposta por participante, de modo que o percentual é relativo ao total de respondentes, podendo haver a sobreposição de respostas.

Entre os(as) participantes dos dois CRJs, responderam a esta pergunta, na Fase 2, 65 de Feu Rosa e 60 de Terra Vermelha. No gráfico 53, pode-se conferir os dados sobre frequência separados por CRJ.

Gráfico 53 – Frequência ao CRJ durante os dias da semana assinalados pelos(as) jovens por localidade (%)



**Cada participante poderia selecionar mais de um dia da semana. Os percentuais foram calculados considerando o número de jovens que assinalou cada opção, em relação ao total de jovens respondentes.*

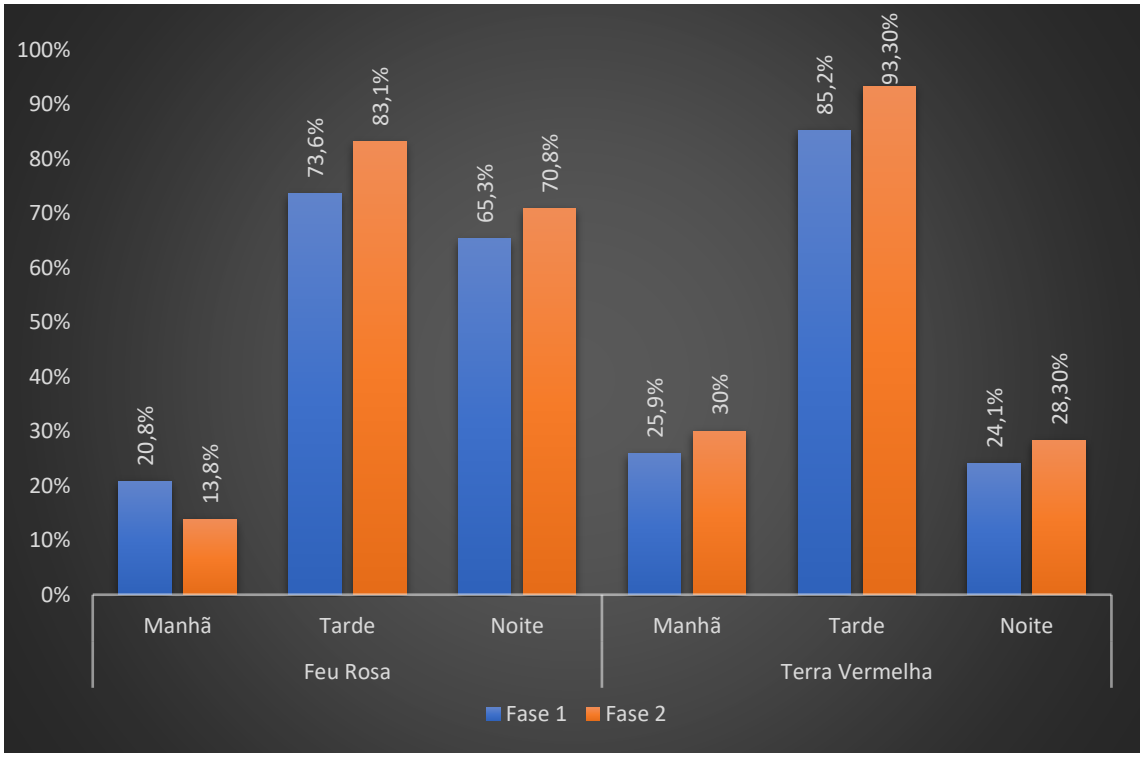
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em termos gerais, o turno da tarde foi o indicado como mais frequentado. Na Fase 1, considerando os(as) jovens dos dois CRJs (126), 78,6% (99) disse frequentar os CRJs no período da tarde, 47,6% (60) afirmou frequentá-los no turno da noite e apenas 23% (29) indicou o turno da manhã.

Na Fase 2, entre os(as) participantes que responderam a esta pergunta (125) 88% (110) disse frequentar os CRJs no período da tarde, 50,4% (63) afirmou frequentá-los no turno da noite e apenas 21,6% (27) indicou o turno da manhã. Entre os(as) participantes dos

dois CRJs, responderam a esta pergunta, na Fase 2, 65 de Feu Rosa e 60 de Terra Vermelha.

Gráfico 54 – Turnos de frequência assinalados pelos(as) jovens, por CRJ (%)



**Cada participante poderia selecionar mais de um turno. Os percentuais foram calculados considerando o número de jovens que assinalou cada opção, em relação ao total de jovens respondentes.*

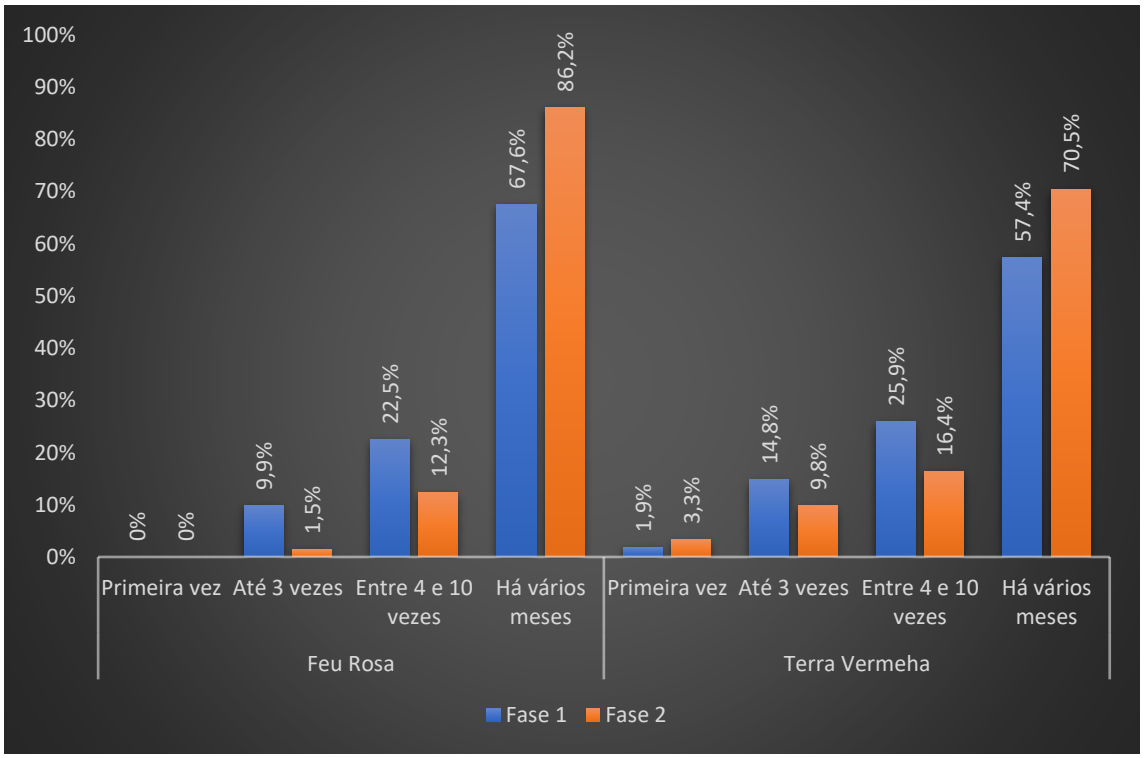
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

No momento da aplicação dos questionários da Fase 1, 63,2% (79) dos(as) participantes de ambos os CRJs (125) declararam que frequentavam os CRJs há vários meses. Ainda, 24% (30) estiveram nos CRJs entre 4 e 10 vezes e 12,8% (16) frequentaram os CRJs até 3 vezes ou uma única vez. Um(a) participante de Feu Rosa deixou de responder a esta questão.

Já na Fase 2, 78,6% (99) dos(as) participantes de ambos os CRJs (126) declararam que frequentavam os CRJs há vários meses, 14,3% (18) estiveram nos CRJs entre 4 e 10 vezes e 7,1% (9) frequentaram os CRJs até 3 vezes ou uma única vez. Pode-se observar tais informações detalhadas, conforme o CRJ Feu Rosa e Terra Vermelha, em ambas as Fases,

no gráfico 55. Comparando-se o percentual de jovens que disseram frequentar o CRJ há vários meses, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2, percebe-se uma variação positiva de 15,4 pontos percentuais. Este dado corrobora os objetivos da política pública implementada, que tem por escopo ser um espaço de acolhimento integral, com vínculo entre o(a) jovem e o equipamento, e não apenas um local de participações esporádicas de jovens.

Gráfico 55 – Distribuição percentual das respostas dos(as) jovens sobre o tempo de frequência aos CRJs, por localidade



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

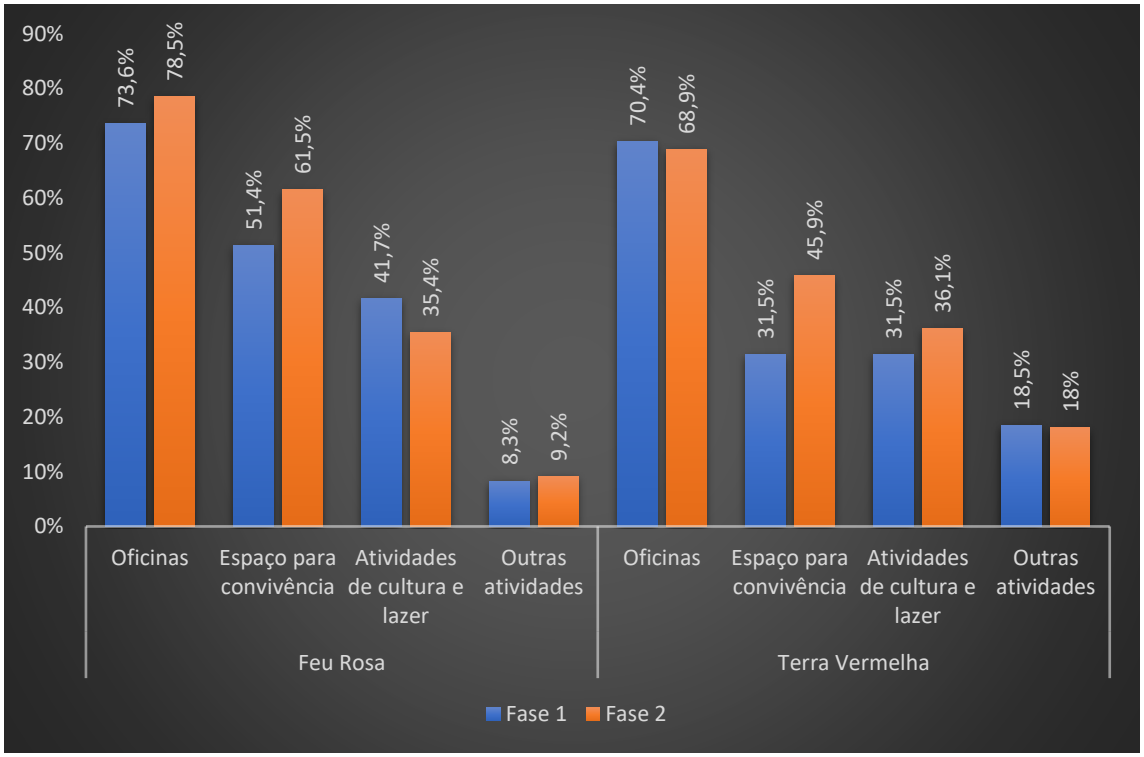
5.2.1 Atividades, modalidades de acompanhamento e encaminhamentos

Na Fase 1, quando perguntados(as) sobre quais atividades os(as) 126 jovens participavam nos CRJs monitorados, as oficinas foram as mais relatadas, com 72,2% (91) de indicações. Do total, 42,9% (54) disseram ter usado o espaço para convivência e 37,3% (47) disseram ter participado de atividades de cultura e lazer. Uma parcela menor, 12,7% (16), respondeu usar o espaço dos CRJs para outras atividades, em sua maioria,

relacionadas ao uso de computadores e informática em geral. Importante frisar que cada jovem poderia selecionar mais de uma opção.

Na Fase 2, os resultados foram similares, quando 73,8% (93) do total de participantes (126) disseram participar de oficinas. Em relação ao uso do espaço de convivência, observou-se uma variação positiva de 11,1pp, com 54% (68) de indicações. 35,7% (45) disseram ter participado de atividades de cultura e lazer. Uma parcela menor, 13,5% (17), porém mais ampla que na primeira fase, respondeu usar o espaço dos CRJs para outras atividades, como informática, dança e jogos.

Gráfico 56 – Participação dos(as) jovens nas atividades ofertadas pelos CRJs, por localidade



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Quando analisadas as frequências em separado, os dados sugerem que os(as) jovens de Feu Rosa, até o fechamento da primeira fase de aplicação do questionário[38] tendiam a participar mais das atividades de cultura e lazer, bem como a usar mais o espaço para

[38] O questionário foi aplicado no CRJ Terra Vermelha no período entre 15/03 até 27/04 e, no CRJ Feu Rosa, entre os dias 29/04 a 06/07/2022.

convivência em comparação com os(as) jovens de Terra Vermelha, conforme demonstra o gráfico 56. Inicialmente, considerou-se que a diferença apontada relacionava-se às características específicas de cada espaço físico, em especial, o fato do CRJ Feu Rosa possuir espaço externo com árvores, bancos e grama em sua estrutura, assim como a disponibilização de uma "mesa de Totó" como equipamento de interação e lazer.

Entretanto, os dados da Fase 2 mostram que essa diferença não persiste, uma vez que as porcentagens dos(as) frequentadores(as) das atividades de cultura e lazer estão praticamente igualadas entre os dois CRJs na Fase 2.

Em relação às modalidades de acompanhamento, na Fase 1, entre os(as) 126 jovens entrevistados(as), 24,6% (31) informaram participar do PTrampo, 23,8% (30) do PVida e 11,9% (15) do Circuito Formativo em Direitos Humanos. Quase a metade dos(as) participantes (47,6%; 60) relataram não ter participado dessas atividades. Frisa-se que cada jovem poderia selecionar mais de uma opção de acompanhamento e os percentuais calculados consideram o número total de cada opção assinalada em relação ao total de jovens respondentes.

Importante sinalizar que era interesse da pesquisa aplicar o questionário a todos(as) os(as) jovens acompanhados(as) e ouvir também parte dos(as) jovens que estavam em outras modalidades de participação, uma vez que o acompanhamento dos(as) jovens é um elemento importante da metodologia do CRJ. Entretanto, isto não foi possível, o que deve ser avaliado com cautela. Se numa primeira interpretação, seria possível sinalizar um baixo nível da abrangência de participação dos(as) jovens nas modalidades de acompanhamento (PVida, PTrampo e Circuito Formativo de Direitos Humanos - CFDH), por outro lado, pode apenas estar refletindo a dinâmica de participação desses(as) jovens nos CRJs. Vale destacar que tanto os relatórios mensais de acompanhamento elaborados pelos CRJs, quanto a base de dados enviada ao IJSN mensalmente, a partir dos Formulários Inicial e Acompanhamento, indicam a existência de um número maior de jovens acompanhados(as)[39], mas a equipe de pesquisa teve dificuldades para acessar

[39]Os relatórios mensais de acompanhamento elaborados pelos CRJs indicaram que havia um quantitativo de 24 jovens inseridos(as) no PVida, 22 no PTrampo e 54 em Outras Demandas, em Feu Rosa, e 30 jovens inseridos(as) no PVida, 09 no PTrampo e 52 em Outras Demandas, em Terra Vermelha, no mês de maio

um quantitativo mais elevado de jovens acompanhados(as), embora este fosse o foco principal da aplicação do questionário de avaliação. O período de aplicação do questionário, inclusive, foi estendido para viabilizar a ampliação do número de respondentes que fossem acompanhados(as) [40].

Durante a aplicação do questionário observou-se que, a partir de algumas visitas, os(as) jovens presentes nos CRJs que eram abordados(as) se repetiam e todos(as) já haviam respondido ao instrumento de coleta de dados. Este é um ponto de atenção a ser observado.

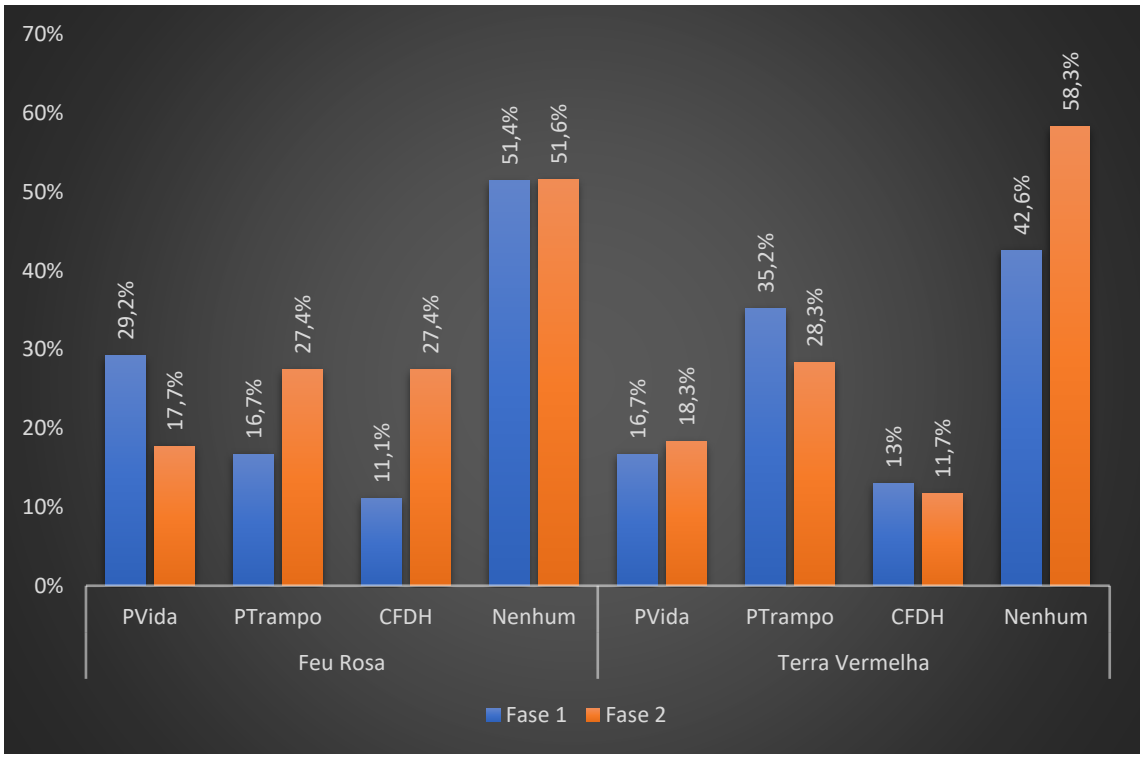
Na Fase 2, entre os(as) 122 jovens que responderam sobre as modalidades de acompanhamento (62 de Feu Rosa e 60 de Terra vermelha), 27,9% (34) informaram participar do PTrampo, 18% (22) do PVida e 19,7% (24) do Circuito Formativo em Direitos Humanos. Mais da metade dos(as) participantes (54,9%; 67) relataram não ter participado dessas atividades. Levando-se em consideração os números absolutos, menos jovens estavam vinculados(as) a algum projeto com o CRJ na Fase 2 – PVida, Ptrampo ou CFDH –, uma vez que essa participação abrangeu um pouco mais da metade do(s) jovens na Fase 1 e menos da metade na Fase 2. Entretanto, considerando-se a participação relativa de jovens nessas modalidades, percebe-se que houve uma pequena diminuição de participação no PVida e aumento da participação no CFDH. Este aumento reforça o objetivo do CRJ de ser um espaço de discussão com foco na socioafirmação e nos Direitos Humanos. Houve, também, algum aumento de participação no PTrampo, cujos resultados da inserção no mercado de trabalho podem ser visualizados neste relatório quando os jovens responderam, em tópico abaixo, ao questionamento “O CRJ mudou sua vida? Se sim, em quê?”

---

de 2022. Os relatórios mensais não explicitam se há sobreposição entre estas modalidades de acompanhamento, o que dificulta a afirmação de um total a partir deste documento. A base de dados enviada ao IJSN mensalmente, a partir dos formulários Inicial e Acompanhamento, também informa um total de 27 jovens em Feu Rosa e 65 jovens em Terra Vermelha até maio de 2022.

[40] A intenção inicial era aplicar o questionário dentro de um único mês, com uma estimativa de 2 semanas de aplicação em cada um dos CRJs, o que teve que ser redimensionado, considerando dificuldades diversas: tanto a dinâmica dos espaços e a agenda de atividades, quanto às limitações de identificação e de agendamento com os(as) jovens acompanhados(as).

Gráfico 57 – Participação dos(as) jovens, por modalidades de acompanhamento, por CRJ



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

O questionário buscou, ainda, conhecer a quantidade e os tipos de encaminhamentos realizados. Na Fase 1, entre os(as) 125 participantes que responderam a esta questão (71 de Feu Rosa e 54 de Terra Vermelha), 23,2% (29) disseram ter sido encaminhados(as)[41]. Os(as) 29 participantes de ambos os CRJ foram encaminhados para serviços de saúde (34,5%; 10), educação (44,8%; 13), assistência (37,9%; 11) e documentação (34,5%; 10). Outros serviços foram indicados por 13,7% (4) dos(as) participantes. Na Fase 2, entre os(as) 122 participantes que responderam a esta questão (62 de Feu Rosa e 60 de Terra Vermelha), 32,8% (40) disseram ter sido encaminhados(as). Entre eles(as), 22,5% (9) foram encaminhado(as) para serviços de saúde, 30% (12) para serviços de educação, 15% (6) para serviços de assistência, 17,5% (7) para serviços de documentação e 35% (14) para outros serviços.

[41] Cada participante poderia indicar mais de um acompanhamento.

Dessa forma, a inserção dos(as) jovens na política pública em questão mostrou-se significativa para o acesso a outros serviços/políticas, para além da atuação estrita dos CRJs. Ações que podem fazer toda diferença na vida dos(as) jovens. A regularização de documentos, por exemplo, é um dos pré-requisitos para o ingresso no mercado de trabalho.

Na Fase 1, entre os(as) 61 jovens que avaliaram este encaminhamento (36 de Feu Rosa e 25 de Terra Vermelha), 63,9% (39) deles(as) indicaram-no como ótimo, 27,9% (17) como bom e 8,2% (5) como regular. Na Fase 2, 80 jovens avaliaram o encaminhamento recebido (41 de Feu Rosa e 39 de Terra Vermelha); desses(as), 67,5% (54) disse ter sido ótimo, 28,7% (23) disse ter sido bom e 3,8% (3) disse ter sido regular.

Percebe-se uma frequência maior na avaliação do encaminhamento em relação ao número de jovens que afirmaram terem sido encaminhados(as), dado que pode sugerir a intenção dos(as) jovens de avaliar o CRJ como um todo e não o encaminhamento propriamente dito. A avaliação do CRJ, entretanto, será descrita em tópico próprio, a seguir.

5.2.2 Avaliação dos CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa

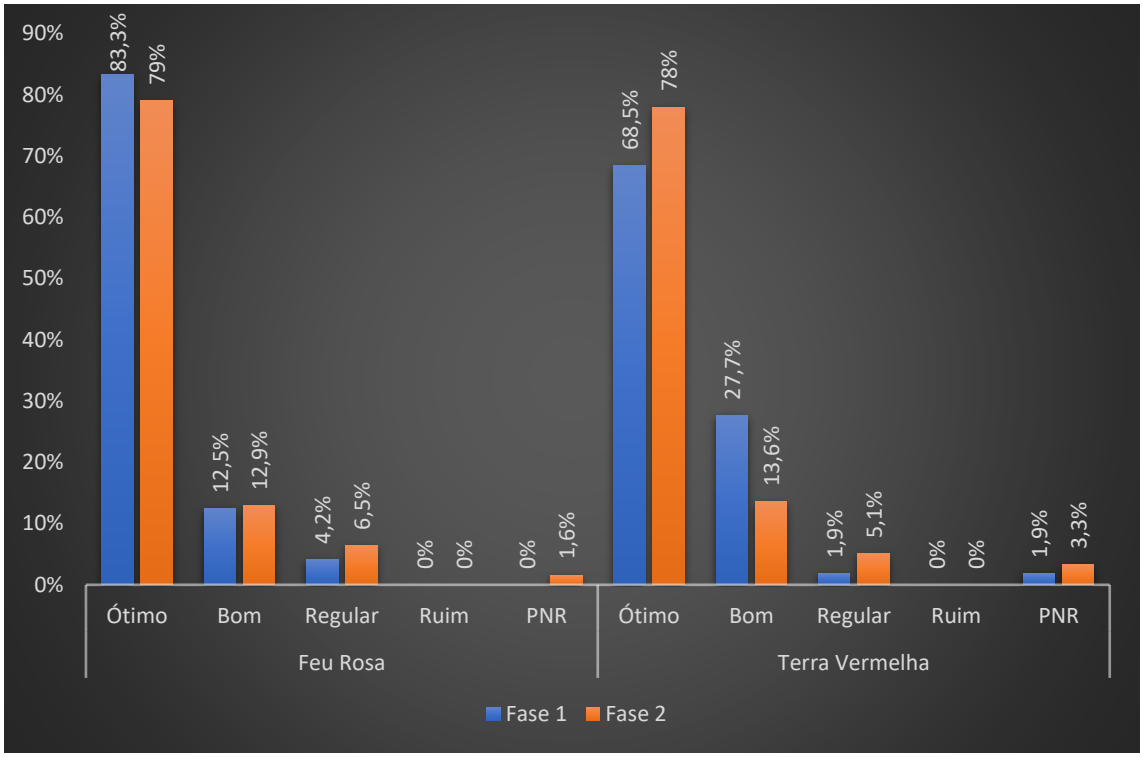
Foram realizados três tipos de perguntas a fim de se compreender o funcionamento da política pública monitorada a partir da experiência vivenciada pelos(as) jovens frequentadores(as) dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha. O primeiro tipo de pergunta versou sobre a avaliação geral do CRJ respectivo (“de maneira geral, como você avalia o CRJ?”), quando os(as) participantes, a partir de uma escala apresentada, indicaram o nível de satisfação (1 = ruim, 2 = regular, 3 = bom, 4 = ótimo, 5 = prefiro não responder) em relação ao CRJ.

Considerando-se os(as) participantes de ambos os CRJs, na Fase 1 (72 de Feu Rosa e 54 de Terra Vermelha), 77% (97) deles(as) disseram que os CRJs eram ótimos e, 19% (24) classificaram os CRJs como bons. Poucos(as) respondentes avaliaram os CRJs como regulares (3,2%; 4), ninguém os avaliou como ruins e 0,8% (1) preferiu não responder à pergunta (PNR). Já na Fase 2, entre os(as) 121 participantes que assinalaram a pergunta

(62 de Feu Rosa e 59 de Terra Vermelha), 78,5% (95) classificaram os CRJs como ótimos, 13,2% (16) como bons e 5,8% (7) como regulares. Ninguém os classificou como ruins.

Ainda em relação à avaliação geral, consideram o CRJ como "ótimo" ou "bom", cerca de 96% dos(as) participantes na Fase 1 e cerca de 92% na Fase 2. O gráfico 58 compreende as frequências de avaliação geral dada pelos(as) participantes de cada CRJ nas duas fases.

Gráfico 58 – Avaliação geral, por CRJ



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

O segundo tipo de questão buscou conhecer a avaliação dos(as) jovens acerca de pontos específicos, quando responderam à seguinte pergunta: Como você avalia o CRJ em relação a:

- Organização do espaço;
- Programação/atividades ofertadas;
- Interação entre o(a) participante e os(as) profissionais;
- Interação entre o(a) participante e os(as) demais jovens.

Solicitou-se aos(às) participantes que indicassem o nível de avaliação acerca das variáveis acima a partir de uma escala apresentada (1 = ruim, 2 = regular, 3 = bom, 4 = ótimo, 5 = prefiro não responder). Pode-se considerar que as avaliações específicas dos(as) participantes também foram positivas, tendo sido os CRJs considerados locais bem organizados onde se pode participar de atividades que despertam interesse dos(as) jovens.

Fase 1

Considerando-se as respostas na Fase 1 (126), em se tratando da Organização do Espaço, 88,8% (112) dos(as) respondentes consideraram os CRJs como bons ou ótimos, sendo que apenas 7,1% (9) marcou a opção "regular" e 3,2% (4) a opção "ruim". A Programação de Atividade foi considerada boa ou ótima por 87,6% (123) dos(as) participantes e regular por 1,6% (2) deles(as), sendo que ninguém considerou este ponto como ruim e apenas 0,8% (1) preferiu não avaliar o que se pediu.

Sobre a Relação entre Profissionais e Jovens, na Fase 1, entre os(as) 125 participantes que responderam à questão (71 de Feu Rosa e 54 de Terra Vermelha), esta variável foi avaliada como boa ou ótima por 91,2% (114) deles(as); 8,8% (11) a considerou regular e ninguém a avaliou como ruim.

A interação entre os(as) jovens (124 respondentes da questão; 70 de Feu Rosa e 54 de Terra Vermelha) foi considerada boa ou ótima por 88,7% (110) dos(as) participantes, sendo que 9,7% (12) avaliou este ponto como regular e ninguém como ruim; 1,6% (2) preferiu expressamente não avaliar este item.

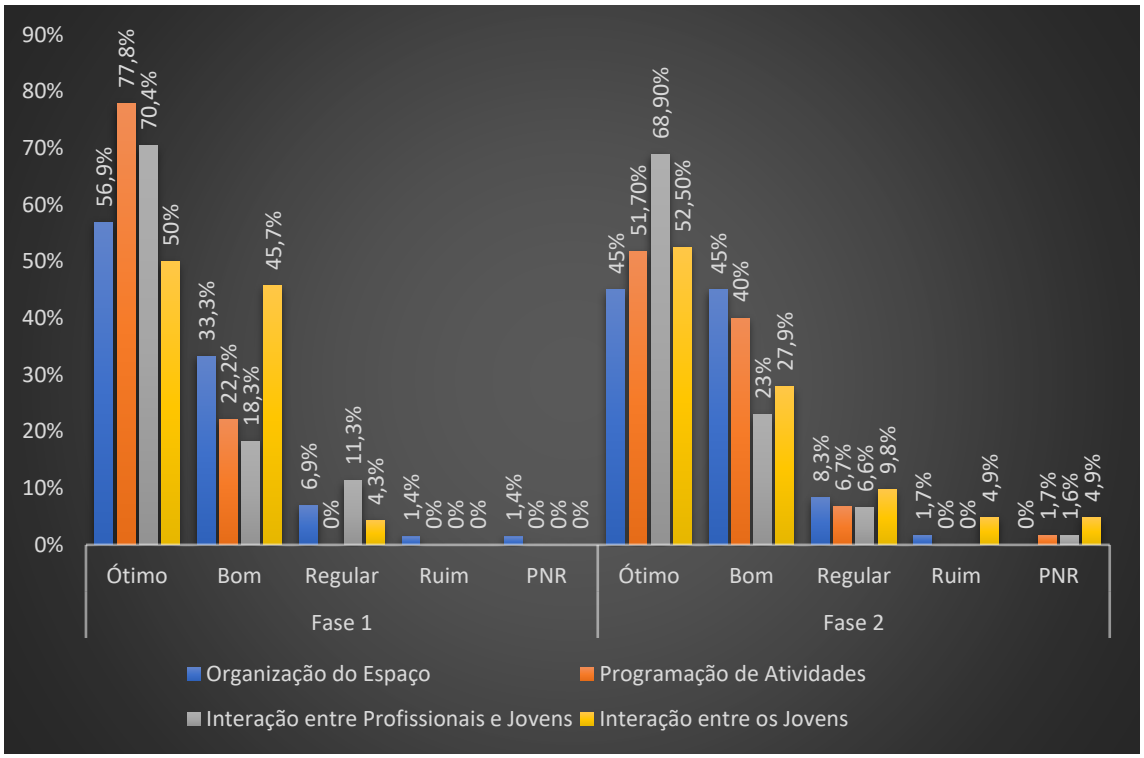
Fase 2

Na fase 2, considerando-se os(as) 120 participantes que responderam às duas perguntas seguintes (60 de Feu Rosa e 60 de Terra Vermelha), 90% (108) considerou a Organização do Espaço dos CRJs como boa ou ótima, 8,3% (10) como regulares e 0,8% (1) como ruins e 1 (0,8%) disse expressamente que preferia não responder. A Programação de atividade foi considerada como boa ou ótima por 90,8% (109) e regular por 7,5% (9), sendo que 02 (2,5%) jovens preferiram não responder à questão.

Em relação às demais perguntas, entre os(as) 121 respondentes dos itens (61 de Feu Rosa e 60 de Terra Vermelha), 90% (109) considerou a relação entre profissionais e jovens como boa ou ótima, 8,3% (10) como regular e 1,7% (2) preferiu não responder. A interação entre os(as) jovens foi considerada boa ou ótima por 81,8% (99) dos(as) participantes, regular por 11,6% (14) e ruim por 3,3% (4) deles, sendo que 3,3% (4) assinalou a opção "prefiro não responder".

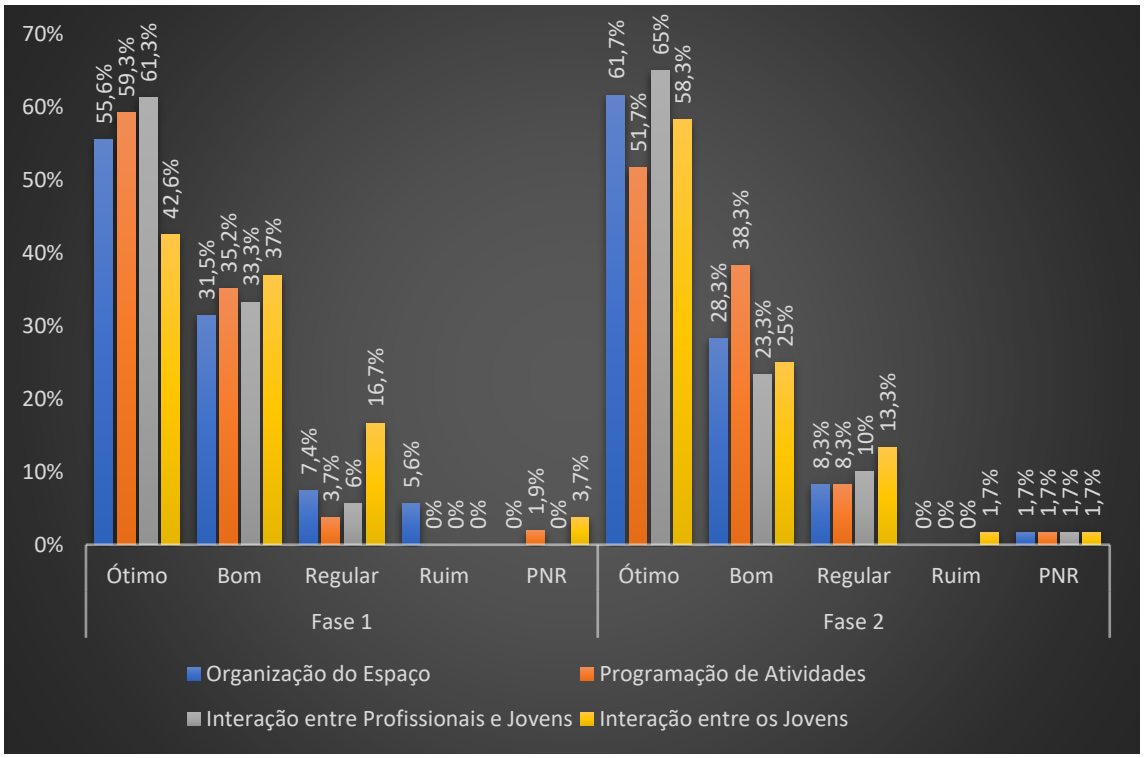
Considerando-se, agora, a mesma avaliação, só que pela perspectiva de cada CRJ de forma individualizada, também se pode afirmar que os(as) jovens de Feu Rosa e de Terra Vermelha consideram seu CRJ respectivo um local organizado, cujas atividades oferecidas despertaram interesse, com relações amistosas dos(as) jovens entre eles(as) e com os(as) profissionais.

Gráfico 59 – Avaliação de pontos específicos no CRJ Feu Rosa



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Gráfico 60 – Avaliação de pontos específicos no CRJ Terra Vermelha



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Destaca-se que, quando analisadas em conjunto as avaliações, a porcentagem ficou, nas duas fases de aplicação do questionário, acima de 88%, considerando-se a soma de ótimo e bom para cada item.

O terceiro tipo de questão objetivou conhecer quais seriam os pontos positivos e negativos dos CRJs. Inicialmente perguntou-se: "o que você destacaria como ponto positivo do CRJ?", podendo haver mais de uma resposta entre as opções abaixo:

- Espaço físico/tamanho e acessibilidade;
- Organização do espaço;
- Programação/atividade;
- Interação entre os(as) profissionais do CRJ e jovens;
- Interação entre os(as) jovens;
- Prefiro não responder (PNR);
- Outro.

Considerando-se os(as) respondentes de ambos os CRJs na Fase 1 (126), os dados mostram que 96,8% (122) dos(as) jovens relataram haver, no mínimo, um ponto positivo, o que reflete boa avaliação. Ressalta-se que 5% disse expressamente que

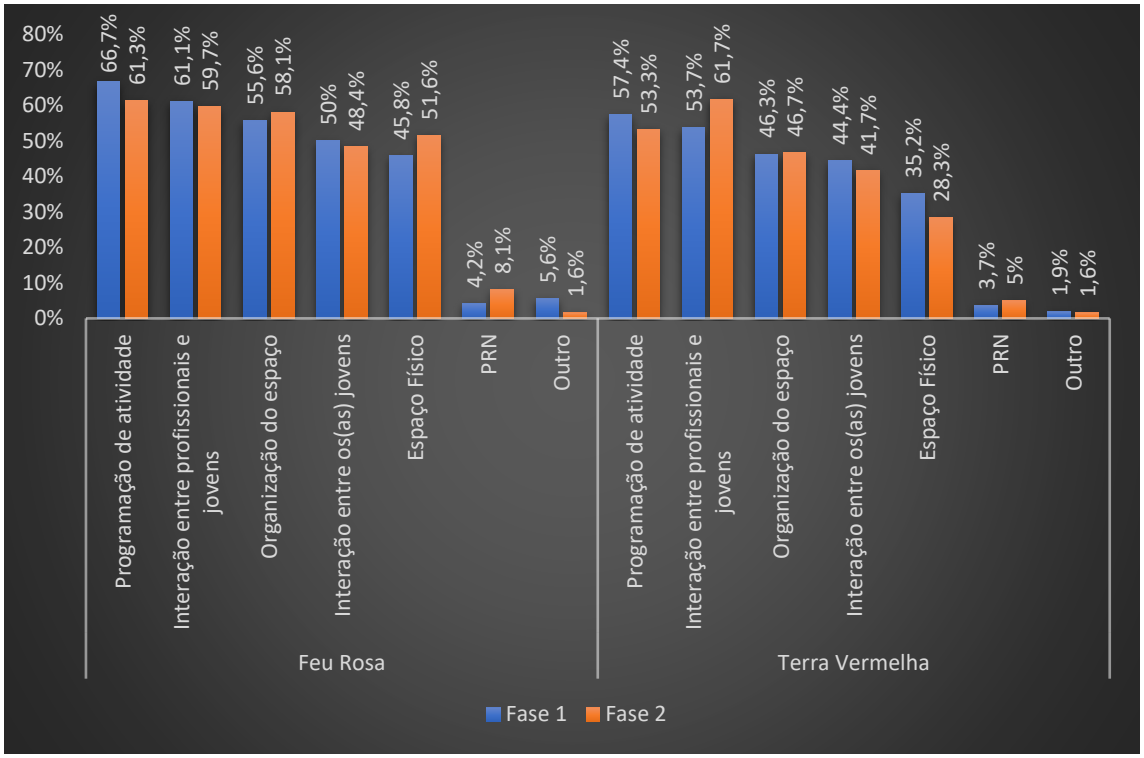
preferia não responder e ninguém deixou a questão em branco. Os percentuais foram calculados levando-se em consideração a totalidade de respondentes (126).

O item “programação de atividades” foi o mais elencado, com 62,7% (79) de indicações, seguido de “interação entre profissionais e jovens” (57,9%; 73). A opção “organização do espaço” foi escolhida por 51,6% (65) dos(as) jovens, enquanto que “interação entre os(as) jovens”, por 47,6% (60) deles(as). O item menos selecionado como ponto positivo foi “espaço físico”, com 41,3% (52) de indicações.

No gráfico 61, pode-se verificar os pontos positivos indicados pelos(as) jovens, por localidade. Cabe destacar novamente que poderiam ser indicados mais de um ponto positivo.

Na Fase 2, entre os(as) 122 jovens que responderam a esta questão, 92,6% (113) deles(as) indicaram algum ponto positivo. O item “interação entre profissionais e jovens” foi o mais elencado por esses(as) jovens (60,6%; 74), seguido de “programação de atividades” (57,3%; 70) e de “organização do espaço” (52,5%; 64). Os itens menos selecionados pelos(as) jovens foram “espaço físico” (40,2%; 49) e interação entre os(as) jovens” (45,1%; 55); 2 jovens (1,76%) disseram haver outro ponto positivo além dos elencados pelo questionário e 7,7% assinalou expressamente que preferia não responder.

Gráfico 61 – Frequência das respostas dos(as) jovens quando perguntados(as) o que consideram positivo no CRJ, por localidade



*A porcentagem ultrapassa 100% tendo em vista que cada participante poderia selecionar mais de um ponto positivo.

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os(as) jovens também foram convidados(as) a apontar quais seriam os pontos negativos, podendo sinalizar os mesmos itens da questão anterior, a saber, espaço físico/tamanho e acessibilidade, organização do espaço, programação/atividade, interação entre os(as) profissionais do CRJ e jovens, interação entre os(as) jovens. Assim como na questão anterior, entre as opções havia a possibilidade de assinalar o item "prefiro não responder". Poderiam ser indicadas mais de uma resposta entre os itens elencados.

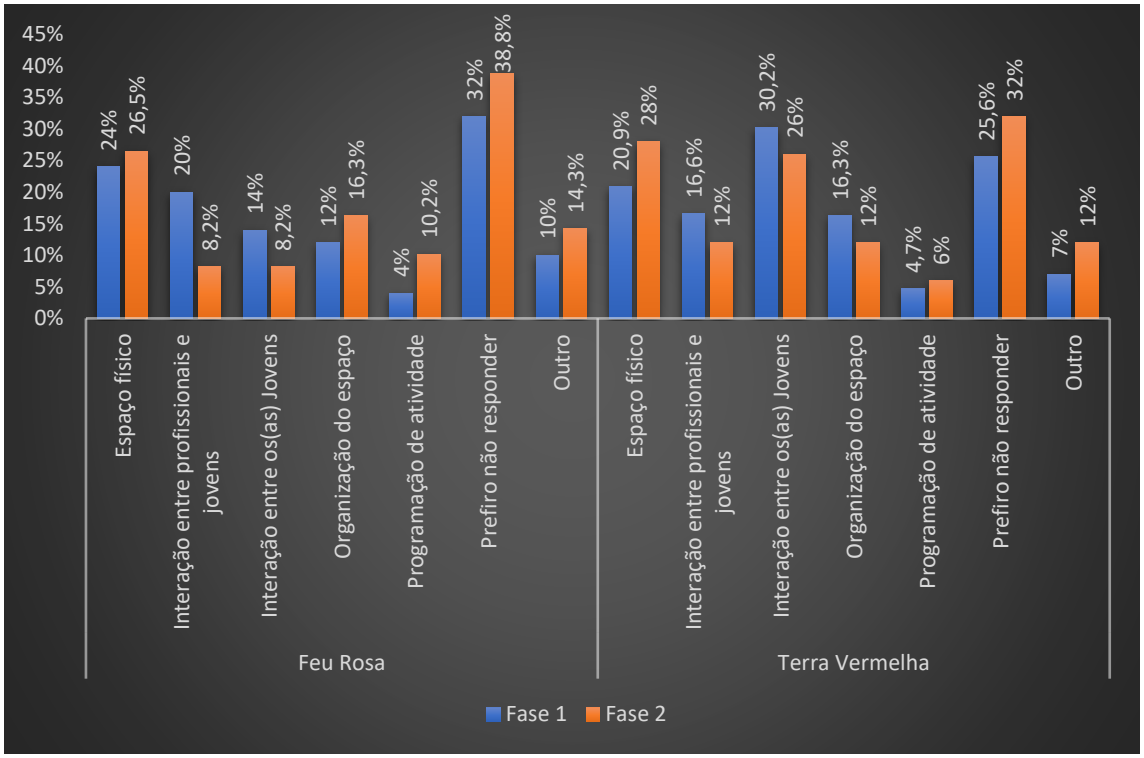
Na Fase 1, entre os(as) 126 respondentes, 33 jovens deixaram o questionário em branco nesta parte; entre as 93 pessoas (73,8%) que responderam a esta pergunta, 80,6% (75) delas indicaram algum ponto negativo, ao passo que 29% (27) assinalaram a opção "prefiro não responder". As porcentagens abaixo referem-se aos(às) participantes que não deixaram a pergunta em branco (93).

O item “relação entre os(as) jovens” foi elencado como ponto negativo por 21,5% (20) dos(as) participantes e “espaço físico” por 22,6% (21) deles(as). Uma minoria selecionou os itens “interação entre profissionais e jovens” (16,1%; 15) e “organização do espaço” (14%; 13) como pontos negativos. O item “programação de atividade” foi apontado como ponto negativo por apenas 4,3% (4) dos(as) participantes da pesquisa. No gráfico 62, pode-se verificar a descrição das frequências de indicações dos pontos negativos, por CRJ. Mais uma vez, cabe lembrar que poderiam ser indicadas mais de uma resposta.

Na Fase 2, entre os(as) 126 respondentes, 27 jovens deixaram o questionário em branco nesta parte; entre as 99 pessoas (78,6%) que responderam a esta pergunta, 64,6% (64) delas indicaram algum ponto negativo, ao passo que 35,4% (35) assinalaram a opção “prefiro não responder”. As porcentagens abaixo referem-se aos(às) participantes que não deixaram a pergunta em branco (99).

O item “espaço físico” foi considerado ponto negativo por 27,3% (27) dos(as) participantes, ao passo que “organização do espaço” foi considerado um ponto negativo por 14,2% (14); programação de atividade obteve 8 indicações como ponto negativo (8,1%). A interação entre profissionais obteve 10 indicações como sendo um ponto negativo (10,1%). A interação entre profissionais e jovens foi indicada como ponto negativo por 17,2% (17) dos(as) jovens.

Gráfico 62 – Frequência das respostas dos(as) jovens quando perguntados(as) o que considera negativo no CRJ, por localidade



**A porcentagem ultrapassa 100% tendo em vista que cada participante poderia selecionar mais de um ponto negativo.*

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Comparando-se as respostas dos pontos positivos e negativos destacados pelos(as) participantes de ambos os CRJs, sem separação por localidade, observa-se que houve maior empenho dos(as) jovens em assinalar aspectos positivos verificados nos CRJs. Considerando que a questão deixava livre a marcação de alternativas, verificou-se, na Fase 1, que 61,4% (75) dos(as) participantes indicaram pelo menos dois aspectos positivos entre os(as) 122 que apontaram alguma dimensão positiva. Na fase 2, a porcentagem subiu para 70,8%, entre os(as) 133 respondentes desta questão. Na Fase 1, 17,4% (13) optou por assinalar mais de um ponto negativo entre os(as) 75 participantes que indicaram algum ponto negativo. Na Fase 2, esta porcentagem subiu para 23,4%, entretanto, deve-se levar em consideração que mais participantes responderam a esta pergunta na segunda fase (113).

Na Fase 1, a média de indicação de pontos positivos foi de 3,28, com variação entre 1 e 6; na Fase 2, a média de indicação de pontos negativos foi de 1,23, com variação entre 1 e 4, sendo que apenas um(a) jovem assinalou 04 pontos negativos. Na Fase 2, a média de indicação de pontos positivos foi de 2,81, tendo variado de 1 a 6; a média de pontos negativos foi de 1,39, tendo também variado de 1 a 6. Houve concentração de respostas dos(as) jovens na indicação de apenas 01 ponto negativo e somente um(a) único(a) jovem assinalou a opção de seis pontos negativos.

Nas duas tabelas abaixo, observa-se a quantidade de pontos positivos e negativos indicados pelos(as) respondentes de ambos os CRJs em ambas as fases. Na primeira fase os pontos positivos referem-se ao universo de 122 participantes que assinalaram pontos positivos e os negativos, ao universo de 75 participantes que assinalaram algum ponto negativo.

Tabela 8 – Fase 1 – Quantidade de alternativas positivas e negativas assinaladas na primeira fase - % e números absolutos

Quantidade de alternativas assinaladas	Pontos Positivos		Pontos Negativos	
	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto
7	0	0	0	0
6	0,8	1	0	0
5	16,4	20	0	0
4	18	22	1,4	1
3	18	22	2,7	2
2	8,2	10	13,3	10
1	38,6	47	82,6	62
Total	**100**	**122**	**100**	**75**

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Na segunda fase, os pontos positivos referem-se ao universo de 113 participantes que assinalaram pontos positivos e os negativos, ao universo de 64 participantes que assinalaram algum ponto negativo.

Tabela 9 – Fase 2 – Quantidade de alternativas positivas e negativas assinaladas na segunda fase - % e números absolutos

Quantidade de alternativas assinaladas	Pontos Positivos		Pontos Negativos	
	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto
7	0	0	0	0
6	1,8	2	0	1
5	15,9	18	0	0
4	19,5	22	1,6	0
3	16,8	19	9,4	6
2	16,8	19	12,5	8
1	29,2	33	76,6	49
Total	**100**	**113**	**100**	**64**

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Ao final do questionário, foi perguntado se a participação no CRJ havia mudado a vida dos(as) jovens. Na Fase 1, do total de respondentes (126), 85,4% (108) deles(as) afirmaram que sim, sendo 92,8% dos(as) respondentes de Feu Rosa e 75,9% dos de Terra Vermelha. Na Fase 2, 117 entre o universo de 126 participantes responderam à questão;

quando 83,8% (98) de ambos CRJs disse que sim, enquanto em Feu Rosa foi 87,9% (51) e em Terra Vermelha foi 79,7% (47).

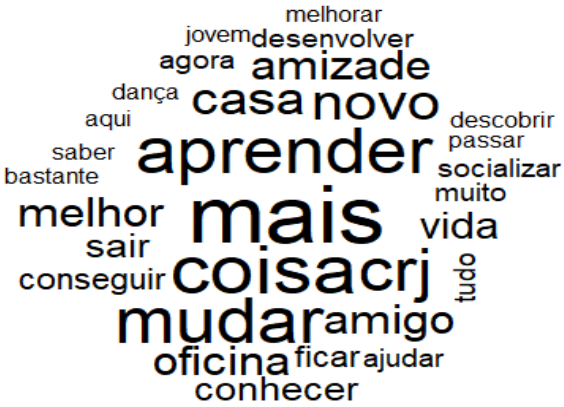
A título de complementação, os(as) jovens foram convidados(as) a descrever, por meio de uma questão aberta, o que havia mudado nas suas vidas após o ingresso no CRJ. As respostas foram agrupadas em um único arquivo e sistematizadas com o auxílio do *software* Iramuteq, a partir da técnica de nuvem de palavras, que trabalha com a representação gráfica em função da regularidade das palavras que foram escritas com maior frequência, conforme mostra as figuras 01 e 02.

Figura 1 – Nuvem de palavras – Fase 1: "O CRJ mudou sua vida? Se sim, em quê?"



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

Figura 2 – Nuvem de palavras – Fase 02: "O CRJ mudou sua vida? Se sim, em quê?"



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

Em termos gerais, as nuvens de palavras sugerem que a implementação desta política pública impactou positivamente a vida dos(as) jovens e parece ser considerada um divisor de águas na vida deles(as). Denota-se que a percepção dos(as) jovens remete a mais acesso à informação, mais conhecimento, mais oportunidades e mais rede de apoio social. Além disso, a oferta de atividades, oficinas e a disponibilidade de um espaço para troca trouxeram contribuições no campo da socialização, da criatividade e do planejamento de rotina. Analisando-se detidamente as respostas abertas, percebe-se que as experiências dos(as) respondentes apresentam quatro eixos.

Primeiramente, os CRJs parecem ter possibilitado "**maior interação com os(as) amigos(as) e com a família**", quando foram superadas algumas dificuldades de relacionamento com a família e preocupações referentes ao tempo passado fora de casa. Após a implementação dos CRJs, os(as) jovens disseram trocar o tempo livre na rua pelo convívio social dentro dos Centros, como pode ser ilustrado nesta afirmação: "*ficava na rua com os muleke que não era do agrado da minha família…*"; "*me ajudou muito, pois melhorou o meu relacionamento com a minha mãe*".

Por outro lado, pessoas mais introvertidas passaram a "*sair mais de casa*" e a intensificar a socialização. O tempo entre a aplicação dos questionários permitiu que amizades se consolidassem, como se pode extrair das afirmações dadas na Fase 2, a seguir: "*agora eu tenho o ombro da Lu*[42] *e da Lia*[43] *para chorar*"; "*pessoas que abraçaram quando eu mais precisei*".

Também foi identificada a **intensificação da socialização com a comunidade**, por meio da convivência com pessoas novas dentro dos Centros, bem como por meio da "*interação entre os(as) jovens e profissionais do instituto*". Dessa forma, os(as) jovens que antes ficavam nas ruas, disseram passar mais tempo nos CRJs, local que, segundo eles(as), "*tem um clima muito bom*"; "*aprendi a conviver mais com pessoas e a acreditar num futuro melhor*".

Os CRJs contribuíram também no **auxílio do planejamento de vida dos(as) jovens**, quando tiveram a possibilidade de aprender novas habilidades, como, por exemplo, "*conhecimento por meio do curso de programação*", "*aprendizado em fazer as tranças*", ou seja, "*mais conhecimento e capacitação pelas oficinas*". Além disso, foi relatado que a inserção no CRJ impactou positivamente no planejamento da rotina dos(as) jovens.

Especificamente em relação à Fase 2, percebe-se que esse auxílio no planejamento de vida proporcionou resultados mais concretos do ponto de vista profissional, como, por exemplo, o exercício de uma profissão: "*consegui um trabalho através do CRJ com carteira assinada*"; "*através do CRJ consegui uma porta do emprego*"; "*eu consegui uma vaga no senac e hoje sou barbeiro profissional*"; "*eu era desempregado, o CRJ me ajudou no mercado de trabalho*".

Pode-se verificar que a presença dos CRJs nos territórios também impactou positivamente no **aspecto individual**, quando os(as) jovens relataram algumas mudanças na "vida emocional", com aumento da "autoestima durante períodos

[42] Nomes fictícios foram utilizados para preservar a identidade dos(as) participantes e de seus/suas amigos(as).

[43] Nomes fictícios foram utilizados para preservar a identidade dos(as) participantes e de seus/suas amigos(as).

difíceis". Dessa forma, os CRJs foram descritos como auxílio, "*na forma de pensar e de expressar*", na forma de "*enxergar as coisas*", ajudando os(as) participantes a "*crescer como pessoa*" e a "*superar os medos*", "*ou seja, sou uma pessoa mais feliz*".

Na aplicação do questionário na Fase 2, surge o registro específico em relação à capacidade do CRJ de auxílio nas demandas de saúde mental dos(as) jovens, quando foi suscitado o "apoio dos(as) profissionais" do CRJ. Jovens também disseram ter tido melhora no enfrentamento da depressão: "*me tirou da depressão*".

Por meio do CRJ eles(as) também puderam ter acesso aos equipamentos que executam as políticas de saúde, educação e assistência, como por exemplo, retirada de documentos.

5.3 ENTREVISTAS COM AS EQUIPES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ

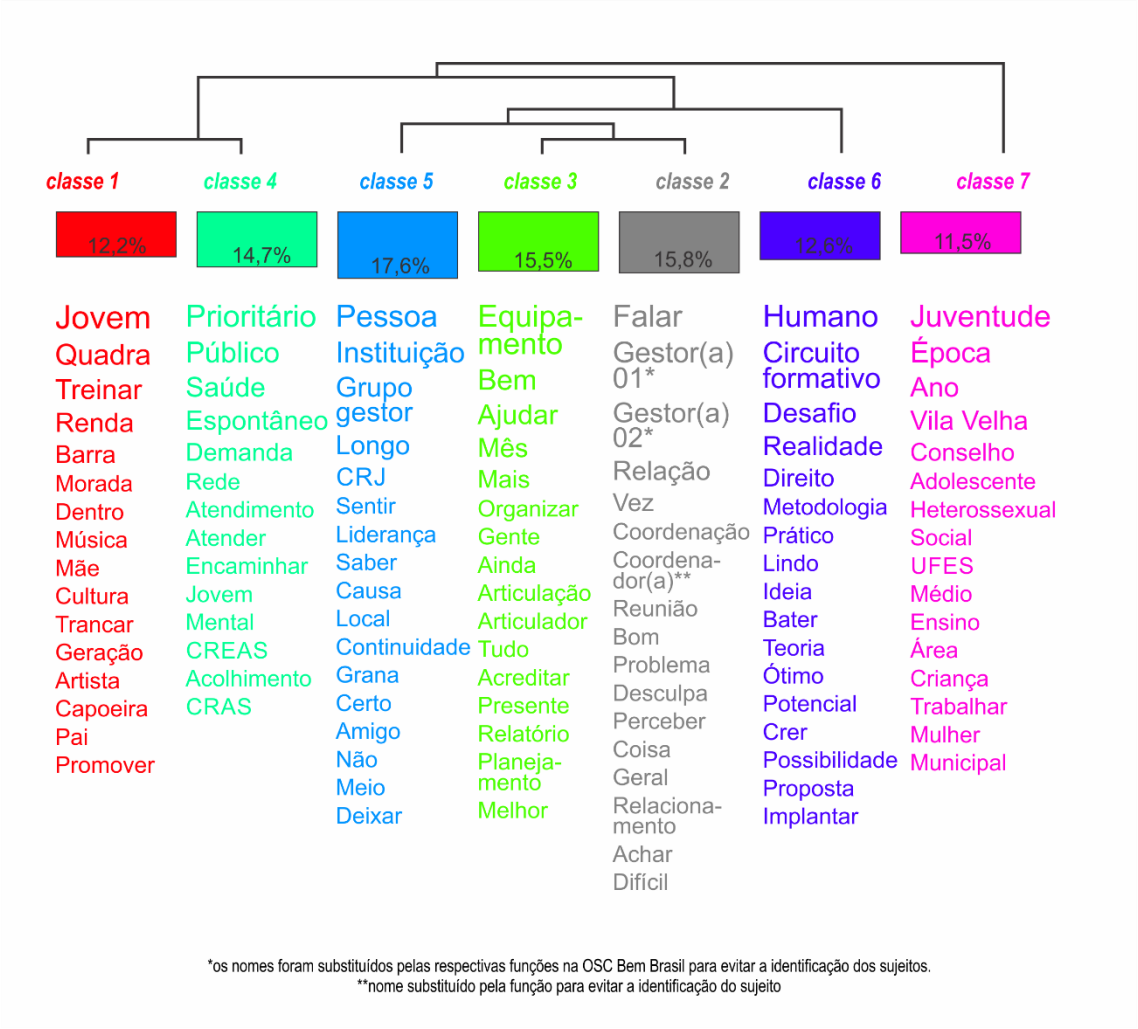
Esta seção tem como objetivo apresentar e discutir os resultados preliminares obtidos com as entrevistas realizadas *in loco* com as equipes dos dois CRJs (Centro de Referência das Juventudes) pilotos: o de Feu Rosa e o de Terra Vermelha. A referida coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro/2021 e janeiro/2022, e contou com a participação de 24 trabalhadores(as), entre gestores(as) das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) responsáveis pelos CRJs e funcionários(as) da equipe executora, composta por coordenador(a) geral e coordenador(a) de articulação; profissionais da equipe técnica – psicólogos(as), terapeutas ocupacionais e assistentes sociais -; educadores(as) sociais; técnicos(as) administrativos e jovens articuladores(as).

A sistematização do *corpus* a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), elaborada com o auxílio do software de análise lexical Iramuteq, retornou sete classes[44]

[44] O número de classes apresentadas pelo programa considera as diferenças e semelhanças presentes no conteúdo do *corpus*. Essas divisões são realizadas pelo *software*, reunindo o que é semelhante em termos de assunto e separando o que não se encaixa dentro daquela subdivisão. É um processo semelhante ao realizado a partir da técnica da Análise de Conteúdo, mas de forma automática e considerando os segmentos de textos gerados pelo Iramuteq (fragmentações do corpus). Destaca-se, contudo, que o número de identificação de cada classe (classe 1; classe 2;...), conforme mostra a Figura 2, é aleatório e tem como única finalidade nomear essas classes, sem estabelecer hierarquia entre elas.

que reúnem conteúdos-chave das 24 entrevistas realizadas com as equipes dos CRJs. Os dados estão apresentados abaixo de maneira gráfica por meio do dendrograma gerado pelo próprio programa (Figura 03), que demonstra a porcentagem do conteúdo reunido em cada uma das classes; as ligações que elas apresentam entre si; e algumas das palavras mais representativas e ilustrativas de seus conteúdos.

Figura 3 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com as equipes dos CRJs

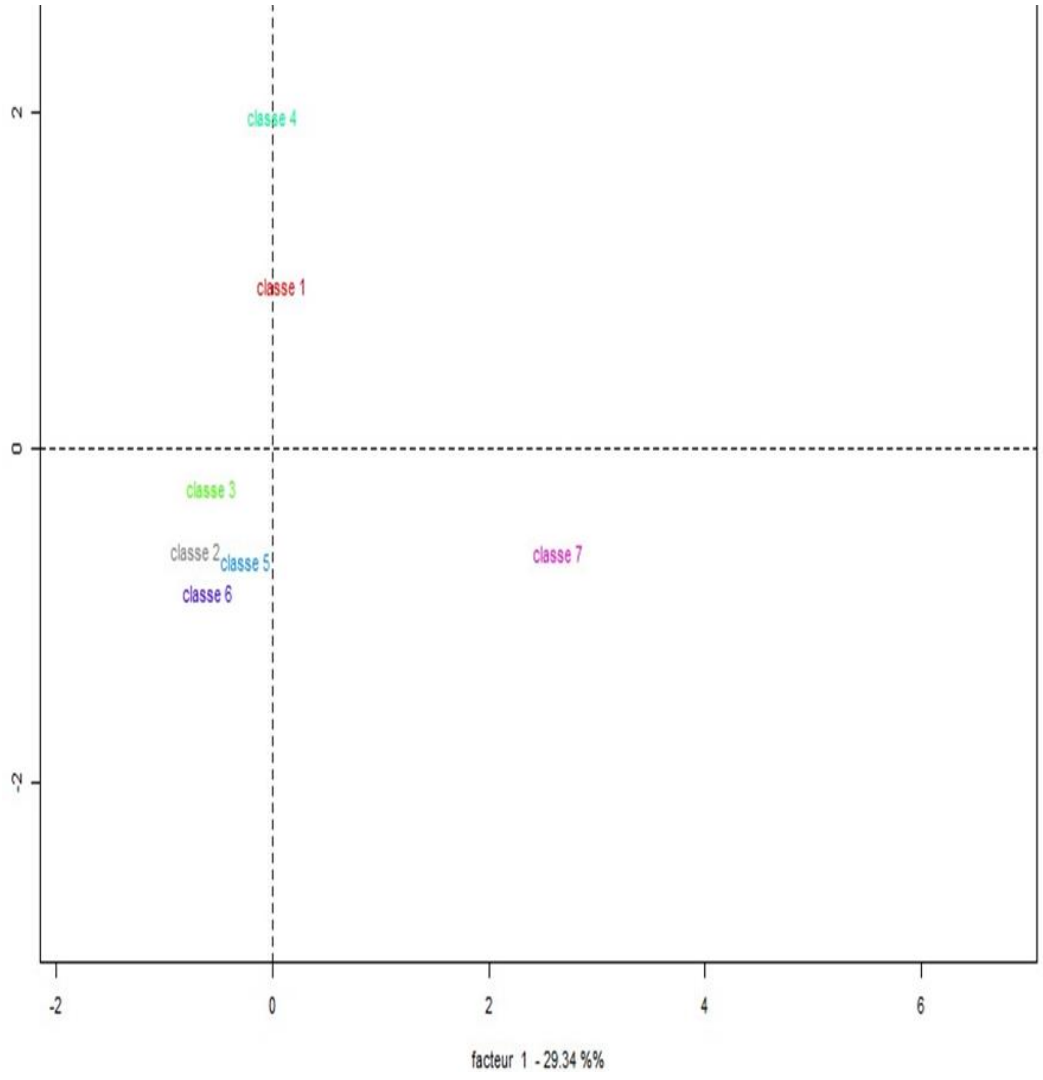


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

Observa-se que as sete classes em que o *corpus* foi dividido apresentam representatividade equilibrada, sendo a Classe 5 aquela que reuniu maior porcentagem,

agrupando 17,63% do conteúdo. Além disso, por meio das ligações entre as classes e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) representada na Figura 04, verifica-se que a classe que mais se dispersa das demais é a Classe 7, por onde se inicia a apresentação e discussão dos resultados.

Figura 4 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

5.3.1 Classe 7 (11,54%) - Características pessoais e trajetórias profissionais

A partir do conteúdo reunido na Classe 7, optou-se por denominá-la de "Características pessoais e trajetórias profissionais". Considerando que o próprio instrumento de coleta

de dados, o roteiro das entrevistas, contemplou algumas perguntas iniciais que se diferenciavam de todas as demais questões, a constituição dessa classe já era esperada, assim como sua localização mais distante das outras subdivisões e com menor percentual de retenção de conteúdo de todo o *corpus*, que foi de 11,5%. Tais perguntas referiam-se às características pessoais dos(as) entrevistados(as), como idade, cor/raça, orientação sexual e o percurso profissional que trilharam antes de assumirem suas respectivas funções/cargos nos CRJs.

Como resultado, observou-se que as idades dos(as) 24 entrevistados(as) variaram entre 18 e 54 anos, com média de 30,9. Sobre a cor/raça, a maioria, ao todo 16 (66,7%), se declarou negro(a)[45]; 5 (20,8%) se declararam branco(a); 1 (4%) se declarou indígena; 1 (4%) se identificou como "racializado(a)" e outro(a) afirmou não se incluir nem no grupo dos(as) negros(as) e nem dos(as) brancos(as), dando a entender que estaria no limiar dos dois: "Eu não chego a ser uma pessoa preta, mas também eu não sou caucasiano, então eu não chego a ser branco(a) também"[46] (Participante).

A princípio parece que os(as) entrevistados(as), de modo geral, apropriam-se bem das discussões teóricas e práticas que envolvem as questões raciais. Diferentemente do que historicamente foi disseminado no contexto brasileiro sobre a mestiçagem, em uma tentativa de se inviabilizar a população negra e esbranquiçar o(a) brasileiro(a), entre os(as) entrevistados(as) a afirmação identitária não perpassou por concepções como moreno(a) ou pardo(a), foi exatamente o termo preto(a) o que mais se fez presente nas respostas analisadas. Por outro lado, pontua-se que um(a) dos(as) participantes apresentou dificuldade em afirmar efetivamente sua cor/raça. O fato de não se colocar nem entre pretos(as) ou brancos(as), nomeado por ele/ela a partir do termo

[45] Aqui utilizou-se a nomenclatura "negra(o)" a partir da concepção em que nela, de acordo com o IBGE, se inserem pretas(os) e pardas(os). Mas a partir da autodeclaração das(os) participantes, pontua-se que apenas 2 participantes utilizaram esse termo, todas(os) as(os) outras(os) 8 usaram o termo preta(o) - e nenhum(a) deles(as) se autodeclarou parda(o).

[46] De modo a garantir o anonimato dos(as) entrevistados(as), optou-se pelo uso do termo genérico "Participante" para todos os(as) entrevistados(as), sem indicar nem mesmo uma ordem numérica entre os(as) entrevistados(as).

“caucasiano(a)”, pode sugerir uma incerteza ou até desconhecimento sobre as discussões que envolvem tal questão. Pontua-se que, ainda que de modo minoritário, quase como exceção, esse dado não deve ser menosprezado, já que o papel do CRJ e o contexto em que ele se insere faz com que a apropriação de tais conhecimentos seja não só necessário como fundamental para o alcance dos seus objetivos.

Este dado reflete, inclusive, a ausência de letramento racial no Brasil, representado pela ausência da compreensão de como as pessoas são afetadas pelas questões raciais e suas experiências múltiplas. Nesse sentido, afirmar a ausência de letramento racial significa evocar uma dimensão política na formação deste país, que validou e garantiu, a partir de inúmeras estratégias, posições diferentes para brancos(as) e não brancos(as). Uma dessas estratégias é o mito da democracia racial, forjado na ideia de harmonia entre as diferentes raças e da ausência de qualquer discriminação ou preconceito racial, apontando para uma não diferenciação racial e para uma igualdade de direitos.

Em relação à orientação sexual, a extensa maioria, 20 (83,3%) entrevistado(a), afirmou ser heterossexual; 2 (8,3%) se declararam bissexuais; 1 (4%) preferiu não responder à pergunta e outro afirmou: “Às vezes eu acho que sou gay, às vezes eu acho que sou pansexual. Não sei” (Participante).

A pergunta sobre identidade de gênero causou certa dificuldade nos(nas) entrevistados(as) em saber exatamente o que responder. Apesar de entre eles(as) haver 15 (62,8%) mulheres e 8 (33,3%) homens, todos cis, além de 1 (4%) participante que preferiu não responder à questão, 6 (25%) pessoas responderam à pergunta com os termos “feminino” e “masculino” e 5 (20,8%) responderam com o termo “heterossexual”. As frases abaixo ilustram certo desconhecimento de alguns(mas) entrevistados(as) quanto à referida questão:

> “Heterossexual. Olha, perdão, quando vocês perguntam, como eu sou da antiga, eu respondo aquilo que vem na minha cabeça” (Participante).

> “Eu sou velho, acho que masculino que fala. Sou da geração que conhece masculino, acho que é assim que fala” (Participante).

Esse é um ponto que merece destaque, pois é esperado que os(as) profissionais que atuam nos CRJs não só conheçam minimamente as questões que direcionam as temáticas de identidade de gênero, como estejam preparados(as) para lidar com elas, auxiliando nos processos de autoconhecimento e aceitação social por parte dos(as) jovens frequentadores(as) e acompanhados(as). Nesse sentido, o próprio instrumento de coleta de dados administrativos, o Formulário Inicial, traz uma pergunta sobre a identidade de gênero para caracterização dos(as) jovens e deve ser preenchido com auxílio da equipe, sendo essencial a compreensão dela sobre tal questão.

Além disso, pontua-se que alguns(mas) dos(as) entrevistados(as) que demonstraram insegurança ou desconhecimento sobre noções básicas de identidade de gênero compõem a equipe técnica, ou seja, o corpo de profissionais responsáveis pelos acompanhamentos de PVida, por exemplo, e que, a princípio, são a referência técnica para assuntos como esse. Tal dado, portanto, acende um importante alerta sobre a necessidade de se reforçar a formação desses(as) profissionais e acompanhar o trabalho que eles(as) vêm desenvolvendo.

Essas concepções sobre identidade de gênero e orientação sexual que compareceram nas respostas dos(as) entrevistados(as) dizem de uma lógica que se perpetua historicamente em nossa sociedade. Por mais que hoje em dia muito se fale sobre estas questões, considerando-as plurais, heterogêneas, fluidas e não engessadas, ainda há uma naturalização e normalização da heterossexualidade[47] e do que se entende sobre masculino e feminino, que comparece de forma compulsória na sociedade e, o que escapa disso, constitui-se como um problema.

Se a representação social da multiplicidade das sexualidades e das identidades de gênero que fogem à norma é vista como um problema, faz-se necessário romper

[47] Há uma condição construída historicamente como natural sobre a heterossexualidade, ou seja, há um poder que se exerce culturalmente na nossa sociedade que normatiza esta orientação sexual e impõem que homens gostem de mulheres e mulheres gostem de homens em detrimento de outras orientações como homens gostarem de homens e mulheres gostarem de mulheres, por exemplo. Logo, ser heterossexual é entendido como a norma. O termo Heterossexualidade compulsória foi cunhado por Adrienne Rich em 1980 (BAGOAS, 2010) para pensar principalmente nas relações lésbicas que eram tidas como marginais por romperem com a estrutura patriarcal.

cotidianamente com as concepções que operam pelo estigma, pelo preconceito e pela patologização da vida destes sujeitos que não se enquadram na padronização e no sistema binário estabelecidos socialmente.

No que se refere aos segmentos mais representativos da Classe 7, observa-se que o Iramuteq destaca falas relacionadas às trajetórias profissionais dos(as) entrevistados(as), tais como:

> "Fui do conselho estadual de juventude, articuladora das políticas de juventude do estado. Então tanto no aspecto profissional quanto no aspecto de militância, digamos que eu estou desde 2008" (Participante).

> "A partir dali, desse projeto, eu comecei a me envolver dentro de projetos sociais, comecei a entender a política de juventude, a importância do jovem estar participando... como jovem!" (Participante).

> "Eu trabalho com juventude há mais ou menos uns 7 anos já. Eu dou aula num projeto social que ensina musicalização para crianças e adolescentes e juventude que são as experiências que tenho aqui na escola [...] desde 2007..." (Participante).

Os segmentos de texto selecionados mostram que a trajetória profissional de vários membros das equipes, em momento anterior à chegada ao CRJ, contempla experiências com jovens, políticas de juventude e de projetos sociais. Não por acaso, a palavra mais significativa da Classe 7 é "Juventude" e a sexta palavra mais representativa é "Adolescente". Esses resultados demonstram coerência entre o propósito e a finalidade dos CRJs e as experiências profissionais de seus(suas) trabalhadores(as), especialmente pensando no público atendido por eles(as), algo que deve ser ressaltado como positivo.

5.3.2 Classe 4 (14,74%): público prioritário e demanda espontânea

A Classe 4, denominada de "público prioritário e demanda espontânea", reúne falas que, essencialmente, se voltam para o desafio de se chegar até o público previsto pela política e os encaminhamentos que vêm sendo feitos, no momento, pelas equipes que são fruto das demandas espontâneas que têm aparecido nos CRJs.

As entrevistas parecem indicar que as equipes já sabem com segurança o perfil dos(as) jovens que devem ser mobilizados(as) e que precisam chegar aos CRJs, contudo, ainda parece haver dificuldade em acessá-los(as) e em se desenvolver estratégias eficazes de articulação e de sensibilização para que eles(as) sejam, de fato, alcançados(as). Desse modo, as palavras “prioritário” e "público" aparecem como as mais representativas da classe e os seguintes segmentos de textos sinalizam seus conteúdos:

> “Não consigo ver o público prioritário chegando e não sei se ele vai chegar. Fico preocupada com isso” (Participante).

> “Eu espero que essa política, ela realmente se efetive na garantia do público prioritário. Porque a gente ainda tem visto muito e tem tido conversas nossas, até como meio de criar algumas estratégias, para que a gente alcance esses jovens do público prioritário, que é o jovem que não está institucionalizado, que não está em lugar nenhum” (Participante).

Por outro lado, além das dificuldades e incertezas em se chegar até esse público, também aparecem frases que ressaltam a importância do trabalho que os CRJs vêm desenvolvendo com outros(as) jovens, de demanda espontânea, e que, na prática, aparecem como pessoas com necessidades reais de atendimento:

> “Por mais que a gente fale, olha... temos um público prioritário que não pode ser esquecido, principalmente porque a metodologia fala que os dados do CRJ vão cruzar e vão saber quantos jovens negros de 15 a 24 anos foram atendidos? Quantos jovens encaminhados pela rede foram atendidos? Então para gente ter esse dado a gente tem que se voltar para esse público prioritário também, além dessa demanda espontânea e além dessas ações que vão ter no espaço” (Participante).

> “O jovem, às vezes, não entende o que é o CRJ, é algo um pouco cultural também, que é uma demanda muito grande. Igual eu falei, eles tão se refugiando aqui, eles tão se encontrando aqui e, às vezes, os pais olham isso como algo negativo. Talvez, eu não sei, a gente tem o nosso prioritário, mas você entende que tem coisa que passa do jovem prioritário, que a gente precisa acessar e talvez pensar em alguma estratégia de acessar um todo, além dos jovens, mas a gente tem que respeitar os limites, as variações” (Participante).

Sobre esses(as) jovens que não se enquadram no público prioritário, mas que merecem atenção dos CRJs, com muita frequência os(as) entrevistados(as) abordam sobre suas demandas, ressaltando as referentes à saúde mental. Inclusive, tanto “saúde” quanto

"mental" estão entre as palavras mais representativas da Classe 4. Seguem abaixo alguns trechos textuais que contextualizam esses termos:

> "De certa forma, mas esses meninos de mãe solo, que ficam o dia inteiro na rua, que já conheceram as drogas, que estão envolvidos nas drogas, não estão chegando para gente, não. Não está, mas acho que agora a partir de janeiro vai chegar essa galera para gente. Parece ser as principais demandas, sexualidade, saúde mental e LGBTQI+" (Participante).

> "Então essa é uma demanda urgente na região. Por exemplo: jovens, mães, que têm seus filhos pequenos e que não têm onde deixar. Essa é uma coisa que chega para a gente. Uma outra muito forte que chega para a gente também é a questão da saúde mental dessa juventude. A questão do autismo é muito forte!" (Participante).

Esses resultados parecem indicar que as equipes ainda estão construindo estratégias e processos de organização interna que buscam se adequar aos desafios que a prática lhes apresentou, para além do que estava explicitamente previsto na metodologia da política pública. Primeiramente, destacam-se os desafios que envolvem o público prioritário, sendo eles: a) como articular e mobilizar esse público e b) como estar efetivamente preparado para atendê-los(as). Em segundo lugar, pontua-se a importância de dar conta das demandas que têm surgido de forma espontânea, tais como: necessidades de atenção à saúde mental, questões de sexualidade e gravidez/filhos(as) entre os(as) jovens atendidos(as).

Os trechos mais representativos da classe como um todo estão apresentados a seguir:

> "[...] eu fui chamada, passei na entrevista e aqui estou doida para atender esse público prioritário porque a gente ainda não está atendendo, a gente está atendendo mais jovens de questão de saúde mental, que são muitos, muitos jovens em situação de saúde mental" (Participante).

> "Eu vejo muito isso, por exemplo, se você pegar os encaminhamentos, você vai ver que a maioria é Unidade de Saúde Básica. Encaminhamento que está sendo feito de demanda espontânea, por exemplo, a equipe técnica atende esse jovem e as meninas percebem que elas têm uma capacidade maior, nesse sentido, de saúde mental; percebem que aquele jovem tem uma questão de saúde mental que eles precisam fazer uma terapia, um acompanhamento melhor" (Participante).

Salienta-se, por fim, que a Classe 4 traz importantes informações sobre como, a partir dos primeiros resultados com a atuação prática, já é possível promover ajustes no planejamento de trabalho dos CRJs, focando nas estratégias que precisam ser desenvolvidas, nas formações e capacitações que precisam ser promovidas às equipes e em eventuais necessidades de ajustes nas metas esperadas dos Centros monitorados.

5.3.3 Classe 1 (12,19%) - Dificuldades e despreparo: um relato

A Classe 1 reuniu, essencialmente, falas de um único participante acerca de uma experiência vivenciada por ele durante atividades promovidas por um dos CRJs monitorados. Em virtude dessa especificidade, de um conteúdo não compartilhado por outros(as) entrevistados(as), a classe obteve a segunda menor retenção do *corpus*, com 12,2%, e optou-se por denominá-la de "Dificuldades e despreparos: um relato".

O trecho mais representativo da Classe 1 é o seguinte:

> "[...] a recepção da escola com os jovens do CRJ não foi legal, rolou preconceito por parte da pedagoga que estava recebendo os jovens [...] porque eu já trabalhei dentro das escolas daqui também, dando oficina de música, percussão. Eu via que os professores - a grande maioria - eles não estão preparados para estar dentro de sala de aula" (Participante).

Por meio dele, retornam-se falas de indignação do participante em relação a um episódio que ocorreu em uma oficina ofertada por um dos CRJs. Devido à grande adesão dos(as) jovens a essa atividade, o espaço do Centro de Referência ficou pequeno e foi proposto que as aulas ocorressem na quadra de uma escola do bairro. É sobre esse relato que o entrevistado se atém. Segundo ele, no primeiro dia em que foram realizar a atividade na escola, houve vários problemas de logística e de despreparo dos(as) profissionais envolvidos(as).

Em essência, a quadra estava fechada, não havia copo para os(as) jovens beberem água e houve ainda um relato de preconceito por parte da pedagoga da escola ao recepcionar os(as) jovens. O participante reforça como esse tipo de problema afasta um público que já é difícil de ser mobilizado. Em relação a isso, ele lembra que boa parte dos(as) jovens participantes não são ali do bairro, mas sim de um bairro adjacente e que, inclusive,

existe um conflito entre os territórios, o que gera maior dificuldade para esses(as) “meninos(as)” estarem ali.

Mas esse não é o único assunto retratado pelo entrevistado e compilado na Classe 1. Outras observações sobre o trabalho desenvolvido em um dos CRJs são apontadas, conforme aponta o segundo trecho mais representativo da classe:

> “Tem que ter alguma coisa acontecendo que realmente vai mexer com a visão deles. Oficina, oficina de curso profissionalizante, geração de renda... principalmente geração de renda tinha que estar rolando muito aqui dentro, porque o jovem está querendo é dinheiro. Então se tem essa onda de geração de renda, muito voltada para essa parte também, eu acho que faria uma diferença para atrair esse público-alvo” (Participante).

O entrevistado elogia a metodologia, mas salienta o desafio que é chegar até o público prioritário e, por isso, indica a necessidade de se ofertar mais atividades voltadas para a geração de renda. Nesse contexto, ele diz o seguinte:

> “[...] quem está aqui por dentro, trabalhando dentro do CRJ o tempo todo, precisa entender a importância de estar aqui dentro, e que é difícil mesmo trabalhar com esses jovens. Esse público-alvo, jovem de 15 a 24 anos, é a juventude mais difícil que tem, é a que tem a cabeça mais perturbada pelo sistema, e a gente tem que entender que não é fácil trabalhar com essa galera, não. É difícil mesmo, eles dão trabalho mesmo, o trabalho é difícil, não vai ser fácil trabalhar com esse jovem aí... principalmente esse público, jovem, que você perguntou, para ir lá atrás dele e conseguir trazer esses jovens para cá... por mais que tenha computador, que seja bonito, isso aqui não atrai eles não. Tem que ter alguma coisa acontecendo que realmente vai mexer com a visão deles” (Participante).

É justamente esse conteúdo que faz com que as classes 1 e 4 apresentem ligações entre si, já que ambas reúnem falas sobre a dificuldade e os desafios de se alcançar o público prioritário delimitado pela política dos Centros de Referência das Juventudes.

5.3.4 Classe 3 (15,5%) - Processos e construção do trabalho: equipe, tarefas e percepções

A Classe 3 reteve 15,5% do *corpus* e foi denominada de Processos e construção do trabalho: equipe, tarefas e percepções. Nela foram reunidos conteúdos sobre a organização interna de funcionamento dos CRJs, bem como o relacionamento entre

membros da equipe. Aqui, as falas dos(as) entrevistados(as) se debruçam sobre a fase inicial de instauração do trabalho, trazendo alguns desafios que se apresentaram e dinâmicas de construção da organização do trabalho que foram sendo implementadas ao longo do tempo de funcionamento dos Centros.

Esses dados podem ser bastante úteis para se pensar, planejar e executar a implementação dos futuros CRJs, na perspectiva de se assumir as experiências dos Centros pilotos para melhor desenvolvimento e otimização do trabalho dos próximos que serão inaugurados. Os segmentos de textos mais representativos da classe 03 estão em destaque abaixo:

> "[...] porque a gente de fato não sabia por onde começar, o que a gente fazia primeiro, então foi bem difícil aqui, e com a chegada da nova coordenadora geral a gente conseguiu alinhar nossos caminhos. Então a articulação ficou um mês suspensa e a gente ficou mais para ajudar as outras equipes a se adaptarem e tentando fazer algum planejamento de mobilização, divulgando eventos, mas de sair e ir atrás dos jovens a gente não conseguiu" (Participante).

> "Por exemplo, esperar material chegar na porta, de ficar vigiando o CRJ, então estávamos fazendo coisas mais de organização do que articulação e eu acredito que isso começou a caminhar um pouco quando chegou a equipe completa que a gente tinha mais suporte para fazer as coisas" (Participante).

Essas falas pertencem aos trabalhadores(as) que atuam na equipe de um dos CRJs. Observa-se que, para eles(as), o início do trabalho foi permeado por desafios e por desempenho de funções que não estão diretamente relacionadas a seus cargos. Além desses(as) entrevistados(as), vários(as) outros(as), de ambos os CRJs, trataram acerca da correria e do acúmulo de atribuições durante o período que antecedeu as inaugurações dos CRJs. Esses conteúdos incitam reflexão sobre questões como: o tempo de planejamento e de execução dessa tarefa foi adequado? A equipe destinada a esse trabalho era suficiente? Quais as consequências dos desgastes e da sobrecarga temporária manifestada pelos(as) entrevistados(as)? E, principalmente, o que poderia/pode ser feito de diferente?

Em relação às falas acima, é preciso contextualizá-las também às situações específicas vivenciadas pelo CRJ Terra Vermelha. Acredita-se que a mudança dos(as) profissionais

que inicialmente ocuparam os cargos de coordenação e, por consequência, a eventual limitação no comando e nas orientações que a equipe recebeu durante esse período, possam ter afetado a dinâmica dos trabalhos desenvolvidos no Centro, especialmente entre os(as) articuladores(as), que, em sua maioria, são jovens, com poucas experiências de trabalho e que acabam necessitando de maior supervisão e aproximação por parte da Coordenação de Articulação. É tanto que as palavras "articulação" e "articulador(a)" estiveram entre as mais representativas da Classe 3.

Infere-se ainda que o destaque recebido por essas palavras pode representar também a importância que essa atividade assume dentro dos CRJs. As articulações com o território, que perpassam a mobilização da comunidade, das redes de apoio do estado e dos municípios, assim como das lideranças locais têm se demonstrado essencial para o sucesso da política, que se traduz não só na ocupação dos CRJs pelos(as) jovens, mas também no alcance do público prioritário e na efetivação das conquistas previstas para a política. Mais que saber das funções administrativas, parece ser essencial que a equipe ou o(a) trabalhador(a) que assume a função de coordenação tenha vocação e habilidade para entender o território, dialogar com ele e dar conta de mobilizar as instituições locais para atender as demandas das juventudes que se apresentam no contexto das periferias.

Outra palavra que recebeu grande destaque nesta classe foi "equipe"; e os segmentos de texto que a contextualizam trazem aspectos sobre a dinâmica do trabalho de cada um e sobre percepções positivas acerca do relacionamento entre os(as) trabalhadores(as) dos CRJs:

> "Adoro a equipe técnica, os educadores, os articuladores, adoro nosso porteiro. Eu adoro todo mundo. Eu nunca tive uma relação de trabalho. A relação com a gestão é legal e a relação é excelente com a equipe de trabalho. A gente tem espaço para poder falar, falar que não concorda e é uma relação leve" (Participante).

De modo geral, os(as) entrevistados(as) manifestaram-se positivamente sobre o relacionamento entre a equipe interna do CRJ em que atuam e apenas algumas falas pontuais foram ditas no sentido oposto. Os trechos abaixo sinalizam esses casos:

> "Eu sou um pouco ansiosa para ver as coisas em ação e algumas coisas me incomodam, umas coisas muito pequenas como ..., de interferência de algumas pessoas que às vezes tem uma função de está coordenando uma certa equipe, mas se envolve em questões que não são da alçada da pessoa. [...] Eu entendo inicialmente ela estar envolvida porque é ela que está desde o início, mas a partir do que ela falou, que a partir do momento que a gente entrasse, a gente que ia tocar, mas se a gente não impõe um limite, a pessoa avança, invade alguns espaços, às vezes tem uma postura autoritária. [...] Mas aos poucos no dia a dia, tirando isso a equipe é excelente, eu não tenho nada para falar de ninguém aqui" (Participante).

> "Às vezes, eu me sinto com medo de perguntar porque, às vezes, é de uma forma agressiva e não só comigo [...]. Ela falou até que está pensando em sair daqui por causa dessa questão, porque ela está com medo de não dar conta do serviço, mas porque a gente não é demandada de uma forma correta. É uma dificuldade muito grande. Tento manter uma relação estável com ela, mas eu não sei o que é, estou conhecendo [...] agora, mas tem alguma coisa que me incomoda muito, não sei explicar isso agora. Já me expôs em público de forma muito violenta e depois de eu ter que chorar, ela me pediu desculpa e tal e eu fiquei nervosa, sabe? Então, eu tenho muita dificuldade nessa parte, porque eu acredito se a gente está aqui, se realmente a gente é uma equipe[...], somos mais que uma equipe, somos mais que uma família, não é bem assim? Não é bem assim [...]" (Participante).

Esses casos pontuais merecem atenção. Primeiro porque destoam do contexto das equipes e podem acabar se proliferando e prejudicando toda uma rede de relacionamentos positivamente construída. Segundo, porque os(as) trabalhadores(as) alvo de críticas foram apontados(as) por mais de um(a) entrevistado(a), fortalecendo, portanto, os fatos e reforçando sobre eventuais prejuízos à equipe e ao CRJ. Salienta-se que, confirmando as falas dos(as) entrevistados(as), uma das pessoas citadas acima já foi desligada do trabalho no momento da elaboração deste relatório. Isso indica que a equipe como um todo, assim como a SEDH, estavam atentas ao fato, bem como aponta como o trabalho de monitoramento é importante e deve ser contínuo nesses espaços, já que entrevistas e outros dados de caráter qualitativo são capazes de antecipar fatos importantes, de modo que as ações a serem tomadas, quando feitas de forma ágil e rápida, podem evitar maiores prejuízos.

5.3.5 Classe 2 (15,84%): em foco as relações nos CRJs

A Classe 2 foi a que reteve o segundo maior percentual de conteúdo de todo o *corpus*, com 15,84%. Ela reuniu falas que se referiam à percepção dos(as) entrevistados(as) acerca das relações de trabalho nos CRJs. Nesse sentido, o conteúdo abarcado contemplou não apenas aspectos das relações entre as equipes de cada Centro, mas também reuniu falas sobre a convivência com os(as) gestores(as) das Organizações da Sociedade Civil e da própria SEDH. E é justamente esse conteúdo que faz com que, no dendrograma, a Classe 2 esteja tão próxima da Classe 3 - explicitada anteriormente -, pois ambas se voltam para as equipes, sendo que a Classe 2 se volta mais precisamente para os relacionamentos de trabalho como um todo e a Classe 3 foca nos aspectos que envolvem a construção e as dinâmicas de trabalho, abarcando a convivência exclusiva entre a equipe interna. Seguem alguns dos trechos mais representativos desta classe.

> "A relação, eu acho, que a gente já nem está tendo tanto contato, nem se relacionando tanto assim, então, no momento de agora é isso... Esporadicamente a gente vê eles aqui para alguma atividade pontual, por exemplo, do grupo gestor e alguma outra coisa assim... Teve uma reunião geral e a OSC veio aqui passar alguns avisos e é isso... a gente não tem tido mais tanto contato. Na verdade, é o [...] que passa algumas coisas que eles falaram. Acho que não tem sido uma questão" (Participante).

> "Então, assim, eu pelo menos [...] não me reporto muito à equipe de execução, exatamente para que uma fala minha, a gente já experimentou isso [...]. A coordenação colocar alguma questão e eu, sem saber, me colocar em relação àquilo. Então, eu já percebi que a equipe, às vezes, fala assim: estou te mandando o relatório. Olha, o relatório não é para mim. O relatório é para a [...], o relatório é para o [...]" (Participante).

As falas acima explicitam a relação que a equipe interna de um dos CRJ tem com os(as) gestores(as) da OSC; observa-se que o contato principal dos(as) gestores(as) da referida OSC ocorre diretamente com as coordenações locais, e não com as demais pessoas da equipe. Ainda que todos(as) se conheçam e eventualmente se reúnam, as informações que chegam dos(as) gestores(as) vêm da coordenação geral, assim como as orientações que são passadas à equipe são intermediadas pelo(a) profissional que ocupa esse cargo. Dessa forma, os trechos em destaque indicam que os(as) gestores(as) estão

informados(as) e atentos(as) ao que ocorre no Centro, mas é a figura da coordenação que direciona a execução do trabalho desempenhado pela equipe interna.

Outros trechos que merecem atenção em relação ao mesmo CRJ estão apresentados abaixo. Eles foram selecionados pelo *software* Iramuteq e trazem um conteúdo, de certa forma, divergente ou complementar em relação aos anteriores:

> "Às vezes acontecem algumas coisas que são chatas como, por exemplo, nos chamaram às 10 da noite de um evento que vai acontecer amanhã e tem que ir e eu fui. Tudo bem, obedeci, de boas, mas às vezes é complicado, eu tenho medo de que algo aconteça [...] (Participante).

> "Houve situações que foram complicadas realmente, mas não acho que elas definam nosso relacionamento para sempre, não, mas que existiram e voltam a existir às vezes e eu acho que é ter uma capacitação sobre cooperação, sobre essa coisa que a coordenação geral fala muito, vamos cuidar uns dos outros, beleza, vamos tirar isso do discurso apenas, vamos fazer? Como faz? A relação com a OSC pode melhorar e muito, mas acho que vai com o tempo, mas eu queria que o tempo não fosse ruim com a gente nessa melhora, eu só não sei quais são as ações que podem ser feitas para isso." (Participante).

A insatisfação relatada nos trechos em destaque sugere que a relação de poder foi percebida como um ponto de atenção pelas pessoas entrevistadas, portanto precisa ser avaliado e, eventualmente, discutido junto aos(as) gestores(as) envolvidos(as). Além disso, o fato de a equipe ser demandada fora do horário de expediente, para executar um trabalho que não havia sido previamente planejado, reforça o conteúdo discutido na classe anterior (Classe 3) sobre a excessiva carga de trabalho para os(as) trabalhadores(as), especialmente em momentos pontuais, como de abertura e inauguração dos CRJs. Frisa-se, portanto, e novamente, a necessidade de que essa dinâmica de organização das tarefas e de mobilização das equipes seja repensada.

Insta ressaltar que os trechos destacados se referem à uma temporalidade e configuração de equipe específicas, haja vista que as entrevistas foram realizadas entre o final do ano de 2021 e o início de 2022, conforme supracitado. Na ocasião, ambos os CRJs haviam acabado de implementar o serviço no território e operacionalizavam a metodologia ao mesmo tempo em que as relações entre as equipes e as OSCs eram tecidas. Dito isto, em acordo com a fala do(a) referido(a) participante, é importante

destacar que as relações não são fixas e monótonas, mas podem se modificar a partir do vínculo que se estabelece e de diversos fatores. Além disso, o fato de haver o tensionamento destacado acima não quer dizer que essas relações ainda permaneçam sob essa lógica, haja vista as mudanças já relatadas.

> "Então a gente sente um pouco isso, mas a gente super entende, eu falo isso com Cláudia direto. Ela fala comigo. Às vezes tem coisa que a gente queria um pouco mais da SEDH, mas a gente olha, a gente sabe que é uma equipe reduzida. É uma demanda extenuante também nesse processo de implantação de todos os Centros. Então a gente entende as limitações, sabe? Então a gente dá um desconto com algumas coisas" (Participante).

> "Às vezes também uma dificuldade de comunicação interna entre eles, a gente sente. Às vezes, por exemplo, a gente acorda alguma coisa com a comunicação e a gestão do projeto depois fala outra. A gente precisa criar esses alinhamentos. A gente vai se acostumando um pouco nisso e vai dando uns jeitos nesse processo, mas eu acho que poderia aprimorar isso. Muito boa. A gente não tem tido grandes problemas. Acho que, como eu falei, a equipe é muito colaborativa e participativa. De querer estar contribuindo, ajudando. E, às vezes, eu acho que nesse processo de adaptação, de uma estrutura que não existe, de passar calor, de quase morrer todo mundo. E é isso aí, a gente vai sobrevivendo. Mas eu acho que isso cria uma relação de confiança entre todos também e isso tem sido bom" (Participante).

As duas falas anteriores em destaque também situadas nesta classe relatam, principalmente, a relação da equipe interna com a equipe da SEDH e não com a gestão da OSC responsável. Em relação à percepção do trabalho da Secretaria explicitado, observa-se o desejo de um contato mais próximo, um maior alinhamento nas falas e diretrizes passadas pela equipe da secretaria e a observação de que a SEDH possui responsabilidade e tarefas em demasia para uma equipe reduzida, o que parece acarretar numa percepção de relacionamento fragilizado que o CRJ tem com ela.

Poucas críticas foram feitas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo, responsável por planejar e gerir a política em questão. De todo modo, a fragilidade salientada anteriormente é algo que precisa ser analisado, já que a proximidade entre quem elaborou a metodologia e quem a executa é de fundamental importância para o sucesso dos CRJs.

Outro trecho destacado pelo Iramuteq entre os(as) entrevistados(as) está apresentado abaixo:

> "E no dia eu senti que ela tinha sido grosseira e a gente estava todo mundo no meio de muita tensão. Eu não levei para o coração e passou. Aí hoje ela veio me pedir desculpa, ela chorou, ela falou: nossa, eu ouvi o áudio, eu fui extremamente grosseira, eu falei um monte de coisa nada a ver. Eu falei: está tudo bem. Então eu acho que a lua de mel ela vai ficar ainda porque a gente tem uns embates, mas a gente resolve de boas... ninguém é totalmente apaixonado um pelo outro não. Todo mundo já viu os defeitos um de cada um" (Participante).

Aqui a fala se volta para uma situação que envolveu trabalhadores(as) da equipe interna. O desfecho do conflito relatado pareceu ter sido positivo ou ao menos satisfatório, e o relacionamento entre os(as) trabalhadores(as), de modo geral, também pode ser entendido como positivo. Entretanto, corroborando os dados da Classe 3, a presença de atritos circunstanciais demanda alguma atenção e, eventualmente, mediação e interferências. É importante que o clima de trabalho se mantenha ameno e, para isso, tais situações precisam ser mapeadas e verificadas por parte dos(as) gestores(as) responsáveis.

5.3.6 Classe 5 (17,63%): críticas e sugestões

A Classe 5 reteve a maior porcentagem de todo o *corpus*, com 17,63%. Apesar de ela trazer conteúdos bem distintos e que, num primeiro momento, podem parecer não ter relação entre si, ela se une pelo teor das falas, as quais se referem a pontos que, na visão dos(as) participantes, apresentam fragilidades e merecem ser revistos no que se refere aos CRJs. Desse modo, a classe foi denominada de críticas e sugestões. Seguem abaixo alguns de seus trechos mais representativos:

> "E que a pontuação seja mais pela instituição. Pela instituição do que pela pessoa. Por que, se não, o que acontece? Eu pego um CNPJ qualquer, de uma instituição qualquer que eu mal conheço e eu junto 10 pessoas que não têm entre si, sabe, relação nenhuma. E eu crio um cavalo de troia ali e ganho o processo, entendeu?" (Participante).
> "Dessa equipe, uma equipe foda foi montada, a gestão da instituição decidiu substituir a Coordenadora Geral e a Coordenadora de Articulação. A cabeça da equipe, sabe? Então essas pessoas como elas não participavam, não eram membros da instituição igual eu sou, a nossa coordenadora é… eles meio que não tiveram voz ativa para

> poder embargar esse processo. E aí eu acho que é um ponto que ficou em aberto na elaboração da política pública. Na nossa opinião, nossa visão, a pontuação deveria ser para a instituição, o currículo da instituição [...]" (Participante).

A fala destes/as participantes faz alusão ao processo seletivo para definição das OSCs gestoras. De acordo com a referida pessoa, a seleção da instituição, que se dá a partir da pontuação especificada no processo seletivo, deveria se dar a partir do histórico da própria instituição ao invés de pontuação curricular individual de cada profissional submetido ao processo.

> "Para uma pessoa que não sabe o que é CRJ e que está conhecendo o CRJ agora qual a confiabilidade que ela tem de dar todas essas informações? Então, a pessoa fica um pouco insegura. A gente pensou em criar um mais simples com área de interesse, nome, bairro, sem CPF, sem RG para quando estivermos fora do CRJ, fazer esses cadastros todos fora do CRJ e convidar essas pessoas para virem, aqui ela faz esse mais longo que já vai conhecer o serviço. Mesmo o cadastro de agora, as pessoas não colocam tudo" (Participante).

Já neste posicionamento, a pessoa salienta a dificuldade de preenchimento dos formulários no cotidiano do serviço e as tentativas de solucionar esta questão por parte da equipe.

> "É outra coisa complicada da relação que tem a ver com essas dificuldades que estão tendo que eu realmente eu não sei, tipo, eu tenho hipóteses de como as pessoas veem isso, mas eu não sei realmente qual é a opinião delas e que me preocupam com a continuidade do meu emprego. Eu não quero ser chutado e às vezes quando eu não consigo fazer as coisas, eu fico pensando, beleza. Esse vai ser o ponto do limite que vai me colocar fora daqui? Eu diria que às vezes sim. Não acho que seja o tempo inteiro, eu não seria injusto." (Participante).

Como é possível perceber, as críticas/sugestões tratam desde o processo de seleção das OSCs, até instrumentos de coleta de dados administrativos, passando por dificuldades de adaptação ao trabalho. Cabe ressaltar que este relatório buscou captar o retrato de um momento inicial dos CRJs e, neste sentido, não se pode interpretar os dados numa perspectiva que englobe todo o período de funcionamento dos Centros de Referência em questão.

5.3.7 Classe 6 (12,57%) - Direitos Humanos e seus desafios: teoria versus prática

A Classe 6 contemplou 12,57% do *corpus* e recebeu o nome de Direitos Humanos e seus desafios: teoria versus prática. Seu conteúdo abarcou, principalmente, falas referentes ao Circuito Formativo em Direitos Humanos, previsto na metodologia dos CRJs, mas, secundariamente, também incluiu percepções sobre o desafio que é garantir os Direitos Humanos como um todo.

Os trechos mais representativos da Classe 6 foram:

> "Precisa dessas flexibilidades para você adequar à realidade. Eu sinto a necessidade de adequar o Circuito Formativo de Direitos Humanos. Eu tenho pensado muito nele, acho que ele é potente, mas do jeito que ele está desenhado, é desafiador, bem complicado mesmo" (Participante).

> "Vou ser bem sincero, eu acho a metodologia muito potente, só que executar ela é desafiadora e ela precisa ser adequada para cada realidade. Vou falar da realidade aqui de Feu Rosa, acho que o fluxo funciona, muita coisa funciona, agora o Circuito Formativo em Direitos Humanos precisa ser repensado, vai ser bem difícil tocar daquele jeito lá. 6 meses, carga horária, quantitativo de jovens, de 20 jovens, manter esses jovens, porque, por exemplo, já tenho um vínculo com um grupo, oficinas, a gente já está fazendo coisas juntos, a galera já está na vibe de trabalho, fazer o currículo... algumas questões que precisam ser pensadas: como vai fazer, como cada território vai lidar? Exatamente isso. Precisa dessa flexibilidade" (Participante).

> "Depois eu fiz estágio no universo prisional que foi muito interessante para mim também, no sentido de aprendizado, de entender a realidade, os desafios com relação a direitos humanos também, em relação ao que é possível fazer e ao que não é possível fazer, porque depende de outras variáveis que não estão ao nosso alcance (...)" (Participante).

A dificuldade prática vivenciada pelos CRJs na implantação do Circuito Formativo em Direitos Humanos é um dado que merece atenção. Como problemas a serem considerados nesse processo, segundo os(as) entrevistados(as), estão: a) a extensa carga horária prevista na metodologia, b) o grande quantitativo de jovens a serem contemplados(as) e c) a própria dinâmica proposta para essa formação, que muitas vezes não dialoga com a realidade dos(as) jovens que frequentam o espaço. Não por acaso, as palavras "prático/a" e "teoria" estão entre as mais frequentes na classe.

Todavia, a palavra que melhor representa este *cluster*[48] é "Humano". Os trechos que contextualizam o sentido que esse termo assume estão ilustrados abaixo:

> "A previsão do CREAS é que dia 15 vai estar aqui capacitando. Já dei o sinal verde para ela, depois da capacitação eles vão chegar. Você imagina, primeiro que tem o negócio de ver o CRJ como espaço de vivência, acolhida da juventude. Então ele se sente querido, é visto como ser humano é visto como uma pessoa... e com a presença da polícia aqui talvez eles podem achar que é uma determinação do CRJ. E isso é uma outra questão com a região também. Muitas das coisas que são demandadas às vezes podem achar que é o CRJ. Até você explicar que não é o CRJ que pediu a polícia... Eu percebo, até vi o policial tentando abordar de forma simpática, mas você está com uma arma, você está fardado. O adolescente não conseguia nem mexer os braços. Tem que ser conversado o tipo de abordagem, a guarda municipal veio aqui uma vez" (Participante).

> "Como manter um grupo de jovens por 6 meses? Eu preciso trabalhar, eu preciso por comida em casa, o momento agora está muito complicado neste país, este que é o contexto. É um norte incrível, mas a galera está com fome, está morrendo de fome. Eu preciso comer. Eu não consigo falar de Direitos Humanos com ninguém se a pessoa não está comendo. Precisa ser mais flexível. Principalmente o Circuito Formativo. Agora os outros eixos estão bem desenhados"
> (Participante).

As falas em destaque apontam a dualidade vivenciada pelas equipes dos CRJs: de um lado, uma metodologia que busca promover a efetiva mudança de vida jovens, abarcando tanto atividades rotineiras, quanto uma formação sobre seus direitos enquanto pessoas/seres humanos; de outro, uma realidade dura, de desigualdades, de escassez, de abandono por parte do Estado, das instituições e do sistema de justiça. Ou seja, como fazer com que a formação em Direitos Humanos tenha sentido para esses(as) jovens vulnerabilizados(as) e sem garantias mínimas? É esse o desafio vivenciado pelas equipes e reunido nesta classe.

A fala anterior, sobre a ronda feita pela polícia no CRJ, materializa, na prática, essa dualidade. Os Centros de Referência das Juventudes querem e devem acolher os(as) jovens do público prioritário, mas a polícia segue vigilante e desconfiada deles(as),

[48] Junção, união, agregação ou integração.

mesmo nesse espaço. Ainda que tal situação já seja de conhecimento da SEDH e já venha sendo discutida no âmbito do governo do estado, faz-se necessário reforçar a relevância que esse conteúdo assumiu na caracterização da Classe 6.

Ressalta-se que, apesar de tal conteúdo ter aparecido em falas de entrevistados(as) dos dois CRJs, as críticas ao Circuito Formativo tiveram maior expressividade entre os(as) representantes de um CRJ. Acredita-se que, para esse grupo, o desafio de colocar essa proposta em prática tem sido maior, algo que tem se apresentado também nas análises dos dados quantitativos, no que se refere não só ao Circuito Formativo, mas também à baixa adesão, no primeiro momento, ao acompanhamento nas modalidades do PTrampo e do PVida.

Por fim, destaca-se que o processo de construção da metodologia foi concomitante ao processo de pesquisa e de sua aplicação nos territórios. Naquilo que se refere ao CFDH, por exemplo, várias alterações foram realizadas ao longo do processo, sobretudo a partir das questões levantadas por ambos os CRJs e discutidas tanto com estas equipes, quanto entre a SEDH e a equipe de pesquisa do IJSN.

5.4 ENTREVISTAS COM JOVENS, FAMILIARES E MEMBROS DO GRUPO GESTOR DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ

Nesta subseção serão apresentados e analisados os dados obtidos por meio de entrevistas *in loco* com o público que está direta ou indiretamente ligado aos Centros de Referência da Juventude (CRJ) de Feu Rosa e de Terra Vermelha. Os(as) participantes em questão são jovens frequentadores(as) dos CRJs (8 participantes); jovens que não frequentam os CRJs (4); membros do Grupo Gestor da política (4); e familiares de jovens frequentadores(as) (4). No total foram ouvidos(as) 10 participantes do contexto de Feu Rosa e 10 de Terra Vermelha.

Em relação ao perfil dos(as) entrevistados(as), em acordo com a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que 80% (16) se consideram negros(as) – incluindo entre eles pretos(as) e pardos(as) -, e 20% (4) brancos(as). Contudo, salienta-se que a resposta à pergunta sobre autodeclaração de

cor/raça retornou, de maneira espontânea entre os sujeitos de pesquisa, os seguintes dados: 40% (8) afirmaram ser pardos(as); 20% (4) se declaram brancos(as); 20% (4) pretos(as); 15% (3) negros(as); e um(a) único(a) participante (5%) se identificou como moreno(a).

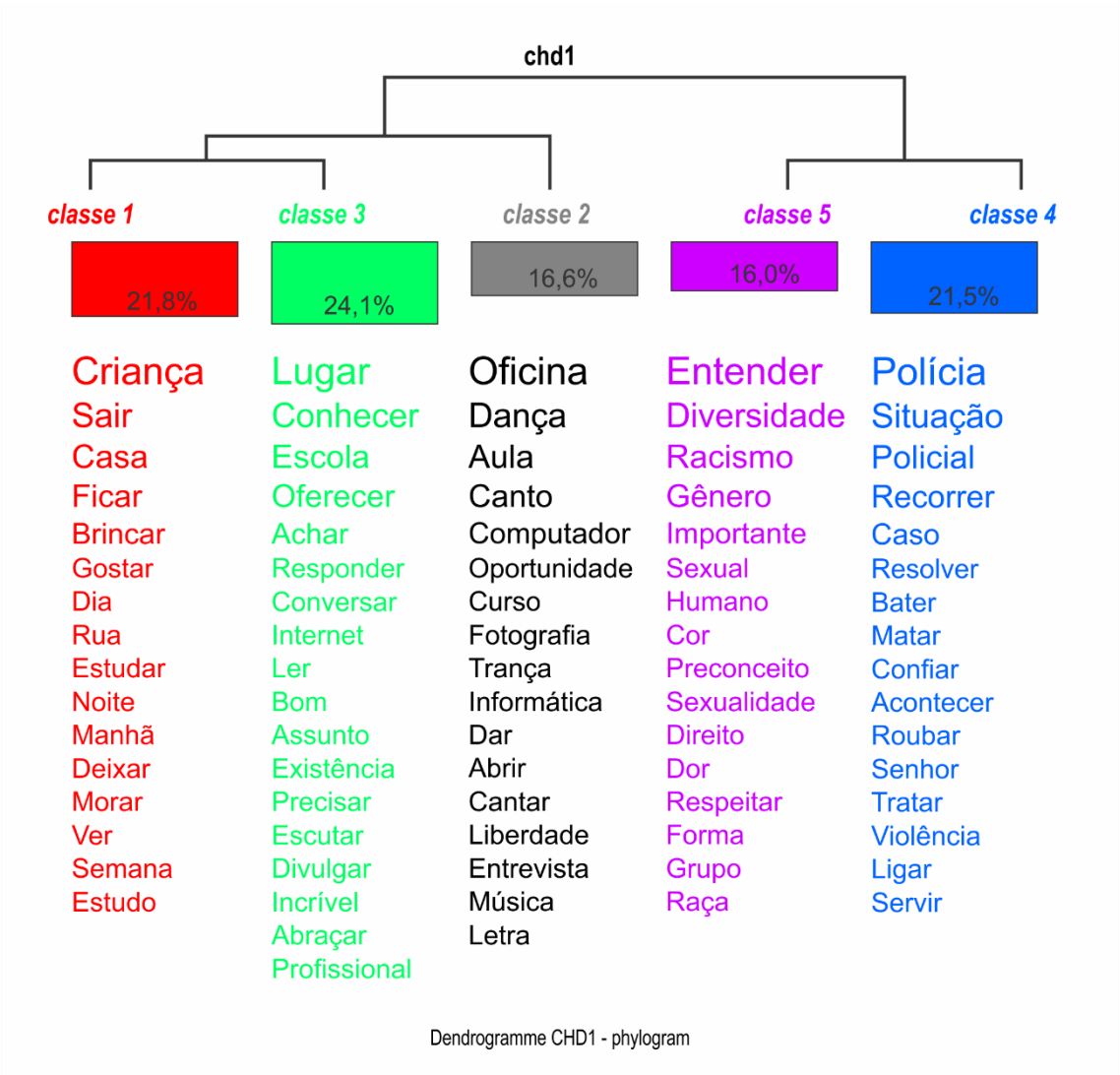
A idade entre os(as) entrevistados(as) variou de 16 a 54 anos e a identificação de gênero apresentou-se da seguinte forma: 47% (8) são mulheres cis; 35,2% (6) são homens cis; 5,8% (1) homem trans; 5,8% (1) pessoa não binária e 5,8% (1) afirmou ser gênero fluído. Destaca-se que 17,6% (3) dos(as) entrevistados(as) não responderam à pergunta de maneira objetiva, impossibilitando uma análise direta de tais informações. Salienta-se que essa questão, seguida da pergunta sobre orientação sexual, com frequência gerou dúvidas entre os(as) participantes, que muitas vezes não sabiam a diferença entre ambas ou não compreendiam o que exatamente deveriam responder em cada uma delas. Esse dado se assemelha àquele verificado nas entrevistas com as equipes de profissionais dos CRJs, quando vários(as) trabalhadores(as) também demonstraram dúvidas sobre a distinção de identidade de gênero com orientação sexual. Por outro lado, ainda estabelecendo um comparativo entre os dois *corpora,* verifica-se um ponto divergente entre eles que se refere à diversidade de perfis: enquanto na equipe interna não houve pessoas transgênero, gênero fluido ou não-binárias, nas entrevistas em questão, ainda que de forma minoritária, foi observado integrantes desses três grupos, o que deve ser considerado como algo positivo.

Em relação à orientação sexual observaram-se os seguintes dados: 72% (13) afirmaram ser heterossexual; 11% (2), homossexual; 11% (2), bissexual; e 5% (1) declararam ser pansexual. Novamente observa-se maior heterogeneidade entre estes(as) participantes em comparação com as respostas dos(as) trabalhadores(as) dos CRJs às entrevistas de monitoramento. Ainda que as amostras sejam pequenas e invalidem inferências generalizadoras, uma análise de cunho qualitativo permite destacar a importância das equipes dos CRJs serem capacitadas e estarem preparadas para receber e lidar com pessoas dos mais diversos grupos sociais, inclusive daqueles aos quais elas não fazem parte, não apenas acolhendo-os(as), mas também estimulando o debate acerca da diversidade, promovendo a valorização e o protagonismo de todos(as) e

compreendendo seu papel na formação sobre Direitos Humanos e cidadania dos(as) jovens frequentadores(as) do Centro, já que esses são pilares da metodologia da política em que se inserem.

Feita essa apresentação geral do perfil dos(as) entrevistados(as), o presente relatório seguirá com a análise lexical das falas dos(as) 20 participantes, apresentando os resultados obtidos com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), empregada com o auxílio do *software* Iramuteq. Os dados estão apresentados de maneira gráfica no dendrograma abaixo (Figura 05) que demonstra: a porcentagem do conteúdo reunido em cada uma das 5 classes em que o *corpus* foi organizado, a ligação entre elas e algumas das palavras mais representativas de seus conteúdos.

Figura 5 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com o público direta ou indiretamente relacionado aos CRJs.

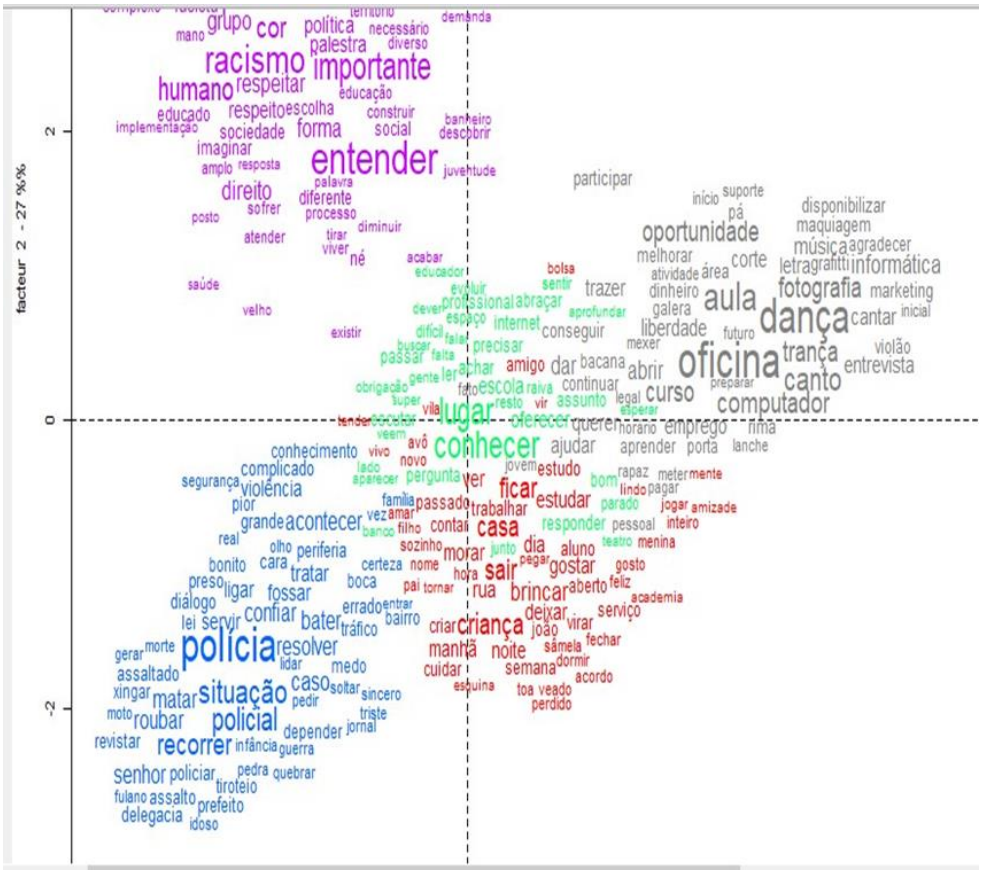


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

É possível observar que, das cinco classes originárias do *corpus,* a Classe 3 é a que reúne maior volume de conteúdo, concentrando cerca de 24% do total. Ela é seguida pela Classe 1, que reúne quase 22% dos dados; pela Classe 4, que agrupa 21,5% do conteúdo total; e, com menor expressão, pelas Classes 2 e 5, respectivamente, com 16,6% e 16% da concentração de dados. Nota-se ainda, por meio das ligações entre as classes e da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) apresentada na Figura 06, que a classe que

mais se dispersa das demais é a Classe 5, por onde se iniciará a apresentação e discussão dos resultados.

Figura 6 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência


facteur 2 - 27 %%
2
0
-2
grupo
cor
política
racismo
importante
palestra
humano
respeitar
respeito
escolha
educação
sociedade
forma
social
entender
direito
diferente
processo
participar
oportunidade
disponibilizar
maquiagem
música
agradecer
informática
aula
fotografia
dança
cantar
oficina
trança
canto
violão
entrevista
computador
curso
lugar
conhecer
ajudar
ficar
estudar
trabalhar
casa
responder
morar
sair
gostar
brincar
rua
criança
deixar
polícia
resolver
bater
confiar
ligar
fossar
tratar
matar
situação
caso
roubar
policial
recorrer
senhor
policiar
assalto
prefeito
delegacia
tiroteio
conhecimento
violência
complicado
segurança
contecer
periferia
bonito
preso
diálogo
lei
servir
tráfico
bairro
assaltado
xingar
moto
revistar
gerar
morte
lidar
medo
soltar
pedir
sincero
triste
jornal
depender
infância
guerra
pedra
quebrar
tiroteio
fulano
delegacia
idoso
manhã
noite
cuidar
semana
dormir
acordo
toa
veado
perdido
esquina
sâmela
fechar
virar
serviço
academia
feliz
aberto
pai
tornar
boca
nome
certeza
sozinho
contar
filho
passado
família
vez
amar
pior
grande
real
olho
cara
dia
aluno
junto
pegar
gosto
hora
entrar
errado
criar
joão
trazer
dinheiro
galera
aprofundar
abraçar
internet
conseguir
liberdade
futuro
mexer
precisar
amigo
dar
bacana
abrir
continuar
legal
esperar
preparar
assunto
resto
vir
escola
raiva
fato
obrigação
gente
ler
achar
passar
falta
falar
buscar
difícil
existir
velho
saúde
educador
acabar
viver
né
tirar
diminuir
atender
posto
sofrer
palavra
resposta
amplo
juventude
descobrir
banheiro
implementação
educado
imaginar
construir
escolher
formar
sociedade
humano
respeitar
racismo
importante
palestra
política
cor
grupo
mano
necessário
diverso
demanda
território
início
suporte
pá
melhorar
atividade
área
corte
letra
grafitti
marketing
inicial
violão
canto
trança
entrevista
computador
curso
emprego
rima
lanche
porta
aprender
horário
querer
oferecer
esperar
legal
assunto
vir
resto
vila
super

Os segmentos de texto abaixo, selecionados com o auxílio do Iramuteq, caracterizam-se por serem os mais representativos da classe e ilustram bem esses conteúdos:

> "[...] aqui respeitam meu gênero e minha sexualidade. Eu acho que é isso, diversidade é entender que no mundo não existe só um ou outro, são vários, é amplo e muda e vai mudar e vai sempre crescer porque as coisas estão numa crescente descoberta" (Participante).

> "Olha, então, eu tenho um pouco de dificuldade de falar sobre isso, porque realmente meu entendimento é pouco sobre a diversidade, né, como a diversidade sexual, mas assim, eu tento entender o ser humano, como cada um, assim, e respeitar as escolhas de cada um, tá, e incentivar também, né, a pessoa se reconhecer como ela mesma e tal [...]" (Participante).

De maneira complementar aos contextos selecionados pelo Iramuteq, especificamente sobre a formação e participação dos(as) jovens em debates, eventos e orientações sobre os Direitos Humanos, verificou-se, de maneira objetiva, os seguintes dados:

Tabela 10 – Perguntas relacionadas à temática de Direitos Humanos (total de respondentes = 19)

Sabe o que são Direitos Humanos?	Já teve orientação sobre diversidade sexual?	Já teve orientação sobre racismo?	Já teve orientação sobre gênero?
Não sabe: 3 (15,7%)	Não teve: 11 (57,9%)	Não teve: 6 (31,6%)	Não teve:16 (84,2%)
Pouco/básico: 8 (42%)			

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os dados acima merecem muita atenção e reforçam a importância de que os CRJs cumpram o seu propósito de ser espaço para debate e formação dos Direitos Humanos, desempenhando um papel que, a princípio, ainda se apresenta de maneira deficitária na formação dos(as) jovens e dos(as) moradores(as) dos territórios em estudo.

Pela fala dos(as) entrevistados(as) é possível inferir que, ainda que os CRJs tenham posto em prática diretrizes básicas dos Direitos Humanos, a promoção de debates, atividades

e cursos em torno da temática precisa ser aprimorada. Algo, inclusive, que já é previsto na metodologia da política, sobretudo a partir do Circuito Formativo em Direitos Humanos, mas que, em um primeiro momento, parece ainda precisar ser posto em prática de forma mais efetiva e cotidiana. Outro dado que reforça esse fato é que na fala de vários(as) dos(as) jovens frequentadores(as) que afirmaram já terem debatido ou recebido orientação sobre essas temáticas apontadas acima fica explícito que isso aconteceu no contexto das escolas e não dos CRJs.

Nesse ponto, é importante estabelecer um paralelo com outros dados levantados pela pesquisa de monitoramento e avaliação, tais como as entrevistas com os(as) trabalhadores(as) dos CRJs e as próprias observações realizadas em campo. Em todas essas coletas de dados é posto que uma das principais dificuldades de executar a metodologia proposta pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) se refere justamente ao Circuito Formativo em Direitos Humanos. Ou seja, esse aspecto, que aos poucos parece ganhar atenção e ser revisto na operacionalização de sua aplicação prática, provavelmente é o que acaba trazendo, como consequência, os resultados apresentados acima.

5.4.2 Classe 4 (21,5%): relação com a polícia

O conteúdo da Classe 4 tangencia a temática dos Direitos Humanos e, por isso, aparece interligado à Classe 5. Tendo como palavras mais representativas os termos “polícia”, “situação”, “policial” e “recorrer”, seu conteúdo abarca a relação existente e/ou percebida entre os(as) entrevistados(as) e a polícia enquanto instituição. Fica evidente, por diversas vezes, que a polícia segue sendo referência como entidade a ser acionada em caso de violência pelos(as) entrevistados(as), contudo a percepção de que ela é íntegra e/ou capaz de resolver tais demandas é questionada por vários deles(as), como é possível observar nos segmentos de texto de destaque:

> “Eu, assim... é a instituição que a gente tem para recorrer, tem que confiar. Apesar de que, às vezes, tem casos de dentro da polícia que não respeitam as pessoas, que vão tratando..., mas é quem a gente tem que recorrer” (Participante).

> "Se for em questão de tráfico seria a polícia, mas se for em caso de violência doméstica, abuso não seria a polícia porque... boletim de ocorrência não resolve, eu procuraria alguém bem próximo, até o pessoal do CRJ, eu ia, conversava, eu conversaria com a psicóloga aqui, com a minha mãe ou alguém do tipo" (Participante).

Nesse sentido, analisando de maneira objetiva e direta as respostas dos(as) 20 participantes à questão "O quanto você confia na polícia militar, guarda municipal [...] ?" tem-se os seguintes resultados: 2 afirmaram confiar; 4 disseram não confiar; 5 informaram confiar pouco; e 5 entrevistados(as) responderam a partir de uma escala numérica, com variação de 0 a 10, em que 10 seria a confiança máxima. Entre estes(as) respondentes, 3 afirmaram apresentar uma confiança de nível 7; 1 participante informou ter nível 5 de confiança; e 1 entrevistado(a) afirmou confiar 0 na polícia.

Esses dados reforçam como tal instituição carece de credibilidade entre os sujeitos ouvidos e sinalizam importantes questões a serem pensadas e trabalhadas pelo CRJ e pelo governo do estado como um todo, já que se sabe da importância fundamental da polícia para a manutenção da segurança pública, mas tem-se posto em xeque a atuação que ela vem promovendo junto à territórios de periferia e no contexto que abarca a vivência das juventudes.

Complementarmente a esse conteúdo, vale explicitar as respostas dos(as) entrevistados(as) sobre o conhecimento do fato de que os bairros em questão – Feu Rosa e Terra Vermelha – são perigosos. Dos 20 participantes, 10 afirmaram ter conhecimento desse dado; 3 pontuaram que, nas suas percepções, antigamente o bairro era violento, mas isso não acontece mais hoje em dia; 1 entrevistado(a) afirma exatamente o contrário: que o bairro não era violento, mas concorda que agora esteja; 1 informa que acredita que os bairros adjacentes sejam violentos, mas não o bairro em questão; e 5 não concordam com o dado.

É importante salientar as perspectivas positivas que os(as) moradores(as) da região têm acerca do espaço que habitam. Contudo, não se pode ignorar as estatísticas do mapeamento da violência no Espírito Santo e nem o resultado da presente pesquisa que assinala que a maioria tem a compreensão acerca da existência dessa violência. Interrelacionar esses achados, com os dados acerca da confiabilidade na polícia, são

essenciais para se traçar os desafios que se apresentam, as demandas do território no aspecto da segurança pública que ainda precisam ser trabalhados.

5.4.3 Classe 2 (16,6%): atividades e convivência nos CRJs

A Classe 2, denominada de "atividades e convivência nos CRJs" teve as palavras "oficina", "aula", "dança" e "computador" como aquelas com maior frequência no seu conteúdo. Nela estão reunidas falas sobre o funcionamento prático dos CRJs, as atividades promovidas por eles, as ofertas e possibilidades de uso do espaço pelos(as) jovens e o próprio convívio que acabam proporcionando.

Os segmentos de texto mais ilustrativos da classe são apresentados abaixo:

> "Tem aula de trancista, bacana que isso é uma coisa que rende também. Aí tem dança e rima, grafite. Acho que sim, porque nem sempre as oficinas que têm aqui agradam a todos." (Participante).
>
> "Está bem bacana, porque ao mesmo tempo que os meninos querem ficar no computador, mas não quer não ficar no CRJ, mas não quer ficar mais especificamente na oficina, fica no computador, fica ali na frente ouvindo uma música, fazendo uma dança, interagindo." (Participante).
>
> "É muito além do que só uma oficina de dança e oficina de canto ou uma sala em que você pode estudar com computador, não é só isso. São pessoas que elas te escutam, realmente é incrível (...)" (Participante).

É possível articular essas falas com aquelas advindas das respostas sobre os motivos que os(as) entrevistados(as) acreditam que façam com que os(as) jovens da região participem ou não dos CRJs. Na visão deles(as), os fatos que fazem com que os(as) jovens participem do CRJ são: oferta de atividades que atraem o público jovem, como teatro e música; oferecimento de preparação para trabalho, promoção de oportunidades e acesso à serviços e a computadores; espaço de descontração, amizade, brincadeira e valorização; além de três pontos que merecem destaque especial: 1) a percepção da liberdade traçada na metodologia dos CRJs; 2) o oferecimento de lanche – algo com frequência relatado pelos(as) jovens e que, implicitamente, acaba sinalizando para eventuais fragilidades socioeconômicas vivenciadas pelas famílias dos(as) frequentadores(as); e 3) o motivo mais citado pelos(as) participantes, o acolhimento

promovido pelos(as) integrantes das equipes dos CRJs. Inclusive, esse é um ponto citado como diferencial do CRJs dos demais serviços oferecidos por estados e municípios aos(às) cidadãos(ãs).

Já em relação aos(as) não-frequentadores(as), os(as) participantes acreditam que eles(as) sejam, principalmente, motivados(as) pelo desconhecimento do espaço. Dos(as) 20 ouvidos(as), 8 mencionaram sobre a importância de se intensificar o trabalho de divulgação dos CRJs. Fora isso, são mencionadas muitas questões de cunho pessoal que podem acabar afetando essa não inserção dos(as) jovens nos CRJs, tais como: falta de tempo, falta de interesse e de perspectiva de futuro, inimizades com outros(as) jovens que já frequentam o espaço; vergonha; vício em computador e celular. Ainda sobre essa questão, houve os(as) que não souberam respondê-la e quem afirmou que não conhece ninguém que se encontre nessa situação, de optar por não ser frequentador(a) do espaço. Fala que deve ser recebida de forma bastante positiva.

5.4.4 Classe 3 (24,1%) - O lugar: o (des)conhecimento do bairro

A Classe 3 foi a que reuniu maior parte do *corpus* (24,1%) e recebeu o nome de O Lugar: o (des)conhecimento do bairro. Suas palavras mais representativas foram “lugar”; “conhecer”; “escola”; “oferecer”, e é possível observar que seu conteúdo se debruça sobre a relação que os(as) entrevistados(as) observam entre os(as) não moradores(as)/frequentadores(as) do bairro e a imagem que eles(as) fazem dele.

Tais falas, na maior parte das vezes, aparecem contra-argumentando a noção de que Feu Rosa/Terra Vermelha são territórios violentos. Para alguns/algumas dos(as) participantes, essa percepção se deve não aos fatos que ocorrem ali, mas principalmente às divulgações veiculadas pela mídia, aos estranhamentos que ocorrem naqueles contextos advindos de disputas grupais, territoriais e de mercado de tráfico, e pela questão de as pessoas não vivenciarem o dia a dia ali, fazendo com que os aspectos positivos, as riquezas e as oportunidades encontradas sejam invisibilizadas e não cheguem para quem é de fora. Os dois principais trechos da classe ilustram bem essas percepções:

> "Já ouvi falar também de gente de fora que vem para cá, para conhecer o lugar e o pessoal chega, e fica estranhando e quer intimidar e coisa e tal. Aí o pessoal acaba achando negatividade aqui dentro do bairro" (Participante).

> "E por isso mesmo eu acho que as pessoas não conhecem, não sabem desse lugar. Aqui é um lugar que as pessoas mais falam sobre crime, sobre tráfico, sobre essas coisas ruins, mas não pelas coisas boas, porque tem muita gente que canta, que luta, tem muita gente que joga bola, tem muita gente que tem futuro, mas não é observado [...]" (Participante).

Nota-se, portanto, que na visão dos(as) entrevistados(as), há uma certa estigmatização e até estereótipos que prejudicam a compreensão da complexidade do que existe e é vivenciado naqueles espaços que eles(as), moradores(as)/frequentadores(as), reconhecem como familiar, como casa. Para além de uma eventual discrepância sobre o bairro ser ou não violento, já que a partir de outros dados, como os explicitados na Classe 4, os(as) entrevistados(as) reconhecem problemas de segurança pública, o que eles parecem pontuar é que aquele lugar não se resume a isso, tem muito mais. E essa percepção parece gerar descontentamento, frustração e, em algumas falas, observa-se até revolta, já que é algo que ataca suas identidades e, consequentemente, suas autoimagens.

Diante disso, é perceptível a necessidade de que os aspectos positivos de Feu Rosa e de Terra Vermelha sejam trabalhados, estimulados e divulgados de modo que não fiquem restritos àqueles locais, mas que sejam compartilhados, amplificados a título não só de valorização e reconhecimento externo, como também em prol do próprio contexto e da população em questão.

5.4.5 Classe 1 (21,8%): contexto dos(as) moradores(as)

As falas reunidas na Classe 1, denominada de "contexto dos(as) moradores(as)" retratam a vida das famílias que moram nos territórios de periferia. A falta de oportunidades, a necessidade de dinheiro, a precarização dos trabalhos e a proximidade com a violência, o tráfico e o crime são explicitados por vários(as) entrevistados(as) que percebem nessa dinâmica a vulnerabilização de crianças, adolescentes e jovens.

Os desafios observados e/ou vivenciados por eles(as) não inviabilizam, todavia, a percepção de aspectos positivos que também se apresentam no contexto em que vivem. Pelo contrário, incomoda-os(as) o fato de tais aspectos não receberem repercussão e não serem divulgados para além das fronteiras do território, como discutido na classe anterior.

Os dois principais trechos representativos da Classe 1 estão apresentados abaixo:

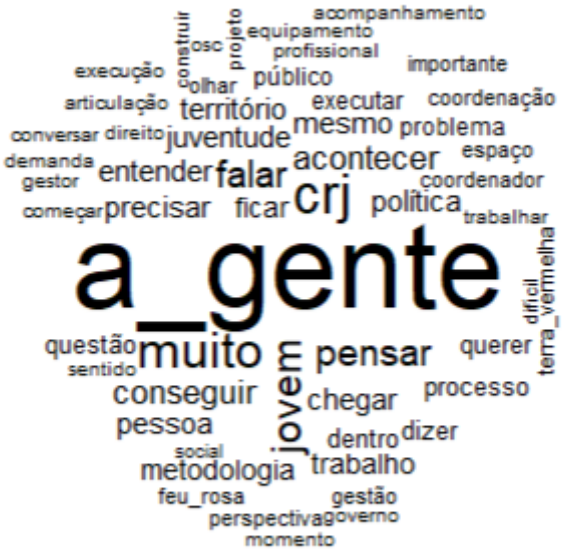
> "A gente tenta colocar uma viseira para dizer que não é assim, mas é assim. Se a criança não tem... o pai trabalha dia e noite, a mãe sai 5 horas da manhã, chega 7 horas da noite, o jovem fica o dia inteiro em casa sozinho, vai procurar alguma coisa para fazer e se não tiver uma oportunidade boa, vai para a oportunidade ruim. Morador de periferia, o pessoal recebe um salário mínimo, 1.100, 1.200 reais. O aluguel está 500 reais e aí vê a família passando fome em casa, vai fazer o que? Vai tentar um jeito de se esgueirar" (Participante).

> "Às vezes as pessoas tentam fazer uma reunião sobre a insegurança na rua. Faz para não ter mais insegurança na rua, porque onde eu moro tem muita criança brincando e os pais têm medo de deixar as crianças brincarem, ficam preocupados" (Participante).

As falas sobre o contexto dos(as) moradores(as) explicitadas pelos(as) entrevistados(as) diversas vezes salientaram a importância e o papel desempenhado pelos CRJs. Pontua-se que políticas como essa vêm ocupar uma lacuna da presença do Estado na região que, no futuro, acabaria se desdobrando de forma positiva. É nesse sentido, que muitos elogios foram feitos aos CRJs, englobando desde a forma como o Centro foi pensado até o modo como as equipes trabalham, acolhendo os(as) jovens, dando ouvido às suas demandas e criando um espaço de oportunidades de capacitação e profissionalização. É nesse ponto, inclusive, que a presente Classe se articula com a Classe 2, apresentada e discutida anteriormente.

5.5 ENTREVISTAS COM A EQUIPE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DO SOFTWARE IRAMUTEQ.

Figura 7 – Nuvem de palavras – entrevistas dos(as) gestores(as) da SEDH[49]



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

Este tópico tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos com as entrevistas realizadas com a equipe da SEDH (Secretaria de Estado de Direitos Humanos), responsável pela gestão dos dois CRJs (Centro de Referência das Juventudes) pilotos: Feu Rosa e Terra Vermelha. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas realizadas em agosto de 2022, entre os dias 16 e 23, e contou com a participação de 4 gestores da SEDH, nas quais foi aplicado um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram gravadas, transcritas, tiveram duração média de 1 hora e 30

[49] Nuvem de palavras originada pelo software Iramuteq: grupamento organizado em função das palavras. Frequência das palavras das entrevistas dos(as) gestores(as) da SEDH.

minutos e focaram na trajetória, na operacionalização e nas especificidades de aplicação da metodologia nos CRJs pilotos.

Para a análise textual desta parte da pesquisa, assim como nos itens 4.3 e 4.4 deste relatório, o corpus das entrevistas foi sistematizado com o auxílio do software de análise lexical Iramuteq.

É importante salientar que a quantidade de entrevistas realizadas faz com que as classes sejam menos compartilhadas e que algumas classes sejam bastante representativas de uma/um ou outra(o) entrevistada(o). Entretanto, a intenção deste relatório é apresentar dados robustos e consistentes sobre um mesmo elemento, qual seja, implementação dos CRJs a partir de diversas perspectivas. Tem-se como limitação deste tópico a quantidade de entrevistas realizadas, o que num primeiro momento, poderia mitigar a capacidade de extração de elementos representativos das narrativas, porém, entende-se que a metodologia é um processo-meio para a pesquisa, e não um processo-fim que se esgota nela mesma.

Dessa forma, a quantidade de entrevistas pode não esgotar as potencialidades do uso da ferramenta Iramuteq, porém foi possível obter resultados robustos e confiáveis, mediante técnicas de coleta e análise ética e metodologicamente relevantes, sobretudo quando correlacionados estes dados aos demais dados da pesquisa como um todo.

Os dados estão apresentados de maneira gráfica por meio do dendrograma gerado pelo próprio programa (Figura 01), que demonstra a porcentagem do conteúdo reunido em cada uma das 04 classes retornadas; as ligações que elas apresentam entre si; e algumas das palavras mais representativas e ilustrativas de seus conteúdos. Quanto maior a porcentagem, maior o conteúdo compartilhado pelos demais participantes das entrevistas.

O corpus foi subdividido em dois subcorpora; no primeiro, obteve-se a classe 4 com 15,2% do total de vocabulário compartilhado pelo grupo. Neste mesmo subcorpus houve uma segunda subdivisão, que englobou a classe 3 (13,1%) e a classe 1 (38,8%). Do outro subcorpus, obteve-se a classe 2 (35%).

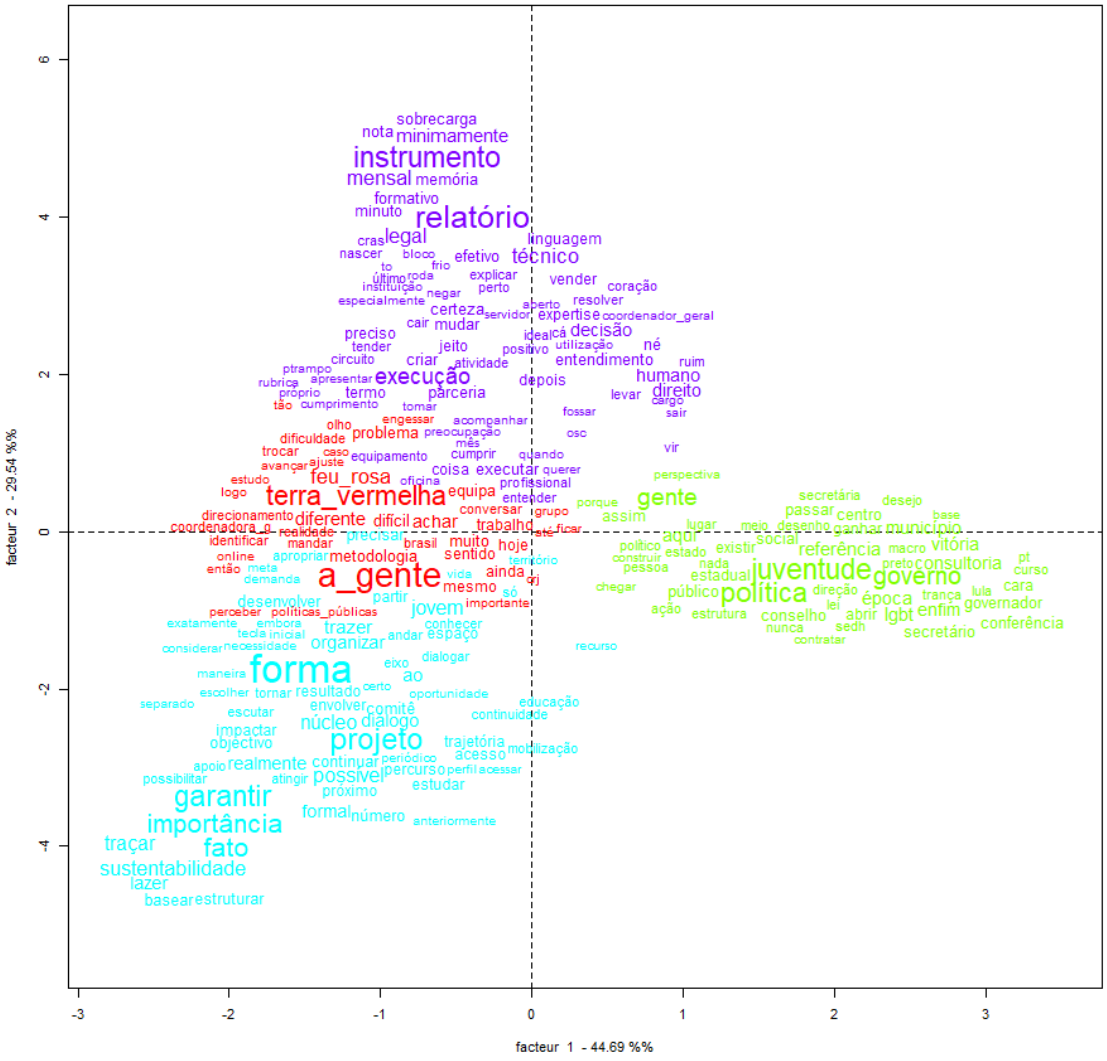
Figura 8 – Dendrograma com o resultado da CHD das entrevistas com gestores(as) da SEDH



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

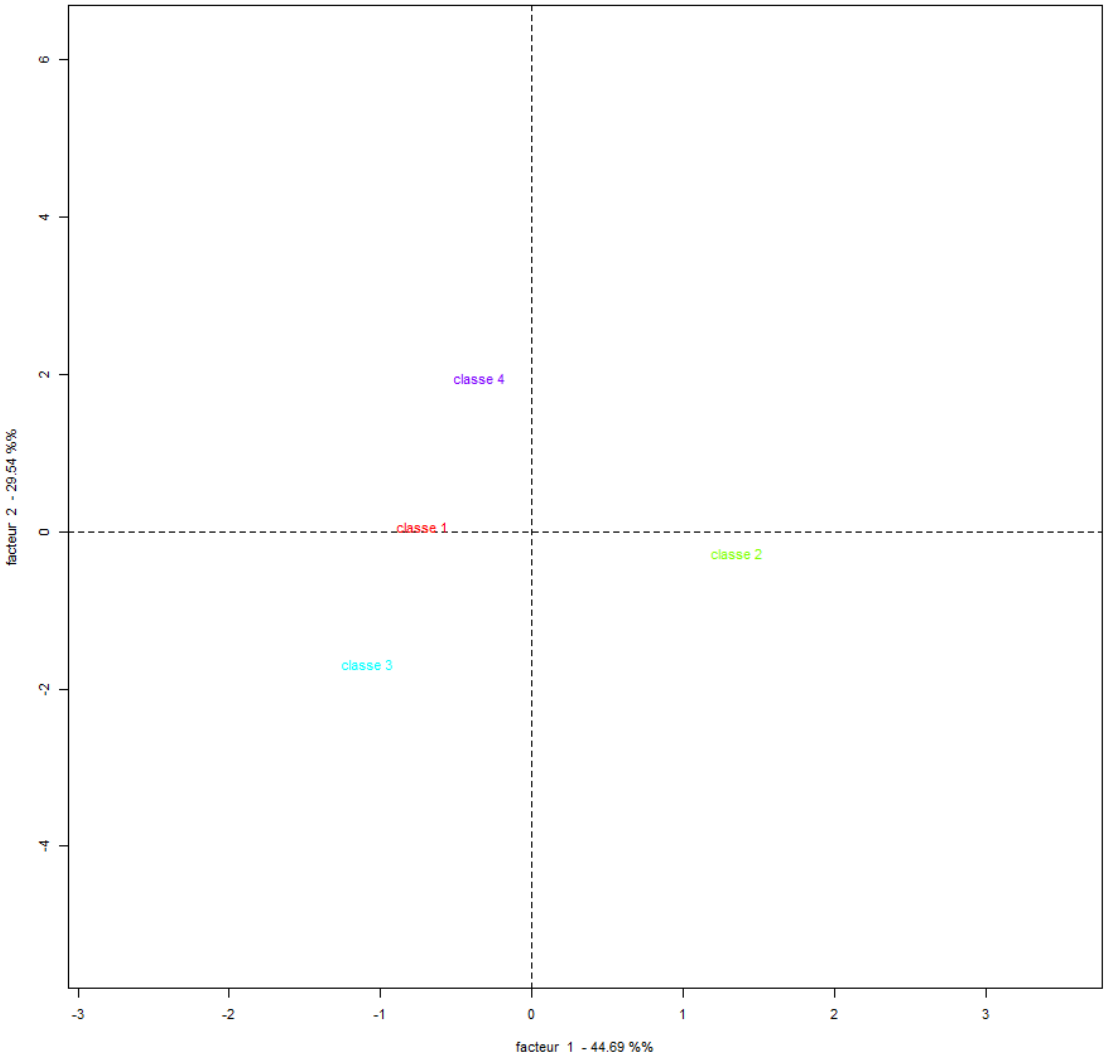
Observa-se que, entre as quatro classes em que o *corpus* foi dividido, as classes 1 e 2 foram as mais compartilhadas pelas(os) entrevistadas(os). Pode-se visualizar as palavras mais representativas de cada classe com auxílio da figura 09. Por meio das ligações entre as classes e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) representada na Figura 10, verifica-se que a classe que mais se dispersa das demais é a Classe 2, por onde se inicia a apresentação e discussão dos resultados.

Figura 9 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

Figura 10 – Representação gráfica do resultado da Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

5.5.1 Classe 2: Política de juventude do governo do Estado: entre trajetórias individuais e coletivas.

A pergunta inicial referente às experiências profissionais das(os) entrevistadas(os) fez com que a constituição da classe 2 fosse esperada, bem como sua localização mais distante das outras subdivisões. Observa-se que as experiências profissionais das(os) entrevistadas(os), em algum momento, se misturam com a trajetória de implementação das Políticas Públicas de Juventudes (PPJs), tanto os CRJs em seu formato atual, quanto a experiência anterior no âmbito municipal, sobretudo em Vitória. Este fato é

importante, uma vez que as experiências relatadas pelas(os) entrevistadas(os) também possibilitaram o desenho do CRJ tal como está estruturado.

O termo “juventude” é o mais representativo da classe, e sua análise pode ser feita em conjunto com os demais termos "política" e “governo”, evidenciando nuances dos percursos profissionais citados nas entrevistas, que se correlacionam com a implementação da política de juventude no estado, conforme trechos a seguir:

> “Eu desenvolvi um projeto de poder mesmo, eu falei assim ‘eu vou sair dessa função e vou assumir uma função de gestão dentro do CRJ’, mas na época, especificamente, tinha um monte de situação e o coordenador foi exonerado e eu assumi com a cara e a coragem” (Participante).

No trecho destacado, a pessoa entrevistada relata seu desejo em compor um cargo de gestão na política de juventude municipal, na época também representada pelo Centro de Referência da Juventude do referido município.

> “Eu estudo juventude e trabalho com juventude há bastante tempo, eu falei 15 anos, mas é muito mais que isso, porque eu começo a me envolver com pesquisa e juventude no segundo período da faculdade” (Participante).

Esta classe evidencia um dado fundamental a este relatório: todas as pessoas envolvidas na elaboração/gestão/execução desta metodologia têm suas trajetórias profissionais e acadêmicas produzidas, sobretudo, a partir do contato com as juventudes. Seja como profissionais, pesquisadoras(es), gestoras(es) ou mesmo jovens que participaram e se forjaram a partir dos movimentos sociais de juventude no Estado do Espírito Santo. Tal informação corrobora o fato de que o posicionamento ético e político delas(es) é também um posicionamento afetivo, mobilizado por conhecimentos técnicos, teóricos e qualificados pela crença de que as desigualdades sociais às quais as juventudes estão expostas devem ser mitigadas e combatidas por meio da garantia de políticas públicas.

Desta forma, este tópico é constituído pelas histórias de vida e de memórias que não têm início apenas em 2019, ano cuja metodologia dos CRJs começa a ser construída, mas acompanham a trajetória do campo das juventudes no Espírito Santo. O termo “época” traz para a atualidade do presente essa construção retrospectiva. Todas as pessoas entrevistadas possuem idades próximas e suas memórias acerca deste campo,

naquilo que diz respeito às PPJs, se constroem entre movimentos sociais, espaços acadêmicos e equipamentos públicos de juventude, que desde a virada do século pautava a necessidade de uma agenda política para a juventude do estado.

> "E nesse momento a Secretária me fala: Ah! Você está aqui, vamos comigo [...] e eu chego no governo em 2019, numa perspectiva de assessorar a subsecretaria de direitos humanos, que na época se chamava Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos" (Participante).

> "Já havia um movimento que o país já estava passando com o olhar sobre as PPJs. Então Vitória já estava se adiantando nesse processo com o CRJ de Vitória, com o Odomodê; eu acompanhei isso também. Todo esse processo, eu estava no Estado e acompanhava como que o município [...] foi referência nacional na estrutura da política. [...] Nos espaços de militância mesmo também. O Fejunes. Eu estava no governo do estado, mas eu peguei a construção do Fejunes por nosso amado Lula[50] e nossa secretaria foi junto com eles. Promovemos o primeiro encontro do Fejunes, que foi bem importante e emocionante. E eu fui também me aproximando dessa galera, de toda essa movimentação que já estava acontecendo no Espírito Santo. E inicia todo o movimento pra realização da primeira conferência. Estou indo direto pra primeira conferência, porque foi um processo muito importante pra minha trajetória profissional, assim, em vários sentidos" (Participante).

A última fala acima representa o trânsito entre o trabalho no governo e os movimentos sociais organizados, que culminaram na primeira Conferência Estadual de Juventude. Importante destacar que a agenda política no ES foi construída concomitantemente à nacional.

> "Mas, o primeiro desafio que eu tive nesse cargo, foi a execução de um projeto a partir de uma captação de um recurso da prefeitura com a caixa econômica de política de juventude em um território vulnerável, que na época era São Pedro. Tinha um recurso captado e que não tinha sido executado e já estava no prazo de devolução. Eu assumi esse processo, consegui estender o prazo de execução e nós fizemos a casa da juventude, em São Pedro, na Ilha das Caieiras: um projeto bem, em termos de espaço físico, pequeno, com uma meta de atendimento de 100 jovens, mas, que entendendo ali, a importância de trabalhar com esse público vulnerável e que não tinha até então política pública específica de atendimento, para que eles pudessem

[50] Lula Rocha foi um aguerrido militante capixaba na luta pelos direitos humanos, sobretudo os das juventudes negras. Conhecido nacionalmente por sua força incansável, faleceu no ano de 2021, aos 36 anos de idade, deixando à sociedade capixaba seu legado de luta e alegria.

> acessar. A gente deu uma ênfase no espaço para que ele pudesse não só executar aquele projeto específico que estava previsto, mas que ele pudesse ter uma continuidade" (Participante).

As narrativas destacadas representam as diferentes trajetórias das pessoas entrevistadas, entretanto, evidenciam o envolvimento de todas(os) nas PPJs, seja ainda como jovem, a partir da gestão pública ou do envolvimento com atividades acadêmicas. As memórias evocadas retomam décadas atrás e evidenciam marcos invariáveis no relato das entrevistadas, quais sejam, a importância da experiência anterior à implementação dos CRJs no trabalho com as juventudes e o envolvimento, ainda que informal e pessoal, com este campo. Estes acontecimentos, ainda que vividos individualmente, solidificaram uma experiência fundamental para a composição deste grupo: a identificação com a temática/trabalho com as juventudes, tão cara à execução e construção da metodologia dos CRJs.

Consideramos importante trazer à tona os relatos pessoais dos sujeitos que ocupam a gestão pública da política das juventudes, uma vez que conferir historicidade a este fato é tarefa fundamental para afirmar que, além de financiamento público, a política pública de juventude no ES precisou - e ainda precisa - de vontade política de seus agentes. E esta vontade política não emergiu repentinamente em um lapso histórico, mas foi produzida socialmente e historicamente e, a partir do encontro das trajetórias de vida das (os) entrevistadas (os) supracitadas(os).

O processo de implementação dos CRJs, portanto, também é permeado por uma historicidade, marcada pela trajetória dos(as) agentes públicos envolvidos(as), que contribuem para a compreensão da institucionalização da agenda política acerca das juventudes no ES, uma vez que:

> "Voltar-se aos processos de institucionalização permite aproximar os debates de políticas e MS[51], ampliando a compreensão das dinâmicas de interação socioestatal por meio das quais as capacidades organizacionais societárias se transformam e são transformadas em capacidades estatais (cf. Bichir et al., 2017)".

[51] MS, neste caso, equivale a Movimento Social.

Neste sentido, conforme presente nas falas das(os) entrevistadas(os) apresentadas abaixo, as interrelações concretas entre movimentos sociais e estado evidenciadas pela trajetória individual e profissional dos sujeitos são fundamentais para compreensão dos avanços significativos das Políticas Públicas de Juventude no ES:

> "Eu decidi fazer, porque eu decidi que a juventude não podia ficar sem os serviços: apesar de Vitória ter os equipamentos, a política de Vitória foi bem desenhada, apesar de não estar bem executada" (Participante).

> "Você tem interesses em políticas públicas de juventude, você junta seu grupo e vai executar política da juventude. E a lei permite que a gente execute juntos. Isso é no mundo ideal, a gente tem que cuidar disso na prática" (Participante).

> "Muito nova e fui aprendendo o caminho das políticas públicas e pegando inclusive o início da estruturação da política de assistência do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Então estava no debate da estrutura da política. Eu peguei muito esse processo." (Participante).

Os termos "município" e "Vitória" evidenciam o pioneirismo de implementação de políticas públicas deste monte…

> "Porque o município de Vitória foi referência nacional na estrutura da política, e também fui me aproximando dessa galera que estava nesse movimento também em outros espaços de discussão, o Nejup (Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo) na UFES, então outros espaços que estavam discutindo juventude e pensando a estrutura dessa política" (Participante).

As narrativas apresentadas acima corroboram, portanto, a ideia de que as trajetórias individuais dos sujeitos entrevistados, quando ainda eram representantes da sociedade civil, aliada a fatores outros, ampliam e transformam as capacidades estatais de agência, ou seja, produzem efeitos tanto no desenho, quanto na implementação da PPJ no estado do ES.

> "Então não dá pra gente tratar isoladamente os CRJ, existe uma política estadual e que ela tem que ser pensada no âmbito de uma gestão maior. Onde tá essa gestão maior? Formas de funcionamento, existe uma política instituída, existe um plano estadual, existe um fundo, um sistema que vai vir… Onde tá o sistema? O sistema tá caminhando bem… (Participante)".

A fala supracitada apresenta o argumento de que além de existir um serviço específico para as juventudes (aqui representado pelos CRJs), é preciso pensar em uma política pública para as juventudes organizada, instituída e capilarizada nos territórios. A presente citação também reflete uma conjuntura nacional de aplicação do Estatuto da Juventude, que se apresenta timidamente e ainda não capilarizado a nível macrossocial, com políticas específicas para este público. Neste sentido, vale ressaltar que o Estado do Espírito Santo, durante os anos de 2021/2022, não somente implementou os 14 CRJs, mas aprovou a Lei do Fundo Estadual para as Juventudes (Lei 11.437/2021) e instituiu o Plano Estadual de Políticas para as Juventudes (Decreto Nº 5101-R) como medidas fundamentais para a garantia de uma PPJ organizada.

5.5.2 Classe 3: A construção da metodologia CRJ: o desenvolvimento de um trabalho coletivo

Esta classe possui uma característica peculiar de ser uma classe mais procedimental; abordou a forma e o projeto da metodologia de organização e construção dessa política pública de intervenção. Trata-se da explanação dos desafios de uma metodologia que se apresenta complexa, tanto do ponto de vista teórico quanto de aplicabilidade e operacionalidade.

> "Considerando os 4 anos, é muito difícil de você conseguir executar, pensar um projeto, organizar e estruturar ele de uma forma robusta, e ao mesmo tempo executar e conseguir enxergar e colher os resultados disso" (Participante).

Apreende-se das narrativas, que a melhor forma para implementação e execução contínua da política pública seria a compreensão da própria metodologia, bem como das demandas e dos fatos relacionados à sua aplicação contínua e diária, por meio de organização e escuta entre gestores e executores.

> "A gente estruturou a política pensando na continuidade desse projeto, a gente fez ele de forma dialogada, a gente organizou as parcerias para que a gente conseguisse, de fato, executar aquilo que a gente tinha desenhado" (Participante).

A entrevistada em destaque evoca a participação de quem propôs a metodologia e a importância de outros atores para a efetivação deste projeto. Ressalta-se que durante

o período de M&A, vários projetos e parcerias foram desenvolvidas pela gestão da SEDH com instituições de outros setores, tais como o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), a Secretaria Estadual de Educação (SEDU), entre outros.

> "A ideia do Comitê Gestor Local é como a gente construiu esse projeto baseado no diálogo, na escuta e nas demandas reais daquele território. A ideia é a gente conseguir garantir a continuidade dessa escuta." (Participante).

A exemplo destas parcerias, fundamentais para a sustentabilidade da política, a metodologia propõe o Grupo Gestor Estadual, composto por diversos setores e secretarias do Estado do Espírito Santo, para a manutenção do diálogo intersetorial, partindo do pressuposto de que a política de direitos humanos, neste caso, a de juventude, tem como prerrogativa fundamental as ações em rede.

Esta classe ainda traz o diálogo entre SEDH e CRJ como fator importante para a execução da metodologia e de como este diálogo se mostra uma fonte importante para a superação dos desafios a ela relacionados, sobretudo quando se rememora o "ir e vir" dos planos de execução metodológicos em razão dos relatos de dificuldades na implementação da política pública pelas equipes do CRJ.

> "Entendendo que um equipamento público para as juventudes precisava ser iniciado baseado no diálogo, baseado nas demandas que realmente são específicas daquelas regiões" (Participante).

> "O objetivo do acompanhamento é a orientação, o diálogo e a conversa, mas eles acham que a gente está numa condição que a gente sabe de tudo, as vezes ligam: e o que você acha que tem que ser feito?" (Participante).

As falas destacadas acima caracterizam não somente o diálogo constante entre os CRJs pilotos e a SEDH, mas a importância do acompanhamento na operacionalização desta metodologia. É importante ressaltar que, embora o texto base tenha sido construído durante o ano de 2019, foi com a implementação e a execução prática da metodologia que alterações que espalhassem as vivências no território foram realizadas. Um exemplo disto é o desenvolvimento do Circuito Formativo em Direitos Humanos (CFDH), proposto para que os(as) jovens fossem multiplicadores das questões que permeiam os direitos humanos:

> "E a gente foi percebendo a necessidade de reorganizar esse Circuito Formativo, pensando na importância de trabalhar todas as questões de Direitos Humanos com esse jovem, pensando na multiplicação da cultura de paz, pensando em todas as questões que os territórios, na vida e que isso poderia ser importante para ele. Poderia não, que é importante para todas as pessoas e que seria um legado que o CRJ na vida desse jovem deixaria. Mas ele não aconteceu como a gente idealizou no início, porque não é tão simples" (Participante).

O processo de finalização do indicativo de operacionalização do CFDH foi acompanhado e produzido coletivamente. Durante o processo de M&A realizado pela equipe de pesquisa, atrelado ao acompanhamento sistemático desempenhado pela SEDH e em diálogo direto com as equipes executoras, o CFDH foi submetido a inúmeras alterações. Todas elas na perspectiva de torná-lo o mais factível possível nos territórios e implementação.

Os(as) agentes envolvidos(as) nessa implementação retratam que o processo de proposição metodológica para a efetivação dos CRJs foi construído em diálogo constante entre o governo e agentes da sociedade civil, tais como representantes de movimentos sociais de juventude, moradores(as) dos territórios contemplados com a política e agentes públicos. Essa ideia é ilustrada pelas palavras "traçar e diálogo", que se interrelacionam e sugerem a ideia de troca para a construção de um projeto de política pública.

Observa-se ainda que os processos que marcam a implementação desta política vão além do ineditismo e também abarcam o acompanhamento direto pela equipe da SEDH, conforme mencionado anteriormente. Diferente do que usualmente ocorre, os representantes da Secretaria, sejam gestoras(es) ou técnicas(os) responsáveis pelo acompanhamento da política, não apenas exercem seus papéis de longe, não só definem diretrizes para que sejam executadas, mas também oferecem acompanhamento cotidiano e estão disponíveis no auxílio do processo de implementação.

> "Eu acho que é um acompanhamento em tempo integral e à medida que a gente vai conhecendo essas demandas, a partir desse acompanhamento periódico a gente vai organizando a forma como a gente vai trabalhar todas essas questões [...]o objetivo do

> acompanhamento é a orientação, o diálogo e a conversa" (Participante).

Além do acompanhamento que pretende facilitar a aplicabilidade da metodologia, há um processo técnico de discussão que também ocorre e objetiva colaborar com os encaminhamentos das diferentes questões demandadas pelos(as) jovens atendidos(as). Embora a função das consultoras do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não seja a de acompanhamento técnico enquanto profissionais da área (especificamente serviço social e psicologia), elas a executam, também no intuito de direcionar o processo de acompanhamento, uma vez que a metodologia não propõe que o CRJ seja apenas um espaço de convivência e lazer, mas de encaminhamento de demandas diversas.

Outro termo relevante para a discussão é "importância", que traz a ideia de valoração da metodologia e dos resultados da sua boa aplicação, seja com relação aos/às jovens atendidos (as), às equipes, à gestão da SEDH ou ao monitoramento efetivado pelo IJSN.

> "A partir do momento que elas entenderem de fato o que a metodologia traz, a importância dela ser executada da forma como foi desenhada, acho que a operacionalização vai se tornando cada vez mais fácil" (Participante).

> "Se realmente cumpre o objetivo de ele [o jovem] conhecer e debater, e ter condição de saber sobre todos esses temas e essas pautas de direitos humanos, que são importantes e que fazem parte da vida deles" (Participante).

As participantes avaliam que uma política pública bem executada também é o resultado do entendimento e da aplicabilidade da metodologia, uma vez que o texto direciona todas as ações dos CRJs de forma que os serviços ofertados sejam operacionalizados com cada vez mais fluidez, sempre a partir da apropriação adequada do texto.

5.5.3 Classe 1: Interação entre CRJs e equipe da SEDH e centralidade da equipe gestora

A classe 1 traz o termo "a gente", o mais representativo, termo que vai além das pessoas enquanto profissionais da SEDH, quando analisadas numa perspectiva relacional com a classe 2 (A trajetória da implementação da política), ou seja, a partir dessa relação,

compreende-se como a trajetória do grupo de entrevistadas(os) repercute no comprometimento do fazer política, especialmente da política de implementação dos CRJs. Percebe-se a experiência e a trajetória como fatores determinantes para a execução da política; ou seja, a implementação desta política pública tem relação direta com as trajetórias narradas.

Esta Classe também evidencia a interação entre a equipe gestora da SEDH e os CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa, com foco na diferença entre os equipamentos, modo de trabalho e aplicação da metodologia. Esta, por sua vez, se mostrou também diferente e inovadora, o que requereu algum esforço dos gestores e executores no processo de aplicação.

> "Às vezes por serem OSCs diferentes a gente esbarra nessas coisas, uma tensão muito difícil em relação ao trabalho, a outra pode achar que não, que o espaço do crj é só pra oficina mesmo" (Participante).

> "Mas eu acho que a gente ainda tem um monte de desafio pela frente lá no CRJ X eu acho que ainda não é redondinho como a gente gostaria que fosse, mas também tem a questão do território, que são diferentes, e a gente também não tem muita condição de fazer a comparação" (Participante).

> "A gente acha que tem que ser daquele jeito, chega na realidade o problema é diferente, eles criam alternativa para aquilo e quando chega para você, você pensa assim: criou vida, criou vida e essa vida está se multiplicando" (Participante).

Observa-se que as participantes consideram o território como fator fundamental para o desenvolvimento da metodologia e evitam fazer comparações entre os CRJs, uma vez que cada um está localizado em um território com experiências bastante específicas à ele. A fala das entrevistadas corrobora ainda ao princípio proposto pela própria metodologia e já citado em outros momentos neste relatório, que é o da territorialidade, responsável por atribuir características e situações distintas em cada equipamento.

> "Eu acho que o que tem de diferente de inovador nessa proposta de trabalho com o jovem é a metodologia" (Participante).

A palavra metodologia, bastante importante na compreensão desta classe, sugere o processo de execução da política. Além das alterações realizadas a partir do processo de elaboração, outras tantas são desenvolvidas diante da aplicação metodológica. Foi

possível observar, tanto a partir das entrevistas quanto das idas à campo e de reuniões com a SEDH, que a metodologia, embora direcione o fazer, viabiliza um processo autônomo de sua execução e aplicabilidade. Isso denota que o objetivo proposto tem sido alcançado, uma vez que o cotidiano, espaço onde a vida acontece, tem sido o principal vetor de sua operacionalização.

A expressão "criou vida" destacada acima foi utilizada tanto na entrevista formal quanto em momentos informais, de campo e de reuniões, e evidencia que situações não previstas e/ou escritas são passíveis de acontecer diariamente. Isso reforça novamente o princípio da territorialidade[52], que considera a dinâmica do território e das relações específicas de cada localidade, e sugere que alternativas diferentes das já propostas sejam pautadas e encaminhadas. Dessa forma, compreensão, organização, escuta e os ajustes da própria metodologia em relação à realidade possibilitaram que a implementação desta política obtivesse um resultado satisfatório na visão das(os) entrevistadas(os).

Além disso, a aplicação da metodologia está intimamente relacionada aos CRJs mencionados, cujos nomes, Terra Vermelha e Feu Rosa, aparecem no topo da coluna vermelha desta classe.

Outro termo importante para a composição desta classe é o termo "problema", que traz para análise questões como a gestão de atividades e a interferência das OSCs na execução da política, conforme observado nos trechos destacados abaixo:

> "Uma coisa que era para auxiliar no trabalho, para ele ser melhor desenvolvido pela equipe, se tornou um problema para eles. Isso é uma das coisas, tem outras…A gente dá esse tempo para equipe inclusive entender, fazer estudos, inclusive de casa, dessa metodologia" (Participante).
>
> "Foram criando muitos problemas com relação ao circuito formativo e eu confesso que a primeira vez que eu vi, eu falei: gente, é muito problema e eu não estou identificando o porquê desse problema" (Participante).

[52] O princípio da territorialidade está presente na metodologia e se refere à necessidade de que as dinâmicas que constituem o território sejam consideradas.

Embora as tentativas de resolução e diálogo estejam sempre presentes, é importante destacar que a política acontece a partir da realidade e de cotidianos reais, onde o imprevisto, o inusitado e até mesmo o que não é passível de solução imediata ocorre. Então, por mais que haja o contato próximo entre secretaria e equipe operacionalizadora da política, também existem problemas, erros e falhas de ambas as partes. Esse mesmo termo, se analisado juntamente com a palavra trabalho, sugere a proximidade e a tentativa de resolução dessas questões por parte da equipe gestora:

> "E depois de um certo tempo a gente organiza o acompanhamento quinzenal, mas além desses acompanhamentos que a gente trata especificamente de como está sendo a execução dos trabalhos no território, a gente tem uma abertura de contato e de resolução de demandas e problemas 24 horas" (Participante).

O que se observa a partir das falas supracitadas é um modelo de gestão que se faz próximo a execução, e que embora haja problemas e questões de variadas ordens, uma política pública que se pretende eficaz deve ocorrer, principalmente, a partir do diálogo entre suas partes envolvidas (gestão, equipes lotadas no território e etc.).

5.5.4 Classe 4: A centralidade da equipe gestora para o processo de produção de vida

Nesta classe a importância da metodologia reaparece, associada ao desafio de espelhar a realidade. Cabe ressaltar que esta classe também se trata da autopercepção da equipe entrevistada. Embora existam metas a serem cumpridas, o principal objetivo é ofertar um atendimento de qualidade e que caminhe consoante às proposições metodológicas. Neste sentido, observou-se que discussões acerca de metas quantitativas evocam, sobretudo, uma perspectiva de que para que o trabalho aconteça satisfatoriamente, alcançar as metas não pode ser o principal objetivo.

Além disso, nota-se que o principal desejo e foco do acompanhamento protagonizado pela SEDH é de que o CRJ seja uma política que produza vida, considerando toda a diversidade e especificidade dos diferentes grupos juvenis que comparecem ao espaço.

"Técnico" possivelmente faz referência ao corpo técnico, o qual lida diretamente com a equipe gestora.

> "[...] eu não tenho como, também, executar bem um termo de parceria se eu não sou técnico suficiente para conhecer as metas qualitativas[...]: eu vou controlar aqui o financeiro, cumprimento de meta, mas eu tenho que entender essa equipe também, o que essa equipe me solicita". (Participante).

> "Os relatórios e o nosso acompanhamento gera um documento técnico, que vai viabilizar o repasse de verbas pra eles. Então tá tudo ligado, né, tá tudo ligado…" (Participante).

No trecho destacado acima, a pessoa entrevistada faz referência ao relatório enviado mensalmente pelas equipes dos CRJs. Este relatório é composto por dados quantitativos e qualitativos que informam a execução do plano de trabalho de cada OSC.

> "Porque o acompanhamento que a gente faz, a gente preenche uma planilha com todas as questões que a gente identifica e a gente faz depois de seis meses esse relatório técnico. A gente precisa de tudo que a gente escreveu e de tudo que a OSC escreveu [...]". (Participante)

> "Quando eu olho a fragilidade, é OSC, porque eles não estão na lógica da execução do serviço que eles estão executando, e a OSC não vai lá…". (Participante)

Neste sentido, o acompanhamento realizado pela equipe da SEDH é indispensável para que seja mantida uma coerência no desenvolvimento da metodologia.

"Execução", "mensal", "efetivo" e "relatório" fazem ligação com a classe 1, com os parâmetros metodológicos que precisam ser dominados para que as atividades diárias possam ser cumpridas e as metas atingidas, conforme se apreende dos trechos abaixo:

> "O relatório mensal é fundamental, porque a gente, na verdade, faz o nosso relatório técnico com base nas duas coisas, tanto nesse acompanhamento que a gente faz, quanto no que está escrito no relatório mensal" (Participante).

> "...nos seis primeiros meses da parceria, isso relatado, inclusive, nos relatórios deles e dizendo assim no relatório: 'não chegou material do circuito formativo, então não executei o circuito formativo'. Mas em minuto nenhum a gente disse que o circuito formativo era pra ser executado por material próprio que ia ser entregue pela Secretária; só foi dito que o CRJ é um equipamento de Direitos Humanos e que essa dimensão de direitos humanos tinha que tá aparente ali" (Participante).

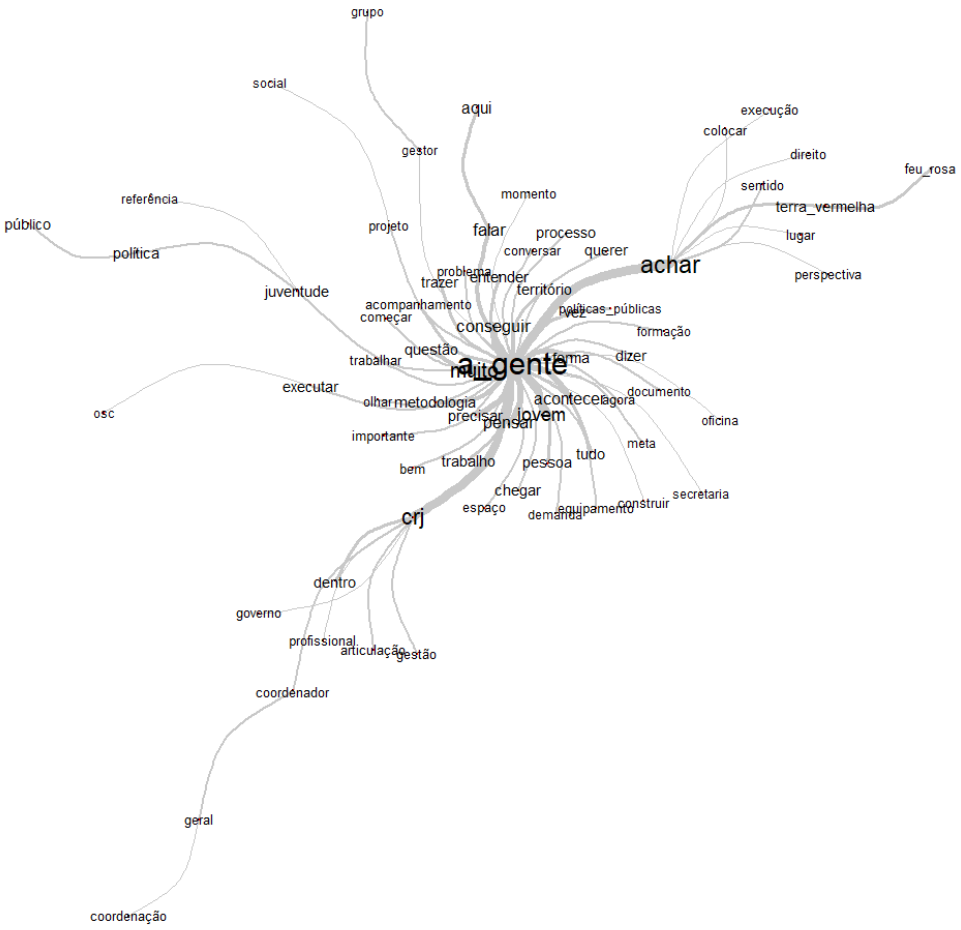
Abre-se a reflexão aqui também para a sobrecarga de trabalho:

> "E provavelmente elas não vão te dizer isso porque tão dentro, mas espero que digam que tem sim uma sobrecarga. A equipe é pequena, se você pensar de servidor nós temos hoje três, para fazer gestão de 14 equipamentos [...]" (Participante).

A sobrecarga pode ser identificada a partir da conexão entre as palavras mais relevantes da entrevista, que retoma o núcleo "a gente", ou seja, a forma como esta equipe atua arduamente na execução da política. Neste sentido, partir da análise de similitude[53] (Camargo & Justo, 2013), pode-se visualizar como a equipe da SEDH, assim como evidenciado na classe 3, está no centro das narrativas dos(as) entrevistados(as) sobre a implementação da política pública, ratificando a sobrecarga que foi trazida nesta classe. Isto pode ser evidenciado graficamente com a figura 11.

[53] Um tipo de análise que se baseia na teoria dos grafos e possibilita a identificação das coocorrências entre as palavras.

Figura 11 – Representação gráfica da Análise de Similitude equipe SEDH

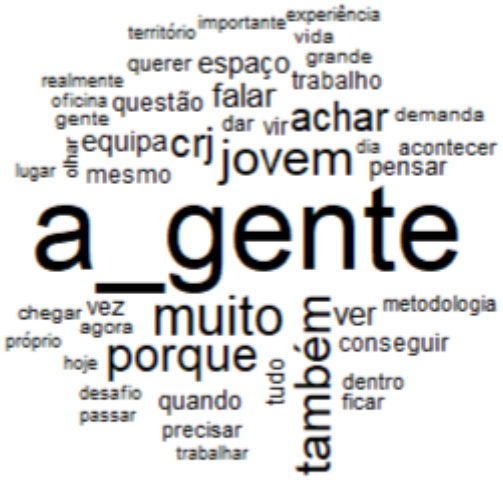


Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

Importante salientar, por fim, que as narrativas dos(as) agentes da SEDH não delega às coordenações a tarefa exclusiva de implementar a política, uma vez que esses(as) agentes se colocam no centro das ações, evidenciando responsabilidade e engajamento com o trabalho realizado. Isto não sugere uma diminuição da função das coordenações, mas reforça, novamente, a presença e implicações cotidianas dos sujeitos das entrevistas com a política de juventudes.

5.6 GRUPO FOCAL

Figura 12 – Nuvens de Palavras – Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha.



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

Foram realizados dois grupos focais (GF) nos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha, em 2023. Os GFs foram gravados, transcritos, tiveram duração média de 1 hora e 30 minutos e focaram na trajetória, na operacionalização e nas especificidades de aplicação da metodologia nos CRJs pilotos.

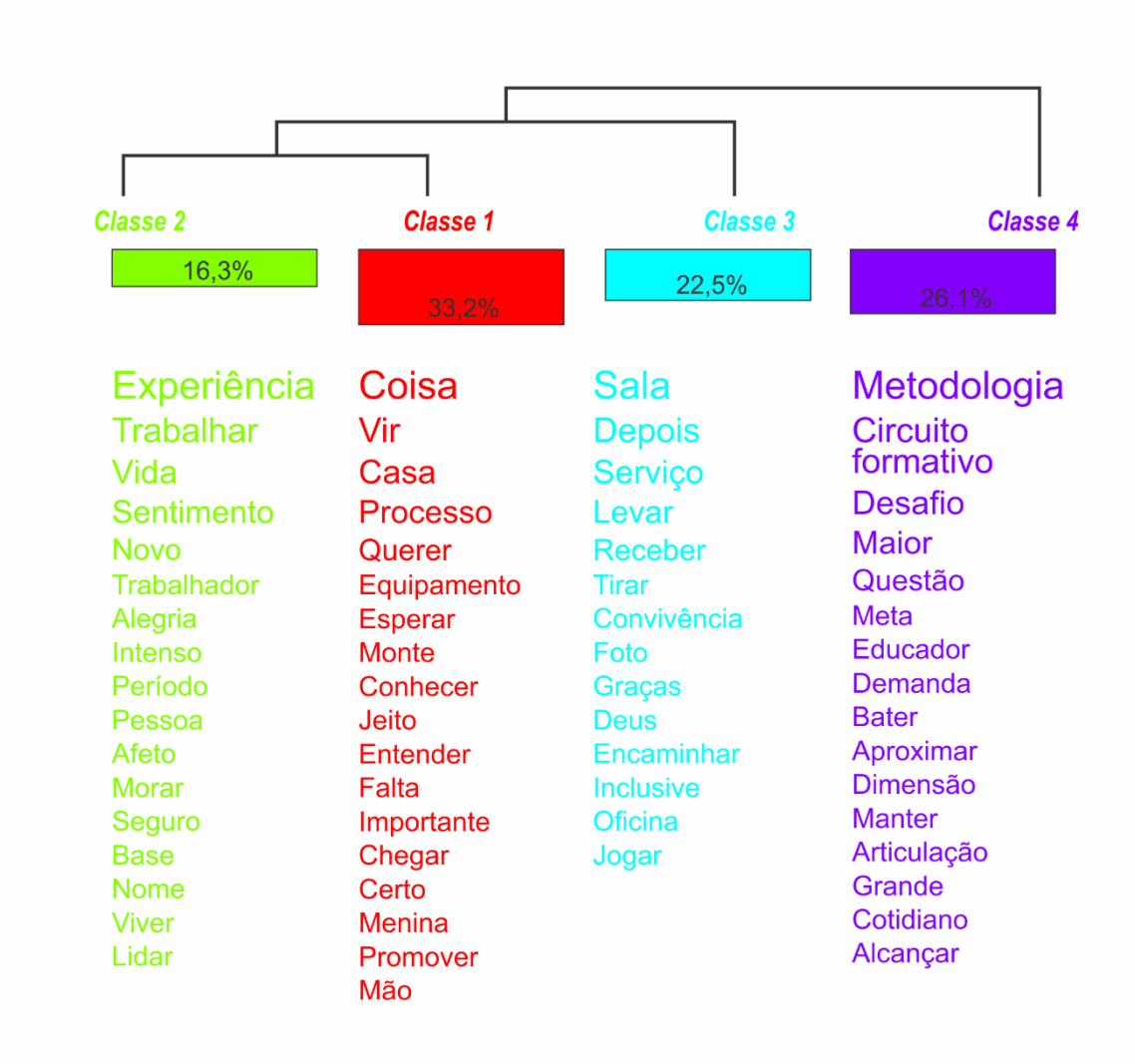
Assim como em itens anteriores, para a análise textual, o corpus dos resultados do GF foi sistematizado com o auxílio do software de análise lexical Iramuteq, quando se utilizou a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), análise de similitude e nuvem de palavras.

A partir do corpus, os segmentos de textos apresentados em cada classe foram obtidos a partir das palavras estatisticamente significativas, permitindo a análise qualitativa dos dados. Com o processamento, aproximadamente 82% do total do corpus foi

aproveitado[54] e o Iramuteq retornou quatro classes que reúnem conteúdos-chave dos grupos focais realizados com a equipe dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha.

O corpus obteve suscetíveis divisões, sendo que sua primeira partição deu origem à Classe 4 (representada por 28,1% do vocabulário compartilhado), a segunda partição originou a Classe 3 (22,5%), e, por fim, separou a Classe 1 (33,2%) e a Classe 2 (16,3%).

Figura 13 – Dendrograma com o resultado da CHD do Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha.



[54] Considera-se um bom aproveitamento de UCE o índice de 75% ou mais.

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes
Elaboração: Iramuteq

5.6.1 Classe 4: Desafios para a execução: notas sobre a experiência

A segunda e a terceira pergunta realizadas no grupo focal, referentes à execução da metodologia e desenvolvimento do circuito formativo, fez com esta classe fosse esperada, tendo como termos mais representativos "metodologia', "Circuito Formativo", "desafio", "maior", "questão" e "meta". Nesta classe, os participantes discorreram sobre os desafios de executar na prática uma metodologia até então desconhecida.

Entre os desafios citados, foram apontadas algumas questões da metodologia, que por ser um direcionador, não tinha como prever o inusitado do cotidiano de sua operacionalização. Primeiramente, fala-se da aplicabilidade de uma metodologia que não corrobora as especificidades de cada território em seu corpo, mas que posteriormente foram realizadas alterações a partir do acompanhamento e escuta das equipes.

> "Você pensa, né, 14 CRJs com a mesma metodologia, ela é uma norteadora, é uma organizadora de como vai ser a educação do trabalho. Mas cada território tem uma realidade diferente, e é muito sensível a essa realidade. Eu acho que foi muito importante em um primeiro momento. Houve uma escuta das equipes sobre a construção da metodologia, então houve algumas alterações a partir do que foi ouvido das equipes" (Participante).

Como se extrai do trecho acima, por mais que a metodologia seja/tenha sido desenhada exclusivamente para o CRJ, a prática desvela realidades não previstas que precisam de soluções e é justamente a prática diária, a criatividade e a interação com os jovens e com os territórios que dão o tom do trabalho da equipe. Ou seja, as prescrições da metodologia seguem direcionando a prática, ao invés de sentenciá-las:

> "Porque não tem como trabalhar com seres humanos, com juventude, com vida de uma maneira fria e métrica" (Participante).

> "Tá tudo alinhado, tá tudo funcionando, tá realmente vivo né? E não a gente seguindo apenas uma metodologia fria. Porque essa com certeza é uma das maiores preocupações. Então a gente vê que a gente continua lendo ela e vendo novas possibilidades, novas coisas.

> Inclusive eu acho que essa questão principalmente de ter o olhar criativo sobre a metodologia, para pensar em propostas e alternativas, de aplicar ela, continua sendo muito desafiador" (Participante).

Neste sentido, a palavra "grande" e "aproximar" definem os desafios de uma metodologia inédita e sugerem um caminho possível, qual seja, a aproximação com as realidades dos territórios, uma vez que o próprio território, com suas especificidades geográficas, simbólicas e concretas, irá direcionar as demandas e o fazer das equipes.

Além desses apontamentos, outros relacionados ao cumprimento de metas compareceram. A metodologia sugere números para atendimentos, acompanhamentos, concessões de passagens e outros elementos, que também entram nos planos de trabalho das OSCs, entretanto, as equipes ponderam a necessidade de balancear a meta, refletida no termo "bater", com uma prática constituída sob a perspectiva afetiva, e não numérica:

> "Eu acho que essa dificuldade inicial que a gente teve com a metodologia é muito nessa questão de balancear entre trazer o trabalho com muito afeto e fortalecer esses laços e ao mesmo tempo bater todas as metas porque a metodologia demandava isso. Então, como eu vou fazer um registro com muito afeto, muito cuidado e você estar com o jovem se você precisa fazer 30? Então tipo assim, eu acho que a dificuldade inicial foi de fazer isso: de não olhar o jovem enquanto um número".

Apesar dos desafios, este grupo focal, realizado um ano após a primeira rodada de entrevistas, propôs perguntas que refletissem o processo de apreensão do trabalho do CRJ. O que se observa é que após mais de um ano de funcionamento, a metodologia prevista tem ocorrido de maneira mais fluida e natural, uma vez que a equipe se apropriou do material a partir da prática e propôs alterações diante de suas próprias experimentações.

> "[...] E essa questão, isso que a articuladora falou muito bem de que a metodologia virou nosso cotidiano é natural. Para a gente, um educador estar dentro da oficina a metodologia prevê isso e isso é o fluxo natural". (Participante)

Ainda dentro da execução da metodologia, assim como nas entrevistas realizadas com a equipe da SEDH, o circuito formativo em direitos humanos compareceu, inicialmente,

como um entrave. De modo geral, ambas as equipes encontraram dificuldade em executá-lo:

> "Mas o circuito foi um grande desafio. A proposta dele é uma proposta de formação e tinha que ter um material da Secretaria de Direitos Humanos. A gente recebeu esse material agora, em janeiro, e o desafio lá em 2021 era como que a gente ia fazer esse circuito formativo. Então a gente começou de fato a elaborar estratégias para fazer o circuito e desde 2021 ele acontece, mesmo sem o material. A gente conversou, sempre nesse diálogo junto da SEDH, e eles falaram "vai" e a gente foi. E aí a gente fez o circuito olhando com atenção pros jovens, qual era a intenção deles, o trabalho deles, dentro da metodologia a gente foi adaptando a própria realidade do CRJ. Então o PVida, a psicóloga ficou como referência, o PTrampo, a assistente social, o circuito, a terapeuta ocupacional como referência pros educadores. O desafio foi esse, de ver qual era a demanda que os jovens queriam discutir dentro das oficinas. Eram demandas muito sensíveis, principalmente com questões de homofobia, com questões de gênero, com questões de raça, com questões de violência de conflito territorial, questões de saúde. Então foram elencando essas informações e foram desenvolvendo projetos. A educadora social teve que fazer um rolê com as manas né, havia muitas questões de auto lesão… Então foi começando a se pensar temas e se foi regularmente fazendo o circuito formativo. E aí esse é o desafio: a metodologia dizia de uma carga horária muito extensa e que o jovem não topou essa experiência. "Não vou vir pro CRJ ficar tantas horas numa espécie de sala de aula". Não é essa a proposta. E aí foi interessante nesse período que houve essa escuta ativa da equipe para repensar a metodologia e foi acolhido também. Isso foi muito legal pra gente ver que o que a gente falou foi acolhido e foi modificado: o circuito tem uma quantidade específica de atividades complementares, que são esses passeios e eventos em lugares específicos, então foi acolhido também. E hoje chega essa cartilha, o circuito já tá rolando e é um adicional." (Participante).

O trecho destacado acima se refere ao material denominado "Educação em Direitos Humanos" produzido pela SEDH e no atraso desta entrega, que ocorreu no início do ano de 2023 para todos os 14 CRJs. Em contrapartida, declara novamente o diálogo constante entre equipes e secretaria para desenvolver uma metodologia palpável para o CFHD que não se assemelhasse à sala de aula, uma vez que a proposição inicial previa um quantitativo elevado de horas e atividades para sua execução. Neste sentido, diante das experiências relatadas pelas equipes em questão, a metodologia do CFDH foi alterada para que ocorresse de maneira mais fluida e com melhor apropriação e pertencimento por parte dos(as) jovens atendidos(as)/acompanhados(as).

Os termos “Articulação” e “Alcançar” ainda retratam outro desafio: chegar até o público prioritário e trazê-lo para perto. Neste momento, foram abordadas questões relevantes referentes ao trabalho da articulação e da importância deste setor para localizar e vincular estes jovens. Neste sentido, fica evidente que a entrada do CRJ nos territórios desloca e torna visíveis situações de extrema vulnerabilidade vivida por jovens, em sua especificidade:

> “[...] O município e o estado eles vão precisar se articular. O CRJ entrou no território e acendeu um farol de problemas que acontecia no território, e agora está tudo aceso. E agora, o que que a gente vai fazer com essa juventude?” (Participante)

Aqui, além de pautar a emergência de demandas, a participante relata uma possível sobrecarga para o serviço, uma vez que demandas de todas as ordens comparecem no equipamento.

Esta classe, conforme relatado, apresentou os principais desafios identificados pelas equipes. Entretanto, embora os entraves sejam muitos, o trabalho acontece e as trabalhadoras e trabalhadores dos CRJs encontram estratégias em seu próprio cotidiano para seguirem desenvolvendo a metodologia com autonomia, responsabilidade e, principalmente, afeto, conforme supracitado.

5.6.2 Classe 3 - Entre o espaço físico e o acolhimento: o pertencimento

A classe 3, representada por 22,5% do corpus, evoca a importância do espaço físico, de sua organização e configuração para a execução das atividades nos CRJs. Os termos “Sala” e “oficina” se encontram nos relatos da potência enxergada na oferta de serviços, ainda que o espaço físico não seja grande o bastante para acolher confortavelmente o quantitativo de jovens que circula cotidianamente pelos CRJs:

> “E é um espaço tão lúdico porque no dia do Carnaval [...] estava o pessoal dançando axé funk, e aí tinha a barbearia e na outra sala gente jogando xadrez. Isso tudo simultaneamente acontecendo! Linguagens diferentes, porque a juventude não tem linguagem única. Aqui meio dia toca um louvor, cinco horas da tarde está um pancadão” (Participante).

> “E é ao mesmo tempo e é muito lindo. Quando a gente vai filmando e abrindo a porta, todas as salas ocupadas, totalmente diferentes. A

> barbearia estava ali, fazendo a barba e tocando um som e aqui o CAPS fazendo todo um trabalho com colagem" (Participante).

> "Então ter um quintal eu entendo que é importante, ter mais espaço, mais salas, é importante. Se a gente tivesse um lugar parecido com um refeitório também seria bacana, porque quanto mais convivência, mais parece que eles vão se achegando para participar, para fazer o debate" (Participante).

Dois aspectos ficam evidentes: a necessidade de ampliação do espaço físico e o resultado positivo desta política expresso nesta necessidade, uma vez que todas as salas disponíveis estão frequentemente cheias. No momento desses relatos, a equipe ainda demonstrou grande satisfação em perceber o trabalho acontecendo em vários espaços e com várias estratégias diferentes, seja a barbearia, um bate-papo corriqueiro ou uma atividade agendada por outro serviço do território. Estes relatos, além de indicarem a necessidade de ampliação, indicam o resultado positivo desta política, afinal, se jovens frequentam este espaço assiduamente e apresentam demandas cotidianas, isto sinaliza a necessidade de sustentabilidade e permanência dos CRJs nos territórios - quiçá sua ampliação para outros.

Na perspectiva da potência do que é desenvolvido dentro dos CRJs, nota-se que o termo "oficina" comparece associado às mudanças significativas promovidas pelas atividades ofertadas no serviço:

> "A própria postura também! Tem jovens que a gente vai conversar e vê como o jeito de falar mesmo mudou. Não porque era ruim, mas é porque ele estava perdido antes, não conseguia entender, se entender. E depois começou a fazer uma atividade, fazer uma oficina, conseguiu acessar um outro equipamento que a gente encaminhou. E tem jovem por exemplo que casou: 'eu estou casado agora e eu tenho a minha casa e eu me mudei'. Essas coisas que a gente fica feliz de ouvir" (Participante).

Além disso, as oficinas se revelaram como espaços estratégicos para questões de diversas ordens, sejam elas afetivas, para um atendimento específico ou como parte do circuito formativo, cujo acesso também ocorre por meio de encaminhamentos da rede:

> "Inclusive depois a gente foi buscando estratégia para poder ainda assim com os grupos, dentro dessas oficinas que é algo que eles veem no modo muito mais afetivo, porque eu me interesso pela capoeira, pelo jiu jitsu, pelo que for e aí a gente consegue trabalhar os temas propostos" (Participante).

> "A gente percebe que no próprio encaminhamento para cá para o CRJ que eles querem inserir esses adolescentes e jovens dentro das oficinas como uma forma também de ocupar esse tempo deles, que estavam na rua ou que estavam em algum momento de violação." (Participante).

Frente a tantos serviços, a um espaço físico bonito, colorido e pensado especificamente para jovens, a uma equipe específica que se especializa cotidianamente, é comum que haja certa desconfiança, sobretudo porque os serviços são gratuitos. Diante disso, a equipe precisou buscar estratégias para aproximar essas juventudes:

> "Porque eles não acreditavam que tinha essa quantidade de serviço de forma gratuita aqui, de falar que tem oficina, computador, que tem isso, que tem aquilo e eles ficam "não, não acredito, não sei o que, como". Então a gente percebeu também essa importância de não só levar o CRJ para Balneário, mas de trazer Balneário para cá, para eles terem a vivência do espaço, de estar nesse contato, de mexer no computador, de ver outros jovens no espaço" (Participante).

Esse estranhamento também é percebido na rede. Como o CRJ é um serviço novo, com metodologia nova e específica para o público jovem, o processo de reconhecimento deste equipamento por parte da rede demanda tempo e estreitamento de vínculos e relações.

> "E acho que a nossa maior dificuldade é o Cras e as escolas assim. Essa conversa um pouco mais íntima assim sabe? da equipe dos encaminhamentos com o Cras e com as escolas. Das necessidades dos jovens assim sabe, de entender o CRJ enquanto um serviço parceiro, que vai ouvir o jovem para além das outras coisas e tal, mas é difícil por causa dessa visão de que a gente não é um serviço" (Participante).

Esta classe evidenciou que embora existam inúmeras questões e desafios, as potências se sobressaem e indicam que a oferta de atividades, de oficinas, bem como o acolhimento que a equipe proporciona diariamente, são fundamentais para que as juventudes atendidas se sintam pertencentes ao espaço e à política de maneira geral.

5.6.3 Classe 1: Vínculos e Conexões

As classes apresentadas são coerentes umas com as outras na medida em que se complementam. Por exemplo, o termo "casa" evidencia a ideia de pertencimento

apresentada anteriormente, onde, de acordo com as equipes, as juventudes que frequentam o CRJ enxergam aquele espaço como lar:

> "[...] O vínculo é constituído também com essa casa, porque esse imóvel passa a ser uma casa. E eles falam sobre isso, que é uma casa mesmo. Então a gente entende que é uma casa, e aí a gente precisa pensar como ampliar isso, como tornar essa casa, fazer uns puxadinhos na casa para que possam ir se achegando e a gente continuar fazendo as reflexões pertinentes aí nesses debates" (Participante).

> "A equipe, ela não tem acolhimento só com a juventude, acho que todos nós acolhemos uns aos outros. Mas os jovens de fato se sentem muito em casa quando chegam aqui, se sentem muito abraçados" (Participante).

Aqui se reforça a ideia de que um território não é apenas um bairro, mas um lugar, um espaço que é físico, mas que também produz significados, pertencimento e vinculação. A sensação de pertencimento apresentada pela equipe se faz possível a partir do processo de entendimento e crescimento que ocorreu e ainda ocorre junto da apreensão da metodologia e das demandas apresentadas. Isso se reflete no termo "processo":

> "A gente está conseguindo ver todo esse processo aí de crescimento desses jovens né, o que foi de importante o CRJ para eles. Muitos entendem e querem a arte para a vida deles e abraçaram isso com muita força e também é a iniciação deles nos direitos né? Apesar das dificuldades a gente conseguiu sim garantir o acesso deles em muitas coisas. A gente conseguiu ver também muitos jovens em um tipo de comportamento mais saudável, feliz e tal. A inclusão das escolas né" (Participante).

> "E a gente percebeu isso como fator positivo também, de jovens que estavam em processo de sofrimento de se aceitar porque a sociedade é muito discriminatória, tem muito preconceito com essa galera até hoje. Ainda não existem políticas mais fortes para essa galera LGBT que sofre muito, e aí chegam aqui e vê essa galera e tal e falam "é aqui, aqui é o meu espaço" (Participante).

Destaca-se a juventude LGBTI+, pois sendo este um equipamento de direitos humanos, garantir vida digna e um espaço seguro para que essas juventudes possam existir faz parte do trabalho constante efetuado pelas equipes e se reflete na presença assídua desses(as) jovens no equipamento.

Atrelada a esta questão, o termo “importante” reforça a preocupação cotidiana que a equipe tem em executar a metodologia considerando as metas, mas sem perder a qualidade do atendimento, produzido, sobretudo, a partir das trocas afetivas com as juventudes:

> “Como eu disse, é um equipamento novo e as coisas vão se dando na prática. Então assim, a metodologia eu acho que é importante frisar que ela não pode ser rígida. A gente tem a questão de métrica, né? Hoje a gente bate todas as metas, muito legal isso, mas é para além de metas. Porque o jovem… não tem como pensar o jovem em uma questão quantitativa. Não tem como pensar assim “tem que atender 30 PVida” - mas e essa execução do PVida, e a quantidade de atendimentos que a equipe técnica faz diariamente com essa juventude? Então é para além de uma questão de métrica, de quantidade de metas, é compreender a metodologia como uma questão norteadora, mas que ela tem como premissa a dimensão territorial” (Participante).

Observa-se ainda que esse processo é coletivo. Todas as pessoas da equipe se implicaram nele para que o trabalho fosse entregue como tem sido. Neste sentido, o entendimento da metodologia, atrelado à unicidade da equipe na sua apreensão e aplicabilidade, acompanha todo o percurso de alinhamento na entrega do serviço:

> “A equipe está unida apesar das nossas desavenças porque a gente tem opiniões diversas, diferentes. A gente nunca quer se sobressair acima de ninguém, mas sim compreender e escutar. A gente tem que aprender a respeitar o espaço do outro, a escutar, saber ter o remanejo. Às vezes os coordenadores estão juntos ali tentando intermediar também, porque isso é normal, faz parte do processo da equipe mesmo” (Participante).

> “Então por para rodar, para funcionar na base deu muito trabalho. E esse trabalho precisou ser escrito pela equipe e se não fosse o engajamento dessa equipe eu acho que poderíamos ter ficado muito perdidos. Poderia até ter perdido esse um ano né, de processo. Então eu acho que a gente tem que agradecer muito mesmo a equipe que estava à frente desse processo construindo, reescrevendo as coisas... A gente teve uma sensibilidade grande do estado de escuta também. Mas acho que a gente foi muito protagonista nesse processo de reescrita do que precisava ser na ponta, e que bom que a gente não foi cobrado que ficasse do jeito que estava, porque a gente não conseguiria aplicar ela 100% da forma que ela foi proposta. E isso gerou um cansaço, gerou um trabalho e hoje a gente entende que dessa forma está mais suave e que a gente pretende continuar seguindo assim” (Participante).

É importante citar ainda que esta classe tratou dos sentimentos e das percepções da equipe acerca de todo o processo de implementação da política. Alívio, satisfação ao retomar o início da implementação e perceber em que ponto estão agora e conseguir enxergar o trabalho acontecendo junto com as devolutivas quanti e qualitativas foram questões pautadas durante este grupo focal e se expressam nos trechos destacados acima.

5.6.4 Classe 2: Entre limites e potencialidades: a apreensão do trabalho, sentimentos múltiplos e a prática do possível

Refletindo a todas as outras classes, esta reitera os "sentimentos" da equipe após mais de um ano de inauguração de ambos os CRJs. O termo "experiência" é o que mais comparece tornando evidente, sobretudo, a novidade que é atuar a partir de um equipamento de direitos humanos voltado para as juventudes. Esta novidade não é observada apenas a partir da surpresa de jovens que nunca puderam vivenciar um espaço como este, mas também a partir da equipe. Afinal, uma metodologia que propõe cargos nunca antes experimentados na política de direitos humanos do ES como, por exemplo, o de articulador, evoca sentimentos múltiplos em sua execução:

> "Porque apesar dos 10 anos de experiência, mais de 10 anos de experiência, eu enquanto assistente social eu fico pensando cara, aqui está sendo uma outra experiência, uma nova aventura na minha vida aqui, porque realmente às vezes eu volto e falo, será que eu estou fazendo certo, será que eu estou conseguindo mesmo lidar com essas questões, o que que eu vou fazer, onde que eu vou pedir socorro?" (Participante).

> "Tem sido muito interessante. Eu acho que é legal o que ele está falando porque até para quem tem experiência de trabalho, de coordenação, de trabalhar na assistência social. Mas isso é muito novo. O CRJ enquanto equipamento público é novo, então era novo para secretaria, era novo para OSC, era novo para comunidade, era novo para os jovens" (Participante).

Atrelada a esta percepção, o termo "trabalhar" também evidencia o sentimento da equipe ao participar desta política enquanto trabalhadoras(es). Corroborando o dito nas outras classes, para as pessoas entrevistadas, trabalhar no CRJ exige um compromisso

que é da ordem dos afetos, uma vez que o trabalho é intenso e para uma boa execução do que está proposto é preciso, antes de mais nada, acreditar no que se faz:

> "Então a gente vai aprendendo a dosar um pouco, mas eu acho que trabalhar no CRJ é sempre intenso, é preciso de um corpo também, eu acho para poder estar nessa relação, porque a gente acaba que sente isso mesmo. Toda essa intensidade, a gente precisa de um corpo preparado para lidar com tudo" (Participante).

> "Eu colocaria trabalhar no CRJ como se a gente estivesse numa montanha russa, sabe?! Tem uma partezinha que é mais tranquila, aí do nada, vai lá no topo e o êxtase assim... depois volta a baixar bruscamente" (Participante).

> "E eu percebo que é um processo para além do trabalho. Eu sempre falo que para trabalhar no CRJ você precisa acreditar muito nas coisas que a gente já defende enquanto pessoa, porque está muito mais envolvido do que necessariamente o trabalho" (Participante).

Nota-se que durante a experiência, sentimentos múltiplos se sobressaem, uma vez que participam da ordem do acontecimento, do inusitado: aquilo que a entrevistada caracteriza como "montanha russa". Os relatos destacados acima reforçam a ideia de que a vida das juventudes acontece tanto dentro do CRJ, quanto fora dele, e que a vida deles(as) é marcada por trajetórias não lineares.

Tais trechos se alinham à proposição metodológica à medida que demonstram a fluidez do trabalho dentro dos CRJs. Ainda que a metodologia seja dividida em núcleos e eixos, o trabalho acompanha a vida dos(as) jovens e sua passagem pelo CRJ ocorre de maneira fluida e processual.

Além destas questões, observa-se que há uma satisfação em trabalhar no CRJ, apesar dos limites e desafios já apresentados. A equipe demonstra não somente nas falas, mas nas expressões e na emoção, que trabalhar neste equipamento também traz satisfação profissional e alegria:

> "Então acho que isso dá um alívio assim no coração de saber, a gente tá trazendo essa função, que pode colaborar com toda a equipe, com esse cansaço todo que a gente escuta e também compartilha desse cansaço, mas ao mesmo tempo uma felicidade, uma alegria de saber que a gente tem gerado oportunidades para os jovens e tem também tudo isso" (Participante).

> "Os trabalhadores dizem que são oportunidades para eles também estarem no lugar que eles se identificam e também tem satisfação em trabalhar, porque se identificam com a missão ali do trabalho mesmo, diretamente com o jovem. E eu acho que faz toda a diferença no que a gente está entregando[...]" (Participante).

Essa satisfação se atualiza no termo "alegria", onde as equipes vibram com as conquistas dos(as) jovens. Em um trabalho cujas demandas são inúmeras e de diversas ordens, tais como violações de direitos, desemprego, evasão escolar, distorção idade e série e outras, cada conquista de um(a) jovem acompanhado(a) é motivo de comemoração. Em vidas que se fazem na liminaridade entre o choro e o riso, entre dados de mortes violentas, conforme já apontado neste texto, e elevados índices de vulnerabilidades diversas, um encaminhamento efetivado representa, para a equipe, a eficácia do trabalho realizado:

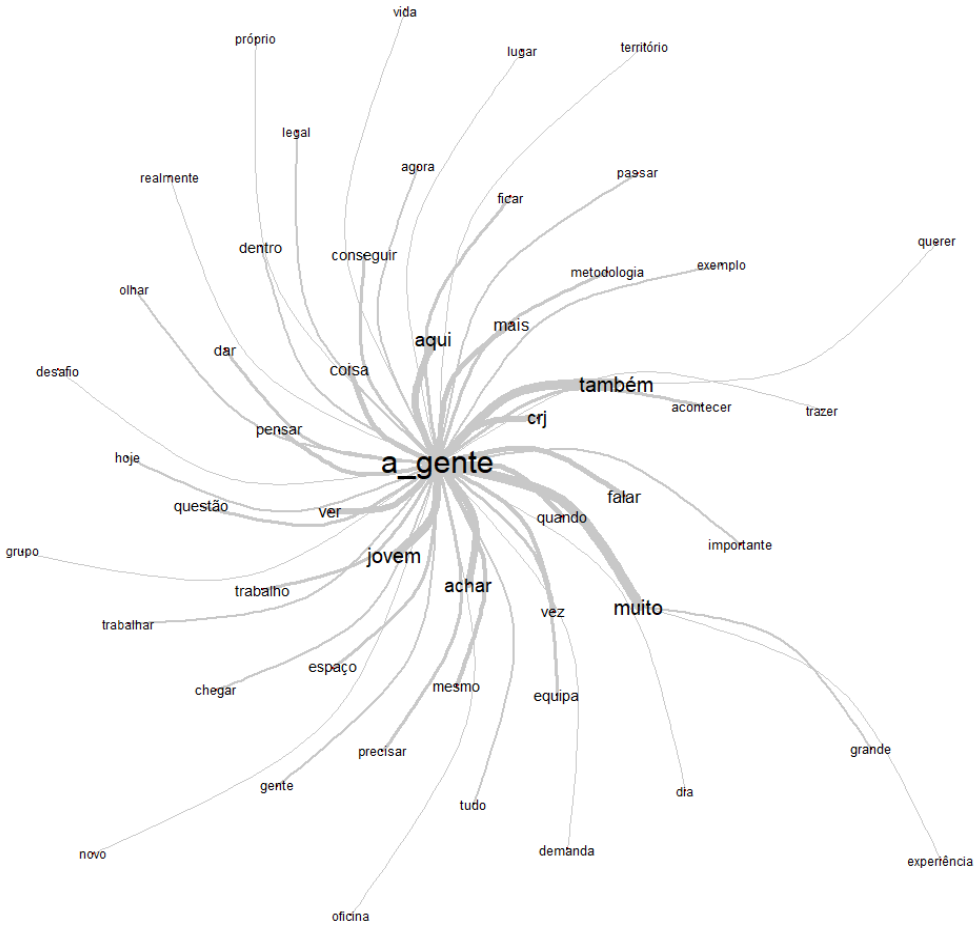
> "Não foi só um mar de desespero só não, foi também alegrias. A gente conseguir fazer com que eles voltem para a escola, ser inseridos no mercado de trabalho, um estágio. Nossa Senhora, a gente chegava a dar pulos de alegria" (Participante).

Entre tensionamentos e potencialidades, o trabalho de operacionalização da metodologia ocorre a partir da experiência relatada pelas equipes que participaram do referido grupo focal. Foi possível notar que embora os desafios sejam muitos e envolvam não somente questões operacionais, mas também questões que não dependem só da equipe do CRJ, como a relação com a rede de serviços, por exemplo, o trabalho tem ocorrido com ética e responsabilidade por parte daquelas(es) que o executam. Isso se reflete em encaminhamentos efetivados, no sentimento de pertencimento percebido, no quantitativo de jovens que acessam o serviço diariamente, entre outros indicadores.

Por fim, a figura 14 retrata a análise de similitude gerada pelo software Iramuteq. Nesse sentido, a centralidade da palavra "a gente" representa a percepção da importância de cada participante da equipe enquanto sujeitos concretos para a com vistas à viabilização e articulação dos demais termos que aparecem ao seu entorno, como "vida", "demanda", "oficinas", "trabalho", "metodologia". A partir da análise de similitude derivada das entrevistas com a equipe da Secretaria de Direitos Humanos, percebe-se o reconhecimento da centralidade das ações de gestão e do protagonismo desses sujeitos

no processo de construção da política. De forma semelhante, a análise de similitude do grupo focal indica a centralidade das ações de execução e o protagonismo no processo de implementação da política pública.

Figura 14 – Representação Gráfica da análise de Similitude do Grupo Focal com as equipes dos CRJs Feu Rosa e Terra Vermelha.



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes.
Elaboração: Iramuteq

5.7 ANÁLISES A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES DO CAMPO

Neste tópico, trataremos das questões referentes à observação do campo, em especial, as realizadas entre janeiro e abril do ano de 2022 a partir da frequência da equipe de

pesquisa no CRJ Terra Vermelha e no CRJ Feu Rosa para a realização de entrevistas com jovens frequentadores(as), seus/suas familiares e representantes do grupo gestor. Embora a presença com mais regularidade no CRJ tenha se dado com o objetivo de efetivar as entrevistas, as pesquisadoras participaram de atividades, oficinas, interagiram com os(as) jovens e puderam acompanhar o processo de operacionalização por parte da equipe técnica, assim como suas dificuldades, limites e também potencialidades.

Por outro lado, o que será relatado são percepções e questões que emergiram também considerando toda interação com o processo de pesquisa, entendendo que a aproximação das pesquisadoras com o universo CRJ e seus diferentes agentes possibilita uma visão holística que se aproxima da técnica da observação participante. Embora não seja possível afirmar o uso *stricto sensu* desta técnica de investigação social[55] que exigiria uma imersão maior das pesquisadoras em campo, assim como uma descrição mais pormenorizada e densa de cada um dos diferentes sujeitos envolvidos, será utilizada aqui parte dos princípios desta técnica, buscando produzir uma reflexão sustentada nas informações recolhidas nos diferentes momentos de observação do campo de pesquisa CRJ. A perspectiva metodológica assumida aqui, como afirmado anteriormente, é quali-quantitativa, ou seja, ela busca aliar um olhar quantitativo ao qualitativo, se distanciando sobremaneira do paradigma positivista clássico. Neste sentido, ao lado de outros instrumentos de coleta de dados desenhados, as próprias pesquisadoras se constituem como instrumento de pesquisa (de coleta de dados e de interpretação).

Para facilitar a organização textual, as observações - que envolvem tanto as equipes quanto os(as) jovens que frequentam o espaço cotidianamente - foram organizadas abordando as relações interpessoais, a percepção do CRJ em sua totalidade, as relações institucionais – que envolvem o IJSN e a Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH)

[55] A observação participante é utilizada preponderantemente em estudos de natureza qualitativa, particularmente, nos etnográficos, tendo como característica importante a descrição pormenorizada dos componentes de uma situação. O objetivo é compreender as pessoas e as suas atividades no contexto da ação. Pressupõe o contato direto, frequente e prolongado do(a) pesquisador(a), com os sujeitos sociais, nos seus contextos culturais, sendo o(a) próprio(a) investigador(a) instrumento de pesquisa.

–, o espaço físico e aquilo que diz respeito ao funcionamento/aplicação/operacionalização da metodologia em cada um dos dois CRJs, uma vez que eles se distanciam e se assemelham em diversos pontos.

Outro ponto a destacar é a opção pelo uso da primeira pessoa do plural nesta seção, destoando da linguagem mais impessoal utilizada nas demais seções. A intenção é explicitar que se trata de uma narrativa, cuja subjetividade das narradoras não se pretende ocultar – trata-se de um parêntese na linguagem prevalecente, ancorado na perspectiva da observação participante.

5.7.1 Percepção do CRJ em sua totalidade

Optamos por começar por este item pois ele introduzirá outros temas abordados no presente relatório. De maneira geral, em todas as idas aos espaços, foi possível observar que os(as) jovens frequentam assiduamente. Existe um grupo específico que frequenta todos os dias: saem da escola, almoçam – quando almoçam – e vão direto para o CRJ. Ali passam a tarde conversando, utilizando a rede *Wifi* pelo celular, participando das oficinas e circulando pelo espaço de maneira geral.

Em ambos os CRJs acontecem muitas atividades simultâneas: oficinas de dança, de trança, de barbearia, uso do espaço com computadores, jovens ouvindo música e fazendo dancinhas do *tiktok* na recepção; pode ser que o espaço físico, em algum momento, não seja mais suficiente diante da alta frequência. As salas se tornaram pequenas considerando a quantidade de jovens, e as salas da equipe se tornaram superlotadas diante da demanda específica de cada núcleo (gestão, administrativo, articulação, educadores(as) sociais e equipe técnica); não existe uma sala que garanta o sigilo para atendimento e outras questões que sinalizam o quanto aquele espaço já não atende mais a totalidade da demanda que chega cotidianamente.

Existe, em Terra Vermelha, apenas um banheiro de uso liberado aos(às) jovens, já em Feu Rosa, embora existam dois banheiros e uma área externa maior, ela é compartilhada com uma capela mortuária, e a localização do equipamento não atrai tanta visibilidade, uma vez que se situa abaixo do nível da rua. Estes fatos foram observados a partir da

presença no espaço físico e dos relatos da própria equipe e de jovens que frequentam o CRJ diariamente.

Daqui saem duas leituras: a) a juventude está ocupando o espaço diariamente e b) pode ter havido um equívoco na escolha e organização do imóvel, que se revela pequeno frente à demanda real de atendimento. Talvez isso também apareça em outros Centros. Importante ressaltar a questão do espaço físico e da garantia de uma sala com tratamento acústico para atendimento da equipe técnica, pois esta é uma demanda fundamental dentro do equipamento e merece atenção.

5.7.2 Percepções gerais a partir das juventudes

A dimensão da percepção a partir das juventudes é viabilizada tanto pelas escutas já realizadas por meio das entrevistas, quanto pela observação e contato informal durante as atividades. Todos(as), sem exceção, reconhecem aquele espaço como fundamental em suas vidas; alguns chegaram a relatar que "o CRJ mudou tudo" (*sic*) em suas vidas, ou que o "CRJ é tudo" (*sic*). Essas falas espelham as oficinas superlotadas, os computadores ocupados, as salas sempre cheias e a recepção quase sem espaço para sentar.

Também foi possível perceber que há uma frequência maior daqueles(as) com idade entre 15 e 17 anos, e que estes(as) são majoritariamente homens e negros. Eles ocupam a maior parte das atividades e a maior parte do dia nos CRJs. Na oficina de dança existe uma predominância de mulheres, entretanto, é uma atividade pontual. Elas vão, participam e vão embora.

Os(as) jovens relatam constantemente que o Centro é um espaço inclusivo, onde não há preconceito nem discriminação, pois lá eles(as) "podem ser o que quiserem", se sentem respeitados(as) quanto a sua cor, raça, gênero e orientação sexual (*sic*); alguns afirmam que o CRJ é mais acolhedor do que sua própria casa.

5.7.3 Percepções gerais a partir das equipes

A metodologia pressupõe um processo de acompanhamento por parte da equipe técnica e um envolvimento profundo de educadores(as) sociais na execução do Circuito Formativo em Direitos Humanos e, neste quesito, observamos que ambas as partes estavam em um processo ainda inicial da compreensão acerca do processo de acompanhamento, de como operacionalizar uma política pública de juventude e como lidar com um sujeito jovem, periférico, preto, LGBTI+, com deficiência e demais questões.

Uma questão que foi de grande visibilidade, tanto em um CRJ quanto no outro, é o cargo das coordenações. Como existem dois cargos com o "mesmo nome", existem duas pessoas coordenando coisas diferentes. Embora a metodologia especifique algumas funções particulares de cada coordenação, existe uma ambiguidade nas relações de poder, em ambos os CRJs, que acaba por diluir e/ou sobrepor a função de uma e outra coordenação, seja na divisão de tarefas (que às vezes não ocorre) e/ou na especificidade de cada tarefa executada.

Ainda que os cargos tenham sido pensados numa perspectiva de compartilhar a sobrecarga de gestão do serviço, existem diferenças fundamentais entre um e outro, que se misturam, se confundem e entram em atrito, talvez por causa da duplicidade do termo "coordenação". Observamos que estes cargos, ao carregarem o mesmo nome, podem vir a ser um risco no funcionamento da metodologia e sua operacionalização de maneira compartilhada.

Dessas constatações emergiram alguns questionamentos: é preciso rever a composição da equipe? A composição atual oferece risco à metodologia? Como desenhar melhor os cargos de referência? No exercício de contribuir com as respostas das questões, sugerimos que o nome da Coordenação de Articulação se transforme em "referência técnica de articulação" e que um organograma dos cargos e funções seja desenhado e especificado na metodologia.

Foi possível observar que a relação entre os CRJs e a secretaria tem se aprofundado e se estreitado desde que as consultoras da SEDH passaram a acompanhar o processo de

atuação das equipes semanalmente. Entretanto, algumas informações importantes como, por exemplo, as relações interpessoais, nem sempre chegam diretamente até a equipe responsável pelo acompanhamento.

A frequência assídua no campo permitiu que as relações entre IJSN e equipe CRJ se estreitassem de modo que as dificuldades e os limites aparecessem sempre que necessário, o que denota a importância que as equipes dão para o monitoramento realizado pelo IJSN. Diversas situações e dificuldades foram relatadas, a partir de uma relação de confiança e, após os relatos, a equipe de pesquisa fazia a ponderação sobre o que nos cabia relatar, face a importância e o impacto sobre a política, sempre considerando o cuidado ético com as pessoas que se dispunham a fazer os relatos. Todas as observações registradas nesta seção foram alvo de análise interna da equipe e, somente depois deste crivo de cuidado sob a reflexão ética, decidimos coletivamente o que deveria ser ou não compartilhado.

5.7.4 Metodologia

Desde o início do processo de monitoramento e avaliação, uma das principais dificuldades apontadas pelas equipes foi a compreensão da metodologia. Isso compareceu tanto nas entrevistas realizadas com as equipes, quanto nas conversas realizadas enquanto estávamos no campo. Inicialmente, a principal queixa era sobre a escrita, de difícil entendimento: era unânime a dificuldade de compreender o texto, os objetivos e os caminhos.

A partir da prática, foi possível observar que a metodologia foi se assentando e as dificuldades diminuindo, embora isso não tenha ocorrido de maneira geral. Observamos que essa dificuldade não se relaciona apenas ao texto, mas ao lugar que estão ocupando, uma vez que a metodologia proposta se trata de uma política nova, cujas equipes ainda não conheciam e estão conhecendo/aprendendo/fazendo junto com sua execução.

Além da dificuldade de compreensão da metodologia de modo geral, uma das principais preocupações da equipe girou em torno do Circuito Formativo de Direitos Humanos. A verdade é que as equipes não haviam entendido exatamente o que é o Circuito, como

executá-lo e como torná-lo factível diante da dinâmica cotidiana do Centro. Ambos os CRJs encontraram estratégias para executá-lo com autonomia e a partir do seu funcionamento específico. Entendemos que o circuito foi revisitado pela secretaria e que outro sentido/caminho foi proposto. O que demandará uma observação atenta do processo em curso.

Cabe ressaltar que ambos os CRJs são os primeiros a experimentarem a metodologia e muitas das alterações realizadas nela partiram ou partirão desta experiência.

5.7.5 Dimensão dos Direitos Humanos e fazer ético

Chamamos de fazer ético e político aquele que orienta as práticas profissionais dentro e fora do CRJ. As perguntas que direcionam esse tópico, de acordo com a observação realizada, são: a) como as equipes têm conduzido seus fazeres? b) como as relações entre jovens e as equipes têm sido tecidas?

Escolhemos colocar a dimensão dos Direitos Humanos dentro do tópico que abordamos sobre a metodologia, porque partir do pressuposto de que direitos humanos são todos aqueles necessários para que tenhamos uma vida digna, é fundamental para o entendimento e operacionalização da metodologia.

Dentro de ambos os CRJs, foi possível observar uma diversidade de juventudes: pretos e pardos, brancos, LGBTI+, evangélicos, de religiões afrobrasileiras. Embora já tenhamos situado as percepções acerca da equipe anteriormente, é importante ressaltar a fragilidade no repertório com relação à diversas temáticas caras e importantes à garantia dos direitos humanos, tais como a dimensão do racismo, da lgbtfobia, do capacitismo e outras discriminantes.

Essa fragilidade no repertório em direitos humanos ficou evidente tanto nos diálogos tecidos em momentos informais, quanto nas discussões formais presenciadas, no planejamento da oficina de PVida e outras coisas que fomentam essa percepção.

Apesar da vasta experiência curricular no trabalho com as juventudes, que aparece em outros momentos deste relatório, observamos uma fragilidade significativa nos repertórios sobre Direitos Humanos de parte da equipe. Algumas experiências relatadas

partem exclusivamente de clínicas particulares e do cumprimento de medidas socioeducativas, sem englobar o trabalho na perspectiva dos Direitos Humanos. Evocar essa história é importante, porque a trajetória das técnicas de referência tende a se expressar na experiência atual no CRJ, assim como comparece nas queixas e dificuldades cotidianas. Lidar com o cotidiano - o entendimento da metodologia, o dia a dia do serviço e a divisão de tarefas em uma equipe multidisciplinar numa perspectiva interdisciplinar - foi um desafio importante, sobretudo nos primeiros meses de execução da política.

A fragilidade do repertório em direitos humanos traz um risco relevante na condução de casos específicos; mesmo que sejam pontuais, podem macular a política. Por exemplo, a condução equivocada de casos de jovens LGBTI+, alicerçada em estereótipos e falsas correlações, produz marcas profundas no(a) jovem atendido(a). O mesmo pode ocorrer com outros grupos estigmatizados socialmente. A reprodução não refletida de estereótipos, estigmas e falsas associações difundidas no senso comum da sociedade tende a se configurar em mais uma forma de violência a qual certos grupos estão submetidos cotidianamente.

Se uma intervenção das equipes, por exemplo, parte dessa perspectiva equivocada, quantos(as) jovens passarão por essa situação violenta? De onde partem as informações e o conhecimento dos(as) profissionais acerca das identidades e vidas dos grupos vulnerabilizados atendidos, como a população LGBTI+, os(as) jovens negros(as), os(as) jovens com deficiência? Tudo isso requer cuidado, atenção cotidiana e processos formativos continuados em uma perspectiva interseccional pautada nos direitos humanos.

Ainda que a SEDH esteja presente com acompanhamento técnico e formação permanente, alguns posicionamentos precisarão de mais tempo e investimento (de formação, momentos em equipe e etc.) para serem diluídos. Conforme já afirmado anteriormente, embora aconteçam problemas pontuais no cotidiano das equipes, estes não comprometem a totalidade do serviço, o que não diminui sua relevância.

É evidente como a grande maioria dos(as) jovens se relaciona com a equipe com confiança no desenvolver do trabalho, e como o vínculo tem sido estabelecido cotidianamente com a maior parte das equipes, o que aumenta a necessidade de cuidado e a responsabilidade que recai sobre essa política, tão cara para as juventudes. As observações tecidas aqui são todas feitas a partir desta perspectiva da possibilidade e necessidade de um aprimoramento contínuo do fazer dos CRJs.

5.8 O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS MENSAIS DOS CRJS FEU ROSA E TERRA VERMELHA

Os documentos aqui descritos são os relatórios mensais enviados pelos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) Feu Rosa, referentes a dezembro de 2021 a dezembro de 2022, e Terra Vermelha, referentes a julho de 2021 a dezembro de 2022. As datas de início de envio dos relatórios de cada CRJ não coincidem, uma vez que as datas de inauguração e início de atendimento aos(às) jovens também são diferentes.

Estes relatórios são elaborados pelas equipes dos CRJs como requisito da SEDH, com cópia para o IJSN, como subsídio ao monitoramento e avaliação da implementação desta política. Tais relatórios trazem questões sobre funcionamento, atividades realizadas, acompanhamentos, oficinas, cursos ofertados, perfil do público alcançado, entre outras especificidades de acordo com a metodologia e os planos de trabalho de cada Organização da Sociedade Civil, no caso, a Adesjovem e a Bem Brasil. Os documentos informam, ainda, como estes serviços ofertados pelos CRJs são organizados, expondo as dinâmicas do cotidiano de cada Centro.

É importante explicitar que os números indicados no decorrer desta seção correspondem ao somatório de cada relatório, ou seja, 13 relatórios mensais alusivos ao Centro Feu Rosa e 18 Relatórios mensais alusivos ao Centro Terra Vermelha. Isto implica que ao sinalizar o total de registros durante o período considerado, este se refere à soma dos registros mensais que pode contabilizar o(a) mesmo(a) jovem mais de uma vez. Portanto, a referência aqui será sempre ao número de registros e não ao número de jovens. Embora não traga o perfil do(a) jovem que frequenta, atendido(a) ou acompanhado(a), e informação constante na seção que foca nos dados administrativos oriundos dos formulários Inicial e de Acompanhamento, os números apresentados aqui

trazem uma informação relevante acerca da caracterização dos atendimentos realizados pelos CRJs.

5.8.1 Centro de Referência das Juventudes Feu Rosa

Os relatórios enviados pelo CRJ Feu Rosa, de acordo com seus serviços ofertados, estão classificados em Participação, Atendimento e Acompanhamento, lembrando que essas classificações não se sobrepõem, ou seja, podem se complementar. Existe a possibilidade do(a) jovem participar pontualmente dos passeios, mas não ser atendido(a) na oficina ou acompanhado(a) pelo PVida, por outro lado, o(a) mesmo(a) jovem pode participar dos passeios ou do brota no CRJ, bem como estar inserido(a) em uma oficina e ser acompanhado(a) pelo PVida e PTrampo. O quadro 02 indica onde os serviços ofertados estão classificados.

Quadro 5 – Serviços ofertados classificados em participação, atendimento e acompanhamento - CRJ Feu Rosa

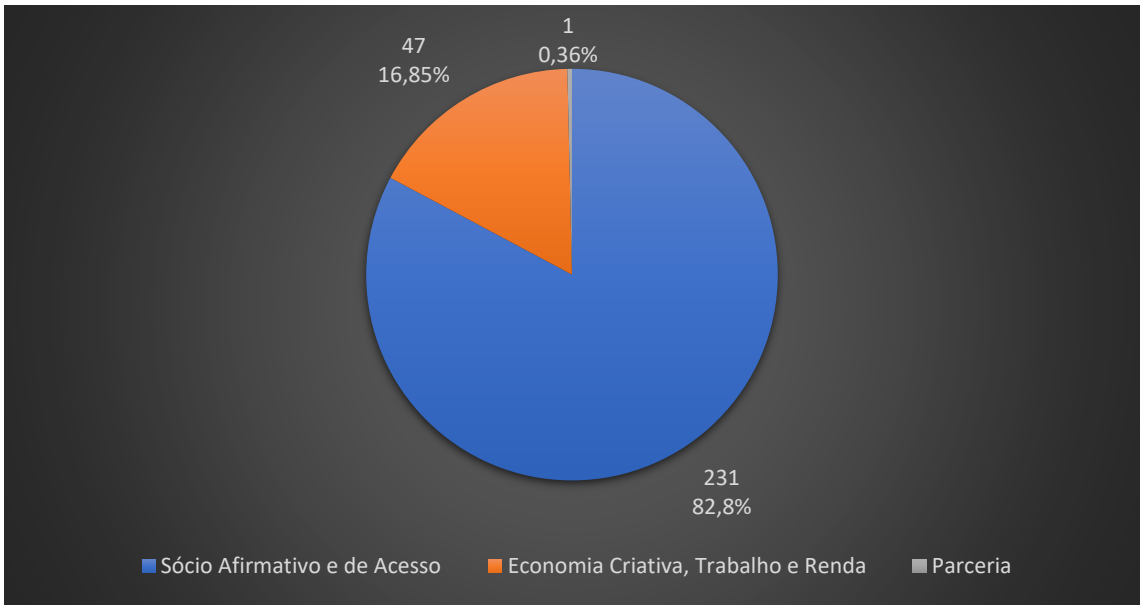
Participação	Atendimento	Acompanhamento
Passeios	Oficinas	PVida
Apresentações culturais	Circuito Formativo em Direitos Humanos (CFDH)	PTrampo
Brota no CRJ	_____	LABpoca[56]
_____	_____	Outras Demandas

[56]Na metodologia dos CRJs do governo do Estado do Espírito Santo, o LAPpoca é um Eixo dentro do Núcleo de Economia Criativa, Trabalho e Renda e a partir do relatório de maio de 2022 do CRJ Feu Rosa, este eixo vem situado na categoria Acompanhamento.

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação a estes serviços ofertados, os relatórios mensais sinalizam seus respectivos Núcleos e Eixos. Nesse quesito, o CRJ Feu Rosa, dentro do Núcleo Sócio afirmativo e de acesso, organizou 82,8% (231) das atividades, no Núcleo Economia Criativa, Trabalho e Renda organizou 16,8% (47) e no núcleo Parceria foi organizado 0,36% (1) atividade de um total de 279 atividades realizadas entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 (Gráfico 63).

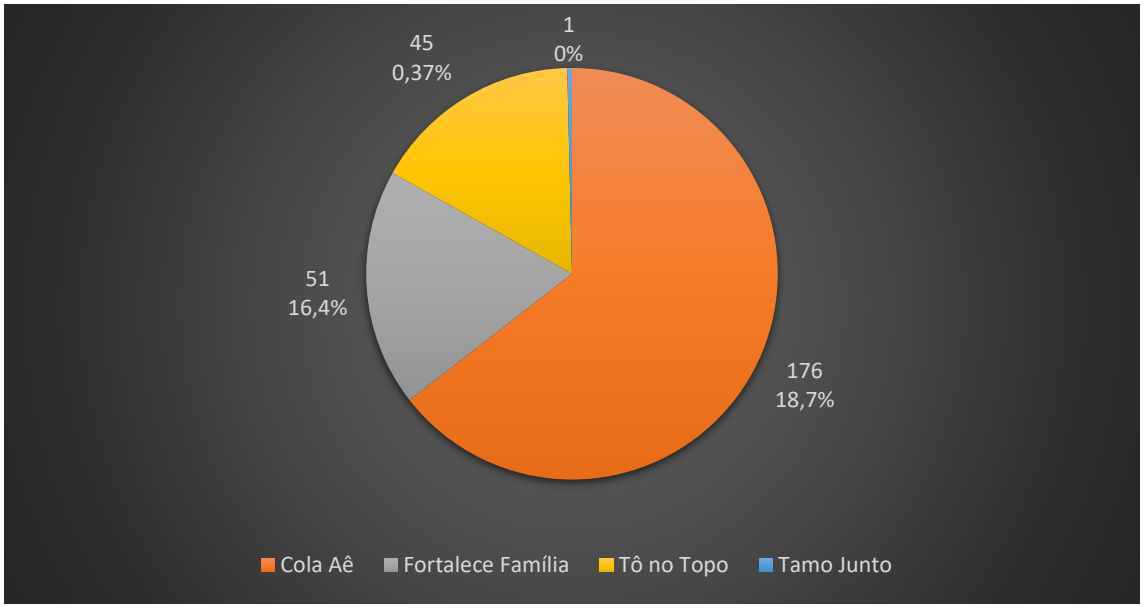
Gráfico 63 – Distribuição das atividades do CRJ Feu Rosa, por Núcleos, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Os Núcleos são guarda-chuvas para os Eixos de intervenção, sendo assim, as 273 atividades estão distribuídas também entre os 4 Eixos que foram apontados nos relatórios: 64,5% (176) das atividades foram no Eixo Cola Aê, 18,7% (51) no Fortalece Família, Tamo Junto 0,37% (1) e 16,5% (45) no Eixo Tô no Topo, conforme mostra o gráfico 64:

Gráfico 64 – Distribuição das atividades do CRJ Feu Rosa, por Eixos, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 (%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

As atividades foram contabilizadas neste relatório de acordo com a ocorrência e não em relação aos dias efetivos de realização e de duração de cada uma delas. Para fins de registro, optamos por considerar um único registro por atividade, mesmo que esta ocorra em vários dias. Por exemplo, uma oficina que ocorreu em vários momentos, é registrada como uma única atividade mensal.

Em relação à categoria Participação, os relatórios mostram que as principais atividades desenvolvidas pelo CRJ entre os meses mencionados foram: passeios para Ilha do Príncipe, Praia Grande/Igreja dos Reis Magos, Vila das artes, Casa de Pedra e Festa da Cidade (Vila Velha). Além das referidas atividades, diariamente os(as) jovens participam de jogos online na sala "Trampo da Hora" na sede do CRJ, passeio no Parque Cultural Casa do Governador; futebol de sabão; campeonato de *valorant;* rodas de violão; vôlei; cineclube; oficinas abertas de dança, futebol de sabão, karaokê e a semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens: Oficina de poesia Escola Marinete.

A presença diária dos(as) jovens se dá não só em relação aos jogos online, uma vez que há uma grande quantidade de frequentadores(as) ocupando os espaços do CRJ em diversos horários, principalmente entre o final da tarde e à noite.

O “Brota no CRJ” é outra atividade inserida na categoria Participação, cujo conteúdo varia a cada mês. O intuito desta atividade sociocultural mensal é estimular os(as) jovens a apresentar culturalmente o que aprenderam nas oficinas que o CRJ oferta, como canto, dança e teatro integrando a comunidade nestas ocasiões.

O “Brota no CRJ” ocorrido no mês de junho/2022 merece destaque, pois foi uma atividade temática referente ao mês do orgulho LGBTI+. Foi um “Brota” de extrema importância não só para as juventudes frequentantes do CRJ, mas principalmente para os(as) jovens LGBTI+ e também para as juventudes do território, possibilitando um debate sobre esta temática que ainda é um tabu em nossa sociedade.

Vale ressaltar que nos dias 27 e 28 de maio aconteceu a mostra cultural com uma programação de mais de 16 horas, o que possibilitou a interação dos(as) jovens do CRJ com a comunidade por meio de várias apresentações culturais, como o *hip hop*. Em especial, cita-se as batalhas de rima, que possibilitariam ao(à) vencedor(a) a participar do ORIGRAFFES, o maior encontro internacional de *graffiti* que também ocorreria em Feu Rosa entre os dias 22 e 24 de julho.

O relatório do mês de julho/2022 que relatou sobre as atividades do CRJ no ORIGRAFFES não informou especificamente se houve a participação do(a) jovem que venceu as batalhas de rima, porém relatou que houve a participação do CRJ como parceiro através da montagem de uma tenda para que os(as) jovens do LABpoca pudessem atuar com arte em tranças e vendas de lanches para os(as) participantes do evento. Ademais, a referida mostra contou com a presença de vários MC’s e ofertou serviços diversos à comunidade, por meio das parcerias realizadas, tais como a realização de cadastro no CADÚNICO, orientação profissional e cadastro para tratamento odontológico. A mostra de profissões do segundo semestre de 2022 foi realizada em 25 de agosto através de vivência na feira de profissões Multivix da Serra, na qual os(as) jovens puderam circular pelo espaço e visitar as salas que tivessem o curso de seus interesses. Já a mostra cultural anual de 2022 aconteceu entre 23 e 29 do mês de novembro com exposições de máscaras africanas e a apresentação do espetáculo Brotos e Raízes no Teatro Municipal de Novo Porto Canoa/Serra e Centro Cultural Frei Civitella Del Tronto/Cariacica, trazendo temáticas sobre raça, etnias e direitos humanos.

Quanto à categoria Atendimento, o CRJ oferta mensalmente oficinas, algumas com durações pré-estabelecidas e outras permanentes, tais como: danças urbanas, dança de salão, oficina de jazz, canto, barbearia, vôlei, *Jiu-jitsu*, capoeira, desenho, fotografia, pintura, forró, informática, *design* de sobrancelha, trança.

As oficinas oferecidas proporcionam aos(às) jovens o desenvolvimento e o aprimoramento de suas habilidades, além de oportunizar momentos de lazer, aprendizagem profissionalizante, troca de conhecimentos e experiências de vida.

A participação do(a) jovem nestas oficinas pode oportunizá-los(as) a ingressar no mercado de trabalho e a gerar renda. Nos relatórios, há a informação de jovens que participaram da oficina de trança e, a partir dos insumos ofertados pelo CRJ, tiveram seu primeiro trabalho remunerado; também há relatos de jovens da oficina de barbearia que estão realizando atendimentos no estúdio do CRJ e gerando renda.

Durante as oficinas acontece de forma processual o Circuito Formativo de Direitos Humanos (CFDH), em que se discutem diversas temáticas ligadas aos Direitos Humanos. O quadro 06 informa as temáticas discutidas no CRJ durante o CFDH, de acordo com o mês:

Quadro 6 – Temas do Circuito Formativo em Direitos Humanos do CRJ Feu Rosa, por mês, entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022

Mês/ano	Temas
Dezembro/21	Juventudes; Racismo e Sexualidade.
Janeiro/22	Cultura dos jogos; Relações étnico-raciais e Profissionalização.
Fevereiro/22	Racismo; Feminismo; Política e Sociedade e Representação social.
Março/22	Juventudes; Geração; Gênero; Preconceito; Direito ao voto e Colorismo.
Abril/22	Machismo; Juventudes; Geração; Racismo; Colorismo e Saúde Mental.

Maio/22	Juventudes; Geração; Questões raciais; Colorismo; Criminalização da Juventude Negra e direito ao Trabalho.
Junho/22	Diversidade Sexual; Gênero, LGBTfobia,
Julho/22	"Comunicação, mídia e fake news". Participação das juventudes dentro do campo político e o direito à cidadania.
Agosto/22	Estatuto das Juventudes Artigo 4,5 e 6 - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil.
Setembro/22	Desafios dos Direitos Humanos na Contemporaneidade, Raça, Etnia e Direitos Humanos; Direitos Humanos e Identidades e Cultura e Direitos Individuais
Outubro/22	Cultura e Direitos Individuais.
Novembro/22	Arte, cultura do mundo hip hop, políticas públicas e perspectivas de trabalho e renda por meio da arte. Mês da consciência negra. Raça, Etnias e Direitos Humanos. Cultura e representatividade negra do Espírito Santo.
Dezembro/22	Questões Raciais

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

As ações que ocorrem no CRJ contam sempre com a participação da equipe e/ou, pelo menos, de um(a) trabalhador(a) de referência, seja da equipe multidisciplinar, articulador(a) ou educador(a) que acompanha de perto seu funcionamento, o que possibilita percepções sobre o percurso da ação.

Alguns relatórios indicam que houve uma diminuição de jovens participantes ao longo do tempo em algumas oficinas, e, como resposta, ocorreram readequações de horários e de carga horária. Esta diminuição não parece ter se dado por desinteresse dos(as) jovens ou pelo fato da oficina se tornar desinteressante, mas sim porque muitos(as) jovens retomaram seus estudos, outros(as) conseguiram estágios e trabalhos, outros(as)

mudaram de município, impossibilitando-os(as) de frequentá-la. É importante frisar ainda a existência de uma possível sazonalidade na operação do CRJ, já que em momentos de férias escolares, por exemplo, a demanda por seus serviços acaba sendo mais intensa.

Em relação à categoria Acompanhamento, nos primeiros meses de implementação do CRJ Feu Rosa, não houve registro para as modalidades do PVida, PTrampo e LABpoca. Ocorreu, contudo, acompanhamento para Outras Demandas, ou seja, houveram jovens que buscaram o CRJ para questões específicas que demandaram atenção da equipe multidisciplinar, com consequentes encaminhamentos para outros serviços.

No decorrer dos meses de funcionamento do CRJ, como efeito das mobilizações e articulações no território, houve registros para PVida, PTrampo e LABpoca e aumentou a procura para Outras Demandas. Os gráficos 22, 23 e 24 demonstram o perfil dos(as) jovens, em percentual, nas diversas modalidades de Acompanhamento.

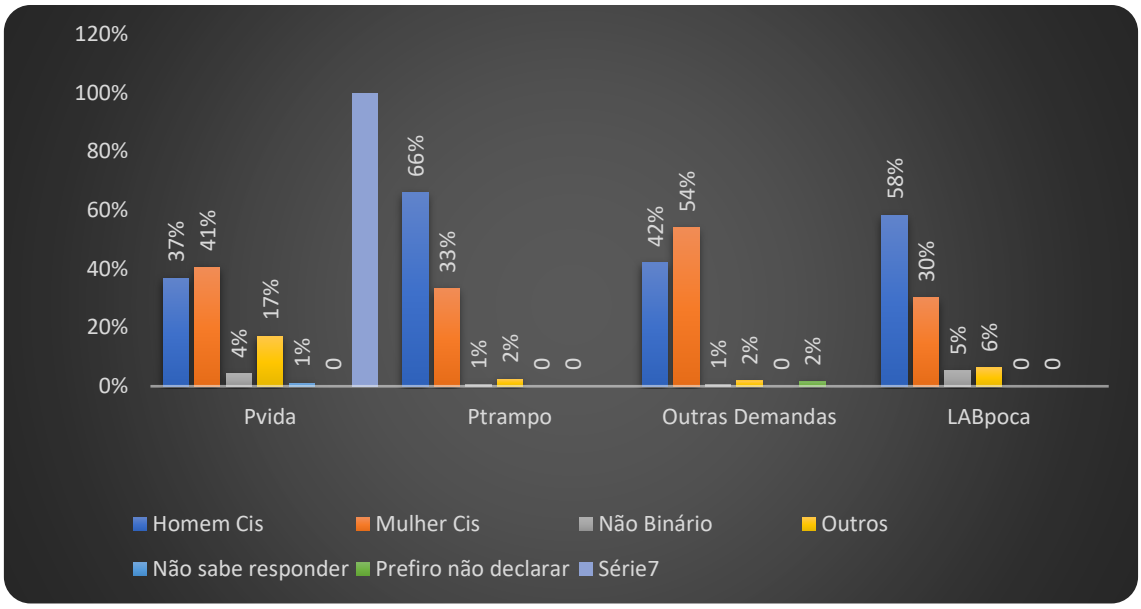
Em relação ao gênero, entre o total de 187 registrados(as) no acompanhamento PVida, 37% (69) dos jovens se declararam homens cisgênero; 41% (76) das jovens se declararam mulheres cisgêneros; 4% (8) não binários(as); 17% (32) responderam a opção outros e 1% (2) não soube responder.

Entre os(as) 162 jovens registrados(as) no PTrampo, 66% (107) se declararam homens cisgênero; 33% (54) se declararam mulheres cisgêneros; 1% (1) não binário(a); 2% (4) responderam a opção outros.

Entre os(as) 333 jovens registrados(as) em Outras Demandas, 42% (140) se declararam homens cisgêneros, 54% (180) se declararam mulheres cisgêneros, 1% (2) não binários(as), 2% (6) outros, 2% (5) responderam que preferiam não se declarar.

Entre os(as) 96 jovens registrados(as) no LABPoca 58% (56) se declararam homens cisgêneros, 30% (29) mulheres cisgêneros, 5% (5) não binários(as) e 6% (6) outros. Esses dados estão sinalizados no gráfico 22.

Gráfico 65 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22(%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

No que concerne à faixa etária, entre o total de 172 jovens registrados(as) no PVida, 85% (146) dos(as) jovens declararam ter entre 15 e 19 anos; 14% (24) entre 20 e 24 anos; e 1% (2) disse ter entre 25 e 29 anos.

Entre o total de 144 registrados(as) no PTrampo, 60% (87) dos(as) jovens afirmaram ter entre 15 e 19 anos; 25% (36) entre 20 e 24 anos; 14% (20) disseram ter entre 25 e 29 anos e 1% (1) disse ter acima de 30 anos.

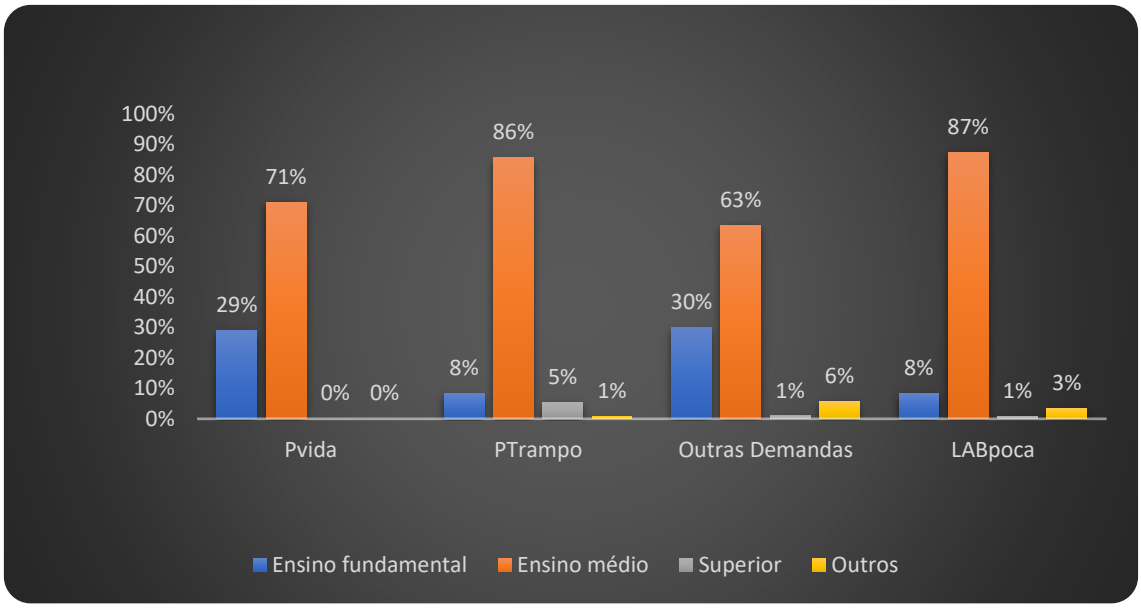
Entre o total de 323 jovens registrados(as) em Outras Demandas, 67% (217) deles(as) disseram ter entre 15 e 19 anos; 11% (35) entre 20 e 24 anos; 7% (24) dos(as) jovens declararam ter entre 25 e 29 anos e 15% (47) deles(as) afirmaram ter acima de 30 anos.

No LABpoca, entre o total de 106 jovens registrados(as), 69% (73) dos(as) jovens disseram ter entre 15 e 19 anos, 23% (24) deles(as) declararam ter entre 20 e 24 e 8% (9) disseram ter entre 25 e 29 anos. Essas informações estão indicadas no gráfico 23.

Pode-se observar que há concentração de idade entre os(as) jovens de 15 a 19 anos no PVida, PTrampo, Outras Demandas e LABpoca. Vale pontuar, ainda, que houve um registro expressivo de adultos acima de 30 anos atendidos(as) em Outras Demandas

(47), o que deve ser avaliado, na perspectiva do atendimento em rede no território, com cautela pelas equipes, uma vez que ultrapassa o público prioritário desta política pública.

Gráfico 66 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22 (%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

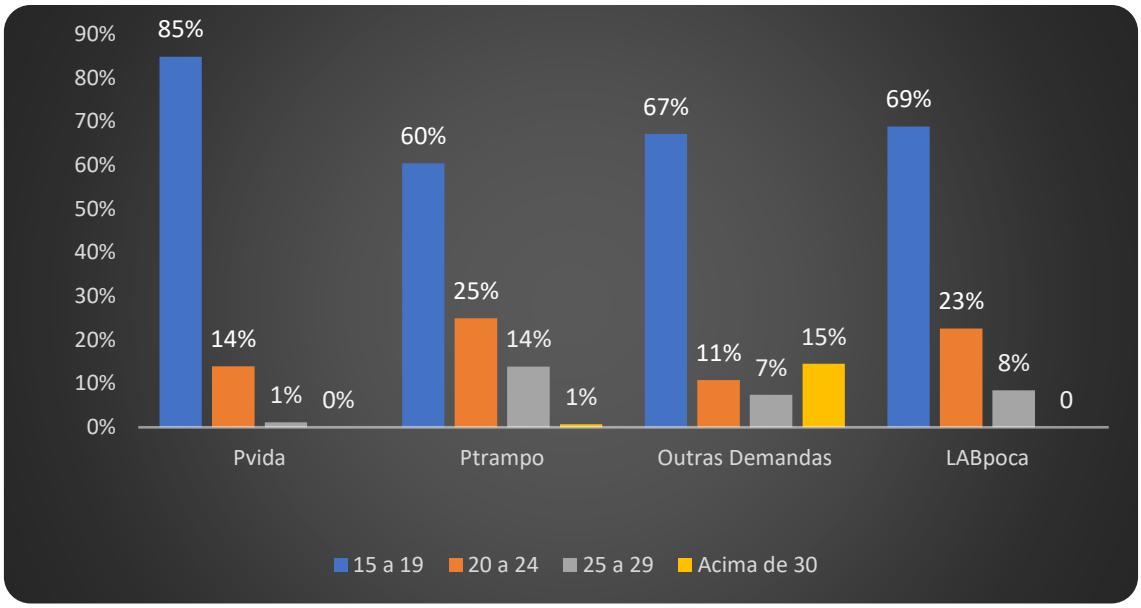
No que diz respeito à escolaridade, conforme mostra o gráfico 24, entre o total de 159 jovens registrados(as) no PVida, 29% (46) declararam estar cursando o Ensino Fundamental e 71% (113) afirmaram cursar o Ensino Médio.

Entre o total de 146 jovens registrados(as) no PTrampo, 8% (12) declararam estar no Ensino Fundamental, 86% (125) no Ensino Médio, 5% (8) no Ensino Superior e 1% (1) respondeu outros.

Entre o total de 315 jovens registrados(as) em Outras Demandas, 30% (94) disseram cursar o Ensino Fundamental; 63% (200) o Ensino Médio; 1% (3) o Ensino Superior e 6% (18) referiram-se à opção outros.

Do total de 119 jovens registrados(as) no LABpoca, 8% (10) disseram cursar o Ensino Fundamental; 87% (104) declararam estar cursando o Ensino Médio, 1% (1) o Ensino Superior e 3% (4) referiram-se à opção outros.

Gráfico 67 – Distribuição percentual do total de registros em FR, por modalidade de acompanhamento - dez/21 a dez/22(%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

De um modo geral, considerando o perfil dos(as) jovens que foram registrados(as) no CRJ Feu Rosa, no que tange ao Gênero, Faixa Etária e Escolaridade, pode-se afirmar que a maioria é formada por homens cisgêneros, com idade entre 15 e 19 anos, que cursam o Ensino Médio.

Outra questão sobre estes dados é a diferença entre eles. Se observarmos os dados sobre o PVida em relação ao gênero (187), faixa etária (172) e escolaridade (159), vemos uma diferença de quantitativo. Pressupõe-se que esta diferença entre os números, refere-se às informações ausentes ou não declaradas, mas isto não está explicitado nos relatórios.

Os relatórios mensais, principalmente do segundo semestre de 2022, apontam para o aumento das demandas (atendimento psicossocial, atendimento familiar, concessão de vale transporte municipal, concessão de vale transporte intermunicipal e orientações) dos(as) jovens e familiares para atendimento pelas equipes, eentre diversas demandas, especificamente o relatório de julho aponta para o surgimento do acesso ao benefício de cesta básica. Isso traz à tona a realidade que o país vem vivenciando nestes últimos tempos, marcada por desigualdades sociais, pobreza, insegurança alimentar,

principalmente no contexto da COVID19, bem como para a volta do Brasil ao mapa da fome e o aumento da miséria[57].

Outra questão importante que os relatórios trazem diz respeito ao CFDH. Há um desafio para a sua realização e alcance da carga horária prevista na metodologia. Especificamente o relatório de outubro de 2022 traz uma preocupação a este respeito, assim como o relato de sobrecarga por parte dos(as) educadores(as) aliada a não participação do(a) jovem no circuito. Vale ressaltar que é através do circuito formativo que acontecem discussões importantes sobre os Direitos Humanos, como aponta um trecho retirado de um relatório do mês de setembro de 2022:

> Por conta do grande número de atividades e de oficinas ocorrendo no espaço, o circuito fica limitado de execução, tanto com horário comprometido quanto com a programação do circuito. Às vezes é interessante deixar que o som circule durante o circuito, com músicas que fazem os jovens refletirem, com a fala dos jovens na altura e tonalidade que deseja ser falada, outros exemplos podem ser trazidos, porém existem atividades concomitantes devido à carga horária a ser ofertada proposta pela metodologia (SETEMBRO, 2022).

Em contrapartida, outro relatório traz o seguinte trecho:

> O número de jovens frequentantes do CFDH vêm aumentando cada vez mais. Isso pode estar se dando pela mudança no formato do circuito. Antes era muito mais uma roda de conversa, com slides e provocações de debates. Isso continua acontecendo, porém, está sendo mesclado com atividades interativas que atraem mais os jovens (SETEMBRO, 2022).

Ou seja, ao que diz respeito ao CFDH há duas compreensões: uma que diz respeito à dificuldade em realizá-la pela mudança no formato do circuito que se pulveriza no decorrer das oficinas e concorre com o horário e a programação das mesmas, e ao mesmo tempo o fato do CFDH acontecer no decorrer das oficinas se mostra como um facilitador para a participação dos(as) jovens.

[57] Para maiores informações, verificar o tópico 4.2.3 deste relatório.

5.8.2 Centro de Referência das Juventudes Terra Vermelha

Embora o CRJ Terra Vermelha tenha sido inaugurado em setembro de 2021, os relatórios enviados abrangem o período de julho de 2021 a dezembro de 2022. Conforme preconiza a metodologia do CRJ, nos meses de julho e agosto de 2021, este Centro concentrou as ações para sua inserção no território; realizou reuniões com vários coletivos da região a fim de identificar as principais demandas das juventudes e organizar as atividades que seriam ofertadas e, ao mesmo tempo, também se voltou para a organização e reforma do espaço visando a inauguração, que ocorreu em 04 de setembro de 2021.

Alguns relatórios informam os temas discutidos durante as atividades ofertadas, a saber: extermínio da juventude negra, mercado de trabalho, políticas públicas, violência contra a mulher, ancestralidade, memória e história, população afrodescendente no Brasil, racismo antinegro e os mecanismos políticos que determinam que a estética crespa é de difícil cuidado, empreendedorismo digital, dia Internacional das Juventudes, representatividade de jovens negros de periferia, amor e responsabilidade afetiva, autoestima negra, investimento em sonhos, agosto Lilás, 16 anos da Lei Maria da Penha, construção de masculinidade, processos de animalização dos homens negros, filosofia africana Ubuntu, ciência e saúde mental, políticas públicas para as Juventudes, organização popular de movimentos juvenis, relacionamento com pais e mães, o que é machismo?

Outros relatórios abordam ações ocorridas no CRJ, mas sem indicar se houve discussão sobre algum tema específico. Vale destacar que os relatórios entre julho e novembro de 2021 não possuíam um modelo a ser seguido. Este modelo foi disponibilizado pela SEDH a partir de dezembro de 2021, o que possibilitou um padrão de coleta de informações pelos dois CRJs pilotos. Assim como o CRJ Feu Rosa, Terra Vermelha organiza seus serviços de acordo com as categorias Participação, Atendimento e Acompanhamento:

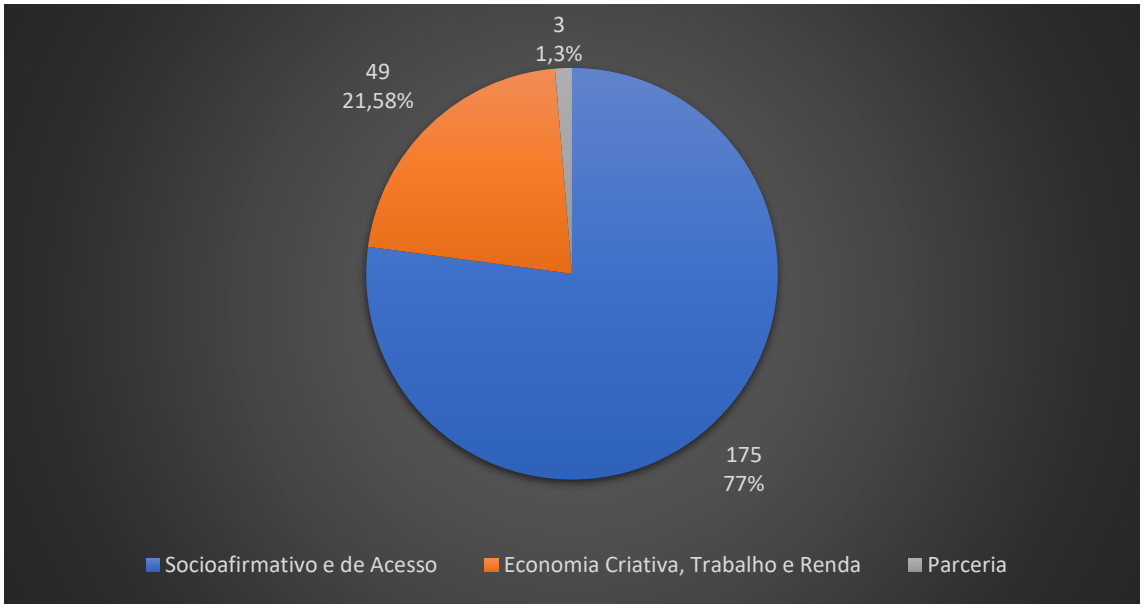
Quadro 7 – Serviços ofertados classificados em participação, atendimento e acompanhamento - CRJ Terra Vermelha

Participação	Atendimento	Acompanhamento
Passeios	Oficinas	PVida
CRJ nas ruas/escolas	_____	PTrampo
Sextou no CRJ	_____	Outras Demandas
Roda de Conversa	_____	_____
Circuito Formativo em Direitos Humanos	_____	_____

Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Estas atividades também se inserem nos Núcleos e Eixos, conforme mostram os gráficos 25 e 26. De um total de 227 atividades desenvolvidas pelo CRJ Terra Vermelha no período de análise, 77% (175) delas concentram-se no Núcleo Socioafirmativo e de Acesso, 22% (49) no Núcleo de Economia Criativa, Trabalho e Renda e 1% (3) no Núcleo de Parcerias. As atividades foram contabilizadas neste relatório de acordo com a ocorrência e não em relação aos dias efetivos de realização e de duração de cada uma delas. Por exemplo, a oficina de vôlei acontece 2 vezes durante a semana, ou seja, em um mês de 4 semanas, 8 vezes ao mês. Para fins de registro, optamos por considerar uma única atividade em si - a oficina que ocorreu em vários momentos, mas é uma única atividade.

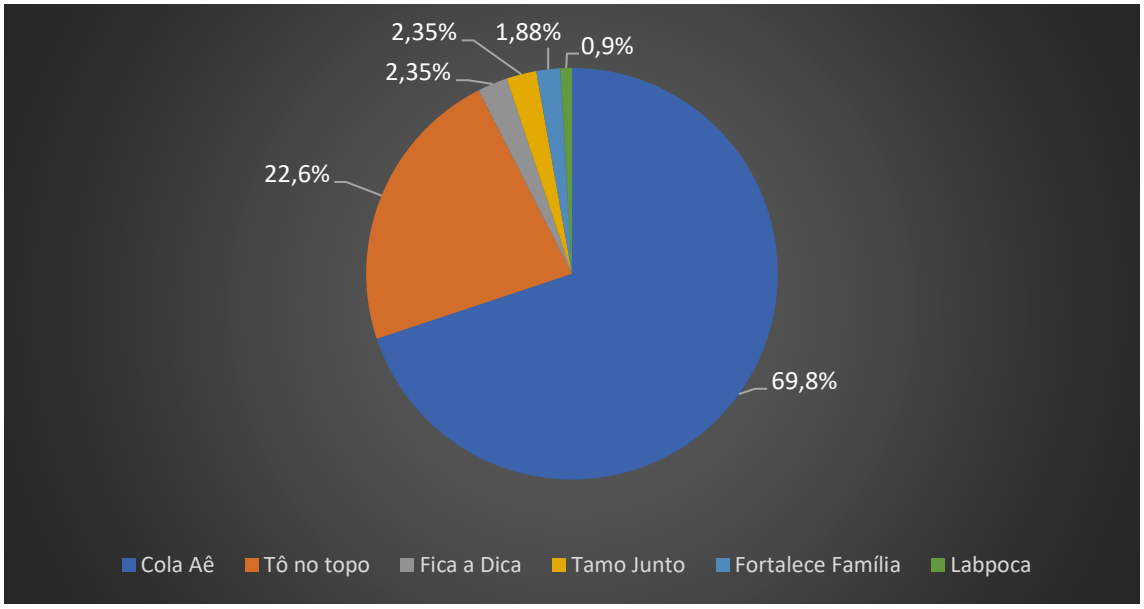
Gráfico 68 – Distribuição das atividades do CRJ Terra Vermelha, por Núcleos, entre jul. de 2021 e dez. de 2022(%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

O Eixo mais representativo do CRJ Terra Vermelha é o eixo “Cola Aê” com 70% (148) de um total de 212 atividades; em seguida, está o eixo “Tô no Topo”, que concentra 23% (48) das atividades, seguido do eixo “Fortalece Família”, com 2% (4). Os eixos “Fica a Dica” e “Tamo Junto” correspondem a 2% (5) cada e o eixo LABpoca com 1% (2).

Gráfico 69 – Distribuição das atividades do CRJ Terra Vermelha, por Eixos, entre jul. de 2021 e dez. de 2022(%)



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria

Cabe pontuar que o quantitativo de atividades que são referenciadas em relação aos Núcleos, se diferem em relação aos Eixos, isto se dá pelo fato de que um mesmo Núcleo comporta mais de um Eixo. Por exemplo, os Eixos "Fortalece Família, “Fica a Dica” e “Cola Aê", metodologicamente fazem parte do Núcleo socioafirmativo. Alguns serviços ofertados fazem parte de um Núcleo e de dois Eixos ao mesmo tempo.

Ao que tange à categoria Participação, os relatórios mostram que os principais serviços desenvolvidos pelo CRJ entre estes meses foram: sessões de cinema; passeios; participações em festivais; rodas de conversas; CRJ nas ruas; Circuito Formativo em Direitos Humanos (CFDH), bem como atividades que aconteceram apenas uma vez. Outra atividade que está inserida na categoria Participação é o “Sextou no CRJ”, que consiste num espaço de karaokê aberto para os(as) jovens cantarem, dançarem e interagirem entre eles(as).

Vale dar especial atenção aos projetos “Papo Reto dos Crias” e “Acolhendo as Manas” que fazem parte da proposta de CFDH. O “Papo Reto dos Crias” foi pensado para atender especificamente os jovens que se identificam com o gênero masculino e o “Acolhendo as Manas” para atender especificamente as jovens que se identificam com o gênero

feminino ou LGBTI+. Em ambos surgem discussões que dizem respeito a cada público, que talvez se estivessem em um grupo mais amplo, fosse mais difícil de se colocarem. A proposta é de acolhida e escuta das narrativas que cada jovem compartilha, além da discussão de temas que são de interesse de cada grupo.

Em relação ao "CRJ nas ruas", este foi bastante expressivo no mês de março e sua principal característica é a circulação no bairro, com abordagem aos centros comerciais e às famílias locais, objetivando divulgar o CRJ e estabelecer parcerias.

Ao que diz respeito à categoria Atendimento, o CRJ oferta mensalmente oficinas de Capoeira, *Cabelin* na régua, "Nóis de Trança", dança do ventre, axé funk, letra e rima, violão, grafite, capoeira, informática, dança do ventre, quebrada *gamer*, oficina de cultura *hip hop* IASES e skate.

Em relação à oficina de cultura *hip hop* IASES, ela não é uma oficina permanente e foi realizada especificamente para os jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de internação que não possuem o direito de realizar atividades fora do IASES.

Observou-se que a participação dos(as) jovens nas oficinas, no mês de janeiro de 2022, começou a variar em razão do aumento de infectados pela Covid 19, chegando a ocorrer a suspensão de algumas oficinas no período, sendo retomadas aos poucos de acordo com os boletins do governo do Estado sobre a pandemia. Com a retomada das oficinas a partir de fevereiro, os meses subsequentes tiveram em suas programações vários momentos para construir e preparar para o mês de junho duas mostras, uma cultural e uma profissional e o primeiro encontro LGBTI+.

Com a diminuição dos índices sobre a COVID 19, a programação do CRJ foi sendo retomada e as juventudes ocupando cada vez mais o Centro Terra Vermelha.

O CRJ Terra Vermelha há mais de um ano oferta mensalmente oficinas permanentes, uma delas é a oficina de barbearia "*Cabelin* na régua". O relatório do mês de agosto de 2022 informou que um jovem que havia participado desta oficina, ao finalizá-la, se tornou oficineiro do CRJ e conseguiu iniciar sua própria barbearia.

As oficinas ofertadas pelo CRJ são um meio de garantir acesso a uma profissionalização e assegurar alguma oportunidade de emprego e renda aos(às) jovens que ali frequentam.

A primeira mostra de profissões oportunizou a participação de jovens do PTrampo na feira de cursos técnicos do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho (CEET Vasco Coutinho). Segundo o relatório de junho de 2022, os(as) jovens ficaram entusiasmados(as) com a programação ofertada pelo CEET e esperançosos(as) por tomarem conhecimento de que poderiam ter acesso a um ensino superior gratuito, o que sinaliza a importância de se trabalhar em uma perspectiva intersetorial, principalmente no que diz respeito às políticas de educação. Entretanto, estes(as) jovens que participaram da feira de cursos técnicos do CEET Vasco Coutinho, não tinham os pré-requisitos etário e de escolaridade para se inscreverem nos cursos ofertados por este centro.

A segunda mostra possibilitou que os(as) jovens apresentassem à comunidade os aprendizados decorrentes das atividades desenvolvidas nas oficinas, o que foi bem significativo. O encontro LGBTI+, por sua vez, proporcionou diversos diálogos sobre gênero e diversidade sexual, valorizando os(as) jovens LGBTI+ frequentadores(as) do Centro.

Conforme posto na metodologia dos CRJs, há uma indicação de que sejam realizadas duas mostras por semestre, no entanto as mostras do segundo semestre de 2022 foram adiadas para o primeiro bimestre de 2023 pelo grande contingente de chuva no final de 2022, causando inundações em diversos territórios, além da equipe do Centro ter tido capacitação, e também por ter sido copa do mundo.

Quanto ao Acompanhamento, nos meses iniciais do funcionamento do CRJ não há referência relativa ao PVida, PTrampo e Outras Demandas. Com exceção da modalidade Outras Demandas, as demais categorias surgem a partir do relatório de novembro de 2021. A partir dessa data, em todos os meses subsequentes, houve registros das modalidades de acompanhamento, conforme mostram os gráficos 27, 28 e 29 com o perfil dos(as) jovens acompanhados(as).

O gráfico 70 sinaliza a distribuição dos(as) registros por gênero no PVida, PTrampo e Outras Demandas. Cabe ressaltar que o quantitativo de jovens acompanhados(as) que será considerado aqui e ao longo desta seção refere-se à soma dos registros mensais, podendo haver repetição, isto é, o(a) mesmo(a) jovem ser contabilizado(a) em vários meses. Entretanto, a caracterização do perfil sociográfico considerando a totalidade dessa soma, mesmo que haja sobreposições na contagem, não implica perdas analíticas para os fins aqui propostos. A ideia é captar do total de atendimento quantos foram destinados para cada público, em termos de gênero, raça/etnia, idade, etc.

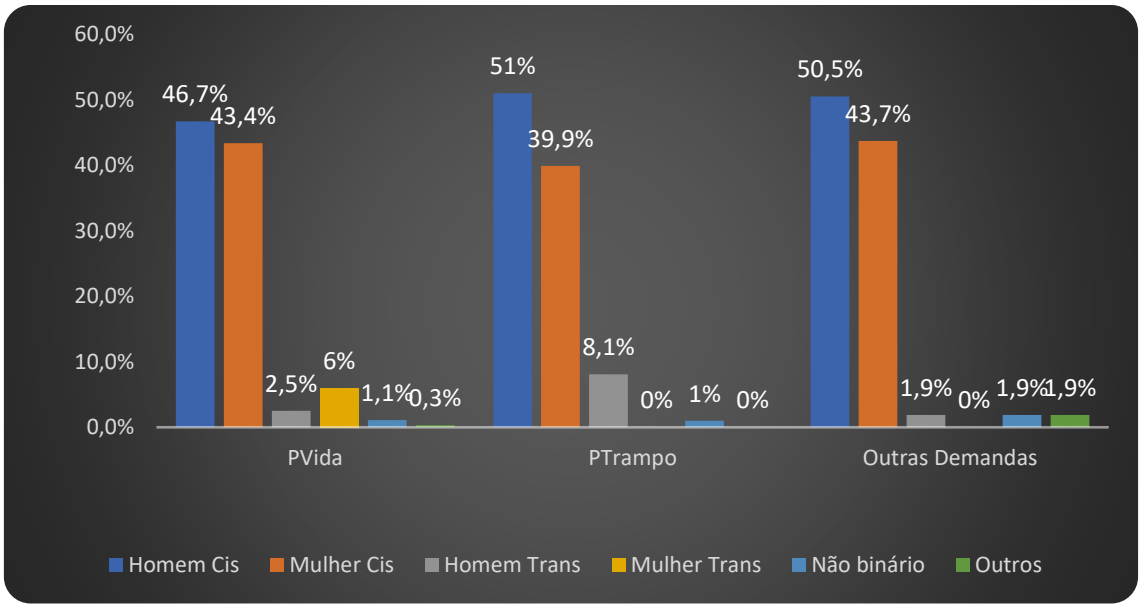
Nota-se que dos(as) 366 registros do PVida, 46,7% (171) se declararam homens cisgêneros, 43,4% (159) se declararam mulheres cisgêneros, 2,5% (9) disseram ser homens transgêneros, 6% (22) mulher transgênero, 1,1% (4) responderam ser não-binário e 0,3% (1) respondeu a alternativa outros.

Em relação ao PTrampo, dos 198 registros, 51% (101) se declararam homens cisgêneros, 39,9% (79) se declararam mulheres cisgêneros, 8,1% (16) disseram ser homens transgêneros, 1% (2) responderam ser não-binário.

Em Outras Demandas, entre os(as) 103 registros, 50,5% (52) deles(as) se declararam homens cisgêneros, 43,7% (45) afirmaram ser mulheres cisgêneros, 1,9% (2) disseram ser homens transgêneros, 1,9% (2) assinalaram a opção outros e não-binário foram 1,9% (2).

Observa-se que embora a maioria dos(as) registros no PVida, PTrampo e Outras Demandas seja composta por jovens homens cisgêneros e mulheres cisgêneros, os(as) jovens trans e jovens não binários compareceram neste grupo, ainda que seja preciso pensar em estratégias para alcançar mais este público.

Gráfico 70 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22



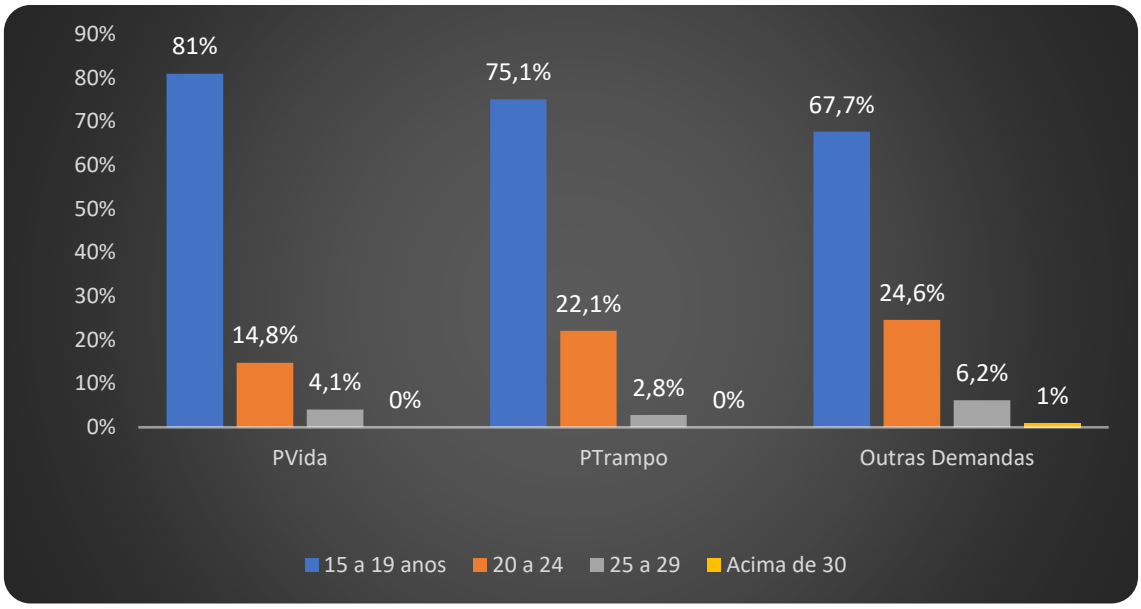
Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em relação à faixa etária dos(as) 364 registros pelo PVida, 81% (295) deles(as) declararam ter entre 15 e 19 anos, 14,8% (54) entre 20 e 24 anos, 4,1% (15) entre 25 e 29 anos.

Entre os 213 registros pelo PTrampo, 75,1% (160) afirmaram ter entre 15 e 19 anos, 22,1% (47) entre 20 e 24 anos, 2,8% (6) entre 25 e 29 anos.

Em relação às Outras Demandas, dos(as) 65 registros, 67,7% (44) deles(as) declararam ter entre 15 e 19 anos, 24,6% (16) entre 20 e 24 anos, 6,2% (4) entre 25 e 29 anos e 1% (1) declarou ter idade acima de 30 anos. Essas informações estão apontadas no gráfico 71. O maior percentual da faixa etária dos(as) registrados(as) no CRJ se insere entre 15 e 19 anos e entre 20 e 24 anos. Sendo menos expressivo o percentual de registros entre 25 e 29.

Gráfico 71 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

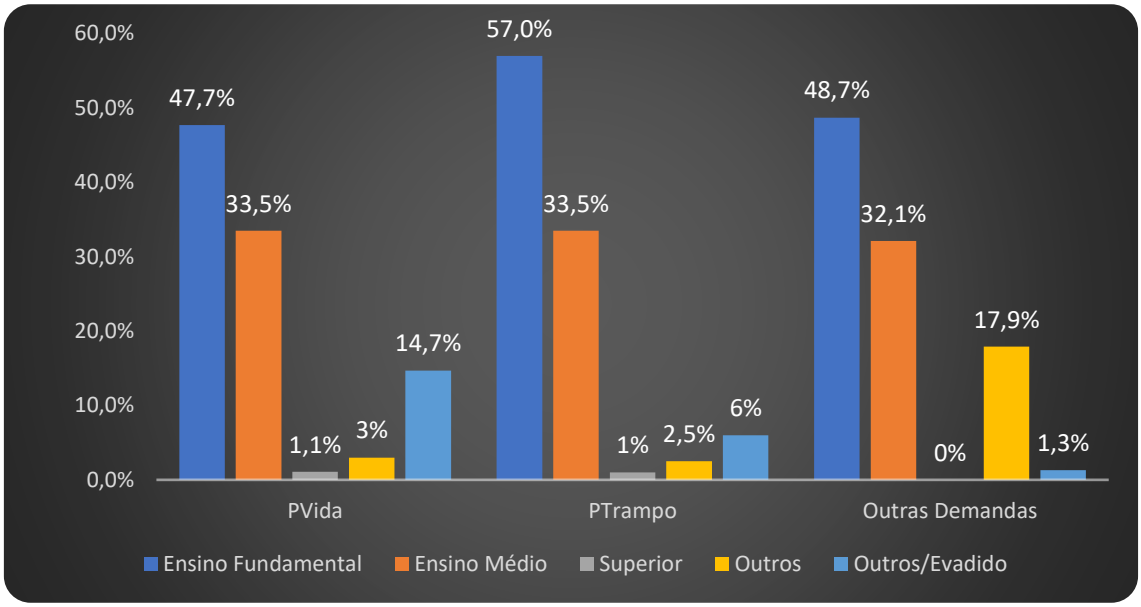
No que se refere à Escolaridade dos(as) 367 registros pelo PVida, 47,7% (175) declararam estar cursando o Ensino Fundamental; 33,5% (123) afirmaram estar no Ensino Médio; 1,1% (4) declararam estar cursando o nível Superior; 3% (11) responderam a opção outros[58] e 14,7% (54) assinalaram a opção outros/evadidos. Já no PTrampo, dos(as) 200 jovens acompanhados(as), 57% (114) declararam estar cursando o Ensino Fundamental, 33,5% (67) o Ensino Médio; 1% (2) declararam estar cursando o nível Superior; 2,5% (5) responderam a opção outros e 6% (12) declararam estar na categoria outros/evadido.

Em Outras Demandas, dos(as) 78 registros, 48,7% (38) disseram estar cursando o Ensino Fundamental; 32,1% (25) o Ensino Médio; 17,9% (14) responderam a opção outros e 1,3% (1) afirmou estar na categoria outros/evadidos. Em linhas gerais, infere-se que há

[58] Quanto à escolaridade, os relatórios mensais variam em relação a categoria "outros" e "outros/evadidos". Entende-se que neste sentido há perda da qualidade dos dados, uma vez que a categoria "outros" se trata de averiguar a escolaridade do(a) jovem, e a categoria "outros/evadidos" não se trata de escolaridade, logo, não há como saber a escolaridade destes(as) jovens registrados(as) no CRJ Terra Vermelha ao se fazer a junção de ambas categorias.

um número expressivo de jovens que cursam o Ensino Fundamental e em seguida o Ensino Médio, conforme apresenta o gráfico 72.

Gráfico 72 – Distribuição percentual do total de registros em TV, por modalidade de acompanhamento – jul./21 a dez./22[59]



Fonte: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes. Elaboração própria.

Em linhas gerais, pode-se inferir que, entre o público que mais participa das atividades do CRJ Terra Vermelha, prevalecem os jovens homens cisgêneros, com idade entre 15 e 19 anos e com maior concentração de escolaridade no Ensino Fundamental. Outra questão sobre estes dados é a diferença entre eles. Se observarmos os dados sobre o PVida em relação ao gênero (366), faixa etária (364) e escolaridade (367), vemos uma diferença de quantitativo. Pressupõe-se que esta diferença entre os números, refere-se às informações ausentes ou não declaradas, mas isto não está explicitado nos relatórios.

Sobre a modalidade de acompanhamento "Outras Demandas", percebe-se no decorrer dos meses que a partir do segundo semestre de 2022, os relatórios mensais não dão visibilidade sobre o perfil dos(as) jovens registrados(as), logo não se pode dizer quem

[59] Em relação ao perfil escolar dos(as) jovens registrados(as), a partir de março de 2022, nos relatórios do CRJ Terra Vermelha foi acrescentada a opção de resposta "outros/evadidos(as)".

está demandando. Reforça-se que é necessário caracterizar os(as) jovens que procuram o CRJ com alguma demanda, mas não se enquadram nas outras modalidades de acompanhamento, para que assim possamos conhecer quem é este(a) jovem que está fazendo uso desta política para as juventudes.

Outro ponto imprescindível sobre os relatórios mensais do CRJ Terra Vermelha, diz respeito ao grande volume de jovens com demandas sobre saúde mental. O aumento destas queixas por parte dos(as) jovens possivelmente tenha ocorrido pelos efeitos pós-pandêmicos, mas não só. Pressupõe-se que muitas queixas dizem respeito a questões para além da pandemia.

Entre algumas demandas relatadas estão: Evasão escolar; Autolesão, ideação suicida, transtornos de ansiedade, homofobia no ambiente familiar e coletivo, falta de documentos de registro, defasagem escolar, conflito territorial, acesso à moradia, precarização do SUAS. Fica explícito que o CRJ proporciona um lugar de segurança, no qual os(as) jovens se sentem à vontade para compartilhar seus sofrimentos.

Segundo consta o relatório de outubro de 2022, o público LGBTI+ tem comparecido cada vez mais neste Centro, principalmente jovens que estão em transição de gênero, ou seja, pessoas transgêneras e são estas que mais demandam a equipe técnica por questões de saúde mental e defasagem escolar.

Isso nos aponta para um fenômeno que é social e histórico em relação à população LGBTI+. Pesquisas anualmente apontam para a precarização dessas vidas. O Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de 2022 diz que “no ano de 2021, tivemos pelo menos 140 (cento e quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas”.

Outra pesquisa que corrobora com o contexto que o CRJ apresenta é da Organização Mundial de Saúde (OMS), que diz que “mais de 800 mil suicídios foram registrados em 2015 em todo o mundo, dos quais 75% ocorreram em países de média e baixa renda”. O Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de países com maior incidência de suicídios, superando o número de 12 mil casos por ano. O suicídio é uma das causas mais

recorrentes das mortes de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil nos últimos tempos. A maioria dos casos ocorre entre jovens de 15 a 29 anos, sobretudo entre pessoas do gênero feminino. É apontado como um grave problema de saúde pública. Todavia, entre a população trans ainda faltam dados, debates e pesquisas. De modo recente, um relatório chamado "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil", do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, revelou que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato (LUCON, 2016).

A equipe técnica (Psicologia, Serviço social e Terapia Ocupacional) tem entendido que estas demandas são de extrema importância e além de acolhê-las, tem feito vários encaminhamentos para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Isso denota mais uma vez a significância destes Centros como um equipamento das juventudes e a importância de estabelecer uma articulação com outros setores das políticas públicas, e trabalhar em uma perspectiva intersetorial. Os dados evidenciados nos relatórios mensais do CRJ, sumarizados aqui são de extrema relevância e podem contribuir na construção de ações voltadas para este público.

5.8.3 Alguns apontamentos sobre os relatórios mensais: Feu Rosa e Terra Vermelha

Analisou-se os relatórios mensais de atividades do CRJ Feu Rosa e Terra Vermelha. Foi possível observar que os relatórios a partir de dezembro de 2021 são padronizados e suas divisões seguem uma organização que está apresentada na metodologia: iniciam com a descrição das participações, depois dos atendimentos e, posteriormente, dos acompanhamentos; trazem registros dos(as) jovens que participam dos serviços ofertados, a duração das atividades, equipe envolvida, se houve parcerias, pontos positivos, negativos e como foram feitas as mobilizações para as categorias de participação e atendimento. Na modalidade acompanhamento, há uma descrição diferenciada, pois traz o número de jovens registrados(as) e o perfil destes(as) em relação a gênero, faixa etária e escolaridade.

Importante salientar que os relatórios também trazem um quadro com a síntese de cada atividade e o quantitativo delas, a saber: 1 - Jovens Participantes em eventos, filmes, uso do espaço; 2 - Jovens Atendidos(as) com Oficinas, Circuito Formativo em Direitos Humanos, entre outros; 3 - Jovens em acompanhamento no PVida, PTrampo e Outras Demandas; 4 - Jovens encaminhados(as) ao mercado de trabalho formal (Eixo Tô no Topo); 5 - Cópias/Impressões realizadas pelos(as) jovens; 6 - Ligações telefônicas realizadas pelos(as) jovens; 7 - Passagens Intermunicipais concedidas; 8 - Passagens Interestaduais concedidas; 9 - Empréstimo de Salas aos(às) jovens e/ou coletivos; 10 - Empréstimo de Equipamentos aos(às) jovens e/ou coletivos; 11 - Utilização do Trampo Coletivo pelos(as) jovens e/ou coletivos.

Este relatório não abrangeu a totalidade dos itens que constam nos relatórios mensais, mas focou sua análise em pontos que apresentam uma relação mais direta com aspectos centrais da metodologia.

Cabe pontuar que, nos relatórios, nem sempre há uma convergência entre o quantitativo de jovens registrados(as) em cada modalidade com a totalidade apresentada no quadro de síntese. Dessa forma, quando o relatório traz em separado a quantidade de jovens registrados(as) pelo PVida, pelo PTtrampo e Outras Demandas, sua somatória não coincide com a totalidade apresentada no quadro síntese. Além disso, os relatórios não indicam se um(a) mesmo(a) jovem se envolve em mais de uma atividade, o que impossibilita afirmar de fato a quantidade de jovens participantes. No que diz respeito à elaboração dos gráficos referentes ao acompanhamento, optou-se por levar em consideração apenas as informações em separado sobre cada modalidade

6 CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar esta pesquisa, ficamos com a certeza de que muito esforço foi empreendido para que os CRJs acontecessem, tanto pelas equipes dos CRJs, quanto pela equipe da SEDH. Não estamos falando da oferta de uma única atividade, mas de um conjunto de possibilidades de inserção dos(as) jovens, que deve, sobretudo, levar em consideração as especificidades dos territórios e as demandas das juventudes.

O desafio colocado foi a execução e a construção de uma política inovadora para as juventudes que, embora tenha diretrizes metodológicas estabelecidas pela SEDH, não conta com uma "receita de bolo" capaz de direcionar o cotidiano multifacetado que compõe os fazeres dos dois CRJs. Testemunhamos os esforços e o compromisso assumido com a execução e com a qualidade desta política tão esperada pelas juventudes, pela SEDH e pelas equipes dos CRJs monitorados.

A produção deste texto, escrito por várias pessoas, buscou fazer a confluência de diversos aspectos captados e diferentes estratégias metodológicas, o que nos levou a um esforço significativo de síntese, nada trivial, que denota a complexidade da política em foco.

Um alerta significativo refere-se à tendência a comparações hierarquizantes entre os resultados dos dois equipamentos monitorados, **algo a ser evitado**. O olhar mútuo entre as duas experiências só faz sentido se for na perspectiva de trocar aprendizados e possibilidades, porém, sempre tendo em mente que são dinâmicas e processos diferenciados – além dos equipamentos terem sido inaugurados em momentos distintos –, são territórios e juventudes diferentes.

A despeito das diferenças e ou especificidades, os dados evidenciam que, de modo geral, o perfil dos(as) jovens participantes dos CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa é semelhante: ambos apresentam maioria de negros(as), estudantes e com renda familiar de até 1 salário mínimo. Embora na Metodologia do CRJ, o público a ser atendido englobe os(as) jovens, entre 15 e 24 anos em toda a sua diversidade, que sejam moradores(as) das regiões de implantação dos centros, o mesmo documento estabelece alguns grupos ou segmentos como público prioritário.

> Jovens homens, negros, entre 15 e 24 anos, moradores das regiões de implantação dos centros e que não estão acessando serviços da rede (escola, assistência, saúde), estão em condição de evasão escolar, ou que passaram pelo sistema socioeducativo, ou que sejam egressos do sistema prisional, ou mesmo jovens que passaram por situações diversas de violação de direitos (SEDH, 2022, p.33).

Neste sentido, observa-se como ponto positivo, que a juventude negra já esteja presente de modo expressivo nos CRJs (Terra Vermelha: 75,7%; Feu Rosa: 79,5%), assim

como o acesso de jovens com renda familiar de até 1 salário mínimo (Terra Vermelha: 47,3%; Feu Rosa: 43,5%), ou seja, segmentos populacionais cujo acesso às políticas públicas deve ser priorizado, pela perspectiva de valorização da equidade.

Outro dado relevante é a abrangência do atendimento nos territórios, em comparação com a previsão de bairros a serem atendidos em cada CRJ que consta na Metodologia. Os resultados do CRJ Terra Vermelha mostram que, além do atendimento de todos os bairros já previstos, a equipe mobilizou juventudes de outros bairros, tais como Xury, Praia dos Recifes, Nossa Senhora da Penha e Interlagos. No CRJ Feu Rosa, os resultados indicam o alcance de quatro bairros, havendo maior concentração de moradores(as) atendidos(as) de Feu Rosa e Vila Nova de Colares. Embora todos os bairros indicados estejam previstos na Metodologia, observa-se que alguns bairros citados no documento ainda não foram atendidos como Conjunto Feu Rosa, São Patrício, São Francisco, Costa Dourada e Estancia Monazítica.

Em relação ao gênero, verificou-se em Terra Vermelha que os números de homens e mulheres cis são muito próximos e, em Feu Rosa, há uma leve prevalência das mulheres cis. Observa-se ainda que pessoas que se autoidentificam como trans estão presentes em Terra Vermelha (0,8%; 8) e em Feu Rosa (0,5%; 5). Pessoas não-binárias compareceram em ambos, embora também em percentuais pouco expressivos (Terra Vermelha: 1%, 10; Feu Rosa: 0,9%, 4). Estes segmentos são historicamente estigmatizados e excluídos das políticas públicas, pelo que sua presença nos CRJs se revela importante, de forma que a continuidade e a ampliação dessa e de outras políticas destinadas ao público LGBTI+ precisam ser asseguradas. Vale destacar o número expressivo de jovens que “Preferiu não declarar”, “Não soube responder” e/ou “Não Respondeu” à questão sobre gênero. Estas categorias somadas em Terra Vermelha corresponderam a 21,1% e em Feu Rosa, a 8,2% números sugerem a relevância do debate sobre o tema, em especial, em Terra Vermelha.

Os dados obtidos com a aplicação do questionário de avaliação dos jovens corroboram a necessidade de debate sobre gênero, uma vez que, entre as fases 1 e 2, houve ampliação do número de respostas que sinalizam desconhecimento acerca do gênero nos dois CRJs, diferentemente das expectativas. Tematizar tais questões junto ao

público do CRJ é fundamental para que estes(as) jovens se identifiquem e se reconheçam como parte na sociedade.

Outro tema importante refere-se à orientação sexual, tendo em vista que parte significativa dos(as) jovens frequentadores(as) dos CRJ se autoidentificaram como LGBTI+. Em Terra Vermelha, este público somou 14,4% (lésbicas, gays, bissexuais e assexuais) e em Feu Rosa, 20,9% (gays, bissexuais e assexuais), números que denotam a diversidade presente no CRJ. Por outro lado, a soma dos(as) que assinalaram "prefiro não declarar" ou "não sabe responder" e os(as) que não responderam de fato, em Terra Vermelha foi 20,8% e em Feu Rosa foi 8,7%. A ausência de resposta ou a hesitação por parte dos(as) jovens frente a esta questão expressam que o debate sobre diversidade sexual ainda é tarefa significativa.

Marcadores sociais da diferença como gênero, orientação sexual, raça/cor e classe social não podem ser negligenciados na formulação e execução das políticas, pois atravessam e forjam as relações sociais e as perspectivas de atuação. Dessa forma, torna-se importante a construção e a execução de políticas públicas atentas e que tenham essas questões como ponto de partida, sob uma perspectiva interseccional.

Quanto à frequência escolar, a maioria dos(as) jovens de ambos os CRJs disseram estar estudando, mas esse dado encontra alguma variação se considerado o momento do Formulário Inicial ou do de Acompanhamento. Em Feu Rosa, o Formulário Inicial informa que 78,9% dos(as) jovens estavam estudando. Segundo o Relatório de Acompanhamento, 75% estava estudando e apenas 6% disse estar em defasagem escolar.

De acordo com o formulário Inicial, em Terra Vermelha, 60,8% dos(as) jovens disseram estar estudando; no formulário de Acompanhamento, a porcentagem aumentou para 65,5%. A maioria dos jovens que não estavam estudando possuíam mais de 19 anos, portanto já teriam idade suficiente para terem concluído o ensino médio. Entretanto, esses dados devem ser analisados em conjunto com os demais (ainda há jovens com até 18 anos que não estão estudando), inclusive com a porcentagem de 54,9% de jovens que disseram estar em defasagem escolar. Essa política se mostra mais uma vez apta a

contribuir não só para elevar o número de estudantes na escola, mas de mantê-los(as) estudando, uma vez que também há o desenvolvimento trabalhos em parcerias com escolas, cursos de formação e de capacitação.

Em relação aos(às) jovens acompanhados(as), vale salientar que apenas no CRJ Terra Vermelha houve participantes com passagem pelo Sistema de Justiça (5,7%; 8) e pelo Sistema prisional (5,3%; 6). Considerando que estes números são pequenos e que nenhum dos(as) acompanhados(as) de Feu Rosa apresentou a mesma condição, entende-se que este pode ser um ponto de atenção, uma vez que se trata de um dos públicos prioritários da política.

No que se refere ao direcionamento a outros serviços, tanto os(as) acompanhados(as) de Terra Vermelha quanto os(as) de Feu Rosa foram encaminhados(as) majoritariamente para serviços de saúde, denotando a importância do CRJ no suprimento de carências anteriores, especialmente no tocante à saúde mental, tema levantado pelos(as) jovens em diversos momentos e trazido ao longo deste Relatório. Entre as demandas das juventudes que comparecem nos relatórios mensais de um dos CRJs acompanhados, estão queixas sobre autolesão, ideação suicida, transtornos de ansiedade, homofobia no ambiente familiar e coletivo, falta de documentos de registro, defasagem escolar, conflito territorial, acesso à moradia, precarização de acesso ao SUAS, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho/estágio por jovens PCD e carência de política de segurança alimentar.

O aumento da busca pelo benefício da cesta básica, foi relatado explicitamente nos relatórios mensais de um dos CRJs, o que expressa na prática o aumento dos índices de desemprego e o retorno do Brasil ao mapa da fome e da miséria. A falta de acesso regular a uma alimentação adequada por grande parte da população brasileira, com o retorno do país ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), são dimensões importantes que comparecem nos territórios dos CRJs.

Vale ressaltar que, apesar da diversidade de demandas listadas, a quase totalidade dos(as) jovens acompanhados(as) afirmou ter tido as demandas atendidas, ao responderem o questionário de avaliação dos CRJs.

A composição das equipes CRJs revelou-se também um ponto a ser observado com cuidado. Embora grande parte dos(as) profissionais entrevistados(as) tenham relatado em sua trajetória profissional experiências com jovens, políticas de juventude e projetos sociais, a observação, em diferentes momentos, revelou que nem todos(as) profissionais contratados(as) têm ampla e sólida experiência no atendimento em direitos humanos das juventudes. Vimos, por exemplo, que a pergunta sobre identidade de gênero causou certa dificuldade em saber exatamente o que responder em parte dos(das) entrevistados(as). Logo, os processos de acompanhamento técnico conduzidos pela SEDH e a formação permanente demandarão tempo e investimento. A perspectiva dos direitos humanos é a dimensão que sustenta a metodologia proposta para os CRJs – compreender isto é fundamental para o entendimento e operacionalização da metodologia, para a consolidação de uma política voltada para que as juventudes, em sua diversidade, tenham uma vida digna.

Ainda sobre a composição das equipes, observou-se uma sobrecarga significativa dos(as) trabalhadores(as), o que certamente impacta a qualidade de vida destes(as) e os seus fazeres cotidianos.

Por outro lado, a coexistência de dois cargos denominados como Coordenação (Geral e de Articulação) em uma mesma equipe, embora a metodologia especifique as funções particulares de cada coordenação, tem produzido certa ambiguidade nas relações de poder, em ambos os CRJs, o que acaba por diluir e/ou sobrepor a função de uma e outra coordenação. No exercício de contribuir, sugerimos que o nome da Coordenação de Articulação se transforme em “referência técnica de articulação” e que os cargos e funções sejam desenhados e especificados em um organograma na metodologia.

Para além dos dados quantitativos acerca do perfil dos(as) jovens, este relatório também foi composto de entrevistas de diferentes segmentos envolvidos na pesquisa de monitoramento. Foram entrevistados(as) jovens, famílias de jovens, equipe da SEDH, membros do grupo gestor da política e Equipes de ambos os CRJs, cujos dados foram analisados com auxílio do software Iramuteq.

Diversas temáticas compareceram nas entrevistas e, apesar de pertencerem a atores/atrizes distintos(as), inter relacionam-se. A temática mais significativa trazida pelos(as) jovens refere-se aos Direitos Humanos, quando os(as) participantes relataram como vivenciam os Direitos Humanos no contexto dos CRJs, ao serem ouvidos(as), valorizados(as) e respeitados(as), diferentemente do que acontece fora dos CRJs, quando esses direitos não são respeitados.

As entrevistas com as equipes dos CRJs revelaram algumas fragilidades de gestão dos CRJs que precisam ser revistas, como, por exemplo, o processo seletivo para definição das OSCs gestoras, e a coleta de dados administrativos – preenchimento de formulários. A equipe da SEDH evidenciou a interação entre a equipe gestora da SEDH e os CRJs Terra Vermelha e Feu Rosa, com foco na diferença entre os equipamentos, modo de trabalho e aplicação da metodologia. Esta, por sua vez, se mostrou também diferente e inovadora, o que requereu algum esforço dos gestores e executores no processo de aplicação.

O Grupo focal também trouxe elementos significativos para a discussão sobre a implementação da política. Os(as) participantes reforçaram a ideia de que um território não é apenas um bairro, mas um lugar, um espaço que é físico, mas que também produz significados de pertencimento e de vinculação. A sensação de pertencimento apresentada pela equipe se faz possível a partir do processo de entendimento e crescimento que ocorreu e ainda ocorre junto da apreensão da metodologia e das demandas apresentadas.

A pesquisa também buscou compreender o funcionamento da política pública a partir do olhar dos(as) jovens frequentadores(as) dos CRJs, que foram ouvidos(as) sobre suas percepções acerca de diversos pontos, por meio de escalas de satisfação, e o resultado apurado foi extremamente positivo: como vimos, consideraram o CRJ como “ótimo” ou “bom”, cerca de 96% dos(as) participantes na Fase 1 e cerca de 92% na Fase 2. Embora a avaliação realizada seja composta por vários aspectos, aqui descritos, que não nos permite simplificações, podemos afirmar que o CRJ é percebido como positivo e tem feito uma diferença significativa na vida das juventudes, o que foi reportado tanto no questionário de avaliação aplicado, quanto nas entrevistas em profundidade realizadas.

A despeito das observações que demandam atenção e ou adequação como a questão dos espaços do CRJ (tamanho e organização do imóvel), a sobrecarga das equipes, a necessidade de processos formativos constantes voltados ao fortalecimento dos repertórios em direitos humanos, sinalizadas ao longo deste relatório, é importante afirmar que a política monitorada demonstrou sua amplitude e potência, em especial, a importância do CRJ na vida das juventudes que frequentam o espaço. Cada vez mais jovens se aproximam e se engajam nas atividades, isto aponta para a significância da continuidade deste equipamento como uma política pública no Espírito Santo.

Quando observamos os diversos indicadores, desde as taxas de homicídio, de suicídio e de abandono escolar, todos atravessados por uma interseccionalidade explícita que sobrepõe diversos marcadores sociais, o cenário de desigualdade social evidenciado é um dos fatores que justificam a implementação dos CRJs. As juventudes querem vida, querem saúde mental, querem políticas públicas, querem seus direitos assegurados. Os CRJs, sem dúvida, contribuem significativamente para tudo isto, e se constituem como parte importante na tessitura das políticas de juventudes.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação educativa, p. 19-35, 2005.

ALVES, José E.D.; CAVENAGHI, Suzana. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.27, n. 2, p. 91-114, jul/ago 2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/19/22>. Acesso em: out. 2022.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: Ribeiro, I ; Ribeiro, A, C, T (Org.). **Família em processos**

contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995, p. 43-61.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI. Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL (2021). **Departamento penitenciário nacional, levantamento nacional de informações penitenciárias**. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen. Acesso em set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saudehttps://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 19 set de 2022

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jun. 2022. http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: out. 2021.

ESPÍRITO SANTO, **lei nº 8.594 de 13 de julho de 2007**. Institui a Política Estadual de Juventude, seu Conselho e dá outras providências. Disponível em:

https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO8594.html. Acesso em 19 set de 2022

ESPÍRITO SANTO, lei nº 10.744 de 05 de outubro de 2017. **Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP).** Disponível em https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html?identificador=3300330032003600320003A004C00. Acesso em 12 mai. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**. Brasil, jan. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf. Acesso em: jun. 2021.

IASES (2021). **Observatório Digital da Socioeducação, em Cumprimento de Programa/MSE**, 2020. Disponível em: https://iases.es.gov.br/observatorio-https://iases.es.gov.br/observatorio-digital-da-socioeducacao/em-cumprimento-de-programa-MSE. Acesso em: set de 2022.

IJSN (2021). **Observatório da Segurança Cidadã, Ocorrências Letais**, 2020. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/paineis-interativos/ocorrencias-letais. Acesso em 23 de Setembro de 2021.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, 2022. Disponível em: <//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>. Acesso em: jan. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LONGO, F. V.; Vieira, J. M. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, n. 38, p. 1051–1071, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/HSzRL7FX3K9pGFgYprB4pkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2022.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini, São Paulo: N-1 edições, 2018.

MOREIRA, M. I. C. Novos rumos para o trabalho com famílias. **Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente [NECA]**, 2013. Disponível em: < http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>. Acesso em: out 2022.

RIBEIRO, Rovana. **Uma cartografia bibliográfica da Terapia Ocupacional Social sobre a temática da juventude negra**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2021.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 12 ago de 2022.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. Políticas Sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 15, 1999.

SEIDMAN, I. E. **Interviewing as qualitative research**. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press, 1991.

VIEIRA, Vinícius. **Setembro Amarelo e a saúde mental dos adolescentes e jovens negros**. Baobá, 2021. Disponível em <https://baoba.org.br/setembro-amarelo-e-a-saude-mental-dos-adolescentes-e-jovens-negros/>. Acesso em 22 de jun de 2022.

APÊNDICE A – ABANDONO ESCOLAR E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM TERRA VERMELHA

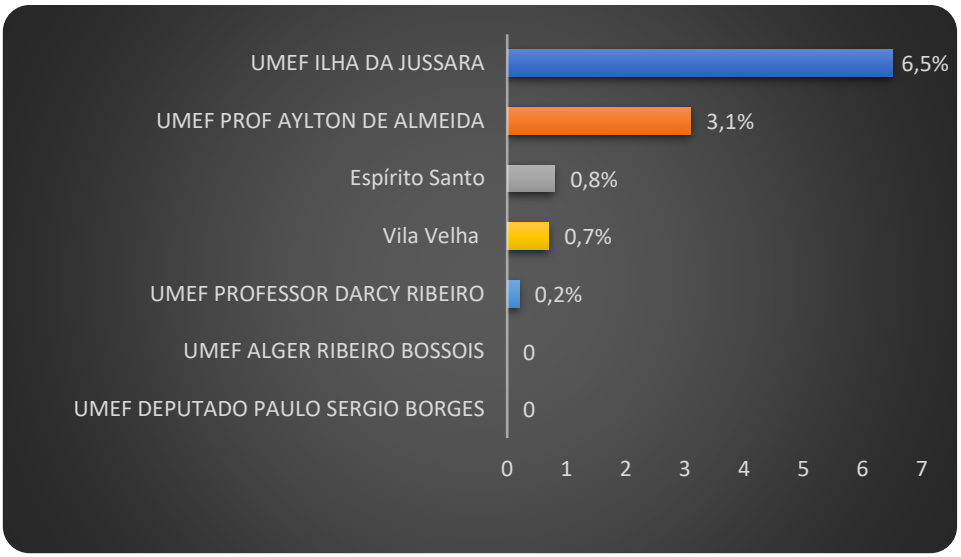
Serão apresentados dados referentes às taxas de abandono escolar e distorção idade série[60]. Em relação a distorção idade-série, chama atenção que todas as escolas da rede municipal de ensino que ofertam o ensino fundamental completo (anos iniciais e anos finais), localizadas nos bairros que englobam o território do CRJ Terra Vermelha, exibiram no ano de 2021[61] a taxa mais elevada em comparação ao ES e Vila Velha (Gráfico 01).

Entre as escolas municipais que ofertam somente os anos iniciais do ensino fundamental, nota-se que as taxas de distorção idade-série das Unidades Municipais de Ensino Fundamental Dijayro Gonçalves Lima (14,3%) e Paulo César Vinha (17,7%), no ano de 2021, foram superiores ao ES e ao município de Vila Velha, como mostra o gráfico 02.

[60] O cálculo das taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) tem como referência as informações de rendimento e movimento dos(as) alunos(as) coletadas na segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica, denominada módulo Situação do(a) aluno(a). Ao final do ano letivo, o(a) aluno(a) matriculado(a) é avaliado(a) quanto ao preenchimento dos requisitos de aproveitamento e frequência, podendo ser considerado(a) aprovado(a), reprovado(a) ou afastado(a) por abandono. O(a) aluno(a) é considerado(a) aprovado(a) se, ao final do ano letivo, alcançou os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino que estava cursando, estando apto(a) a cursar a série seguinte. Caso esses requisitos mínimos não tenham sido atendidos, o(a) aluno(a) é considerado(a) reprovado(a). Por outro lado, o abandono é caracterizado quando o(a) aluno(a) deixou de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a transferência. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/inep-indicador-educacional-da-educacao-basica-taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em: 23 de agosto de 2022

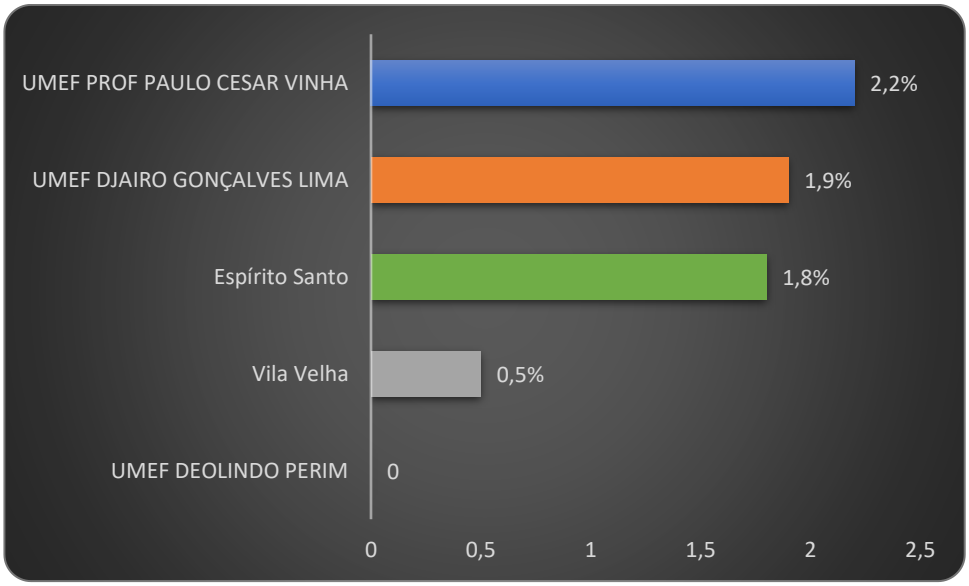
[61] É importante destacar que os dados de rendimento escolar do ano de 2021 devem ser interpretados levando em consideração que a pandemia ocasionada pela COVID-19 teve impacto no processo de ensino e de aprendizagem dos(as) estudantes.

Gráfico 1 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental-Total (anos iniciais e anos finais), dependência administrativa municipal, 2021



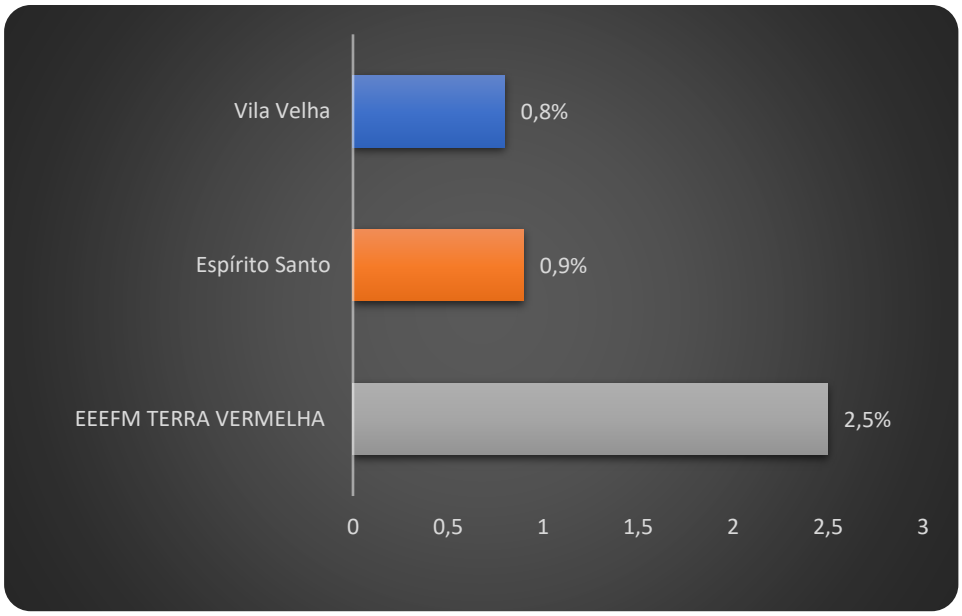
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 2 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental - anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021



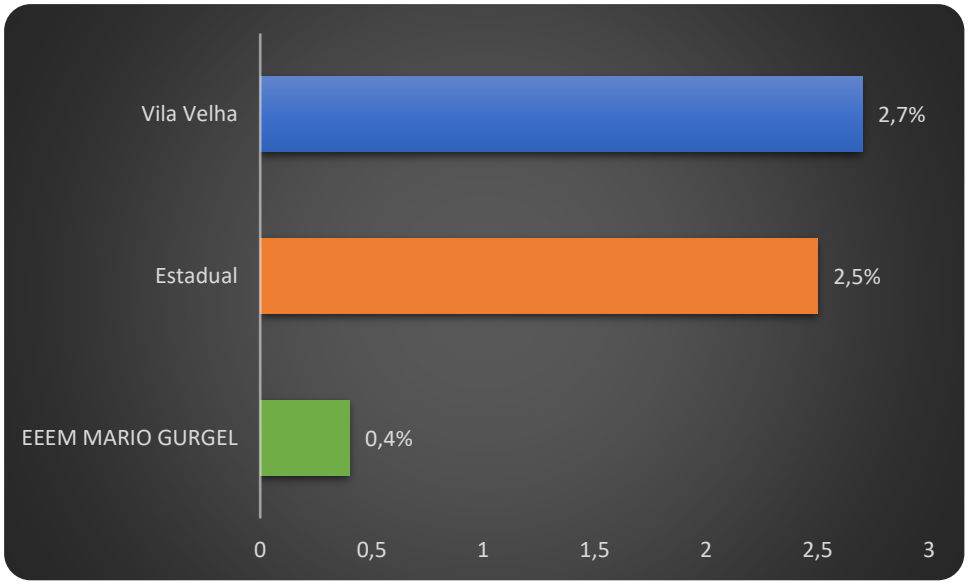
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 3 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 4 – Taxa de abandono, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021

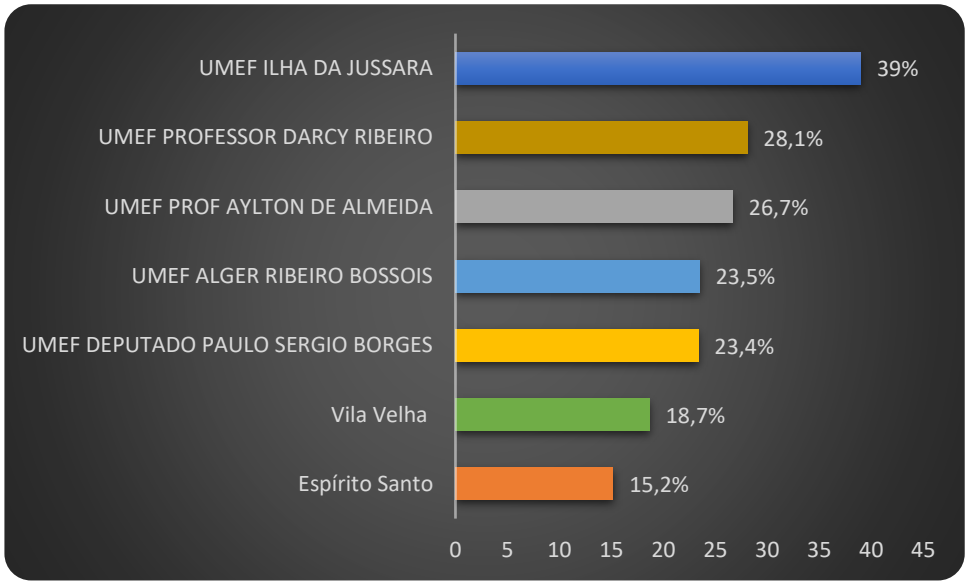


Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

De forma resumida, do total das 08 (oito) escolas municipais, todas apresentaram taxa de distorção idade-série superior à média do ES, enquanto 07 (sete) escolas tinham as

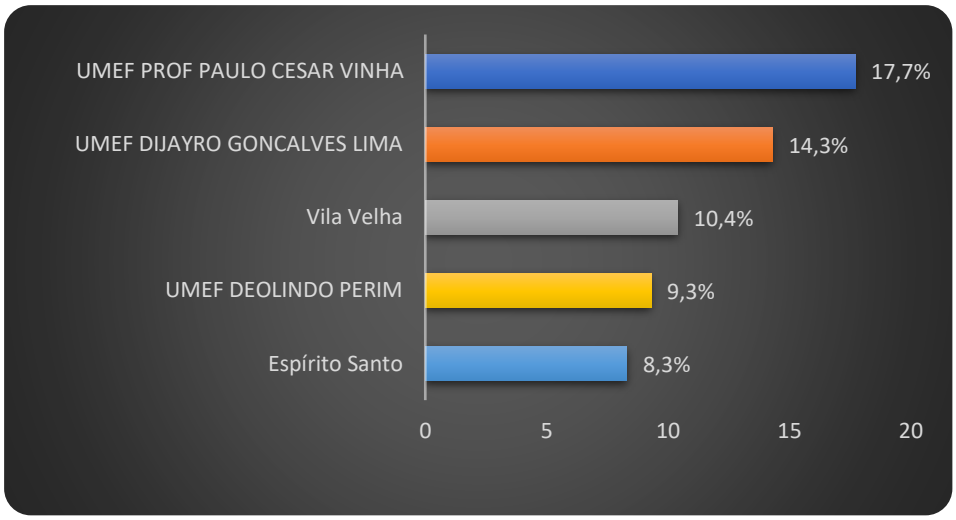
taxas mais elevadas em relação à média do município de Vila Velha, com exceção da UMEF Deolindo Perim.

Gráfico 5 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), dependência administrativa municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental- anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021

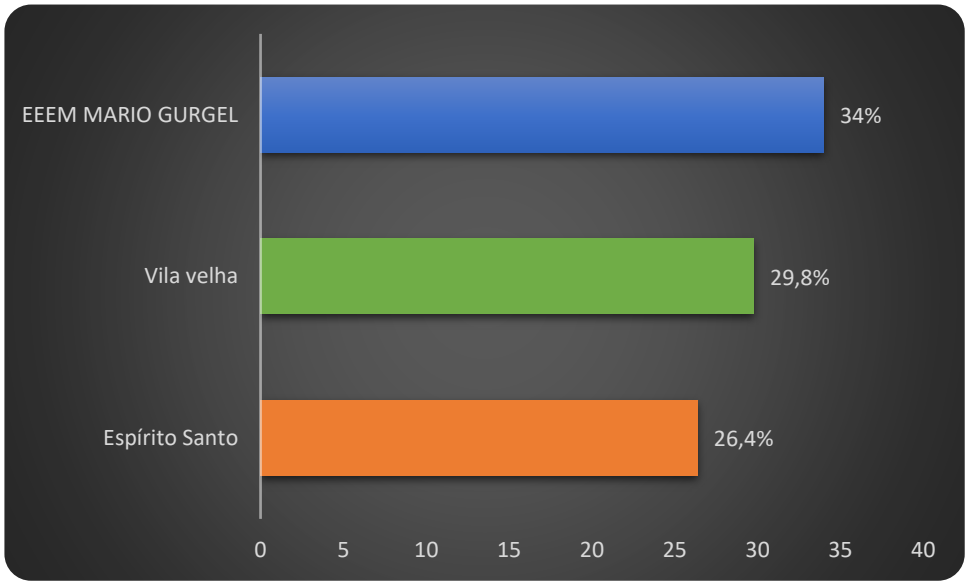


Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

A taxa de distorção idade-série da única escola que oferta o ensino médio regular do território do CRJ Terra Vermelha, a EEEM Mario Gurgel, é superior (34%) em relação ao município de Vila Velha (29,8%) e ao ES (26,4%) (Gráfico 07). Por outro lado, a taxa de distorção idade-série da escola estadual que oferta os anos finais do ensino fundamental, a EEEFM Terra Vermelha (23,8%) é menor em comparação ao município de Vila Velha e ES (Gráfico 08).

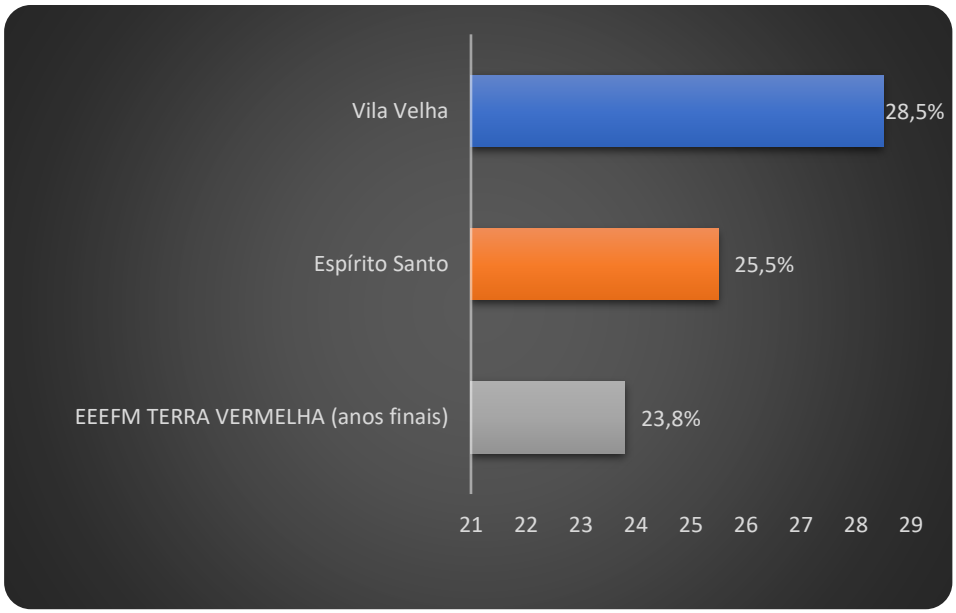
De modo geral, entre as 02 (duas) escolas estaduais, 01 (uma) apresentava a taxa de distorção idade-série superior em relação ao município de Vila Velha, enquanto a outra instituição escolar possuía a taxa menor em comparação às mesmas regiões, no ano de 2021.

Gráfico 7 – Taxa de distorção idade-série, dependência administrativa estadual, ensino médio, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 8 – Taxa de distorção idade-série, Ensino Fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021



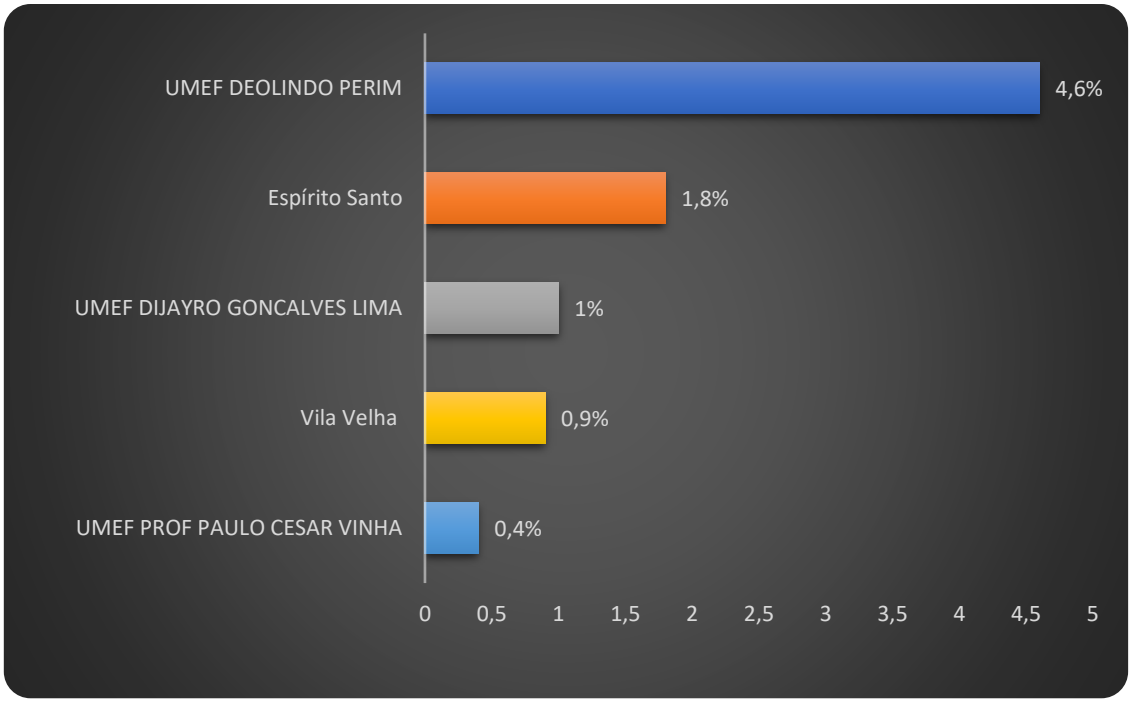
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

No que diz respeito a taxa de reprovação entre as escolas municipais, que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, localizadas nos bairros que fazem parte do território do CRJ de Terra Vermelha, observa-se que a taxa de reprovação da UMEF Deolindo Perim (4,6%), no ano de 2021, era superior em relação às outras escolas do território, ao município de Vila Velha (0,9%) e ES (1,8%). Enquanto a UMEF Prof Paulo Cesar Vinha apresentava a menor taxa de reprovação, no mesmo ano, em comparação às outras escolas, ao município de Vila Velha e ao ES (Gráfico 09).

Entre as escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental completo (anos iniciais e anos finais) a UMEF Deputado Paulo Sergio Borges (3,6%) apresentava, no ano de 2021, a maior taxa de reprovação em relação às outras escolas, ao município de Vila Velha (1,3%) e o ES (2,3%).

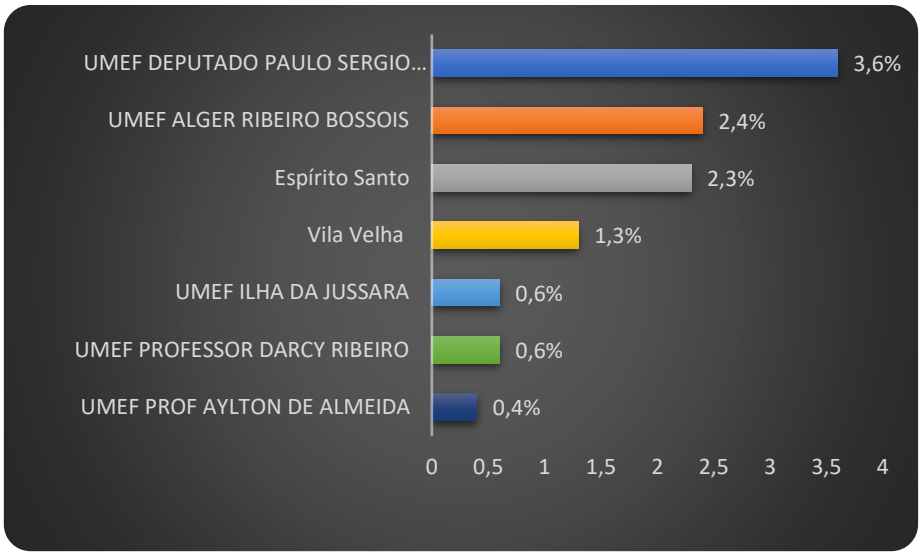
Nesse sentido, do total das 08 escolas municipais, 04 (quatro) possuíam taxas de reprovação mais elevadas em relação à média do município de Vila Velha, enquanto somente 03 (três) tinham taxas superiores em comparação à média do ES.

Gráfico 9 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

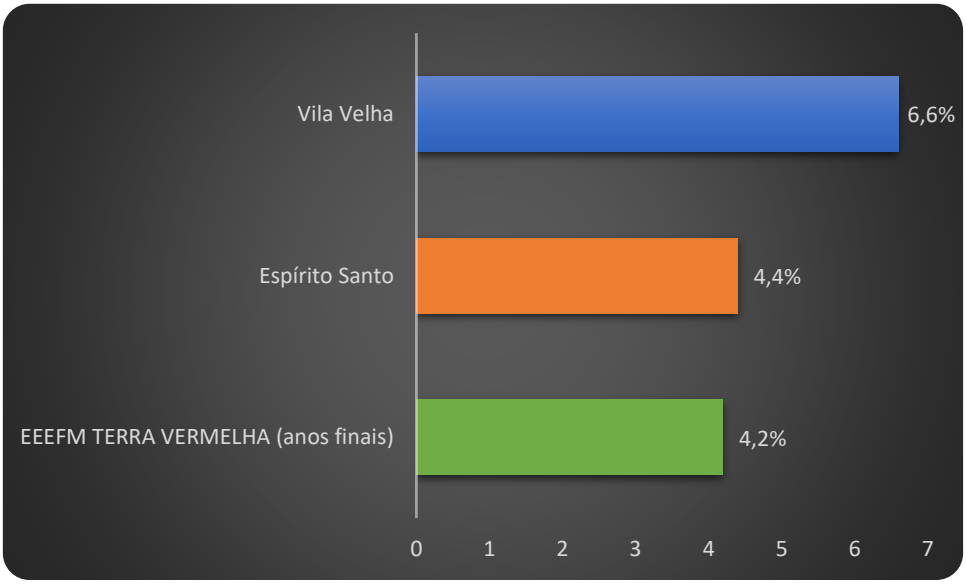
Gráfico 10 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-Total, dependência administrativa municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

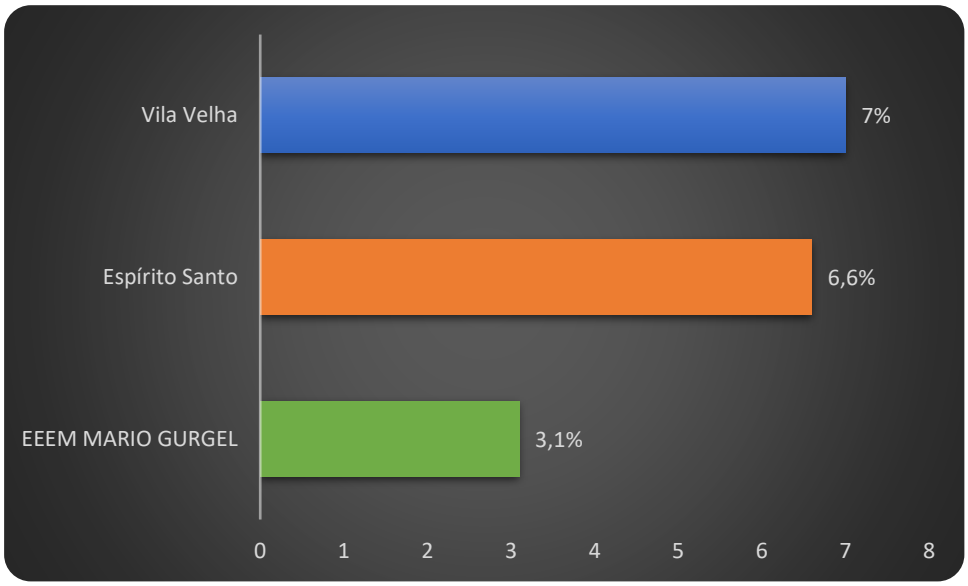
Entre as duas escolas estaduais dos bairros que compõem o território do CRJ de Vila Velha, ressalta-se que a taxa de reprovação de ambas, no ano de 2021, foi inferior à do município de Vila Velha e ao ES, como ilustram os gráficos 11 e 12.

Gráfico 11 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-anos iniciais, dependência administrativa estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 12 – Taxa de reprovação, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021

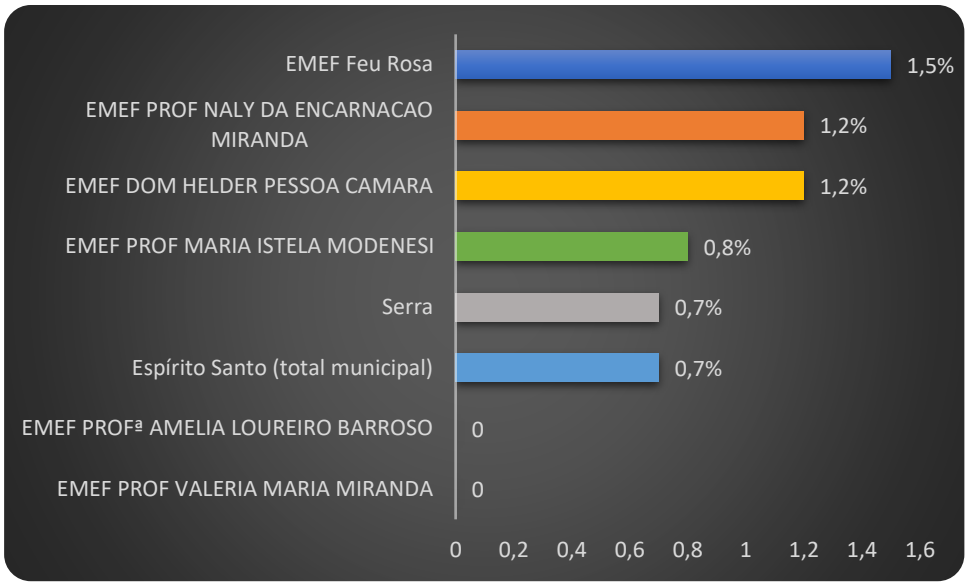


Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

APÊNDICE B – ABANDONO ESCOLAR E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM FEU ROSA

No município de Serra, especificamente referente ao território de Feu Rosa, o gráfico 13 explicita a taxa de abandono, no ano de 2021, nas escolas estaduais dos bairros localizados no território do CRJ Feu Rosa, ES e Serra.

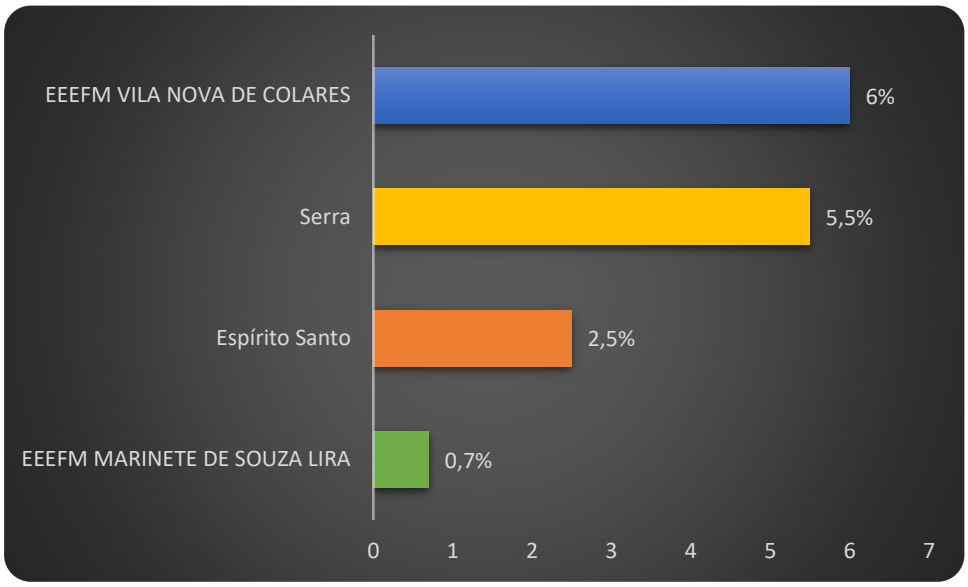
Gráfico 13 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- total, Dependência Administrativa Municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

No que diz respeito às escolas que ofertam o ensino médio, a taxa de abandono na EEEFM Vila Nova de Colares foi a mais elevada (6%), enquanto na EEEFM Marinete de Souza Lira, no ES e na Serra, a taxa de abandono foi de 0,7%; 2,5% e 5,5%, respectivamente (Gráfico 14).

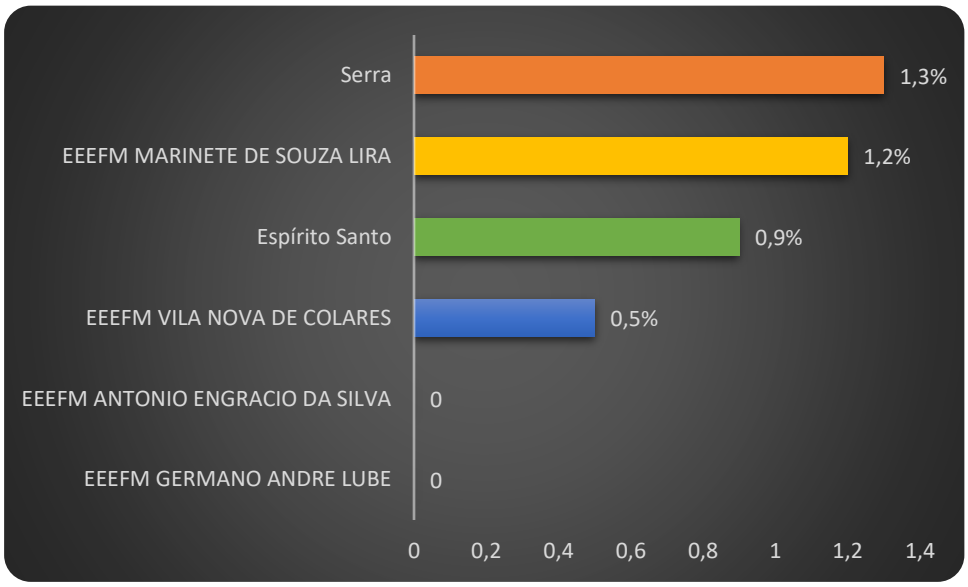
Gráfico 14 – Taxa de abandono, Ensino Médio, Dependência Administrativa Estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Entre as 04 (quatro) escolas estaduais que ofertam o ensino fundamental, todas apresentaram taxa de abandono menor em referência ao município da Serra e 03 (três) instituições escolares tinham as taxas inferiores em relação ao ES, no ano de 2021 (Gráfico 15).

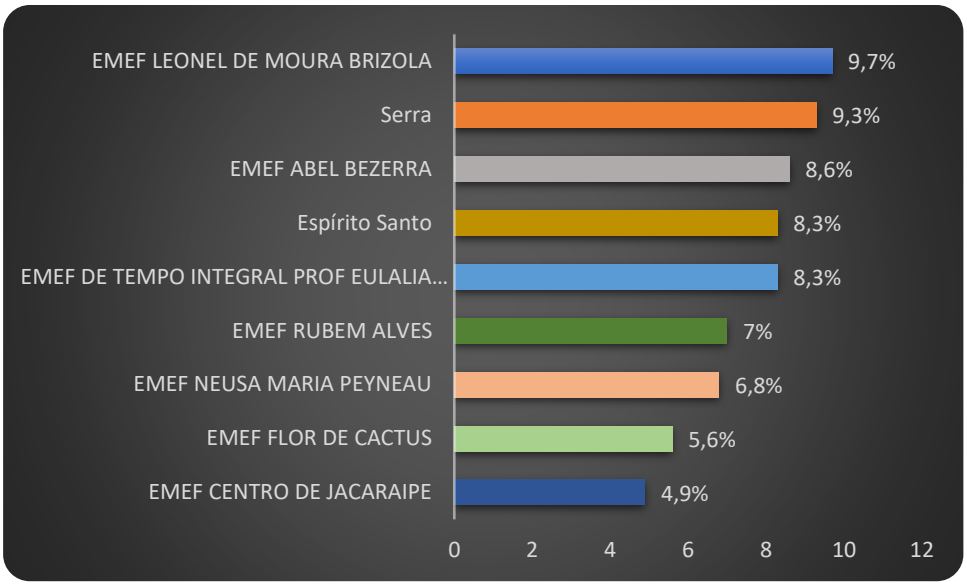
Gráfico 15 – Taxa de abandono, Ensino Fundamental- Anos Finais, Dependência Administrativa Estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Nota-se que, entre as escolas municipais de Ensino Fundamental (que ofertam somente os anos iniciais) dos bairros que fazem parte do território do CRJ de Feu Rosa, a EMEF Leonel de Moura Brizola tinha a taxa de distorção idade-série mais elevada no ano de 2021, enquanto a EMEF Centro de Jacaraípe apresentava a taxa mais baixa (Gráfico 18). Entre as escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental completo (anos iniciais e anos finais) somente a EMEF profº Amélia Loureiro Barroso (11,2%) tinha a taxa de distorção idade-série menor que Serra (15,3%) e ES (15,2%), no ano de 2021 (Gráfico 16).

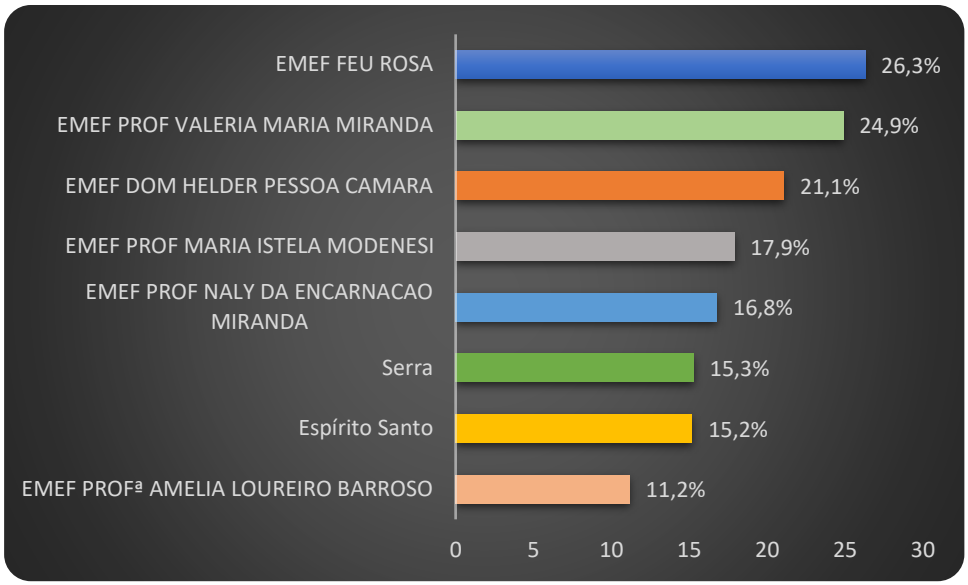
Gráfico 16 – Distorção idade-série, ensino fundamental- anos iniciais, dependência administrativa municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

De modo geral, do total das 06 (seis) escolas municipais que ofertam os anos finais do ensino fundamental, 05 (cinco) apresentaram taxa de distorção idade-série superior em relação à média do município da Serra e ao ES. Já entre as 07 (sete) escolas municipais que ofertavam os anos iniciais do ensino fundamental, somente 01 (uma) possuía a taxa de distorção idade-série mais elevada em relação ao município de Vila Velha, e 02 (duas) instituições tinham as taxas maiores em comparação a média do ES.

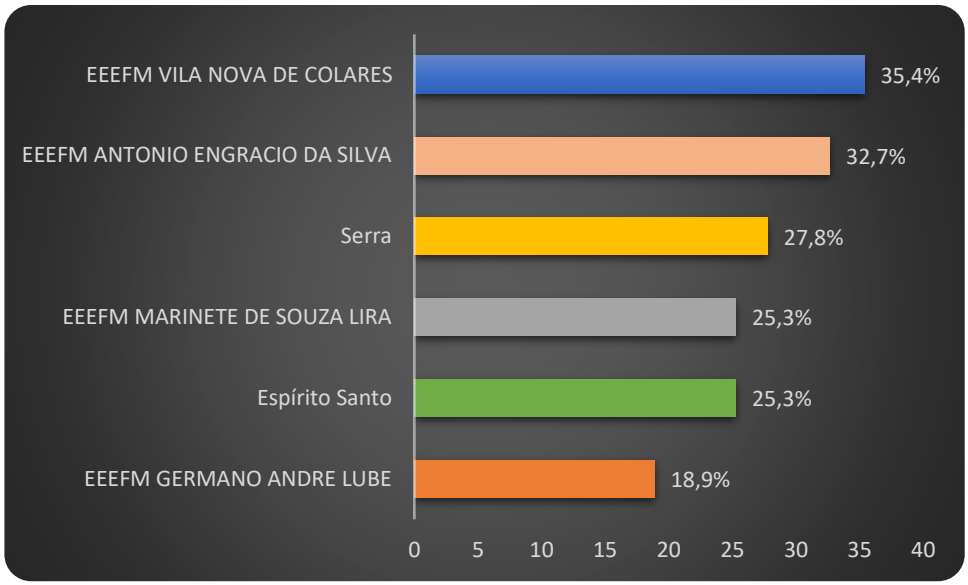
Gráfico 17 – Taxa de distorção idade-série, ensino fundamental total, dependência administrativa municipal, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Entre as escolas estaduais localizadas nos bairros que compõem o território do CRJ Feu Rosa, que ofertam os anos finais do ensino fundamental, aponta-se que, no ano de 2021, a EEEFM Vila Nova de Colares (35,4%) apresentou a taxa de distorção idade-série mais elevada em relação a todas outras escolas, e em comparação com o ES (25,3%) e Serra (27,8%). Por outro lado, a EEEFM Germano Andre Lube (18,9) possuía, no mesmo ano, a menor taxa de distorção idade-série entre as escolas, e em comparação com o ES (25,3%) e Serra (27,8%). Já entre as escolas estaduais que ofertam o ensino médio, a taxa de distorção idade-série na EEEFM Marinete de Souza Lira e na EEEFM Vila Nova de Colares, no ano de 2021, foi de 31,8% e 28,4%, respectivamente, sendo menor que a taxa da Serra (32) e maior em relação ao ES (26,5%) (Gráficos 18 e 19).

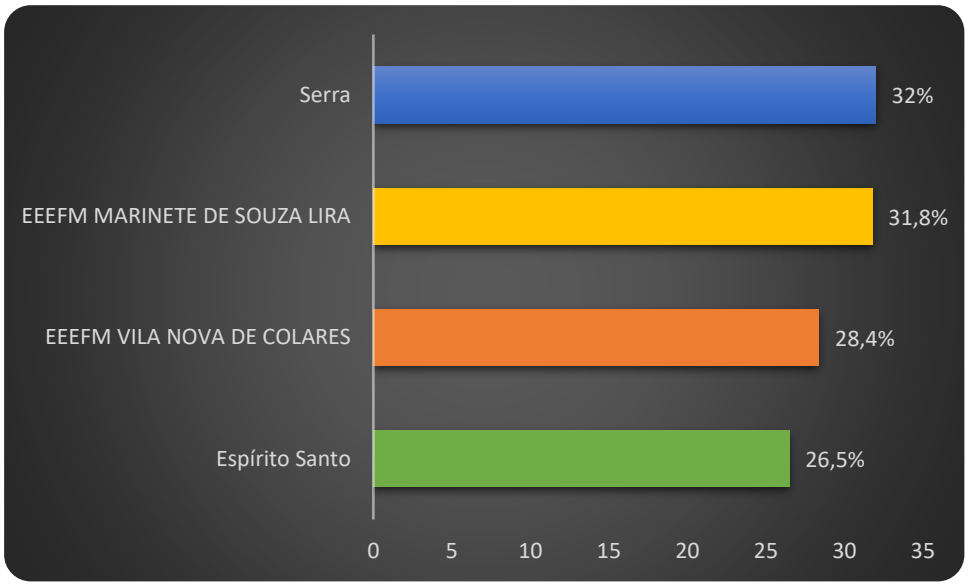
Gráfico 18 – Taxa de distorção idade-série, ensino fundamental- anos finais, dependência administrativa estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Desse modo, do total das 04 (quatro) escolas estaduais que ofertam os anos finais do ensino fundamental, 02 (duas) possuíam a taxa de distorção idade-série maior quando comparadas a média do ES, 01 (uma) tinha a mesma taxa e 01(uma) escola apresentava a taxa menor. Em relação à média da Serra, 02 (duas) escolas apresentaram taxas inferiores ao município, enquanto 02 (duas) tiveram taxas mais altas. Entre as 02 (duas) escolas estaduais que ofertam ensino médio, as 02 (duas) apresentaram taxa de distorção idade série superior em comparação com a média do ES e inferior em relação à média do município da Serra.

Gráfico 19 – Distorção idade-série, ensino médio, dependência administrativa estadual, 2021



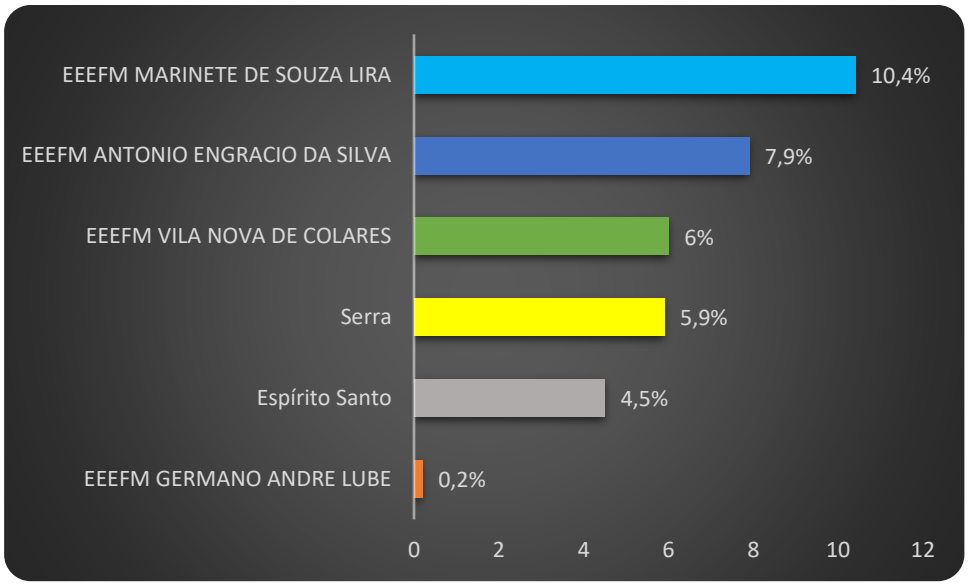
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

No que se refere a taxa de reprovação entre as escolas estaduais, que ofertam o Ensino Fundamental (anos finais), localizadas nos bairros que fazem parte do território do CRJ de Feu Rosa, observa-se que a EEEFM Marinete de Souza Lira (10,4%) apresentava a taxa mais elevada em relação às outras escolas, ao município de Serra (5,9%) e ao estado do ES (4,5%). A EEEFM Germano Andre Lube (0,2%) apresentou, no mesmo ano, a menor taxa em comparação com as outras escolas e com o ES e a Serra.

O gráfico 20 mostra que entre as escolas estaduais que ofertam o ensino médio, a EEEFM Marinete de Souza Lira apresentava a taxa de reprovação mais alta (10,4%), em 2021, em comparação com a EEEFM Vila Nova de Colares (1,5%) e em relação ao ES (4,5%) e Serra (5,9%).

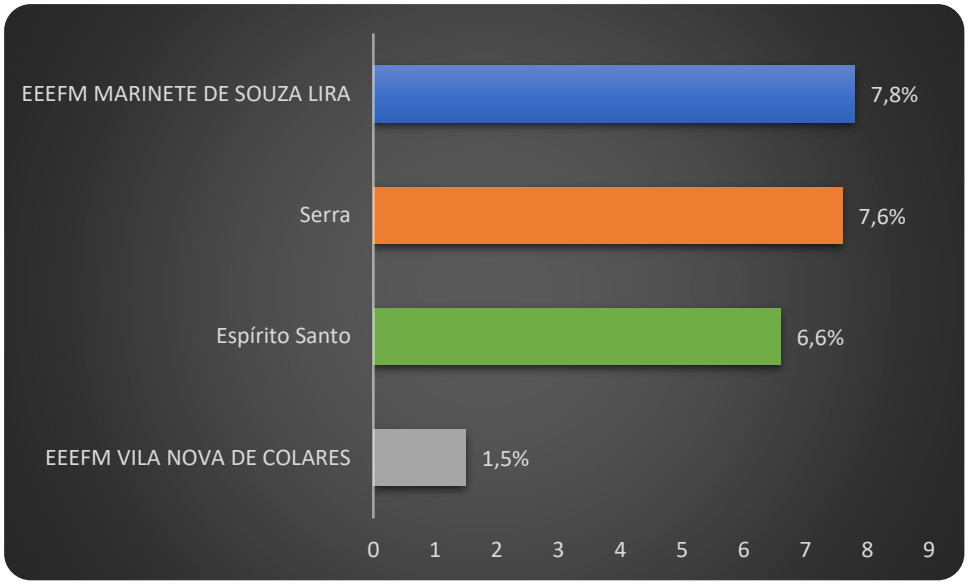
De forma resumida, nota-se que do total das 04 (quatro) escolas estaduais que ofertam os anos finais do ensino fundamental, somente 01 (uma) apresentou taxa de reprovação menor em relação ao município da Serra e ao ES no ano de 2021. Entre as 02 (duas) escolas estaduais que ofertam ensino médio, uma (01) tinha a taxa de reprovação inferior quando comparada com a Serra e o ES, enquanto a outra instituição escolar apresentava a taxa maior em relação às regiões.

Gráfico 20 – Taxa de reprovação, Ensino Fundamental-Anos Finais, dependência administrativa estadual, 2021



Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Gráfico 21 – Taxa de reprovação, Ensino Médio, dependência administrativa estadual, 2021



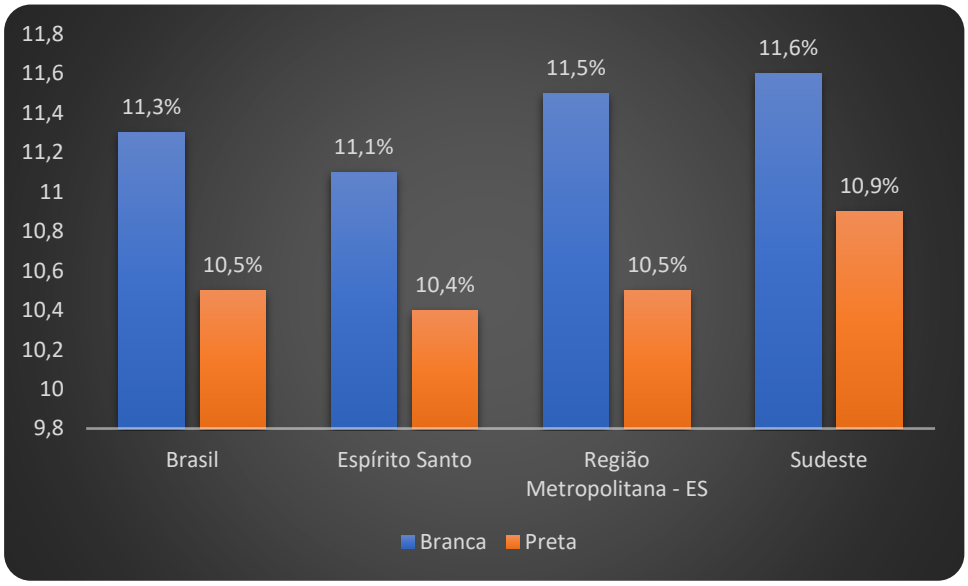
Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.
Elaboração: Pesquisa Monitoramento e Avaliação dos CRJs.

Embora haja oscilações entre as taxas que mensuram o rendimento escolar (quebrando a expectativa de que a comparação seja sempre negativa para as escolas do bairro), é possível verificar uma prevalência de taxas elevadas em alguns casos, como nas taxas de distorção idade-série das escolas municipais dos dois territórios. A oscilação das taxas

mostra a complexidade do fenômeno e que, portanto, é preciso ter um olhar atento para que a compreensão acerca do rendimento escolar não caia numa análise simplista de reduzir estas escolas a taxas de rendimento negativas. Por outro lado, faz-se necessário não negligenciar as escolas que apontam taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono elevadas.

No que concerne aos anos de estudo, no ano de 2021, nota-se que os(as) jovens brancos(as) têm permanecido mais tempo na escola em comparação com as juventudes negras, seja na esfera nacional, regional ou estadual, conforme sinaliza o gráfico 22. O número médio de anos de estudos dos(as) jovens brancos(as) no ES no ano de 2021 era de 11,1 anos enquanto dos(as) jovens negros(as) era de 10,4.

Gráfico 22 – Média de anos de estudos de jovens de 15 a 24 anos, por raça/cor, Brasil, Sudeste, ES e RMGV, 2021 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-Contínua).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais (CES).

ANEXO I – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE ALGUMAS ATIVIDADES REALIZADAS NO CRJ TERRA VERMELHA, DISPONIBILIZADOS PELA COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO











ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE ALGUMAS ATIVIDADES REALIZADAS NO CRJ FEU ROSA, DISPONIBILIZADOS PELA COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO











Instituto Jones dos Santos Neves

Equipe de pesquisa

Sandra Mara Pereira (Coordenação Geral)

Adriana Elisa de Alencar Macedo (Bolsista Fapes)

Carolina Coelho Ferreira (Bolsista Fapes)

Catarina Gordiano Paes Henriques (Bolsista Fapes)

Elisa Fabris de Oliveira (Bolsista Fapes)

João Pedro Rigoni Dantas Baldi (Estagiário CES)

Karlla Cristina Gaiba Rebuli (Pesquisadora CES)

Luara Silva Pereira (Estagiária CES)

Mariana Luz Patez (Bolsista Fapes)

Rovana Patrocinio Ribeiro (Bolsista Fapes)

Thalita Matias Gonçalves (Pesquisadora CES)